

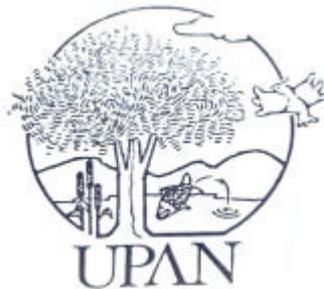
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em História

*União Protetora
da Natureza*

AGAPAN - NL



História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos

Fabiano Quadros Rückert

Orientadora: Marluza Marques Harres



FABIANO QUADROS RÜCKERT

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO AMBIENTALISMO
NO VALE DO RIO DOS SINOS

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
UNISINOS, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marluza Marques Harres

Agradeço à UNISINOS pela
concessão da Bolsa Filantropia, aos
membros do Programa de Pós-
Graduação em História, aos
ambientalistas entrevistados no
decorrer da pesquisa e, de forma
especial, agradeço à professora
Marluza Marques Harres que
contribuiu para a realização da
dissertação com preciosas palavras de
incentivo.

SÃO LEOPOLDO

2007

Lista de siglas

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

AGAPAAN – NL: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Núcleo Leopoldense.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional.

CCOMITESINOS: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CONDEMA: Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente – São Leopoldo.

CREE: Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul.

DEE: Delegacia Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler.

FEEVALE: Fundação de Ensino Superior do Vale do Rio dos Sinos.

FUNMA: Fundo Nacional do Meio Ambiente.

FZB: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

SAE: Secretaria de Assuntos Estratégicos – Governo Federal.

SEMAE: Secretaria Municipal de Água e Esgoto – São Leopoldo.

SEMEC: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Novo Hamburgo.

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental.

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

UPAN: União Protetora do Ambiente Natural.

UPN: União Protetora da Natureza.

Resumo

A dissertação *História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos* propõem uma análise histórica de iniciativas de proteção ao meio ambiente que ocorreram na região da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul). Essa análise parte dos primórdios do movimento ambientalista brasileiro, retomando o trabalho iniciado por Henrique Luiz Roessler com a fundação da União Protetora da Natureza (1955), e estende-se até o começo dos anos 90, destacando lutas ambientalistas relevantes no Vale do Rio dos Sinos e contemplando aspectos do desenvolvimento do ambientalismo que excedem o espaço geográfico abordado pela pesquisa.

A proposta que orientou a construção da pesquisa insere-se na linha da História Ambiental, e mais especificamente, na linha dos estudos históricos voltados para a compreensão dos problemas ambientais contemporâneos. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa valorizou práticas culturais que possibilitaram a exposição e discussão pública das demandas ambientalistas no Vale dos Sinos e concedeu um destaque especial para a politização e para a produção textual que acompanhou o discurso ambientalista na região.

No seu primeiro capítulo, a dissertação trata da politização do ambientalismo a partir de lutas pela preservação da natureza e da interação dos ambientalistas com o poder público e com outros segmentos da sociedade. O segundo capítulo aborda a produção textual ambientalista usando como suporte teórico o conceito de “economia escriturística” de Michel De Certeau. O conteúdo do segundo capítulo apresenta uma análise de textos relevantes para a construção de um discurso de preservação à natureza ligado à geografia local e influenciado pelo trabalho da UNISINOS na área ambiental. O capítulo final da dissertação foi construído a partir do método da História Oral e o seu conteúdo é voltado para o estudo de um conjunto de recordações ligadas ao ativismo ambientalista na região. O texto desse capítulo analisa fragmentos de memória importantes para a compreensão da dimensão cultural do ambientalismo, concedendo destaque para experiências de Educação Ambiental e iniciativas de mobilização social e para a participação dos ambientalistas na qualificação e ampliação dos serviços públicos referentes ao meio ambiente.

Palavras Chaves: História Ambiental - memória - politização do ambientalismo - economia escriturística - Educação Ambiental – Vale dos Sinos.

Abstract

The dissertation *História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos* (History and Memory of Environmentalism at Rio dos Sinos Vale) proposes an historical analysis of protection initiative to the environment that happened at Rio dos Sinos Drainage-Basin region (Rio Grande do Sul). This analysis starts from the beginning of Brazilian environmentalist movement, retaking the work started by Henrique Luiz Roessler with the foundation of União Protetora da Natureza (Nature Protector Union) (1955), and extends until early in the 90ths and stands out relevant environmentalist struggles in Vale do Rio dos Sinos and observing aspects of environmentalism that the geographic space approached by the research.

The proposal that lead the research construction inserts itself in the line of Environmental History, and more specifically, in the line of historical studies faced to the understanding of contemporary environmental problems. Inside this perspective, the research has prized cultural practices that make possible the exposition and public discussion of environmentalism demand in Vale dos Sinos and has given special prominence to the politicization and for the textual production that followed the environmentalist speech in the region.

In its first chapter, the dissertation is about the environmental politicization from the struggles to the nature preservation and the interaction with the environmentalists and the public power and with other society segment. The second chapter is about the textual environmentalist production taking as theoretical support the concept of “writing economy” by Michel de Certeau. The content of the second chapter presents an analysis of relevant texts to the construction of a preservation speech to the nature connected to the local geography and influenced by the work of UNISINOS in the environmental area. The final chapter of dissertation was built from the oral historical method and its content is about the study of a set of remembrances related to regional environmentalist activism. The text of this chapter analyses fragments of important memory to the understanding of cultural dimension of environmentalism, giving prominence to experiences of Environment Education and initiatives of social mobilization and participation of environmentalists in the qualification and amplification of the public services relating to the environment.

Keywords: Environmental History – memory - environmental politicization - writing economy - Environment Education – Vale dos Sinos.

Sumário

Introdução	p. 7
1 A politização do ambientalismo no Vale dos Sinos	p. 19
1. 2 Lutas da AGAPAN – NL: o começo do aprendizado político	p. 20
1. 3 O uso da Legislação Ambiental na luta pela proteção da natureza	p. 25
1. 4 Em busca do apoio social: a esfera pública da questão ambiental	p. 35
1. 5 A politização do ambientalismo no Vale num prisma extra local	p. 45
2 A economia escriturística e o discurso ambientalista no Vale dos Sinos	p. 57
2. 2 Henrique Luiz Roessler e os fundamentos do discurso ambientalista	p. 60
2. 3 O ambientalismo e a UNISINOS: encontros e experiências de interação	p. 69
2. 4 Carlos Aveline e Arno Kayser: a renovação do discurso ambientalista no Vale dos Sinos	p. 82
2. 5 Textos e Educação Ambiental: conhecer e preservar o meio ambiente	p. 94
2. 6 Revisando a lógica e a historicidade do discurso ambientalista	p. 102
3 Conversando com o passado: em busca da memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos	p. 105
3.2 Experiências de conscientização ambiental	p. 107
3.3 Memórias de Educação Ambiental: aprendendo sobre a natureza	p. 120
3. 4 O movimento ambientalista e a política/partidária: exemplos de divergências	p. 135
3. 5 Ambientalistas e Poder Público: experiências de interação	p. 139
3. 6 Lembrando a construção do movimento ambientalista: uma significação do passado	p. 143
3. 7 Ativismo ambientalista e estratégias culturais	p. 150
Conclusão	p. 154
Periódicos, acervos e fontes orais pesquisadas	p. 157
Fonte documental impressa	p. 158
Referências Bibliográficas	p. 159
Lista de Anexos	p. 162
Anexos	p. 163

Introdução

A dissertação *História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos* é parte da pesquisa desenvolvida no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS no biênio 2005/2006, e o seu conteúdo insere-se na linha da História Ambiental, mais especificamente, na linha dos estudos que abordam a dimensão histórica das relações entre o ser humano e o meio ambiente. A pesquisa buscou analisar o ambientalismo do Vale do Rio dos Sinos numa perspectiva histórica articulada em torno dos seguintes eixos: (1) o processo de politização que acompanhou o desenvolvimento do movimento ambientalista na região; (2) a produção de uma cultura ambientalista que fez uso da escrita como instrumento de difusão e socialização de um discurso centrado na necessidade de mudança no comportamento humano diante do meio ambiente; (3) a existência de uma memória ambientalista pertencente aos sujeitos que participaram de experiências de proteção à natureza e a proposta de estudo dessa memória a partir do uso da História Oral.

A história do ambientalismo no Vale construída no decorrer da dissertação, contempla uma parte da História Urbana da região, na medida em que destaca experiências de transformação e significação da paisagem urbana a partir da luta dos ambientalistas pela criação de reservas ambientais no espaço urbano e pela preservação do rio dos Sinos e dos banhados que caracterizam a fauna e a flora da região. Na concepção da pesquisa, a natureza do espaço geográfico identificado como Vale do Rio dos Sinos é parte essencial do próprio ambientalismo pesquisado, uma vez que a busca pela preservação dessa natureza marcou o ativismo ambientalista da região e influenciou no tipo de relação estabelecida entre os ambientalistas, o poder público e os outros segmentos da sociedade.

Pensando o desenvolvimento do ambientalismo como produto de conflitos sociais expressados na exposição e discussão pública dos problemas ambientais, procurei incorporar no texto da dissertação um estudo dos recursos culturais usados pelo movimento ambientalista para a inserção social das suas idéias e práticas. O conjunto de objetivos fixados inclui também a proposta de usar a História Oral para construir a memória do ambientalismo no Vale e a intenção de explorar narrativas de recordações procedentes de pessoas que contribuíram para a proteção da natureza na região.

A definição de um recorte temático para orientar a análise histórica do ambientalismo no Vale dos Sinos e a fixação dos objetivos relevantes para a pesquisa influenciou na organização da dissertação, que apresenta três capítulos interligados. Mas, antes de avançarmos para as particularidades de cada capítulo, é necessário localizar a

pesquisa no conjunto dos trabalhos acadêmicos referentes ao ambientalismo, e dentre a ampla bibliografia existente, destaco trabalhos de Eduardo Viola, José Augusto Pádua, Agripa Faria Alexandre, Selene Carvalho Herculano, por entender que eles oferecem contribuições para a interpretação do ambientalismo no Brasil.¹

Os estudos que o sociólogo Eduardo Viola publicou entre 1987 e 1997 representam a base inicial de uma tentativa de interpretação sociológica para a compreensão do ambientalismo brasileiro. Escrevendo em 1987, Viola interpretou o movimento ambientalista no Brasil como um “movimento histórico, complexo e multissetorial” produzido a partir de iniciativas procedentes de diferentes setores da sociedade e inserido em uma conjuntura internacional.² Segundo esse autor, a combinação de problemas ambientais com desigualdades sociais mais acentuadas caracteriza o desenvolvimento dos movimentos ambientalistas em países como o Brasil, gerando uma complexa tensão entre justiça social (que pode implicar a valorização da distribuição sobre a ecologia) e o ecologismo (que pode implicar a valorização da ecologia sobre a distribuição).³ Essa tensão seria o produto de diferentes concepções de ecologia e teria reflexos nas divisões do movimento e nas suas divergências quanto ao correto funcionamento da ecologia política.⁴ Na interpretação que Viola apresentou em 1987, a história do movimento ambientalista brasileiro foi dividida em 3 fases a partir do seu surgimento: na primeira (1974-1981), predominam denúncias de degradação ambiental nas cidades e o surgimento de comunidades alternativas rurais; na segunda (1982-1985), há uma experiência de politização progressiva e de institucionalização dos movimentos e, na terceira (1986 em diante), a idéia de ecologia política no Brasil ganha forma e conteúdo mais definido a partir da criação do Partido Verde. Cinco anos depois, Viola reformula a sua interpretação inicial, amplia os limites cronológicos, destaca o surgimento das discussões sobre desenvolvimento sustentável no Brasil e apresenta uma definição mais elaborada da composição e da dinâmica do ambientalismo brasileiro.

No enfoque do movimento histórico, as organizações não-governamentais e grupos comunitários dedicados à proteção ambiental são parte de um movimento mais amplo que inclui: setores do empresariado cujos sistemas produtivos preenchem em medida

¹ Os trabalhos destacados serão mencionados no decorrer da Introdução e representam um recorte no conjunto maior da bibliografia referente ao ambientalismo.

² VIOLA, Eduardo; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

³ *Ibid.*, p. 73.

⁴ O autor abordou semelhanças e diferenças entre o ambientalismo do 1º mundo (os países mais ricos do Hemisfério Norte), do 2º (composto pelos países socialistas) e do 3º mundo (entre os quais estava o Brasil) e procurou identificar divisões no movimento ecológico mundial a partir de 4 correntes: ecologistas fundamentalistas, ecologistas realistas, ecos-socialistas e ecocapitalistas.

significativa o critério de sustentabilidade, grupos e instituições científicas cujo esforço de pesquisa coloca-se no rumo da sustentabilidade, setores da estrutura estatal (particularmente agências ambientais) que consideram a proteção ambiental como uma dimensão fundamental da ação do governo, agências intergovernamentais orientadas para a sustentabilidade planetária.⁵

Tratando da discussão em torno do desenvolvimento sustentável no Brasil, Viola refere-se à “fase fundacional” do ambientalismo brasileiro (1971-1987) como um período de domínio de “ingenuidade e ignorância” a esse respeito e afirma que, na fase seguinte (1988-1991), a dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental vai cedendo espaço para aproximações entre ecologistas, cientistas, economistas e políticos.

Até meados da década de 1980, a grande maioria dos ambientalistas brasileiros era externa ao problema do desenvolvimento; ecologia e economia eram percebidas como duas realidades antagônicas. Predominava uma visão ingênua e simplista, segundo a qual uma mudança de valores e comportamentos na sociedade (que seria o produto fundamental da prédica ambientalista), associada a uma nebulosa idéia de acesso ao poder por parte dos representantes das classes mais pobres da população, teria como conseqüência uma mudança radical da política econômica (e de todas as políticas públicas) na direção de uma sociedade ecologizada.⁶

Um acréscimo significativo na reformulação da análise inicial de Viola é a interpretação que ele ofereceu para o processo de institucionalização governamental do movimento ambientalista. Segundo o autor, o setor mais moderado do movimento teria sido absorvido pelo Estado, enquanto o setor mais radical continuava desafiando o governo, que respondia redefinindo sua atuação na área ambiental e incorporando a proteção ambiental como parte fundamental do conteúdo normativo da democracia.

Em 1995, escrevendo em parceria com Hector Leis⁷, Viola reafirma a sua interpretação do ambientalismo brasileiro como "movimento histórico e multissetorial" que teria começado com grupos comunitários integrados por ambientalistas (profissionais ou amadores) e com as primeiras agências estatais ligadas à questão ambiental;

⁵ VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian. *Ecologia, Ciência e Política: participação social, interesses em jogo e lutas de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Renavan, 1992, p. 51-52.

⁶ *Ibid.*, p. 66.

⁷ VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia global viável. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

posteriormente, teria se expandido alcançando outros seis setores: (1) ONGs de proteção à natureza; (2) sindicatos e movimentos sociais diversos (grupos atingidos pela construção de barragens, agricultores contaminados com agrotóxicos, comunidades de bairro, etc.); (3) cientistas e instituições universitárias; (4) políticos; (5) religiosos; (6) empresários e educadores, jornalistas e artistas. Nesse novo artigo, as deficiências do ambientalismo no Brasil são apontadas nos seguintes termos:

(...) carência de uma agenda estruturada e concreta da questão da sustentabilidade para a sociedade brasileira; falta de elementos teóricos e analíticos a respeito de como construir-se uma colisão sócio-política sustentabilista no Brasil (...); bases organizativas ainda precárias com tendências a sobredimensionar as superestruturas; comunicação ainda parcial e deficitária intersetores (do ambientalismo); produção limitada e baixa circulação de informação; (...).⁸

Eduardo Viola ainda publicou outros dois artigos onde acrescentou novos elementos para a compreensão do ambientalismo brasileiro. No primeiro, ele enfocou as tendências e perspectivas decorrentes da globalização no período pós-89⁹ e, no segundo, dedicou uma atenção especial para o papel dos financiamentos internacionais no ativismo ambientalista.¹⁰ Longe de esgotar as possibilidades de estudo oferecidas pelo ambientalismo no Brasil, as obras de Viola revelam a complexidade desse tema e ressaltam as dificuldades da Sociologia para compreender e explicar o surgimento e atuação do movimento ambientalista nacional em um contexto de intensa globalização. No conjunto das obras, é visível a opção do autor por um macromodelo de interpretação sociológica em que a busca excessiva pela ordenação entre causa/efeito (via cronologia ou identificação de fatos de grande projeção) dificulta a compreensão da multiplicidade de idéias, motivações, estratégias e práticas culturais presentes no ambientalismo.

Sem a pretensão de rejeitar o valor do modelo sociológico proposto por Viola, acredito ser pertinente acrescentar algumas observações ao pensamento do autor. O fato de existirem poucos ambientalistas brasileiros discutindo e publicando sobre desenvolvimento sustentável, nos anos entre 1971 e 1987, não significa “ingenuidade e ignorância” sobre o assunto, e nesse aspecto, é importante considerarmos que a euforia do Milagre Econômico e a tecnocracia do Regime Militar dificultavam a discussão e a formulação de propostas de

⁸ Ibid., p. 144-145

⁹ VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil. In: VIOLA, Eduardo; FERREIRA, L. C. (Orgs.). *Incertezas e sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996, 61-63.

¹⁰ VIOLA, Eduardo. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. In: *Ambiente y sociedade*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAN. Campinas: UNICAMP, nº 1, 1997.

preservação ambiental no âmbito nacional; 2) a capacidade de o governo brasileiro cooptar o movimento ambientalista deve considerar o interesse e as estratégias da sociedade civil para suprir suas demandas de serviços públicos e deve considerar também que a relação entre o Estado e a sociedade abre espaços de interação onde ambos buscam explorar o potencial de colaboração oferecido pela outra parte.

Propondo uma revisão no enfoque sociológico usado por Eduardo Viola e, contrariando a leitura que ele oferece para a história do ambientalismo brasileiro, Agripa Faria Alexandre ¹¹ apresenta outras possibilidades de interpretação. ¹² Alexandre fundamentou sua crítica argumentando que o crescimento de setores sociais envolvidos com a proteção ambiental produziu como efeito negativo a diminuição da radicalidade do movimento ambientalista por meio da "banalização" e da "superficialidade" que a problemática ambiental recebeu na imprensa, do crescimento de um "marketing ecológico" comprometido com o consumismo e de uma postura governamental concentrada em reduzir os danos ambientais sem priorizar o combate e a prevenção desses danos. Recorrendo à teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas para explicar a sua posição, este sociólogo afirma que setores empresariais, apoiados pela imprensa e pelo próprio governo, produziram, no Brasil, um discurso impondo a idéia de que os recursos naturais são protegidos e usados dentro de critérios ecológicos. Conseqüentemente, não só dificultaram a existência de um debate crítico e democrático a respeito da problemática ambiental, como também comprometeram os pré-requisitos que Habermas entende serem indispensáveis para a construção de um consenso democrático e racional.

Traçando uma linha diferente de estudos para o ambientalismo brasileiro, Pádua escreveu um artigo enfocando os fatores que determinaram o surgimento e o perfil do Partido Verde no Brasil dos anos 80. ¹³ A possibilidade de o surgimento do ambientalismo brasileiro ser uma relação causa/efeito entre a prosperidade econômica e o surgimento de

¹¹ ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2000.

¹² Alexandre menciona a existência de três escolas de pensamento que procuram explicar o surgimento e a dinâmica interna do ativismo ambientalista: 1) a teoria da mobilização de recursos - ligada a valores individuais ou coletivos e estratégias que encontrariam ressonância com o sistema político; 2) a teoria dos novos movimentos sociais - que associa o movimento ambientalista ao aumento qualitativo das condições materiais de vida e às novas demandas decorrentes dessa situação e que seria mais adequada para os países de primeiro mundo; 3) a teoria do movimento histórico, complexo e multissetorial - dentro da qual uma corrente "procura demonstrar que o ativismo ambientalista surgiu de demandas por melhores condições de vida," enquanto outra interpreta o fato como "efeito da contraproduktividade (o emprego de tecnologias pesadas altamente poluentes) que veio a sensibilizar os cidadãos a demandarem por valores pós-materiais." Ibid. , p. 45.

¹³ PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: FASE/Vozes/PUC - Rio, p. 135-161.

valores pós-materialistas (proposta originada na teoria de Ronald Inglehart) ¹⁴ não é descartada no artigo de Pádua, que dedica uma atenção especial às mudanças econômicas e sociais em curso no Brasil a partir dos anos 50. Propondo a distinção entre fatores “endógenos” e “exógenos” para explicar a expressiva receptividade do ambientalismo no Brasil, o autor aponta como possível fator endógeno a existência de uma tradição imaginária de abertura para a natureza na cultura e na política brasileira.

Vindo de cronistas e da arte colonial, passando pelo romantismo do século XIX, sob cuja influência se formaram representações simbólicas da independência nacional, existe uma forte tradição que identifica o Brasil pela grandeza da sua natureza. Os principais símbolos nacionais se relacionam com as matas, os céus, os metais, a fauna e a flora. Essa tradição encontra forte presença também na cultura popular (...). ¹⁵

Não desconsidero a existência de um imaginário brasileiro que exalta a natureza, mas supor que esse imaginário possa apontar “uma predisposição no universo mental brasileiro para o discurso ecologista”, como fez Pádua, é uma suposição discutível, uma vez que a presença da natureza no imaginário nacional não pode ser separada da maneira como os recursos naturais foram usados ao longo dos últimos séculos. Não é necessário um amplo conhecimento histórico para saber que a natureza brasileira foi explorada de forma cada vez mais predatória desde que se tornou acessível aos europeus.

Diferenciando-se de Viola, Agripa e Pádua, que concentraram suas atenções no desenvolvimento histórico do ambientalismo no Brasil, o trabalho de Selene Carvalho Herculano sobre o Fórum das ONGs que antecedeu a Rio-92 apresenta um recorte específico na atuação do movimento do ambientalista. ¹⁶ Depois de produzir e coletar um vasto conjunto de informações, Herculano procurou interpretar a experiência do Fórum como uma experiência de construção de um posicionamento do movimento ambientalista brasileiro sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável e enfatizou quatro questões: 1) a concepção dos ecologistas como uma elite; 2) as circunstâncias adversas em que os ecologistas atuavam; 3) os resultados do Fórum; 4) as relações dos membros do evento com o governo. A primeira questão - o elitismo - destaca o elevado grau de escolaridade e a média salarial dos ecologistas presentes no Fórum ou consultados via

¹⁴ A teoria dos valores pós-materialistas de Inglehart foi rejeitada por Joan Martínez Alier, que defendeu a existência de um “ecologismo popular” expressado em diversas lutas de comunidades pobres contra a desigualdade no acesso aos recursos naturais e na distribuição dos danos ambientais. Ver: MARTÍNEZ ALIER, Joan. *Da economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: FURB, 1998.

¹⁵ Ibid: p. 146.

¹⁶ HERCULANO, Selene C. O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs. In: *Política e Cultura - visões do passado e perspectivas contemporâneas*. REIS, Elisa; FRY, Peter; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Orgs). São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996, p. 91-127.

questionário; a segunda diz respeito à força do comodismo na sociedade brasileira e às precárias condições materiais e financeiras da maioria das ONGs; ¹⁷ a terceira aponta as dificuldades de funcionamento do Fórum, que concedeu igualdade no direito de voto para ONGs diversificadas em tamanho, estrutura e poder de ação; e a última trata da expressiva presença de ecologistas vinculados ao serviço público e do papel do Estado na área ambiental.

A proposta do Fórum das ONGs era representar a sociedade civil brasileira nas discussões ambientais, mas na prática, a realização do evento foi marcada pelo envolvimento profissional e institucional dos ambientalistas com o Estado. Situação contraditória, a respeito da qual Herculano fez a seguinte observação:

O campo ecologista aqui analisado através da história do Fórum parece buscar a política cultural e a transformação do Estado, (...), enquanto sua representação na arena política formal é pequena, pois os movimentos ambientalistas e sociais padecem de falta de representatividade em relação ao total da população brasileira. Assim, o campo do Ecologismo ficou marcado pela dependência ao Estado e à solidariedade internacional e por alianças frágeis entre grupos que competem por capital simbólico, social e cultural, gerando suspeições mútuas. ¹⁸

Certamente, há outros estudos que mereceriam nossa atenção, mas entendo que as obras mencionadas oferecem um bom quadro referencial para superarmos a definição simplificada do ambientalismo como sinônimo de proteção da natureza. Não há necessidade de afastarmos completamente a dissertação dos estudos já existentes, mas podemos pontuar duas particularidades relevantes no seu conteúdo: a primeira diz respeito à definição do Vale do Rio dos Sinos como espaço geográfico de análise do ambientalismo, e a segunda diz respeito ao enfoque nos aspectos culturais que acompanharam o ativismo ambientalista na região.

Os trabalhos de Viola, Agripa, Pádua e Herculano, mencionados anteriormente, ressaltam a predominância de estudos que abordam o ambientalismo numa macroescala geográfica, e, apesar das contribuições que esse tipo de abordagem oferece para pensarmos o movimento ambientalista no âmbito nacional, entendo que ela prejudica a valorização da diversidade natural e sócioeconômica do país e pode induzir a uma leitura generalizada das experiências de proteção à natureza ocorridas no Brasil. Sob esse aspecto, a dissertação se diferencia pela sua proposta de valorização da natureza do Vale do Rio dos Sinos e pela

¹⁷ É nessa parte do seu estudo que Herculano compara o ecologista brasileiro com a figura mitológica do herói que enfrenta as adversidades com bravura e luta por uma causa “nobre e engrandecedora”.

¹⁸ Ibid., p. 122.

possibilidade de evitarmos a generalização das ações ambientalistas. Quanto à questão do enfoque nos aspectos culturais que acompanharam o ativismo ambientalista na região contemplada pela pesquisa, importa enfatizar que os recursos culturais (incluindo aqui exposições artísticas, peças teatrais, trabalhos educativos, mutirões de limpeza e o próprio uso da escrita) são pensados como parte da expressão pública do ambientalismo e como potencializadores da interferência dos ambientalistas nas ações do governo e nas ações cotidianas da população.

Diferenciando-se do quadro de estudos predominante na bibliografia referente ao ambientalismo no Brasil, a dissertação pretende contribuir para o entendimento do tema mantendo uma perspectiva que valoriza a temporalidade, o trabalho com as fontes documentais e a participação dos sujeitos envolvidos com o processo histórico. Cabe, então, perguntarmos: Quem são os ambientalistas contemplados pela pesquisa? Como e porque eles praticavam a proteção da natureza no Vale do Rio dos Sinos? Essas perguntas nos levam, inicialmente, ao encontro de Henrique Luiz Roessler (1896-1963), nome que merece lugar destacado entre os pioneiros do movimento ambientalista brasileiro. Em 1953, Roessler escreveu um juramento de proteção à natureza, que pode ser interpretado como o marco do nascimento do ativismo ambientalista da região. Dizia o juramento:

Juro solenemente, como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais, zelar pelas florestas, sítios e campos, protegendo-os contra o fogo e a devastação, fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio de animais, aves e peixes.

Dois anos depois de escrever o juramento, Roessler reuniu um grupo de simpatizantes da preservação da natureza e fundou, na cidade de São Leopoldo, a primeira entidade ambientalista do Vale dos Sinos. Essa entidade recebeu o nome de União Protetora da Natureza (UPN) e foi responsável pela promoção de “campanhas educativas”¹⁹ voltadas para a preservação da natureza. O trabalho da UPN foi marcado pela produção e distribuição de textos e desenhos educativos e pela fiscalização da caça, da pesca e do desmatamento ilegal no Rio Grande do Sul. A morte de Roessler (13/12/1963) interrompeu o funcionamento da entidade, mas não diminuiu a importância desse personagem para o ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. Sobre a história da UPN, existem poucos documentos específicos, mas é possível conhecer uma parte dessa história a partir de exemplares do material educativo que ele produziu e, principalmente, a partir das

¹⁹ Esse termo era usado pelo próprio Roessler quando comentava o trabalho da entidade.

referências que Roessler faz aos trabalhos da entidade nos textos que publicou no Suplemento Rural do Correio do Povo.

No período entre 1963 e 1971, houve uma estagnação no ambientalismo local, e o grupo de ambientalistas, que antes era liderado por Roessler, desarticulou-se. Essa situação começou a mudar com a mobilização em torno da criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entidade que surgiu em Porto Alegre em 1971 contando com a colaboração de ambientalistas de São Leopoldo. No mesmo ano de criação da AGAPAN, formou-se a AGAPAN - Núcleo Leopoldense (AGAPAN - NL) que foi inicialmente presidida pelo biólogo Renato Petry Leal. A partir de 1971, a cidade de São Leopoldo passou a contar com um grupo ativo de ambientalistas que se reunia semanalmente para socializar idéias e encaminhar estratégias de interação com o conjunto maior da sociedade.²⁰

No final dos anos 70, e mais especificamente em 1978, a repercussão do caso do Hermenegildo estimulou a criação de uma entidade ambientalista no município de Novo Hamburgo, fortalecendo o ambientalismo na região. A circulação de um abaixo assinado exigindo que o governo estadual esclarecesse o motivo da mortandade de animais na praia do Hermenegildo uniu um grupo de estudantes e professores da Fundação Evangélica de Educação em torno da coleta de assinaturas na comunidade hamburguesa, eles formaram a base da primeira geração do Movimento Roessler para Defesa Ambiental.²¹ O Movimento Roessler continua atuando e uma parte das suas lutas ambientalistas será estudada o decorrer da dissertação.

Dez anos depois do polêmico caso do Hermenegildo, um outro tipo de poluição estimulou o surgimento de mais uma entidade ambientalista no Vale dos Sinos. Em 1988, um grupo de moradores do Bairro Canudos (município de Novo Hamburgo), ligados à

²⁰ Os documentos indicam que, entre os ambientalistas mais atuantes na AGAPAN - NL, estavam nomes como Padre Clemente José Steffen, João Ignácio Daudt, Milton Luiz Roessler (filho de Henrique Luiz Roessler), Padre Aloysio Senhem, Osvaldo Pereira, Atos Raimundo Bemvenuti, Gerson Luiz Kauer, Ronaldo Serafin, Julião Aibar Tesch, Marilene Plump, Francisco Müller, Flávio Floriano Rieth, Maria Otília Rieth, Paulo Roberto Seibert Almeida, Germano Adolfo Eilert, Leó Dapper, Maria Lurdes Ceolim, José Antônio Albrecht, Maria Olinda Fogaça, Henrique Holtz Silva, Marion Kirschner, Theodoro Carneiro Pereira, Dilvo Alvez, João Benjamim e Cláudio José Becker. Esse grupo exerceu uma militância ambientalista mais intensa na década de 70 e começo dos anos 80 e representa parte da primeira geração de ambientalistas da região: uma outra parte estava do outro lado do rio dos Sinos, na cidade de Novo Hamburgo, onde os professores Ernest Sarlet e Kurth Schmeling continuavam empenhados no trabalho educativo iniciado por Henrique Luiz Roessler (um amigo em comum entre eles).

²¹ Entre os fundadores e integrantes da “primeira geração” do Movimento Roessler, estavam: Kurt Schmeling, Cristina Fedrizzi, Nílvia Heidrich, Cristiane Beck, José Otávio Ferlauto, Nando Dávila, Sérgio Rolim, José Roberto Silveira, Carlos Mosmann e Jane Schmitt. No decorrer dos anos 80, ocorre uma renovação no quadro de integrantes do Movimento Roessler e ambientalistas como Arno Kayser, Débora Sarmiento, Nelso Kirsch, Newton Alano, Rogério Rauber ganham projeção. Na década de 90, ocorre outra renovação, e nomes como Julian Mauhs, Mauro Kern, André Gehlen, Cátia Silene, Werner Ziegler, Maria Inês Grin, Dagoberto Port, Kao Spindler e Tiago Eduardo Genehr passam a ganhar importância.

comunidade luterana do respectivo bairro, iniciou uma campanha de combate à poluição do arroio Pampa, um dos principais afluentes do rio dos Sinos. No ano seguinte, esse grupo registrou-se juridicamente com o nome de Terraguar Associação Ecológica. No decorrer dos anos 90, a Terraguar foi gradualmente se desarticulando, mas as suas lutas também interessam para a pesquisa.

Em 1986, alguns membros da AGAPAN - NL decidiram mudar o nome da entidade e reformular o seu estatuto. Esse ano marca o surgimento da União Protetora do Ambiente Natural (UPN), entidade que fez de Henrique Luiz Roessler o seu patrono e inspirador. O surgimento da UPAN foi acompanhado da projeção de Carlos Cardoso Aveline na liderança do movimento ambientalista local e da renovação do ativismo ambientalista. As mudanças estruturais promovidas por Aveline a partir do momento em que assumiu a presidência (a adoção de um novo nome para a entidade, reformulação do estatuto, busca por apoio financeiro internacional e remuneração de alguns militantes) motivaram o afastamento de ambientalistas de atuação destacada nos tempos de AGAPAN – NL, mas, em contrapartida, estimularam a reconfiguração no quadro de militantes.²²

Em linhas gerais, esses fatos, datas e nomes são referências para a história do movimento ambientalista no Vale dos Sinos, na medida em que indicam marcos cronológicos e envolvem informações importantes. Os trabalhos desenvolvidos pelas entidades ambientalistas pesquisadas (UPN, AGAPAN - NL, Movimento Roessler, UPAN e Terraguar), apesar das suas especificidades, oferecem subsídios para pensarmos o ambientalismo como uma construção social diretamente ligada a dois aspectos da atuação do movimento ambientalista local: o do fortalecimento social e político das ações de proteção à natureza (expressado nas relações com o poder público e com outros segmentos da sociedade) e o da construção de meios para a exposição e discussão pública dos problemas ambientais.

Atuando com problemas ambientais de âmbito municipal, estadual ou mesmo nacional, cooperando ou confrontando-se com o poder público, discutindo assuntos ligados ao uso dos recursos naturais e difundindo uma idéia de preservação da natureza que valorizava a realidade local do Vale dos Sinos, os ambientalistas da região produziram uma multiplicidade de formas e estratégias de ação social que buscavam interferir na postura do governo e da sociedade diante da natureza, e, ao mesmo tempo, buscavam sua constituição como sujeitos participantes do processo histórico. Tratar da relação entre as práticas de

²² Ao lado de Carlos Aveline, atuou na UPAN um grupo numeroso de ambientalistas, dentre os quais destaco Luís Marcelo Tisian, Ângela Maria Hartmann, Márcio Linck, Denise Maria Moraes, Rogério Daniel Porcher, Deniz L. Machado, Dílson Jahn, Aline Barcellos, Liane Calarge, Luciana Daudt, José Rodrigues e Rafael Altenhofem.

proteção da natureza e a vida dos sujeitos que contribuíram para a existência dessas práticas também é um dos objetivos da dissertação, que foi organizada em três capítulos.

O capítulo 1 aborda um conjunto de lutas ambientalistas marcadas, de um lado, pela mobilização social em favor da proteção ambiental e da qualidade de vida no espaço urbano e, do outro, pela crescente participação dos ambientalistas nas ações do poder público referentes ao meio ambiente. Na dissertação, as relações entre a política e as práticas de proteção da natureza são pensadas a partir do termo “politização” - entendido aqui como processo de discussão e transformação dos problemas ambientais em demandas sociais negociadas com o poder público. O sentido do termo “politização” excede a esfera institucional das ações governamentais e alcança um conjunto de preocupações e expectativas sociais, expressadas nas lutas do movimento ambientalista. Apresentar o desenvolvimento de uma parte das lutas ambientalistas travadas no Vale do Rio dos Sinos, interpretando os seus desdobramentos no plano físico do espaço urbano e no plano cultural do comportamento humano, é a finalidade do primeiro capítulo, que também trata das possibilidades e dos limites da preservação da natureza na região com maior densidade demográfica do Rio Grande do Sul.

O capítulo 2 destaca o tema da produção cultural do ambientalismo e direciona esse tema para o estudo da construção e difusão da proteção à natureza por meio de textos. Nesse capítulo, analiso um conjunto de textos ligados à reflexão ambiental no espaço geográfico do Vale e interpreto o discurso ambientalista local a partir desses textos. Teoricamente, o estudo apresentado é baseado no conceito de “economia escriturística” de Michel de Certeau e, mais especificamente, na relação que o conceito permite estabelecer entre a prática da escrita, o texto e a transformação do mundo exterior pela força da textualidade.²³ A reflexão que orientou essa parte da pesquisa aponta para a valorização do uso da escrita como instrumento de interferência no pensamento e no comportamento de outras pessoas e, conseqüentemente, ela reconhece que o discurso ambientalista fez uso da textualidade para ganhar materialidade e para atingir os seus objetivos.

No capítulo 3 da dissertação, faço uso das narrativas produzidas pela prática de História Oral que acompanhou o desenvolvimento da pesquisa. O texto desse capítulo é diferenciado na procedência e no conteúdo das informações estudadas. Escrito com fragmentos da memória dos ambientalistas entrevistados, ele apresenta uma organização textual marcada pelo uso mais intenso de citações e pela tentativa de agrupamento das recordações narradas. Construído na confluência das lembranças de pessoas que lutaram

²³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1996.

para proteger a natureza e para estimular essa proteção, o capítulo intitulado *Conversando com o passado: em busca da memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos* apresenta diversas leituras para as experiências dos ambientalistas procedentes da memória e expressadas originalmente na forma oral. O conteúdo dessas leituras não altera a validade das reflexões desenvolvidas nos capítulos anteriores e não implica uma distinção valorativa entre fontes documentais escritas e fontes orais. O importante no uso da História Oral é o reconhecimento de que existem múltiplas formas de acesso ao passado e a aceitação de que todas possuem o seu valor social. E, se podemos pensar a historicidade do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos a partir dos documentos produzidos no decorrer das lutas ambientalistas, podemos também pensar essa mesma historicidade a partir da memória - ponto de encontro do ser humano com a sua própria finitude e templo da sua luta contra o esquecimento e contra o vazio existencial.

Cap. 1

A politização do ambientalismo no Vale dos Sinos.

A proposta deste capítulo consiste em abordar a busca pela proteção da natureza no Vale do Rio dos Sinos a partir do processo de politização que acompanhou a atuação dos ambientalistas da região. Na perspectiva que orientou a pesquisa, esse processo foi pensado não como uma produção do movimento ambientalista – uma vez que já existiam leis, órgãos públicos e medidas institucionais voltadas para a proteção do meio ambiente -, mas, sim, como resultado de interações entre o governo e os ambientalistas (representantes da sociedade civil) nas discussões e decisões em torno de políticas públicas referentes ao meio ambiente.

A apresentação dos problemas ambientais como problemas que demandam respostas do poder público e a discussão em torno das responsabilidades do governo nas agressões à natureza são dois componentes marcantes da politização do ambientalismo. Eles apontam para uma dimensão cultural da política ambientalista que excedia o âmbito funcional do governo, contestava a ordem política dominante (pouco interessada nos problemas ambientais) e, ao mesmo tempo, interagiu com espaços institucionalizados do poder público expondo e defendendo as suas pretensões políticas. A compreensão das interações entre os ambientalistas e o poder público, assim como a observação da dimensão cultural da política ambientalista, é buscada neste capítulo, a partir do estudo de um conjunto de lutas relevantes para a proteção da natureza na região. Mas antes de avançarmos nessa direção, é necessário pensarmos quem são os ambientalistas contemplados pela pesquisa.

Numa definição simplificada, o ambientalista é o sujeito que protege a natureza, mas essa definição não diz nada sobre os motivos da ação desse sujeito ou sobre as práticas sociais que possibilitam a proteção da natureza, e ainda coloca todos os ambientalistas numa condição de igualdade. Tentando superar as limitações que acompanham uma definição simplificada do sujeito ambientalista, podemos recorrer à obra de Isabel Cristina de Moura Carvalho – intitulada *A invenção ecológica. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*²⁴, onde encontramos um estudo da composição do “campo ambiental” e uma reflexão sobre o seu papel na formação do “sujeito ecológico”. Carvalho interpreta o “campo ambiental” como um espaço sociocultural por meio do qual o “sujeito

²⁴ CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ecológico” compartilha experiências, assume uma ação educativa e passa a interagir com a construção da sua própria identidade social engajando-se na luta pela preservação da natureza. Na interpretação da autora, apoiada no conceito de campo social de Pierre Bourdieu, há um reconhecimento de que as subjetividades dos sujeitos ambientalistas também fazem parte do "campo ambiental" onde atuam como formadoras de sentidos e significados que orientam a ação dos seus membros e, ao mesmo tempo, modificam a própria estrutura do campo. Buscando explorar a interação entre o sujeito e o campo ambiental, Carvalho apresenta uma síntese da imagem do “sujeito ecológico”.

Um sujeito que pode ser visto em sua versão grandiosa como um sujeito heróico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão *new age* é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão *ortodoxa*, na qual é suposto aderir a um conjunto de *crenças básicas*, uma espécie de cartilha - ou ortodoxia - epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la.²⁵

Penso que a definição de “sujeito ecológico” apresentada por Carvalho é válida também para os ambientalistas envolvidos nas experiências históricas que serão estudadas no decorrer da dissertação. Podemos acrescentar a essa definição a vontade de combater comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, a qual, além de ser um elemento comum aos ambientalistas, é também um estímulo para o engajamento deles nas ONGs, onde encontram espaço e colaboradores para a produção e difusão de uma cultura voltada para a preservação da natureza, participando de lutas movidas em torno de interesses em comum. Neste capítulo, apresento o estudo de um conjunto de lutas ambientalistas importantes para o Vale do Rio dos Sinos, e, por meio dele, proponho interpretarmos a politização do ambientalismo como parte do seu próprio desenvolvimento histórico.

1. 2 Lutas da AGAPAN – NL: o começo do aprendizado político

Atuando como construtora e divulgadora do ambientalismo no Vale dos Sinos de 1971 a 1986, a AGAPAN - NL buscou manter boas relações com as autoridades públicas locais, em uma época em que conceder espaços de participação política para a sociedade civil não interessava muito ao governo. Nas correspondências da entidade, percebe-se um cuidado na apresentação de suas demandas e na exposição de suas concepções políticas.

²⁵ Ibid., p. 74.

Em tempos de Regime Militar, "informar" ou "comunicar" um problema ambiental e "sugerir" atitudes às autoridades era mais prudente do que "denunciar" ou "exigir" algo. Naquelas circunstâncias, ter no poder público um aliado poderia ser mais vantajoso do que ter nele um inimigo declarado. Apesar das limitações impostas pelas circunstâncias da época, a AGAPAN - NL contribuiu para a politização do ambientalismo de diversas formas: usando os espaços cedidos pela imprensa local; dialogando com o poder público e com lideranças empresarias e comunitárias; buscando a integração com a comunidade a partir de atividades como a distribuição e plantio de árvores, a realização de palestras e feiras de literatura ecológica nas escolas de São Leopoldo e participando do trabalho das Brigadas Verdes – grupos de estudantes mobilizados pelo Projeto Natureza²⁶ e assessoradas pela entidade em práticas de preservação ambiental.

Dentro de um conjunto mais amplo de atividades que também possuíam um efeito político, na medida em que popularizavam o ambientalismo e divulgavam o trabalho da entidade, cinco lutas da AGAPAN - NL ganham destaque nos documentos consultados: (1) a mobilização contra a decisão do Executivo municipal de aterrar o Banhado São Miguel para transformá-lo em área de habitação popular; (2) a preservação do “Matinho do Padre Reus”²⁷; (3) a luta em favor da arborização da cidade de São Leopoldo; (4) o combate à prática dos aterros sanitários em áreas de banhado; (5) a reação diante do agravamento da poluição do rio dos Sinos.

O caso do Banhado de São Miguel data de 1977 e foi uma tentativa fracassada de interferência no uso de áreas públicas pela Prefeitura de São Leopoldo. Sabendo da criação do Projeto de Lei Municipal que determinava o aterro do banhado, a entidade mobilizou-se protestando na imprensa e comparecendo na Câmara de Vereadores para discutir o assunto. Os argumentos dos ambientalistas não impediram a aprovação do projeto e a sua posterior execução, mas evidenciaram uma clara percepção de que a preservação ambiental passava diretamente pela atuação do governo municipal no uso do espaço urbano.

Nos documentos referentes à luta contra o aterramento do Banhado São Miguel, há quatro cartas emitidas pela entidade em agosto de 1977. Uma das cartas foi enviada para José Lutzenberger e incluía no texto um pedido de colaboração na "divulgação do fato" e no envio de sugestões; uma outra foi dirigida ao vereador Octávio Pereira da Silva, lamentando o voto da bancada do MDB em favor do projeto apresentado pelo Executivo

²⁶ O *Projeto Natureza* foi criado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e no município de São Leopoldo foi desenvolvido com a colaboração da AGAPAN-NL. A coordenação geral desse projeto foi executada por Lylia Maria Hennig, Marlene Venturella Fischer, João Ignácio Daudt e Maria de Lourdes Ceolin.

²⁷ Essa é a denominação popular da área de mata que fica próximo ao templo Padre Reus, no município de São Leopoldo, e que recebeu o nome oficial de Parque Municipal Henrique Luiz Roessler.

municipal; a terceira carta foi para o vereador Roque Vilande contendo um agradecimento pelo voto da bancada da ARENA contra o projeto; a quarta foi dirigida a Olímpio Albrecht, então prefeito de São Leopoldo. Da carta destinada ao prefeito, importa destacar o seguinte trecho:

Lamentamos que a AGAPAN-NL não foi ouvida neste assunto, já que envolve aspectos ecológicos - e o bem estar da população também faz parte da ecologia, no que tange a qualidade de vida - e sempre estivemos a vossa disposição.

(...), é nosso dever cívico e conservacionista pugnar pela proteção do meio natural leopoldense, o que faremos indistintamente das cores partidárias, louvando ou criticando, mas sempre oferecendo sugestões alternativas, pois nossa crítica é obrigatoriamente positiva.²⁸

Colocar-se à disposição do poder público, criticando ou sugerindo, eram estratégias usadas pelos ambientalistas para interferir nas discussões e decisões do governo referentes ao meio ambiente, mas o sucesso desses mecanismos não era sempre garantido. Prova disso é que, na mesma carta citada acima, a entidade lamentou seis tentativas fracassadas de obter uma entrevista com o prefeito de São Leopoldo, todas feitas no decorrer daquele ano.

Derrotada na sua iniciativa de evitar a implantação da lei que decidiu o destino do Banhado São Miguel, a AGAPAN – NL obteve um resultado diferente na sua mobilização pela preservação do “Matinho do Padre Reus”. Essa mobilização envolveu um confronto de interesses entre os ambientalistas e um grupo de leopoldenses que havia obtido o direito de uso da área, por meio de uma lei municipal, para a construção da sede do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. O confronto foi registrado na imprensa local com troca de críticas entre as duas partes envolvidas e discussões na Câmara de Vereadores.²⁹ Depois de uma intensa mobilização coletando mais de 3.000 assinaturas em favor da preservação da área, a AGAPAN – NL saiu vitoriosa com a decisão do Executivo municipal de ceder uma outra área para a construção do Museu Visconde de São Leopoldo

²⁸ AGAPAN – NL Carta enviada para Olímpio Albrecht. São Leopoldo, ago. de 1978. Acervo da UPAN.

²⁹ Museu X Agapan: Prefeito vetou projeto aprovado pela Câmara. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 14 de dez. de 1977, pág.5.

Matinho do Padre Reus: Museu X Agapan. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 17 de jun. de 1978, p.8.

Agapan colhe assinaturas para preservar área verde. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 24 de jun. de 1978, p.7.

Museu X Agapan: Julião responde às críticas. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 24 de jun. de 1978, p. 2.

Agapan X Museu: as soluções ainda estão muito distantes. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 05 de jul. de 1978, p. 6.

e com a aceitação da idéia de preservação do “Matinho”. A vitória foi comentada, na ocasião, pelo então presidente da entidade, Julião Aibar Tesch.

A palavra da AGAPAN - NL sobre o assunto é de euforia, pois entendemos que realmente conquistamos o “matinho do Padre Reus”, pelo qual há tanto tempo lutávamos para ser preservado. Aliás, a conquista não é só da Agapan, mas sim, de todas aquelas três mil pessoas que assinaram um manifesto publicado pelo Jornal Vale do Sinos, pedindo pela conservação da área.³⁰

Preservado por determinação do Executivo municipal e, posteriormente, transformado no Parque Municipal Henrique Luiz Roessler, o “Matinho do Padre Reus” foi (e continua sendo) reconhecido como uma grande vitória do movimento ambientalista local. A concretização dessa vitória, embora valorizasse a vegetação existente no local, também ressaltava a capacidade de ação política alcançada pelos ambientalistas de São Leopoldo.

Na mesma época em que buscava a preservação do “Matinho do Padre Reus”, a AGAPAN - NL também estava empenhada na arborização da sua cidade insistindo na necessidade de valorização das árvores no espaço urbano, contrariando interesses particulares³¹ e questionando as ações governamentais no tratamento das árvores.³² Diversos tipos de ações caracterizaram a luta pela arborização: o plantio e o cuidado de árvores em áreas públicas;³³ a realização de eventos em homenagem ao Dia da Árvore e ao Dia do Meio Ambiente;³⁴ a distribuição gratuita de mudas estimulando a comunidade a

³⁰ Matinho do Padre Reus entregue aos cuidados da Agapan. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 20 de abr. de 1979, p. 3.

³¹ Julião Tesch: “Muitas pessoas podam árvores por comodismo”. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 18 de jun. de 1979, p.18.

Presidente da Agapan lembra: Poda indiscriminada pode dar até cadeia. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 25 de jun. de 1980, 23.

³² Um exemplo interessante de questionamento da ação governamental no tratamento das árvores pode ser encontrado na imprensa local nas seguintes matérias:

Agapan denuncia abate indevido de árvores do matinho da Duque. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 01 de set. de 1980, p. 7.

Fundação Zoobotânica explica a derrubada de eucaliptos na Duque. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 15 de set. de 1980, p. 2.

Fundação não está cumprindo o prometido. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 16 de out. de 1980, p. 5.

³³ Agapan segue na sua ação protetora ao meio ambiente. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 07 de out. de 1978, p. 18.

Escola Estadual Sander vai plantar 60 mudas de árvores. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 16 de out. de 1980, p.2.

Lions-Scharlau distribui 300 mudas de árvores frutíferas no Jardim Viaduto. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 25 de ago. de 1981, p. 3.

Árvores são plantadas no centro da cidade. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 14 de out. de 1981, p. 2.

³⁴ 2º Encontro com a Natureza foi aberto sábado. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 01 de out. de 1979, p.2.

Agapan promove I Feira de Literatura Ecológica. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 09 de nov. de 1979, p.23.

participar da arborização; o combate à prática da poda ³⁵ e a outros tipos de agressões às árvores (derrubadas, queimadas, fixações de cartazes, etc.). O resultado das ações da AGAPAN - NL voltadas para a arborização não deve ser medido pela quantidade de árvores plantadas, pela contenção das derrubadas ou pela mudança na prática da poda. O que estava em jogo na luta pela arborização de São Leopoldo, além da própria realização pessoal dos ambientalistas que assumiram essa luta, era o envolvimento da comunidade na valorização da presença e do tratamento correto das árvores no espaço urbano, tarefa que implicava um processo educativo de intervenção no cotidiano das relações entre os moradores da cidade e a natureza local. E essa interpretação nos leva ao encontro do tema Educação Ambiental, que será abordado com maior atenção nos próximos capítulos da dissertação.

A história da luta da AGAPAN - NL contra o aterramento dos banhados com o lixo apresenta a interessante discussão que estava em curso em torno dos riscos ambientais existentes. A entidade não só insistia no risco de poluição do lençol freático e de proliferação de doenças como também denunciava a existência de irregularidades técnicas nos aterros sanitários que a Prefeitura usava no Banhado São Miguel e na área localizada entre a Avenida Dom João Becker e o dique do rio dos Sinos, enquanto a Prefeitura insistia na viabilidade dos aterros, alegando que os riscos ambientais eram os menores possíveis. A intervenção da Secretaria Estadual de Saúde, via Departamento de Meio Ambiente - DMA, resultou na interdição dos aterros sanitários e estimulou o encaminhamento do projeto de uma usina municipal de reciclagem. A interdição imposta por um poder público maior do que o municipal encerrou uma das lutas assumidas pela AGAPAN - NL com um saldo parcialmente positivo. A entidade não pôde evitar o surgimento dos aterros e os transtornos ambientais decorrentes, mas, em contrapartida, colaborou para suspender o seu funcionamento, alimentou a discussão pública em torno do assunto e contribuiu para que o problema do destino do lixo ganhasse importância na agenda do governo de São Leopoldo.

36

II Feira de Literatura Ecológica inicia hoje. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 20 de nov. de 1980, p. 6.

Meio ambiente: dia mundial teve comemorações aqui. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 08 de jun. de 1981, p. 7.

³⁵ No combate à poda realizado pela entidade, é importante destacarmos o trabalho do Engenheiro Agrônomo Atos Raimundo Bemvenuti, que, voluntariamente orientou a equipe de limpeza urbana de São Leopoldo para a realização de uma poda menos nociva à vitalidade das árvores.

³⁶ As discussões e pareceres técnicos gerados em torno do destino dos aterros sanitários que a AGAPAN - NL buscou interditar foram registradas nas seguintes matérias:

Padre Clemente Steffen: "Aterro sanitário poderá custar à cidade dez anos de problemas." *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 14 de dez. de 1979, p. 20.

Aterro Sanitário da Dom João Becker: Técnicos da Secretaria da Saúde aconselham a cobertura do lixo. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 26/02/1980, p. 3.

Gerar a discussão pública e fazer política fora dos espaços institucionais do governo também foi a opção da entidade diante da poluição do rio dos Sinos. Henrique Luiz Roessler já havia denunciado a contaminação industrial e os efeitos nocivos para os peixes e a população que consumia água sem tratamento ou que se banhava no rio, e, cerca de vinte anos depois, a AGAPAN - NL renovou essas denúncias promovendo uma campanha contra o banho no rio dos Sinos.³⁷ A campanha contou com a distribuição de mais de vinte mil panfletos que além de alertar para os altos índices de poluição da água, denunciavam as principais indústrias poluidoras e ressaltavam a necessidade de investimentos públicos no tratamento do esgoto. Denunciar a poluição hídrica e combater o banho no rio dos Sinos, prática que era comum no começo dos anos 80, foram duas prioridades assumidas pela AGAPAN - NL. A iniciativa foi bem intencionada no sentido de aumentar a percepção da sociedade diante da gravidade da poluição hídrica na região, mas o combate ao banho no rio dos Sinos não atacava as origens do problema. Essa tarefa exigia novas estratégias e foi assumida por uma outra geração de ambientalistas. Em 1985, quando Carlos Cardoso Aveline foi eleito como presidente da AGAPAN-NL, o movimento ambientalista no Vale dos Sinos iniciou um processo de mudanças que apontavam para a busca de uma intervenção mais expressiva nas ações do poder público.

1.3 O uso da Legislação Ambiental na luta pela proteção da natureza

Na segunda metade dos anos 80, a UPAN rapidamente passa a exercer um papel destacado como fiscalizadora no cumprimento e na reformulação da lei ambiental. Na pasta de correspondências da entidade, emitidas em 1986, há duas cartas que registram preparativos para a luta contra a poluição provocada pelos curtumes da região. Em uma dessas cartas, datada de 22 de fevereiro e assinada por Carlos Aveline, a entidade solicita

Lixão da Prefeitura: fumaça, fedor e moscas para moradores. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 08/05/1982, p. 4.

Curtume afirma que está colocando dejetos onde a Prefeitura determina. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 09/06/1982, p. 3.

Lixão da Prefeitura: Saúde enviou técnicos para análise. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 10/06/1982, p. 3.

Saúde proíbe que Prefeitura e curtumes continuem usando banhado para largar dejetos. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 18/06/1982, p. 11.

Banhado do São Miguel é impróprio. Prefeituras e todas as indústrias devem buscar alternativas para o lixo. *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 24/06/1982, p. 3.

Presidente do Comdema: “Lixo industrial de curtumes é muito pouco em relação ao resto das indústrias.” *Jornal Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 25/06/1982, p.6.

³⁷ Agapan local distribuirá folhetos para alertar sobre os perigos do Rio dos Sinos. *Jornal do Comércio*, Novo Hamburgo, 07 de jan. de 1982, s/p.

Agapan inicia campanha para a população não tomar banho no rio. *Jornal do Comércio*, São Leopoldo, 11 de jan. de 1982, p. 19.

ao DMA informações sobre os critérios para avaliação da poluição e denuncia práticas poluentes do curtume Pelesinos; na outra, datada de 19 de março e dirigida a Paulo Nogueira Neto (Secretário Nacional do Meio Ambiente), a UPAN denunciou a omissão da Secretaria Estadual de Saúde na aplicação da lei que exigia dos curtumes o tratamento secundário de efluentes, protestou contra a prorrogação do prazo de tolerância concedido para a implantação desse tratamento e pediu orientações para combater a poluição no rio dos Sinos.

No mesmo ano do seu surgimento - 1986 -, a UPAN participou do *Inquérito sobre a Poluição do Rio dos Sinos*, coordenado pela Prefeitura de São Leopoldo, e ampliou o seu contato com a legislação ambiental. Em 1988, a entidade publicou *Como proteger o ambiente natural - elementos para uma estratégia dos grupos de ação ecológica*,³⁸ uma pequena cartilha de ativismo ambientalista que incluía algumas orientações sobre o uso dos recursos jurídicos na defesa da natureza.

Se você detecta uma agressão ao ambiente natural você pode ligar para o Departamento do Meio Ambiente (DMA) ou escrever uma carta para seu Diretor e abrir um processo administrativo com uma queixa formal contra o poluidor.

Diante da mesma agressão à natureza, outra alternativa que você dispõe, é procurar o promotor direto na sua cidade e, baseado na lei federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, pedir que ele instaure inquérito civil e/ou mova ação jurídica contra o agente poluidor. Ocorre que a Lei 7.347 tem sido um grande instrumento do movimento ecológico porque permite que associações comunitárias e na prática até indivíduos façam denúncias ao Ministério Público para que este, através dos promotores, tome providências jurídicas sem gasto algum para quem está defendendo a natureza, o patrimônio histórico ou paisagístico ou os direitos do consumidor. Mas atenção, quando o responsável pela agressão à natureza for empresa, repartição ou entidade federal, procure em Porto Alegre a Justiça Federal, mais precisamente o Procurador-Chefe da República no Estado, e peça o mesmo apoio que teria pedido ao promotor da sua cidade, com base na lei nº 7.347. Outra alternativa é organizar um abaixo-assinado a autoridade competente pedindo que ela tome uma atitude correta em relação ao problema.

³⁸ AVELINE, Carlos. *Como proteger o ambiente natural - elementos para uma estratégia dos grupos de ação ecológica*. Novo Hamburgo: Editora OTOMIT, 1988, s/p.

Mais do que incentivar e orientar o uso da lei em defesa da natureza ou de formular uma teorização do assunto afastada da prática, a UPAN foi acumulando em sua bagagem histórica uma série de ações ambientalistas em que o conhecimento e a uso da lei foram fatores determinantes.³⁹ Tomamos aqui como exemplo a ação judicial movida contra a Prefeitura de Novo Hamburgo quando esta iniciou obras para desviar o trecho final do arroio Pampa e transgrediu duas leis de proteção ambiental: a da proibição de alteração no curso original de rios e afluentes e a da degradação de uma área de banhado.⁴⁰ Essa experiência foi noticiada pelo jornalista Juarez Tosi da seguinte forma:

As agressões aos banhados são uma constante em todo Estado. Em agosto de 88, a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) entrou na justiça para impedir que a Prefeitura de Novo Hamburgo continuasse as obras de desvio do arroio Pampa, que carrega a poluição de 5 curtumes e parte dos esgotos residenciais do Bairro Canudos. Com o desvio, o arroio que deságua no Rio dos Sinos, passaria a soltar toda a poluição no banhado do rio. A Prefeitura ainda tentou revogar a liminar alegando que estava reconstruindo o canal original. A liminar no entanto foi mantida e agora, além do fechamento do canal que começou a ser aberto, a Promotoria solicitou a indenização de todos os prejuízos causados ao meio ambiente. O desvio do arroio Pampa, segundo os ecologistas, destruiria o banhado do Rio dos Sinos, um verdadeiro santuário que preserva várias espécies entre as quais ratões, garças, socós e tartarugas, além de liberar água para o Rio dos Sinos.⁴¹

Em agosto de 1989, a UPAN publicou um caderno de estudos com o título de *Apanhado de Leis sobre Preservação Ambiental: com prioridade para os recursos hídricos*.⁴² Há, na introdução dessa obra, a opinião da entidade sobre o motivo e a finalidade da publicação:

Durante os quatro últimos anos de luta prioritária pelo Rio dos Sinos, a frente jurídica foi uma das mais ativas da nossa entidade. Aos poucos, fomos juntando um amontoado de leis, decretos, portarias, normas técnicas. Agora surgiu a necessidade de passar a limpo e organizar, para

³⁹ UPAN encaminha denúncias contra o DMA. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 15 de nov. de 1989, p. 23. A matéria menciona o expressivo saldo de “20 iniciativas judiciais que geram a tramitação de 15 inquéritos civis para a apuração de crimes ambientais” período entre 1986 e 1989.

⁴⁰ O arroio Pampa deságua no rio dos Sinos próximo a uma das estações de captação de água que abastece o município; com o desvio, a sua poluição seria lançada para um ponto do rio posterior ao da estação, com o que se pode inferir que a Prefeitura de Novo Hamburgo visava uma economia no tratamento de água que abastece a cidade e a transferência, para o município vizinho, da poluição carregada pelo Arroio Pampa.

⁴¹ O Rio Grande destrói os seus banhados. *Zero Hora*, Porto Alegre, 05 de fev. de 1989, s/p.

⁴² UPAN. *Apanhado de Leis sobre Preservação Ambiental: com prioridade para os recursos hídricos*. São Leopoldo, ago. de 1989, Arquivo da Terraguar Associação Ecológica.

nossos próprios militantes e simpatizantes, as peças mais importantes da legislação ambiental - com prioridade para os recursos hídricos. Assim nasce o presente apanhado. Reunimos aqui quase tudo o que achamos importante a partir das frentes de ação jurídica que abrimos nos últimos anos.

Pensamos que o país tem uma legislação ambiental bastante razoável, mas que o grande problema é que a sociedade conhece muito pouco sobre ela e o respeito por ela é quase inexistente. [grifo do autor]

As autoridades, que deveriam cumprir e fazer cumprir as leis são, na maior parte dos casos, as primeiras a passar por cima da legislação ambiental. Esperamos que isso melhore no futuro próximo. Mas isto vai depender de quem? Vai depender da sociedade civil, do seu grau de mobilização e da sua capacidade de educar as autoridades mais relapsas e incentivar os funcionários públicos que tem vontade de cumprir o seu dever. [grifo do autor].

Socializando a legislação ambiental, estimulando a participação da sociedade na fiscalização e no cumprimento da lei e orientando os procedimentos mais adequados para o uso da justiça em favor da proteção ao meio ambiente, a UPAN reforçava um processo de politização do ambientalismo que havia sido iniciado no Vale por Henrique Luiz Roessler e o grupo da UPN. No decorrer desse processo, a preservação do meio ambiente passou a ser defendida por um segmento da sociedade que buscou ampliar o seu potencial de ação social incentivando a reflexão sobre as deficiências e limites da legislação ambiental já existente e denunciando os obstáculos que dificultavam o seu cumprimento.

O mesmo desejo de eficiência na aplicação da legislação ambiental pode ser encontrado em fragmentos da história da Terragar Associação Ecológica. Nascida sob a influência da UPAN, a entidade fez uso da lei em diversas ocasiões, como na campanha pela interdição definitiva do “lixão” da Vila Kröeff, no município de Novo Hamburgo; na luta contra a construção da Avenida dos Municípios e na exigência de providências judiciais diante da poluição do arroio Pampa. O caso do “lixão” da Vila Kröeff merece ser aprofundado por ser um interessante exemplo de divergências entre os ambientalistas e, ao mesmo tempo, por revelar o seu empenho no sentido de interferir em decisões do poder público. No final dos anos 80, o depósito de lixo usado pela Prefeitura de Novo Hamburgo estava localizado na Vila Kröeff em uma área de aterro sobre o banhado do rio dos Sinos. A propriedade era alugada pela administração municipal que não realizava nenhum trabalho de prevenção ou diminuição dos danos

ambientais decorrentes da presença de lixo doméstico e industrial. A gravidade da situação mobilizou os ambientalistas da UPAN, que acionaram a justiça obtendo a interdição do local. Mediante a pressão dos ambientalistas e da interferência Federal via IBAMA, iniciou-se, então, uma etapa de estudos e discussões para a solução do problema do destino do lixo gerado em Novo Hamburgo.

Convidada pela Prefeitura, a Tecnologia Convivial, empresa de José Lutzenberger, apresentou a sua proposta defendendo a combinação de um trabalho de recuperação da área com a implantação de uma central de separação e reaproveitamento no mesmo local do depósito. No estudo encaminhado pela empresa à Prefeitura, contendo 16 páginas escritas pelo próprio Lutzenberger e intitulado *Proposta de plano de ação para a solução do problema do lixo em Novo Hamburgo*,⁴³ encontramos argumentos técnicos favoráveis ao uso de procedimentos para a recuperação da área com a continuidade do funcionamento do depósito de lixo nela localizado. Lutzenberger estava consciente de que a sua idéia era contestada por outros ambientalistas e preocupou-se em ser objetivo na exposição das suas intenções.

A nossa intenção é propor um caminho alternativo, pragmático, ecologicamente aceitável e socialmente desejável, em esquema de tecnologia branda (ou suave).⁴⁴

Não se trata em absoluto de querer acomodar supostas más intenções da Prefeitura de Novo Hamburgo ou de "trair" [grifo do autor] o movimento ecológico, muito menos desrespeitar a lei.⁴⁵

Para compreendermos o significado da expressão *"trair" o movimento ecológico*, devemos considerá-la como uma resposta dirigida a outros ambientalistas que rejeitavam a possibilidade de uso daquela localidade como depósito de lixo. A liderança da crítica coube a UPAN, que também acionou argumentos técnicos na sua luta pela interdição definitiva do local. Na matéria do Jornal NH, intitulada *Área do lixão é um banhado*⁴⁶, encontramos registrada a posição da UPAN.

Depois de estudarem por mais de um mês a área, por solicitação da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), os professores da UFRGS Roberto Verdum e Dejanira Saldanha Frantz concluíram não ser possível mantê-lo como local de reciclagem.

⁴³ LUTZENBERGER, José. *Proposta de plano de ação para a solução do problema do lixo em Novo Hamburgo*. Porto Alegre, 18 de set. de 1989, acervo documental de Augusto Carneiro.

⁴⁴ *Ibid.*, p.3.

⁴⁵ *Ibid.*, p.7.

⁴⁶ *Área do lixão é um banhado. Jornal NH*, Novo Hamburgo, 25 de set. de 1988, p. 4.

A UPAN pretende que o depósito de lixo seja fechado definitivamente no próximo dia 1º de outubro. Para isso, baseia-se nesse documento [assinado pelos professores da UFRGS], mais um parecer de técnicos do Comitesinos, que aprovou na semana passada, por unanimidade, um posicionamento contrário à tese de reciclagem de lixo no local, defendida pelo Nobel Alternativo de Ecologia, José Lutzenberger, e um abaixo-assinado dos moradores da vila Kröeff.⁴⁷

Resguardada pelo levantamento de dados técnicos concluídos poucos dias depois da apresentação da proposta de Lutzenberger e contando com apoio de membros da comunidade da Vila Kröeff, a UPAN enviou uma circular para diversas entidades ecológicas expondo o seu parecer a respeito do assunto e solicitando manifestações de apoio. A Terraguar respondeu pedindo a interdição definitiva, e a sua manifestação não foi bem recebida pela Tecnologia Convivial, que alegou excessiva influência da UPAN. Explicando o posicionamento da entidade hamburguense e defendendo a autonomia da sua opção, Mauro Souza escreveu:

(...) eu pessoalmente fiz as fotos que foram para a representação judicial, que culminou com várias interdições. Além disso, temos vários integrantes da Terraguar que moram na Vila Kröeff. Assim sendo, quando tomamos nossa posição, esta foi muito bem pensada em cima de fatos reais, pois acompanhamos o lixão desde 1986. Jamais deixaríamos nos induzir por uma circular somente (embora damos nosso aval para a circular da UPAN).⁴⁸

A divergência quanto ao destino do lixo de Novo Hamburgo prolongou-se, e, no dia 17 de outubro, a UPAN emitiu uma circular dirigida às entidades ambientalistas do Estado, onde afirmava:

Dizer que ele [Lutzenberger] estava sendo vítima de injúrias da nossa parte não serve para explicar os fatos. Dizer que o Movimento Roessler vem apoiando o prefeito Paulo Ritzel e apoiou o projeto também não explica os fatos. Ignorar a posição combativa da Terraguar Associação Ecológica, [grifo do autor] que participa da luta desde o início, também não explica os fatos. Temos do nosso lado, isto é, do lado dos sapos, tartarugas, garças e peixes, [grifo do autor] as leis federais, as leis estaduais, os critérios técnicos do DMA, o parecer técnico formal e unânime do Comitesinos, a sentença do Tribunal (11 de outubro) e as sentenças anteriores do juiz de Novo Hamburgo (dia 03 de maio), os

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ TERRAGUAR. Carta para Tecnologia Convivial. Novo Hamburgo, 12 de out. de 1989.

moradores da Vila Kröeff, a Associação Matogrossense de Ecologia, as entidades ecológicas de Santa Catarina, e um número expressivo de entidades gaúchas.⁴⁹

Cabe ressaltar que, nesse confronto de posições, o objetivo maior era influenciar nas decisões do poder público, tanto na criação quanto na aplicação da lei ambiental. No caso específico do lixão da Vila Kröeff, prevaleceu a posição que defendia a interdição definitiva daquela área quando a Prefeitura de Novo Hamburgo iniciou a construção de um aterro sanitário e de uma central de reciclagem em uma antiga pedreira no bairro Roselândia. Hoje, esse aterro sanitário excedeu o seu limite, e o problema do destino do lixo em Novo Hamburgo continua aguardando uma solução mais adequada.

A experiência do lixão da Vila Kröeff reforçou os vínculos da UPAN com a Terraguar e possibilitou a cooperação entre as duas entidades na luta contra a construção da Avenida dos Municípios. Essa avenida foi projetada para ser uma rodovia alternativa e mais curta na ligação entre a RS - 239 e a BR - 116. A partir da prioridade estratégica de facilitar o transporte rodoviário, os engenheiros decidiram que a nova rodovia deveria cortar uma parte da área de banhado do rio dos Sinos.

A construção da Avenida dos Municípios foi interdita por iniciativa dos ambientalistas, que usaram procedimentos jurídicos para conter uma obra defendida como prioridade por lideranças políticas e grupos econômicos interessados na expansão do parque industrial local. O primeiro pedido de liminar para a interdição da obra, feita pelo militante da Terraguar, Tibúrcio Marques Neto, via Ação Popular, é uma das peças textuais mais interessantes que encontrei nas fontes documentais. A liminar foi encaminhada ao Juiz da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Porto Alegre no dia 29 de agosto de 1990 e dirigida contra o Governador do Estado Sinval Guazelli e contra o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, acusando ambos de omissão de informações de interesse público e de agressão a uma reserva ambiental criada e protegida por lei.

De fato, a área onde presentemente se constrói a rodovia foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação e implantação de uma Reserva Biológica Filo-Fito Ecossistema de Brejo, pelo Decreto nº 46/87 de 22 de abril de 1987, do Município de Novo Hamburgo.

(...). Inobstante a tentativa do autor em obter os projetos da rodovia, não lhes foi dado aceso aos mesmos. A urgência da medida presente não

⁴⁹ UPAN. *Ao movimento ecológico do Rio Grande do Sul. A UPAN agradece o apoio à luta pelos arroios e contra o lixão em águas do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 17 de out. de 1989, Arquivo da Terraguar Associação Ecológica, pasta de correspondências recebidas.

permite, de outra banda, a espera pelos trâmites burocráticos para sua obtenção, vez que, em quinze dias, já terá avançado demasiadamente sobre a área, com repercussão insofismável.

(...). O projeto, tal como está sendo trabalhado, fere o art. 3º da L. nº 4.771/65, com as alterações da L. nº. 6.535/78. Está agredindo o artigo 2º, letra "c" da Resolução nº. 008/84 do CONAMA, além do já mencionado Decreto nº. 46/87 do município de Novo Hamburgo e, sobretudo agredindo a Constituição Federal em vários de seus sítios, mormente o art. 225.

Na passagem citada acima, percebe-se o elevado grau de conhecimento da legislação ambiental usado por Neto na sua iniciativa de recorrer à Justiça, enquanto, em outra parte do mesmo documento, percebe-se também uma afirmação da sua condição de cidadão quando se declara como "eleitor na posse de seus direitos" e assume a condição social de "pobre" para reivindicar a isenção dos custos judiciais. Mais do que produto de um exercício de cidadania, essa Ação Popular reflete a fusão da racionalidade jurídica com o interesse pela preservação ambiental, e é a partir dessa fusão que podemos entender melhor o encerramento do texto encaminhado à Justiça.

É que, se não bastasse o decreto acima aludido [o nº. 46/87], o que faz por si só a presente ação bastante fundamentada, o local se portaria como dique natural contra cheias, como elemento purificador das águas do rio dos Sinos, como "habitat" de um sem-número de espécies vegetais e animais e como paradeiro de aves migratórias. Concluída a obra, esse imenso manancial quedar-se-ia profundamente aviltado em seu potencial ecológico, mormente por tornar ainda mais poluídas as águas do rio dos Sinos. Ademais, o antigo traçado suportaria o objetivo da obra, com menor custo, a depender somente da remoção dos sub-habitantes que, de resto, merecem lugar melhor para morar.

O poder judiciário considerou válidos os argumentos apresentados pela Terraguar em nome de Tibúrcio Marques Neto e interditou a obra da Avenida. Mas o interesse das prefeituras de Novo Hamburgo e Campo Bom em concluí-las levou a uma retomada da construção e a uma nova investida ambientalista na justiça. Em 17 de setembro de 1991, Mauro Souza, também escrevendo em nome da Terraguar, encaminhou ao Promotor de Justiça da Primeira Vara Civil de Novo Hamburgo uma solicitação de interdição definitiva da Avenida dos Municípios e, junto com ela, o pedido de restituição dos danos ambientais causados na Reserva Biológica Fito-Filo-Ecossistema de Brejo. Depois de expor os motivos que justificavam a ação judicial - descumprimento de leis ambientais de proteção a reserva; inexistência de RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), retomada das obras

sem a Licença de Instalação exigida e concedida pela FEPAM, omissão de informações e desconsideração de pareceres técnicos comprovando os danos ambientais da obra -, Mauro Souza acrescentou:

É inconcebível a construção de uma estrada de valor questionável dentro de um banhado de valor inquestionável.

A construção de uma estrada que beneficia certa parcela da população de determinada espécie animal não deve ser priorizada em detrimento a toda uma coletividade de outras populações animais, entre elas a dos sapos, tartarugas, garças, cobras, cágados, preás, entre outras.

Segundo as sábias e imutáveis leis da natureza, a função sócio-político-econômico e cultural de um banhado é continuar sendo banhado.

Hoje, mais de 15 anos depois de a Terraguar ter lutado contra a Avenida dos Municípios nas instâncias judiciais, a obra encontra-se inacabada, e o interesse dos políticos em concluir o seu trajeto ainda é grande. A interdição da obra mediante a intervenção judicial representou uma vitória importante para o ambientalismo local e foi obtida dentro das regras do jogo jurídico que os ambientalistas estavam aprendendo a jogar e que usavam buscando a redefinição das prioridades sociais e a preservação da natureza.

Na mesma época em que lutou contra a conclusão da Avenida dos Municípios, a Terraguar também usou de recursos jurídicos para impedir a canalização do arroio Peri, iniciada pela administração municipal de Campo Bom, município que faz divisa com a cidade de Novo Hamburgo. Alegando estar atendendo reclamações de moradores do Bairro Imigrante, o prefeito de Campo Bom, Geovani Feltes, contratou uma empreiteira, que enviou máquinas para realizar a dragagem do arroio na sua divisa com o bairro hamburguense São Jorge. Essa iniciativa gerou um impasse: de um lado, Pedro Schmidt, proprietário da área onde as obras foram iniciadas, manifestou-se contra a dragagem e foi apoiado pela Terraguar; e do outro, um grupo de moradores reclamava das enchentes e do lixo acumulado nas margens e reivindicava a conclusão da obra.

A Terraguar interferiu pedindo a suspensão da dragagem junto à prefeitura de Campo Bom, que insistiu na sua intenção de atender aos moradores prejudicados pelas enchentes do Peri. O passo seguinte da entidade foi buscar apoio no DMA da Prefeitura de Novo Hamburgo, que inicialmente embargou as obras, mas posteriormente suspendeu o embargo, alegando que a responsabilidade era da administração municipal de Campo Bom. Diante dessas circunstâncias, a entidade decidiu acionar o IBAMA, que interditou a obra com base no Código Florestal (Lei n.º 4771, de 15/09/1965).⁵⁰

⁵⁰ Desobstrução do Arroio Peri causa polêmica. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 19/20 de jan. de 1991, p. 3.

Contudo, o destino do arroio Peri continuou gerando polêmica, quando a Justiça suspendeu a interdição determinada pelo IBAMA e as obras foram retomadas.⁵¹ O proprietário do terreno sustentou que “a principal causa de obstrução do canal era o lixo doméstico e o esgoto que os próprios moradores, que se dizem prejudicados, despejavam no Peri”. A prefeitura de Campo Bom fez a sua defesa alegando que, de acordo com a Lei Federal 7.803, artigo 22, a fiscalização nas áreas urbanas é competência do município e que a limpeza dos arroios é responsabilidade municipal prevista no Código das Águas. Vários moradores do Bairro Imigrante manifestaram-se satisfeitos com a dragagem, enquanto que a Terraguar, por sua vez, continuou insistindo que estava ocorrendo uma agressão à lei ambiental com a mudança no curso do arroio e o desmatamento das suas margens. No meio de tantas posições, o próprio Jornal NH expôs a sua:

Sobre o Terraguar, vale destacar que sua obra de preservar a natureza é meritória, já que necessitamos da natureza para a sobrevivência, tanto dos seres humanos, quanto dos animais, mas, neste caso, a propalada proteção ao Arroio Peri não cabe, já que nenhum destes integrantes sofre os problemas das inundações causadas pelo arroio em dias de muita chuva.

52

O pensamento dos ambientalistas da Terraguar envolvidos na luta contra a dragagem do arroio Peri excedia a questão jurídica e institucional na medida em que a entidade sustentava a necessidade da participação da comunidade no gerenciamento dos recursos naturais e alertava para o risco de novos danos ambientais.⁵³ Nessa perspectiva, a leitura das discussões sobre a aplicação da lei nas questões ambientais não deve ser dissociada da preocupação dos ambientalistas com o uso correto dos recursos naturais e de sua intenção em promover o envolvimento da comunidade no gerenciamento desses recursos. Na seqüência do capítulo, apresento outros exemplos de lutas em que o

⁵¹ IBAMA interdita, mas obra continua. *Jornal do Comércio*. Novo Hamburgo, 24 de jan. de 1991, s/p.

⁵² Dragagem no Peri evita enchentes. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 25 de jan. de 1991, p. 3.

⁵³ Esse pensamento foi registrado em um panfleto criado pela entidade e usado como estratégia de mobilização da comunidade. O texto do panfleto diz o seguinte: “Estão tentando matar o arroio Peri! A Prefeitura de Campo Bom, através da Paviplan, está destruindo a vegetação do arroio. Há cerca de um mês, uma escavadeira vem causando enorme estrago no mato ao longo do arroio. O afundamento do Peri não resolverá o problema das enchentes, pois os alagamentos são causados pelas canalizações de cimento, construídas em torno das águas, a partir da Madeireira Canudense, e também pelo lixo que é lançado no seu leito; estes são os problemas que devem ser discutidos e solucionados pelos moradores que têm suas casas inundadas. A areia retirada do fundo do arroio será buscada nas margens, havendo o risco do desmoronamento chegar até as propriedades, podendo haver desabamento de casas. A Lei nº 4771, de 15/06/1965, do Código Florestal, proíbe a modificação de cursos d’água, que são propriedades da União, bem como protege a vegetação das margens. O Arroio Peri deságua no Arroio Pampa, que, por sua vez, deságua no Rio dos Sinos, de onde é captada a água que nós bebemos. Ajude a cuidar do Arroio Peri e você estará contribuindo para a qualidade da água que você e seus filhos bebem”.

movimento ambientalista do Vale dos Sinos esforçou-se para alcançar a compreensão e a aceitação social das suas reivindicações.

1. 4 Em busca do apoio social: a esfera pública da questão ambiental

A percepção de que a degradação do meio ambiente é inseparável da degradação humana inspirava um discurso ambientalista crítico quanto à estrutura socioeconômica em vigor e ampliava o potencial de apoio social ao movimento ambientalista junto às populações mais carentes, entre as quais era grande a insatisfação diante das precárias condições de habitação e saúde e da falta (parcial ou total) de saneamento básico e de outros serviços públicos. Transformar essa potencialidade em uma força social ativa tem sido um dos grandes desafios do movimento ambientalista brasileiro.

No Vale dos Sinos, uma parte expressiva do trabalho da Terraguar Associação Ecológica buscava o envolvimento das populações mais carentes com os assuntos referentes ao meio ambiente urbano.⁵⁴ Esse tipo de busca foi determinante na ação da entidade quando a administração municipal de Novo Hamburgo decidiu aterrar uma área de banhado para a construção de uma creche e uma praça que atenderiam a população da Vila Esmeralda, na periferia da cidade. A primeira matéria noticiando a construção da creche foi publicada no Jornal NH do dia 19 de fevereiro de 1990⁵⁵ e incluía no seu texto a existência de um impasse entre o presidente da Associação dos Moradores da Vila e a Terraguar, que estava interessada na preservação do banhado. No dia seguinte, o mesmo Jornal NH publicou uma matéria apresentando a versão da Terraguar que apoiava a construção da creche na parte já aterrada do banhado.⁵⁶

Na semana seguinte, as duas partes voltaram a se pronunciar. Paulo Roberto Santos Mello, na condição de presidente da Associação de Moradores, acusou a Terraguar de contrariar a vontade da comunidade, que desejava o aterro de todo o banhado para a construção da creche e de uma área de lazer.⁵⁷ A Terraguar respondeu reafirmando que recebera um convite de moradores da Vila Esmeralda para colaborar com a conservação do banhado e defendeu o seu interesse na fala de Luis Carlos Sernet: - “Cerca de 40% do

⁵⁴ Acredito que essa característica do ativismo ambientalista da Terraguar estava ligada à passagem do arroio Pampa ao lado da sede da entidade, localizada junto ao prédio da Igreja de Confissão Luterana do Brasil, no Bairro Canudos, em Novo Hamburgo. A mobilização pela preservação do arroio marcou o surgimento da entidade.

⁵⁵ Prefeitura tem projeto de creche para beneficiar a Vila Esmeralda. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 19 de fev. de 1990, p.6.

⁵⁶ Creche na Esmeralda tem obras iniciadas. *Jornal NH*, Novo Hamburgo 20 de fevereiro de 1990, p.6.

⁵⁷ Creches e telefones públicos são problemas que afetam Canudos. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 26 de fev. de 1990, p. 14.

terreno é área já aterrada, suficiente à construção do prédio e instalação da área de lazer”.

⁵⁸ O impasse entre a Associação de Moradores da Vila Esmeralda e os "ecologistas" (usando aqui a expressão mais comum na imprensa da época) foi decidido pelo apoio da maioria da comunidade em favor da Terraguar. A Prefeitura realizou a construção da creche sem completar o aterramento do banhado e ainda promoveu, em parceria com a Terraguar, um trabalho de recuperação da área e de educação ambiental da comunidade local. ⁵⁹

Diante da luta da Terraguar pela preservação do banhado da Vila Esmeralda, cabe perguntarmos o que essa experiência compartilhada por um pequeno grupo de pessoas da periferia e envolvendo um pequeno banhado de Novo Hamburgo tem a nos dizer sobre a politização do ambientalismo ou sobre a esfera pública da questão ambiental. Não há um critério pré-definido para dimensionarmos a importância da preservação de um banhado ou para avaliarmos o quanto as concepções de política e de cidadania de cada uma das pessoas envolvidas foram modificadas. Entretanto, isso não nos impede de pontuarmos três elementos presentes nessa luta: 1) a estratégia da Terraguar em propor um projeto alternativo para evitar o aterro foi um avanço no campo político onde a exposição de um interesse bem fundamentado pode influenciar no resultado final de um impasse; 2) a Terraguar disputou o apoio da comunidade local com a liderança da Associação de Moradores Vila Esmeralda e venceu a disputa - fato ilustrativo da complexidade de variáveis que podem influir na mobilização social; 3) a imprensa acompanhou o caso e concedeu espaço para as duas partes interessadas apresentarem a sua versão, e, ao fazer isso, ela ampliou a dimensão pública do caso.

Segundo os elementos destacados acima, é possível argumentar que a politização do ambientalismo e a esfera pública da questão ambiental são dois processos interligados e que ganham forma e conteúdo no decorrer de fatos específicos. A politização não depende necessariamente da institucionalização das forças sociais e, mesmo que a institucionalização exista e que as instituições representem determinados segmentos da sociedade (como é comum no caso de partidos políticos, associações comunitárias, órgãos públicos ou corporações profissionais), podem surgir opiniões e interesses que escapam ao controle das instituições e que estimulam o confronto de posições divergentes. Na dinâmica desses confrontos encontramos a esfera pública da questão ambiental materializada na imprensa, nas manifestações artísticas, nos atos públicos, nas reuniões ou

⁵⁸ Esmeralda: creche e banhado são viáveis, diz Terraguar. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 28 de fev. de 1990, p.2.

⁵⁹ Departamento do Meio Ambiente recupera área na Esmeralda. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 08 de jun. de 1990, p.9.

mesmo nas conversas cotidianas estimuladas pelo interesse das pessoas nos assuntos ambientais.

A esfera pública de exposição e discussão dos problemas ambientais no Vale dos Sinos começou a ser construída por Henrique Luiz Roessler ainda nos anos 30 e, posteriormente, ela foi ampliada pelas entidades ambientalistas surgidas a partir dos anos 70 que contribuíram de diversas formas para que a proteção da natureza ganhasse uma base mais ampla de apoio social. A construção dessa base de apoio social não dependia exclusivamente da vontade dos ambientalistas; ela estava ligada a questões de âmbito nacional e dependia também do surgimento de lutas locais que potencializassem uma mobilização mais expressiva. A história da criação do “Parcão”, em Novo Hamburgo, oferece elementos para pensarmos esse complexo processo de mobilização da sociedade em torno de uma demanda ambientalista.⁶⁰

A idéia de criação do “Parcão” começou a ganhar importância a partir de 1985 com o trabalho acadêmico de Arquitetura feito por Jussara Kley propondo o uso de uma área de 51,3 hectares para fins de preservação ambiental e lazer.⁶¹ Formou-se, então, o chamado “grupo do parque”, composto por pessoas interessadas na concretização do projeto e contando com forte apoio do Movimento Roessler. A primeira reunião do “grupo do parque” com o prefeito Atalábio Foscarini ocorreu em janeiro de 1986. No mês seguinte, o projeto de Jussara Kley foi apresentado aos vereadores e iniciaram-se os contatos com a METROPLAN e o DMA para estudar a possibilidade de implantação do parque. Em março de 86, o Movimento Roessler e a UPAN promovem uma posse simbólica da área por meio da fixação de cinco placas com os seguintes dizeres: “Área de Utilidade Pública, decreto nº. 108/86 - FUTURO PARCÃO - Ajude a proteger! Movimento Roessler e UPAN”.

Em junho de 1986, é realizada a primeira caminhada ecológica promovida pelo Movimento Roessler e pelo “grupo do parque”. Ela contou com cerca de 300 pessoas, que animaram o percurso com bandas, palhaços e balões coloridos e, no encerramento da manifestação, um grupo de crianças plantou um ipê amarelo ao som da música *Árvore da Montanha*⁶². Em outubro, foi realizada a 2ª caminhada ecológica, e centenas de assinaturas foram recolhidas em favor da criação do “Parcão”. Ainda no mesmo ano, o prefeito Foscarini decretou a propriedade como área de utilidade pública, e, no começo do ano

⁶⁰ A área é popularmente conhecida como “Parcão”, e o seu nome oficial é Parque Municipal Henrique Luiz Roessler.

⁶¹ A propriedade da área pertencia ao grupo empresarial Paquetá Empreendimentos Imobiliários.

⁶² O ipê plantado naquela ocasião foi batizado com o nome da música e tornou-se um marco simbólico na luta pela criação do parque.

seguinte, autorizou a formação de uma comissão para negociar a área com os proprietários.

A campanha em favor do Parcão ganhou força e alcançou ampla divulgação na imprensa local. Aos poucos, a idéia foi conquistando o apoio da Igreja Católica, do Sindicato dos Sapateiros e Sindicato dos Metalúrgicos e envolvendo escolas da rede pública e particular. No dia 03 de outubro de 1988, ocorreu o show "Parcão Já", um evento artístico ao ar livre, que contou com apresentações musicais do Coral Luisinho, da Banda Barata Oriental, do Vocal Salamaleque e dos músicos Mauro Kern e Nando d'Ávila.⁶⁴ Ainda no mês de outubro, estudantes de três escolas do centro da cidade (Fundação Liberato, Pio XII e 25 de Julho) realizaram uma grande passeata em favor da criação do "Parcão" e da proteção ao meio ambiente.⁶⁵

Mas a crescente mobilização da comunidade enfrentava obstáculo. A área possuía um alto valor comercial, o prefeito Atalábio Foscarini não concordava em usar o dinheiro público na sua aquisição⁶⁶ e a Paquetá Empreendimentos Imobiliários buscava autorização jurídica para implantar um loteamento na propriedade. No projeto de urbanização do loteamento que a Paquetá encaminhou para apreciação técnica do governo, feita pela METROPLAN e pelo DMA, uma área de 21 hectares estava destinada ao município, fato que deixou o prefeito Foscarini satisfeito em "poder contar com a compreensão e consciência ecológica da Paquetá em uma medida que lhes agrada, agrada aos ecologistas, a prefeitura, e, enfim, a todos os hamburguenses".⁶⁷ Foscarini avaliou a situação de forma equivocada e a oferta dos 21 hectares feita pela Paquetá não impediu a continuidade da mobilização da comunidade.

Nas eleições municipais de 1988, o destino do Parcão ganhou maior importância no cenário político hamburguense. Durante a campanha eleitoral, o Movimento Roessler realizou um debate com os candidatos à prefeitura e apresentou o seu *Programa Verde para uma política ambiental para Novo Hamburgo*. No "*Plano Verde*" - documento registrado com nº. 83.600 no cartório da cidade -, constavam 57 propostas objetivas divididas em 7 eixos temáticos: 1) Política de Manejo das Áreas Verdes; 2) Política de

⁶³ A comissão foi presidida pelo chefe do Departamento de Planejamento e Controle da prefeitura e contava com um advogado, a jornalista Jane Schmitt - integrante do Movimento Roessler - e a arquiteta Jussara Kley.

⁶⁴ Show do "Parcão Já" reúne 200 pessoas. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 03 de out. de 1988, p. 20.

⁶⁵ Passeata de estudantes pede parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 14 de out. de 1988, p. 3.

⁶⁶ Segundo o prefeito de Novo Hamburgo, o investimento para a aquisição da área era muito alto, e problemas como a carência de moradias seriam mais importantes. Em outra ocasião, Foscarini alegou que a prefeitura já possuía (além das praças) 173 hectares de área verde distribuídos em 7 localidades e explicou as dificuldades de conhecer o real valor financeiro da área.

Parcão ainda considerado inviável. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 31 de ago. de 1988, p. 2.

Foscarini volta a questionar a desapropriação do "Parcão". *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 09 de dez. de 1988, p. 3.

⁶⁷ Prefeitura poderá ganhar 21 hectares para "Parcão". *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 29/09/1988, p. 7.

Desenvolvimento Urbano; 3) Política Habitacional; 4) Política Agrícola; 5) Educação Ambiental; 6) Fiscalização; 7) Estratégias de viabilização para uma Política Ambiental democrática. Não pretendo aqui explorar todo conteúdo do documento. No momento, entendo que o item 7 é o mais relevante para pensarmos o processo de politização do ambientalismo.

A garantia de uma vida de qualidade e que satisfaça os interesses da maioria da população será alcançada através de mecanismos que viabilizem uma ampla participação da comunidade no processo de discussão e decisão das questões relativas ao meio ambiente.

Esta participação se concretiza a partir das organizações comunitárias de base, vertendo num grande fórum de orientação dos problemas que encaminhe ações de um órgão municipal específico bem como a política geral do poder público municipal. Práticas de audiências públicas, conselhos municipais de meio ambiente, secretarias e órgãos de meio ambiente são uma coisa comum em muitos municípios brasileiros que ainda não acontecem entre nós.

Somente conduzindo a política ambiental dessa forma, estaremos assegurando uma sociedade verdadeiramente democrática e uma qualidade devida para a população.⁶⁸

Mais do que propor alternativas e indagar os candidatos a respeito delas, o Movimento Roessler conseguiu induzir os candidatos a assumirem publicamente o compromisso de aplicar o *Plano Verde* na gestão municipal mediante a assinatura de um termo de concordância apresentado no final do debate.⁶⁹ A estratégia foi criativa e possibilitou um avanço rumo à incorporação de demandas procedentes do movimento ecológico na política ambiental do município.

No governo de Paulo Ritzel, o candidato vitorioso nas eleições de 88, uma quantidade expressiva das propostas apresentadas pelo Movimento Roessler no *Plano*

⁶⁸ O item "Estratégia de viabilização para uma política ambiental democrática" inclui as 7 últimas propostas objetivas do Plano Verde:

- 51° Debates ou audiências públicas para todo o projeto que gere impacto ambiental quer no local com a comunidade atingida, quer em reunião central aberta a todos os cidadãos.

- 52° Criação de um conselho municipal do meio ambiente com representação das comunidades de base.

- 53° Criação de um órgão municipal que faça pesquisa sobre os ecossistemas naturais dos municípios e que controle as ações de impacto ambiental.

- 54° Posicionamento contrário a grandes projetos que geram impacto ambiental tanto em nível estadual quanto federal.

- 55° Realização de um seminário de reavaliação do plano diretor da cidade visando traçar diretrizes para uma política de desenvolvimento urbano.

- 56° Apoio político e financeiro ao COMITESINOS.

- 57° Regulamentação do transporte de cargas tóxicas e perigosas.

⁶⁹ Prefeituráveis assinaram compromisso. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 14 de out. de 1988, p. 14.

Verde foi aplicada pela administração municipal, e a luta pela criação do Parcão entrou na sua etapa final. Antes mesmo da sua posse, Ritzel lançou a idéia de usar a parte do patrimônio da FENAC⁷⁰ que pertencia ao município na desapropriação da área do Parcão⁷¹ e expôs a sua opinião de que o valor da desapropriação tornava o investimento inviável. Indagado sobre o compromisso de consultar a comunidade para decidir o destino do Parcão, assumido no debate promovido pelo Movimento Roessler, ele disse concordar em realizar um plebiscito, "mas perguntando a população se concorda em aumentar um imposto como o IPTU, por exemplo, a fim de auxiliar na desapropriação".⁷²

Mesmo sem uma solução definitiva para o problema da desapropriação, o "grupo do parque" elaborou um projeto para a criação de uma Fundação Pró-Parque com a pretensão de que a entidade assumisse a responsabilidade pela gestão do Parcão. Depois de aprovados pela Câmara de Vereadores,⁷³ os estatutos da Fundação foram submetidos à apreciação da Curadoria das Fundações (órgão do Ministério Público), que recebeu também "duas mil assinaturas de pessoas protestando contra a demora" na aprovação do documento.⁷⁴ Enquanto corriam os trâmites burocráticos para a regulamentação da Fundação Pró-Parque, o Legislativo Municipal aprovou o projeto do vereador Kao Spindler garantindo dotação orçamentária para aquisição de praças, parques e reservas verdes no município. Em fevereiro de 1990, a prefeitura chegou a um acordo com a Paquetá Empreendimentos Imobiliários e desapropriou a área.⁷⁵ Iniciava-se uma nova fase da história do "Parcão" com os curadores da Fundação Pró-Parque assumindo, publica e juridicamente, o compromisso de fazer da área um espaço de lazer e de preservação ambiental.⁷⁶

Em 1991, o vereador Altair Amorim sugeriu à Câmara de Vereadores o uso da área do Parcão na construção de moradias populares. A proposta foi classificada como "absurda e oportunista" pelo Movimento Roessler, que relembrou o histórico de envolvimento da comunidade na construção do Parcão escrevendo no Jornal NH: "Os representantes do povo na Câmara deveriam respeitar a vontade popular. É até um elogio dizer que essa

⁷⁰ O patrimônio da FENAC é composto pela área e pelos prédios que anualmente são usados para a realização da Feira Nacional do Calçado em Novo Hamburgo.

⁷¹ Idéia de Ritzel: trocar FENAC por área do Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 30 de nov. de 1988, p. 3.

⁷² Parcão: Ritzel é contra a desapropriação da área. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 07 de dez. de 1988.

⁷³ Fundação vai administrar o Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 15 de mar. de 1989, p. 7.

⁷⁴ Estatutos do Parcão já foram analisados. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 19 de jul. de 1989, p. 3.

⁷⁵ Prefeitura assina a compra do Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 20 de fev. de 1990, p. 3.

⁷⁶ A Fundação Pró-Parque iniciou seus trabalhos tendo como curadores Arno Kayser, Jussara Kley e Jane Schmitt (do Movimento Roessler), Cláudio Spindler e Laurindo Mendes (da Câmara de Vereadores), Newton Alano e Udo Sarlet (representando o Executivo municipal).

proposta é traiçoeira e oportunista. O adjetivo ideal seria suicida".⁷⁷ Suicida ou não, a proposta ganhou uma manifestação de apoio em carta enviada pelo cidadão Paulo Jaques Gil à redação do mesmo jornal. O conteúdo da carta expõe uma posição bem diferente da defendida pelo Movimento Roessler.

Muito bem apanhado o pronunciamento do vereador Altair Amorim ao comentar a destinação que se deveria dar ao Parcão. Acho que uma cidade como Novo Hamburgo é quase uma exceção, tal o número de árvores que possui e ainda, por princípio e formação de sua gente, o plantio de árvores frutíferas é muito incentivado, dispensado-se a preservação como intocável, de uma área que custou tanto e tão caro à população, posto que foi paga através do IPTU, (...). Desta forma, nada mais justo do que reverter a mesma à grandes parcelas da população destituídas de poder aquisitivo para a compra de um terreno. Outrossim, dado ao crescimento da cidade, nada mais salutar do que programar a criação de blocos de apartamentos populares para que este espaço possa ser racionalmente ocupado.⁷⁸

Pelo que se percebe na opinião desse cidadão e na própria proposta do vereador Amorim, fazer do Parcão uma reserva ambiental não era a única opção pensada pela comunidade hamburguesa. Reagindo contra outros interesses, o movimento ambientalista de Novo Hamburgo demonstrou maturidade política e soube evitar retrocessos. Ao término do ano de 91, a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Complementar 236, vedando a realização de atividades que afetassem o equilíbrio ecológico da área, revogando qualquer lei que permitisse a abertura de ruas para circulação de veículos e definindo a divisão do "Parcão" em áreas de atividades esportivas, culturais, cívicas e de lazer.⁷⁹ No começo do ano seguinte, a Fundação Pró-Parque lançou edital para receber propostas de construção de obras de infra-estrutura na área. Três propostas foram encaminhadas e todas foram rejeitadas pelo Conselho Municipal de Urbanismo.⁸⁰

A demora na execução de obras de infra-estrutura gerou uma polêmica entre ambientalistas, a Fundação Pró-Parque e a Prefeitura da cidade. Sem a existência de um projeto técnico, a Fundação optou por aceitar a proposta da Prefeitura de desenvolver um projeto e implantá-lo com uma equipe do próprio município, mas o andamento do projeto

⁷⁷ Movimento Roessler critica idéia de loteamento do parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 08 de mar. de 1991.

⁷⁸ Espaço do Leitor. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 08 de mar. de 1991.

⁷⁹ Parcão: Câmara aprova zonas especiais. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 12 de dez. de 1991, p. 5.

⁸⁰ As propostas foram encaminhadas pelo engenheiro civil João Adão Lazari, pelo arquiteto Volnei Ferrari e pelos arquitetos Alexandre Moraes, Silvana Londero e Hugo Einzweiller.

Propostas para o Parcão rejeitadas. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 18 de jul. de 1992, p. 4.

estendeu-se por mais de seis meses e, ao final de 92, enquanto o prefeito Paulo Ritzel responsabilizava a Fundação Pró-Parque pela inexistência de obras no “Parcão”, o secretário de serviços urbanos Paulo Bassi anunciava a intenção de construir um posto policial na área, provocando o desagrado dos ambientalistas.⁸¹ Assumindo publicamente o seu interesse e a sua crítica quanto à polêmica envolvendo o destino do Parcão, o cidadão hamburguense Agnaldo Charoy Dias escreveu duas correspondências para a redação do Jornal NH, que foram publicadas na coluna Tribuna Livre. Na primeira delas, ele afirma:

É necessário que o poder público em Novo Hamburgo assuma a sua responsabilidade na preservação da área do Parcão em Hamburgo Velho. A irresponsabilidade e o desleixo da Administração municipal e do grupo de ecologistas que se dizem defensores dessa área está fazendo com que a cidade perca aquele espaço como espaço de preservação da flora e da fauna nativas.

A idéia ecológica é que o Parcão seja uma área de preservação. Para isto, basta que se retirem de lá os pinus há pouco plantados por jovens cheios de boa vontade, mas mal instruídos pelos responsáveis que encaminharam o plantio. O local deve ser preservado com a sua cobertura original ou pelo menos com a vegetação típica da região. Não basta que as brigadas ecológicas limpem os arroios: é necessário que o poder público identifique e responsabilize os promotores da poluição.

É um projeto simples que pode ser realizado em etapas e sem comprometer verbas de outras áreas prioritárias. É um projeto, contudo, que exige responsabilidade política com o futuro. A defesa do meio ambiente não pode ser transformada em mercadoria a ser trocada por votos e comissões.⁸²

Quando a polêmica envolvendo ambientalistas, Fundação Pró-Parque e Prefeitura Municipal perdeu a força, o que aconteceu foi algo parecido com o que o cidadão Agnaldo Charoy Dias expôs na sua carta: uma parte dos eucaliptos foi removida, milhares de mudas de árvores nativas da região foram plantadas e as obras de infraestrutura provocaram poucas mudanças na área do Parque.⁸³ Na construção do Parcão, assim como na preservação do banhado da Vila Esmeralda, comunidade hamburguense e poder público chegaram a um entendimento mediado pelos ambientalistas e politicamente negociado.

⁸¹ Pró-Parque fará mudanças no Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 26 de jul. de 1992, p. 3.

Área do Parcão ainda está ociosa. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 27 de jul. de 1992, p. 3.

Ritzel critica Fundação Pró-parque. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 10 de set. de 1992, p. 3.

⁸² Em favor do Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 16 de outubro de 1992.

⁸³ Essas obras resumiram-se a construção de banheiros, de uma pista de atletismo e colocação de brinquedos em uma parte do parque que foi iluminada; demarcação de uma trilha para caminhadas, que não foi asfaltada, e instalação de aparelhos de esporte ao longo da trilha.

Mas a história do ambientalismo no Vale dos Sinos também foi feita de divergências. Um exemplo ilustrativo das divergências entre a prioridade de proteção à natureza assumida pelos ambientalistas e os interesses da população foi a interdição dos curtumes Bender e Rimus, em Estância Velha, feita pelo DMA em função do descumprimento da legislação ambiental. Enquanto a UPAN comemorou a interdição e viu nela o sinal de um “horizonte aberto para o movimento ambientalista no Vale”,⁸⁴ os trabalhadores das duas empresas - que juntas empregavam mais de 800 pessoas - realizaram manifestações públicas protestando contra as interdições e reivindicando do prefeito de Estância e do DMA a imediata reabertura dos curtumes.

No Jornal NH, em uma das matérias em que a mobilização dos funcionários dos curtumes Bender e Rimus foi noticiada, um dos cartazes resumia a opinião deles: "Ar puro é muito bom e nós gostamos, mas não enche barriga". Para os participantes da mobilização, o medo do desemprego foi mais forte do que os motivos técnicos e jurídicos da interdição. No transcorrer dos fatos, outros personagens também tornaram públicas as suas posições através do NH. O então prefeito de Estância Velha (Reinato Trein), embora se sentindo pressionado, colocou-se a favor da interdição e expôs a sua preocupação com a saúde da população, enquanto Ricardo Dobrowolski, na condição de diretor substituto do DMA, lembrou que os funcionários deveriam pressionar as empresas para a solução dos problemas que haviam motivado a interdição. Quando cumpriram as exigências legais determinadas pelo DMA, tanto o curtume Bender quanto o Rimus voltaram às suas atividades, mas o quadro de poluição em Estância Velha, provocado pela concentração de empresas de curtimento de couro naquela cidade, continuou problemático. Um ano depois das interdições, o então Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul concedeu uma entrevista ao jornal NH, que foi publicada com o título *Os curtumes sob a ótica governamental*. Nessa entrevista, Antenor Ferrari afirmou que a eliminação total da poluição gerada pelos curtumes era inviável e ressaltou as dificuldades de fiscalização das empresas de curtimento.

Temos de entender que os curtumes são poluidores. Quando o DMA precisa agir curativamente, deve considerar os aspectos legais. Eles se estabeleceram quando inexistia uma legislação específica (...). Assim, o tratamento curativo exige um trabalho muito grande do órgão ambiental, além da colaboração dos empresários. Aliás, é preocupante alguns empresários não terem nenhuma consciência ambiental. Não percebem ser uma questão de saúde pública e importante para sua própria imagem.

⁸⁴ Horizonte aberto para o Movimento Ecológico no Vale do Rio dos Sinos. *Sinal Verde*, nº 2. Boletim da UPAN, abril de 1988.

Sobre aquilo que é anterior à obrigatoriedade do RIMA, o Departamento só pode agir curativamente - minimizar os efeitos da poluição. Não pode exigir a transferência das empresas. Inclusive, é salutar a entrada da Justiça, para fazer os empresários, efetivamente, investirem e cumprirem a lei, mesmo sendo curativa.⁸⁵

O problema da poluição gerada pelos curtumes envolvia mais do que a própria contaminação do ar, do solo e da água: ele também envolvia questões sociais e econômicas. O emprego de milhares de pessoas dependia do curtimento e beneficiamento do couro e do seu uso nas indústrias de calçado do Vale, e, aproveitando-se disso, uma parte dos empresários demonstrava-se resistente ao cumprimento da legislação ambiental. Existindo sem um efetivo apoio da classe operária e enfrentando uma oposição da classe empresarial, a politização do ambientalismo no Vale do Rio Sinos encontrava dificuldades para promover o combate ao problema da poluição industrial. A situação mudou em 1992 quando a morte de três trabalhadores em um tanque de tratamento da água no curtume Momberger (em Novo Hamburgo) abriu uma oportunidade de maior aproximação dos ambientalistas com a classe operária. A tragédia chamou a atenção da sociedade para o elevado grau de nocividade dos elementos químicos usados pelos curtumes e motivou a realização de um ato público. Na divulgação do ato, produziu-se um texto intitulado *Viva a vida, morte à poluição e a exploração*.⁸⁶

Neste momento em que apostamos na vida precisamos exigir a apuração de responsabilidades e questionar em relação às mortes: Por que uma empresa que trabalha com produtos perigosos como esta não possui um sistema de fiscalização e controle mais eficiente? Por que o sr. Armando Dal'agnol, um dos proprietários da empresa, tentou dificultar o trabalho da polícia, dos bombeiros e da imprensa? Por que as autoridades responsáveis do município e do Estado não agem com mais rigor contra uma empresa que há anos vem descumprindo leis, provocando mal-estar e doenças nas pessoas que moram perto e que lança seus resíduos poluidores no arroio Pampa durante a noite ou nas primeiras horas da manhã?

Não existe medida posterior a ser tomada, nem lágrima derramada, nem dinheiro algum que compense a vida de um ser humano. É preciso dizer

⁸⁵ Os curtumes sob a ótica governamental. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 10 de nov. de 1989, p. 43.

⁸⁶ O ato público contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro; a CUT - Regional Vale dos Sinos; a Terraguar Associação Ecológica; a Associação de Moradores do Kephass II, a ADEMPA - Associação de Defesa da Moradia Popular e do Meio Ambiente/NH; e Partido dos Trabalhadores de Novo Hamburgo.

basta ao cinismo, à ganância e à exploração, que termina acusando os trabalhadores e responsabilizando-os pelas próprias mortes.

Nesse documento, percebe-se o amadurecimento na consciência operária de que as agressões ao meio ambiente procedentes do setor empresarial são também agressões à saúde da comunidade e percebe-se também a crítica à omissão do governo diante dessa dupla forma de agressão. O documento e, principalmente, o manifesto público que ele convocou refletem uma outra conjuntura de mobilização social, em que outros segmentos sociais ingressam na luta pela preservação da natureza e acrescentam novas cores ao ambientalismo do Vale.

O lento andamento na solução do problema da poluição industrial, bem como casos como a luta contra o aterro do Banhado São Miguel (ainda nos 70) e as dificuldades de entendimento entre os ambientalistas e outros segmentos sociais, representam parte de um saldo negativo do ambientalismo, mas, em contrapartida, experiências como a preservação do “Matinho do Padre Reus”, a luta pelo banhado na Vila Esmeralda, a construção do “Parcão” e a proposta do Plano Verde para a política ambiental de Novo Hamburgo representam parte de um saldo positivo. Disso, podemos concluir que a politização do ambientalismo no Vale dos Sinos seguia um ritmo irregular e era construída entre sucessos e fracassos. Antes de encerrarmos o assunto, importa ainda observarmos uma outra dinâmica dessa politização revelada pelo processo de integração das entidades ambientalistas do Vale com temas ambientais no âmbito estadual e nacional e pela a inserção dessas entidades em outras práticas políticas.

1. 5 A politização do ambientalismo no Vale dos Sinos num prisma extra local

O caminho para compreendermos a dimensão e a dinâmica extra-regional da politização do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos nos leva ao encontro do trabalho de Carlos Aveline na presidência da UPAN e da sua atuação no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Combinando as funções de representante eleito das entidades ambientalistas da região sul do Brasil no CONAMA e no FNMA com a presidência da UPAN, Aveline acompanhou a construção e o andamento da política nacional do meio ambiente - tanto na sua esfera governamental, quanto na sua esfera civil - participando ativamente desse processo.

Apostando na importância da comunicação e sem fugir da sua experiência profissional como jornalista, Aveline procurou manter as entidades ambientalistas

informadas das questões mais relevantes da política Federal e Estadual para o meio ambiente criando o boletim *Circular Nacional* e o boletim *Circular Estadual*. No acervo de documentos da UPAN, encontrei 21 exemplares do *Circular Nacional*, e, em todos eles, a politização do ambientalismo está presente por meio de discussões sobre questões polêmicas, apresentação de propostas e opiniões, sugestão de estratégias, ou mesmo na simples intenção de manter a comunidade de ambientalistas informada dos passos do governo. Sem a pretensão de esgotar o estudo das circulares emitidas pela UPAN, optei por focar a atenção em três assuntos de aspectos relevantes: as críticas à política ambiental do governo Collor de Mello; a reação diante da iniciativa do Congresso de promover a reformulação e a consolidação da legislação ambiental nacional; e o interesse dos ambientalistas pelo andamento dos trabalhos do CONAMA e do FNMA.

O boletim *Circular Nacional*, intitulado “A política ambiental e o cidadão”,⁸⁷ protestava contra a Medida Provisória 150, que foi emitida pelo presidente Collor de Mello. Segundo a M.P. 150, a administração do FNMA e as diretrizes da política ambiental passariam ao Conselho de Governo, formado exclusivamente pelos 12 ministérios, e o CONAMA, órgão originalmente deliberativo em que os ambientalistas ocupavam 7 dos 13 lugares, assumiria funções consultativas. Segundo a UPAN, com essa mudança burocrática, o governo Collor estava afastando as ONGs ambientalistas das decisões sobre a sua política ambiental, e isso reforçava a necessidade de reação da sociedade civil.

Na verdade, mais da metade da luta dos cidadãos em defesa da natureza vai culminar, hoje, em um órgão ambiental desaparecido e desmotivado, quando não intencionalmente sucateado, ou num Ministério Público também sem grande capacidade de agir. Pensamos que é hora de uma ação decidida de cidadãos no sentido de que a política ambiental deste país saia do papel em direção à realidade. Quando isto ocorrer, os órgãos ambientais do governo deixarão de ser apenas de fachada, a legislação será aplicada, e a destruição ambiental encontrará um freio poderoso.⁸⁸

Depois de denunciar que o Governo Federal enganava a sociedade usando a imprensa para criar uma política ambiental de fachada, enquanto tentava afastá-la das decisões sobre o meio ambiente, o *Circular* indicava os seguintes pontos que deveriam orientar a resposta dos ambientalistas ao governo:

- 1) Garantir pleno respeito à legislação ambiental, que prevê a participação da sociedade civil nos diversos Conselhos e no órgão

⁸⁷ CIRCULAR NACIONAL *A política ambiental e o cidadão*. São Leopoldo, UPAN, abr. de 1990, 7 p.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 6.

superior do meio ambiente. 2) O fortalecimento do CONAMA e não seu esvaziamento como consta das medidas propostas pelo governo Collor. 3) Garantir que quaisquer alterações da Política Nacional de Meio Ambiente sejam feitas depois de ouvida a sociedade civil e através de lei ordinária a ser discutida e aprovada pelo Congresso.

A Medida Provisória 150 foi uma das muitas determinações do governo brasileiro que não passaram do texto à prática. A reação da comunidade ambientalista foi um fator determinante para impedir o cumprimento da vontade do governo, tanto nesse caso como no do “Anteprojeto de Consolidação da Legislação Ambiental” publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de Fevereiro de 1992. Na versão apresentada pelo *Circular Nacional*,⁸⁹ o Congresso Nacional pretendia reformular a legislação ambiental federal sobre o argumento de que ela era muito dispersa, fragmentada e desatualizada, e essa pretensão foi prontamente criticada pelos ambientalistas, que temiam possíveis conseqüências negativas.

A importância do encaminhamento da Consolidação levou a Terragar a expor textualmente a sua posição a respeito do assunto no documento intitulado *Políticas Ambientais: retrocesso à vista*.⁹⁰ O texto desse documento é dividido em duas partes: a primeira, datada de 20 de março de 1992, trata dos 87 artigos iniciais, e a segunda trata dos artigos restantes. No conjunto, as duas partes do texto apontam e comentam problemas na redação do Anteprojeto, entre os quais se incluíam a presença superficial e indefinida de conceitos como "preservação", "conservação da natureza" e "uso sustentável dos recursos naturais"; a transformação do CONAMA em órgão consultativo; a indefinição quanto aos procedimentos para a elaboração do RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, a pouca importância dada à reciclagem e à questão nuclear; a inexistência de punições para os poluidores de recursos hídricos; e a intenção de autorizar a caça esportiva em todo o país. Há partes do texto que merecem aqui uma citação pela clareza com que registram o empenho da Terragar em construir uma análise crítica do *Anteprojeto* usando uma linguagem simples e objetiva e apoiando-se em alguns princípios básicos do ambientalismo.

Num esforço sobrenatural, nossa entidade discutiu uma parte da Consolidação e se arriscou a tecer alguns comentários. Desprovidos de

⁸⁹ CIRCULAR NACIONAL. *Agir em defesa da Lei Ambiental*. São Leopoldo, UPAN, 11 de mar. De 1992, 10 p.

CIRCULAR NACIONAL. *Brasil: a responsabilidade dos ecologistas*. São Leopoldo, UPAN, 05 de ago. de 1992, 9 p.

⁹⁰ É importante ressaltar que, no acervo histórico da Terragar, esse texto é o único especificado como Circular Nacional e, no verso dele, há uma anotação em lápis dizendo: "enviado para 73 entidades." Essas duas particularidades do documento evidenciam a importância que a entidade concedeu ao estudo do Anteprojeto de Consolidação da Legislação Ambiental.

auxílio de técnicos, cientistas e juristas, embasamos nossa argumentação na prática cotidiana e numa possível ética ecológica por nós vivenciada. A Política Nacional do Meio Ambiente consiste no gerenciamento dos recursos. O meio ambiente é visto como um simples recurso (dinheiro, lucro, capital, etc.). Segue: "e assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sustentável, à soberania nacional e à proteção da vida humana..." A PNMA visa, nesta proposta, assegurar o direito à vida do ser humano somente. E os jacarés, jacarandás, mosquitos, lobos-guarás, abacateiros, etc., etc., etc.? p. 1

Art. 90. É inadmissível que se coloque a prática da caça como atividade educacional. A seção II do Capítulo V, de um modo geral, libera a caça no país; diz que não se pode caçar animais em extinção, mas não menciona uma vez sequer a questão da fiscalização. Quem vai fiscalizar a caça? Os caçadores, provavelmente. p. 1 (parte II)

Art.168: A Consolidação cria áreas de preservação permanente, mas ao mesmo tempo faculta à autoridade competente o direito de autorizar sua devastação. Isso não pode ser aceito, ao nível da lógica. A única função (sem exceção) da área de preservação permanente, é ser área de preservação permanente. Ademais, estamos vacinados em relação às nossas "autoridades competentes." p. 2 (parte II).

Art. 195: A pena para quem desmata é replantar outra árvore da mesma espécie. Não interessa aqui se a vítima for uma figueira de 1200 anos ou uma araucária de 700. p. 2 (parte II)

Cada povo tem o governo que merece. Mas as onças, os tamanduás, as seringueiras e as araucárias, definitivamente, não merecem o governo que tem. Não prometemos uma nova circular sobre o assunto. Saco tem limite. p. 3 (parte II)

A mobilização dos ambientalistas possibilitou o abandono da idéia de Consolidação da Legislação Ambiental, um fato comemorado no *Circular Nacional* da UPAN emitido em 03 de maio de 1992.⁹¹ Temos, então, duas grandes "vitórias" ambientalistas divulgadas pelo boletim da UPAN: a derrubada da Medida Provisória 150 e a suspensão da Consolidação da Legislação Ambiental iniciada pelo Congresso. A obtenção dessas duas "vitórias" no âmbito nacional tornou-se possível graças à existência de um contexto de crescente articulação política do movimento ambientalista brasileiro, que assumiu uma postura participativa na realização das eleições presidenciais de 1989. Nessa campanha, a

⁹¹ CIRCULAR NACIONAL. *Informe sobre o Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA*. São Leopoldo, UPAN, 03 de maio de 1992, 4 p.

Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor da Assembléia dos Deputados coordenou a participação de entidades ambientalistas na elaboração de uma "Plataforma Mínima" de política ambiental encaminhada pela Fundação S.O. S Mata Atlântica aos candidatos à presidência nacional do 1º turno. O questionário presente na "Plataforma" foi respondido por apenas 4 dos candidatos, incluindo os dois favoritos nas pesquisas, Fernando Collor de Melo e Luis Inácio Lula da Silva. A UPAN divulgou as respostas de Collor e Lula no *Circular Nacional* e apresentou sugestões para a definição do voto.

Primeiro você pode comparar as posições de um e de outro e ver qual se compromete melhor com a questão da preservação ambiental. Isto pode ser importante para você definir seu voto [grifo do autor]. Ao mesmo tempo, você pode ir à imprensa da sua cidade com esta notícia e esta temática que vem de algum modo sendo ignorada pela grande imprensa do centro do país.⁹²

A percepção de que a imprensa era um instrumento de mobilização política que deveria ser acionado pelo movimento ambientalista reaparece em vários boletins publicados pela UPAN, sendo comum o uso, no *Circular Nacional*, de matérias sobre o meio ambiente procedentes de diversos locais do Brasil. Esse uso do material jornalístico era parte de uma estratégia que visava à comparação crítica entre o discurso e a prática do governo na área ambiental, e por meio da comparação, a sociedade poderia, então, conhecer a realidade da política ambiental do país.

Adotando uma prática semelhante à que motivou a *Plataforma Mínima* no âmbito Federal, um grupo de 17 entidades ambientalistas do Rio Grande elaborou uma *Lista Verde* e uma *Lista Anti-Verde* para orientar os eleitores nas eleições para o legislativo estadual no Rio Grande do Sul, realizadas em 03 de outubro de 1990. No texto *Informe às Entidades Ecológicas Gaúchas*, datado de 30 de julho de 1990, a UPAN explicou como foi a elaboração das listas e qual a finalidade da iniciativa.

As 17 entidades reunidas em São Leopoldo deliberaram que todas as decisões precisariam contar com dois terços ou mais dos votos, e assim ocorreu. Mais da metade dos nomes foram eleitos por unanimidade nas duas listas. Todos eles foram eleitos por mais de dois terços dos presentes. Houve discussão, debate e informação suficiente para que as decisões fossem embasadas, dentro das limitações próprias do movimento.

⁹² CIRCULAR NACIONAL. *O próximo Presidente e o Meio Ambiente*. São Leopoldo, UPAN, dezembro de 1989, 4 p.

As entidades que quiseram foram avalistas de um ou mais candidatos, de modo que, então, os nomes eram discutidos e votados pelo conjunto. As votações foram todas nominais: chamava-se o nome da entidade e um dos seus representantes dizia o voto, podendo fazer a declaração de voto, (...).

Uma advertência ficou decidido que se faria: de modo nenhum as listas têm pretensão de incluir todos os nomes de candidatos comprometidos com a causa ecológica, ou todos os nomes que faltaram à confiança depositada neles pelo movimento ecológico ou que não mereceram esta confiança. Aqui estão alguns dos candidatos que lutam pela natureza e alguns dos que não lutam pelo respeito à natureza, segundo o critério daquelas entidades que compareceram ao encontro.

Nada foi decidido sobre a divulgação das listas verde e anti-verde. No mínimo, na entanto, esta é uma recomendação coletiva de algumas entidades gaúchas, aos seus associados e simpatizantes, no sentido de que analisem com simpatia alguns nomes e com cuidado alguns outros.

A divulgação pública deste documento fica a cargo das entidades que quiserem fazê-la e, através das entidades, dos candidatos. Este documento funciona apenas como ata de registro escrito do decidido encontro.⁹³ [grifos do autor]

A valorização dos procedimentos da democracia e sua incorporação na organização interna do movimento ambientalista gaúcho pode ser facilmente percebida na busca pela construção do consenso entre as entidades reunidas no encontro realizado em São Leopoldo. Adepto do debate e da livre participação nas decisões políticas, o ambientalismo do Vale dos Sinos enfrentava o paradoxo da democracia representativa, em que participar do processo eleitoral é bem mais fácil do que encontrar meios de interagir com a política implantada pelos eleitos. No âmbito federal, o governo Collor de Melo foi amplamente criticado pelo movimento ambientalista, não só por iniciativas como a Medida Provisória 150 ou por falta de recursos mais expressivos para o meio ambiente, fatos já mencionados anteriormente, mas também pela interferência dos militares na política ambiental e pelo andamento dos assuntos referentes à Amazônia. Os ambientalistas reclamavam do sigilo governamental em torno da questão nuclear e denunciavam a preferência de investimento dos recursos públicos nas forças armadas em detrimento da área ambiental. Além disso, criticavam a tolerância do Governo Federal para com a ocupação e destruição de áreas indígenas pela mineração ou desmatamento clandestino e manifestavam-se preocupados

⁹³ UPAN. *Informe às Entidades Ecológicas Gaúchas*. São Leopoldo, 30 de junho de 1990, Arquivo da Terragar Associação Ecológica, pasta de correspondências recebidas.

com a possibilidade de uso dos recursos naturais da Amazônia na negociação da dívida externa brasileira.

O *Circular Nacional* de 12 de março de 1991 divulgou os resultados de uma das reuniões do Fundo Nacional do Meio Ambiente e expôs a preocupação gerada por um projeto governamental apresentado aos membros do FNMA por meio do documento *Arcabouço Institucional para o Plano Piloto de Conservação da Floresta Amazônica*. O conteúdo do documento levou a um posicionamento de receio quanto à possibilidade de "internacionalização dos planos de desenvolvimento da Amazônia". Segundo o material apresentado para a apreciação do FNMA, uma parceria entre o Banco Mundial, a Comunidade Econômica Européia e o governo brasileiro deveria implantar e coordenar a política ambiental na Amazônia com a colaboração de um Comitê Assessor composto com especialistas representantes de ONGs ambientalistas de países ricos. A oposição dos ambientalistas do FNMA ao plano do governo para a conservação da Floresta Amazônica foi justificada pela exclusão das ONGs brasileiras do Comitê Assessor e pelo mau desempenho do BM e da CEE na região amazônica.

Entre os motivos da preocupação dos ecologistas até o momento está o fato de que o Banco Mundial e a Comunidade Européia não têm bom desempenho ambiental na Amazônia. O Banco Mundial vem financiando a destruição da região em nome do progresso, desde Balbinas a Carajás, e acha excelente o projeto de fábricas de papel e celuloses com floresta comercial substituindo as florestas nativas destruídas pelas siderúrgicas na periferia de Carajás. A Comunidade Européia, por sua vez, compra o ferro destas siderúrgicas, (...)." ⁹⁴

A questão amazônica colocava o governo Collor e os ambientalistas do FNMA em posições divergentes. O governo buscava a aprovação da sua política ambiental perante a comunidade internacional e pretendia, por meio dessa aprovação, obter maior acesso ao capital externo, enquanto os ambientalistas criticavam a existência de uma política ambiental voltada justamente para atrair investimentos externos e denunciavam as contradições entre o discurso e a prática governamental. ⁹⁵ E, no meio dessas divergências, a presença de José Lutzenberger no cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente foi criticada e interpretada por muitos ambientalistas como uma estratégia do governo Collor

⁹⁴ CIRCULAR NACIONAL. *Relatório da Reunião do dia 07 de março, em Brasília*. São Leopoldo, UPAN, 12 de mar de 1991, p. 2.

⁹⁵ A ênfase nas contradições entre o discurso e a prática do governo na área ambiental era sustentada pelas informações obtidas nas reuniões do FNMA ou do CONAMA e pelo uso de matérias da imprensa como anexos do boletim Circular Nacional da UPAN.

para sustentar uma política ambiental feita de aparências e enfraquecer unidade do movimento.

No dia 21 de julho de 1990, durante um encontro realizado em São Leopoldo, 17 entidades ambientalistas gaúchas avaliaram a política ambiental do governo Collor e discutiram os seguintes assuntos: o bloqueio de recursos para a aplicação dos projetos aprovados pelo FNMA; o enfraquecimento do CONAMA; a situação dos garimpos em reservas indígenas; a nomeação de Lutzenberger para o cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente e a possível conversão da dívida externa em projetos de preservação ambiental. Desse encontro, resultou a produção de um documento intitulado *Manifesto sobre a Política Ambiental no Brasil. Movimento Ecológico Gaúcho toma posição*, do qual destaco a passagem abaixo citada.

O movimento ecológico, neste contexto, precisa preservar sobre tudo sua independência, evitando os perigos da cooptação e da desorientação. [grifo do autor] Pela primeira vez, temos um governo federal que fala bem da natureza na televisão e que trata de usar certas personalidades como peneira para tapar a luz do sol. Mas o mesmo governo entrega a política nuclear e a questão ambiental ao serviço secreto - e trata de confundir as reivindicações dos ecologistas. Como Secretário Nacional do Meio Ambiente, cargo de confiança do Presidente da República, o sr. José Lutzenberger é instrumento desta política antiecológica do governo federal.⁹⁶

O *Relatório ao Movimento Ecológico*, emitido pela UPAN para divulgar os resultados do encontro temático de São Leopoldo, menciona a polêmica gerada em torno da interpretação da atuação de Lutzenberger como "instrumento" da "política antiecológica do governo federal". Segundo esse documento, a interpretação foi aprovada por unanimidade, e a proposta de uma crítica mais radical ao Secretário Nacional do Meio Ambiente foi amplamente discutida e rejeitada.⁹⁷ Antes de o mês de julho terminar, Lutzenberger já havia rebatido publicamente as referências ao seu nome procedentes do encontro de São Leopoldo, e duas das 17 entidades que assinaram o *Manifesto* produziram um novo texto e reafirmando as críticas à presença de Lutzenberger no Governo Federal.⁹⁸

⁹⁶ UPAN. *Manifesto sobre a Política Ambiental no Brasil. Movimento Ecológico Gaúcho toma posição*. São Leopoldo, 21 de jul. de 1990, Arquivo da Terraguar Associação Ecológica, pasta de correspondências recebidas.

⁹⁷ UPAN. *Relatório ao Movimento Ecológico. Resultados do Encontro temático*. São Leopoldo, 24 de jul. de 1990, Arquivo da Terraguar Associação Ecológica, pasta de correspondências recebidas.

⁹⁸ Assinaram esse documento o Movimento Ecológico Livre URIHI-MEL (de Cachoeirinha) e a Terraguar Associação Ecológica (de Novo Hamburgo).

A colocação de pessoas de grande repercussão na área ambiental, criando com isso um clima de confusão e perplexidade dentro do movimento, causando assim, por conseqüência, a divisão do posicionamento sobre o futuro da natureza do país. O fato de governo estar abrindo espaço para alguns ecologistas demonstra muito bem que sua jogada é dividir para depois implodir com o Movimento Ecológico brasileiro, um dos maiores empecilhos à política geofascista dos projetos militares do Governo Federal. O espaço é tão pequeno e insignificante que não abre espaço para as reivindicações que as entidades brasileiras acham prioritárias. Por outro lado, no velho saudosismo da famigerada ditadura dos anos 70, todas as decisões sobre a questão nuclear e ambiental são redigidas e executadas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE (leia-se SNI). A militarização da questão ambiental é mais um fato evidente da concepção truculenta do Governo Federal. E o papel que desempenha o sr. José Lutzenberg é o de acobertar no seu discurso, a mentira e a arbitrariedade do governo. De cooptar, desorientar e neutralizar o ME brasileiro! E isso deve claro de uma vez por todas. Ninguém pode se iludir com isso.⁹⁹

No acervo de documentos da Terragar, encontramos uma cópia de carta, datada de primeiro de agosto de 1990, propondo um debate para o esclarecimento das declarações feitas por José Lutzenberger a respeito do *Manifesto sobre a Política Ambiental no Brasil*. A ausência de outras referências à proposta de debate é um indicativo de que, provavelmente, Lutzenberger não concordou com a continuidade e o aprofundamento do assunto, mas essa probabilidade não altera o desagrado gerado tanto para o Secretário Nacional do Meio Ambiente, quanto para as entidades que assinaram o documento. Sem a pretensão de tomar partido no assunto, entendo que a passagem de Lutzenberger pelo governo Collor foi um dos muitos produtos da politização do ambientalismo e pode ser observada numa dupla perspectiva histórica: de um lado, está a iniciativa do governo de cooptar o movimento ecológico e obter credibilidade perante a comunidade internacional usando o prestígio de Lutzenberger, e do outro, está o próprio Lutzenberger com a intenção de usar o seu conhecimento e a estrutura funcional da Secretaria Nacional do Meio Ambiente para qualificar a política ambiental do país. Os resultados dessa combinação de interesses, apesar de discutíveis, refletem o elevado grau de entrosamento das entidades ambientalistas do Vale dos Sinos com temas da Política Ambiental Federal.

⁹⁹ TERRAGAR, URIHI-MEL. *Para o Movimento Ecológico Brasileiro*. Cachoeirinha, 26 de jul. de 1990, Arquivo da Terragar Associação Ecológica, pasta de correspondências emitidas.

O boletim *Circular Nacional*, escrito e distribuído pela UPAN, certamente contribuiu para o desenvolvimento da politização do ambientalismo (dentro e fora do Vale dos Sinos) e, ao mesmo tempo, registrou importantes problemas da Política Ambiental brasileira, concedendo destaque para temas como a carência de recursos financeiros para o meio ambiente,¹⁰⁰ a precariedade da estrutura humana e material do IBAMA,¹⁰¹ a burocracia no combate dos problemas ambientais,¹⁰² e as dificuldades de funcionamento do FNMA e do CONAMA¹⁰³ - os dois órgãos que oportunizavam a participação de representantes das ONGs ambientalistas nas decisões ambientais referentes ao meio ambiente. No *Circular Nacional* de 25 de outubro de 1991,¹⁰⁴ encontramos uma das muitas referências aos problemas de funcionamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

As dificuldades estruturais do FNMA não se devem à má vontade individual desta ou daquela pessoa, mas a um contexto de sucateamento e desarticulação da política nacional do meio ambiente como um todo. O fenômeno, no entanto, é geral, atinge todas as áreas da administração federal. As ONGs devem ter extremo cuidado e vigilância quando são chamadas a acompanhar os mecanismos do aparelho do Estado. É preciso, na medida do possível, provocar uma reflexão profunda sobre como se usa dinheiro público em nosso país. Devemos aplicar dinheiro público de modo que nos permita ter a garantia total, institucional, de sua boa aplicação não só do ponto de vista contábil. Também do bom resultado ecológico-social do seu gasto.¹⁰⁵

Pensamos que a existência do FNMA é um desafio a comunidade das ONGs, especialmente ambientalistas. Se formos capazes de acompanhar e impor um estilo e uma metodologia no FNMA, estaremos contribuindo

¹⁰⁰ CIRCULAR NACIONAL. *Sem recursos para a Preservação*. São Leopoldo, UPAN, 17 de ago. de 1990, 7 p.

¹⁰¹ CIRCULAR NACIONAL. *IBAMA continua sucateado*. São Leopoldo, UPAN, 10 de out. de 1991, 12 p.

¹⁰² CIRCULAR NACIONAL. *Falta vontade de preservar*. São Leopoldo, UPAN, 3 de abr. de 1991, 9 p.

CIRCULAR NACIONAL. *Como desapareceram os 178 milhões de cruzados do Programa Nossa Natureza*. São Leopoldo, UPAN, 28 de fev. de 1990, 6 p.

CIRCULAR NACIONAL. *Política Ambiental na expectativa*. São Leopoldo, UPAN, 25 de ago. de 1992, 8 p.

¹⁰³ CIRCULAR NACIONAL. *E o Fundo Nacional do Meio Ambiente?* São Leopoldo, UPAN, 10 de out. de 1991, 2 p.

CIRCULAR NACIONAL. *O CONAMA, o FNMA e os ecologistas*. São Leopoldo, UPAN, 19 de dez. de 1991, 8 p.

CIRCULAR NACIONAL. *Sobre as eleições no FNMA*. São Leopoldo, UPAN, 02 de jan. de 1992, 3 p.

CIRCULAR NACIONAL. *Os ambientalistas no CONAMA*. São Leopoldo, UPAN, 11 de mar. De 1992, 5 p.

¹⁰⁴ CIRCULAR NACIONAL. *O BID, o Fundo e o Dinheiro do Povo*. São Leopoldo, UPAN, 25 de out. de 1991, 14 p.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 3-4.

para o surgimento de um novo modelo, democrático, de gestão dos recursos públicos.¹⁰⁶

A busca por um uso eficiente e responsável dos espaços institucionais de participação na Política Ambiental Federal acompanha o tipo de politização do ambientalismo proposto pela UPAN. Assumindo e cobrando "responsabilidade" e "eficiência", a entidade usava o boletim *Circular Nacional* para submeter o Governo Federal à sua crítica. E, realizando um duplo movimento de interiorização e exteriorização da política ambiental, ela conferia significado especial a fatos dispersos entre as páginas da imprensa. Foi o que aconteceu com a declaração do Ministro do Meio Ambiente Fernando Coutinho, tratada na Circular da UPAN do dia 27 de outubro de 1992.¹⁰⁷ Coutinho disse em entrevista à imprensa que seu ministério não seria "punitivo nem coercitivo" e de que buscaria "conscientizar" os empresários e poluidores. Declaração importuna que a UPAN prontamente censurou.

Mas a lei existe. A autoridade não pode dar a entender que a sua aplicação é opcional. Quando as atividades dos grupos econômicos madeireiros e de outros setores ignoram a legislação, ninguém deve criticar a fiscalização como se ela fosse o oposto do processo educacional. Afinal, o preço da democracia é a vigilância. [grifo do autor].

O falso argumento da opção entre educar e punir precisa ser amplamente desmascarado. Punir é parte essencial da tarefa educativa em relação à proteção ambiental no Brasil.¹⁰⁸

O *Circular Nacional* datado de 25 de agosto de 1992 comenta o andamento dos trabalhos do CONAMA e informa sobre a decisão do novo secretário do meio ambiente (Flávio Perri) de não pagar passagens e hospedagens para os ambientalistas representantes das ONGs. Essa atitude resultou em um baixo quorum na reunião do CONAMA realizada em Brasília no dia 18 de agosto daquele ano. De um total de 70 conselheiros representantes das ONGs no Conselho Nacional do Meio Ambiente, só 36 compareceram, e dos 7 ambientalistas integrantes do órgão (5 eleitos pelas ONGs e 2 nomeados pelo presidente) só 4 estavam presentes. As limitações financeiras tornavam-se mais um entre os muitos obstáculos que dificultavam a participação dos ambientalistas na política ambiental federal.

Tão importante como assumir uma postura vigilante, cobrando do governo "responsabilidade" e "eficiência", era reforçar o peso político do CONAMA, usá-lo como um braço institucional do movimento ambientalista e promover a valorização da

¹⁰⁶ Ibid., p. 5.

¹⁰⁷ CIRCULAR NACIONAL. *Quem tem medo de leis ambientais?* São Leopoldo, UPAN, 27 de out. de 1992, 13 p.

¹⁰⁸ Ibid., p.3.

preservação ao meio ambiente nas relações entre a sociedade e o governo. Chegamos, então, à metáfora do "contrato natural" proposto pela UPAN e, por meio dela, encerramos a abordagem da politização do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos - reconhecendo que ainda há muito que avançar no estudo desse assunto, tanto no âmbito local quanto no extra-regional.

(...), devemos formular um contrato social no setor ambiental. Um contrato social amplo, que poderia ser chamado, *latu sensu*, de 'contrato natural' porque terá de incluir elementos da biodiversidade, preservação da flora e fauna, proteção dos recursos hídricos, do solo e da qualidade do ar, para incontáveis populações que ainda deverão nascer e que ainda já têm direito a um meio ambiente sadio. ¹⁰⁹ [grifo do autor].

Metáfora simples e profunda, o “contrato natural” expressa a vontade ambientalista de incorporar no padrão jurídico existente problemas como os custos ambientais da ação humana e a necessidade de preservação dos recursos naturais. Resta saber até que ponto o "contrato natural" tornou-se realidade e saber ainda como ele funcionou na prática. O que vimos até agora é que as ONGs ambientalistas do Vale do Rio dos Sinos aqui estudadas também participavam da política ambiental na esfera nacional, e que essa participação produziu dois tipos de efeitos: 1) ela inseriu o ambientalismo local numa rede de cooperação com entidades de diversas partes do país e do mundo, possibilitando a incorporação de outras estratégias de ação e de outras formas de representação dos ambientalistas diante do poder público federal; 2) e, assimilada através da memória, ela tornou-se parte da vida dos personagens envolvidos nas lutas ambientais aqui destacadas. E, ao mencionar a existência de uma memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos, encerro antecipando o assunto em torno do qual foram construídos os dois últimos capítulos da dissertação.

¹⁰⁹ CIRCULAR NACIONAL. *Política ambiental na expectativa*. São Leopoldo, UPAN, 25 de ago. de 1992, p. 7.

Cap. 2
A economia escriturística
e o discurso ambientalista no Vale dos Sinos

A proposta deste capítulo consiste no estudo da construção de um discurso ambientalista no Vale dos Sinos a partir da análise de um conjunto de textos que acompanhou o desenvolvimento do ambientalismo na região. A análise proposta será desenvolvida numa dupla dimensão, uma interna - que diz respeito à tipologia dos textos, à organização dos temas e aos diferentes tipos de linguagem e estratégias de convencimento típicas das práticas discursivas -, e outra externa, por meio da qual o discurso ultrapassa o espaço da escrita e o tempo da sua enunciação e passa a inspirar práticas sociais de proteção à natureza.

A concepção de discurso que orienta a construção desse capítulo reconhece que a dinâmica discursiva envolve dois aspectos: o da intencionalidade e das estratégias dos sujeitos enunciantes e o da questão da apropriação social dos enunciados que sustentam o conteúdo de um determinado discurso. O primeiro aspecto dessa dinâmica discursiva será trabalhado no texto com base no conceito de economia escriturística apresentado por Michel de Certeau na obra *A invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*¹¹⁰ e o segundo aspecto, embora seja pertinente ao tema, excede os objetivos do capítulo.

Proponho então focarmos nossa atenção no processo de construção e materialização do discurso ambientalista por meio do conceito de economia escriturística apresentada por Michel de Certeau. Esse conceito originalmente insere-se no conjunto mais amplo da obra do autor que é marcado pela reflexão em torno das transformações culturais contemporâneas e pelo estudo do uso da cultura como estratégia de resistência social.

Interpretando o ato de escrever como uma "prática mítica moderna" e como parte fundamental no processo de distinção entre o saber científico e o saber ordinário, esse autor atribuiu à escrita um poder cultural expressado na pretensão de transformar o mundo a partir dos textos e na demarcação de fronteiras epistemológicas entre a oralidade, a escrita (cotejada como qualidade criativa) e a leitura (muitas vezes associada a uma condição subordinada de recepção e assimilação de idéias). Inserindo a escrita no universo mais amplo das relações entre a ciência e as práticas cotidianas da população, Certeau expôs a sua concepção a respeito do ato de escrever.

¹¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1996.

"Mas então, o que é escrever? Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado."

(...), o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como "sentido" remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre sua exterioridade.

A ilha da página é o local de passagem onde se opera uma inversão industrial: o que entra nela é um "recebido", e o que sai dela é um "produto". As coisas que entram na página são sinais de uma "passividade" do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas do seu poder de fabricar objetos. No final das contas, a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe de seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior. ¹¹¹

Nessas condições de existência, a economia escriturística comporta um duplo movimento de apropriação da exterioridade textual (quem escreve se apropria de um assunto) e de interferência nessa exterioridade (com a escrita, o sujeito potencializa a circulação social do seu pensamento). Teoricamente, o duplo movimento intelectual de apropriação e interferência no mundo presente na escrita pode ser usado como modelo de racionalidade referencial para tratarmos do discurso ambientalista no Vale do Rio dos Sinos e, conseqüentemente, pode oferecer elementos para a composição e análise de uma economia escriturística ambientalista, ¹¹² entretanto, importa reconhecermos que o potencial de interferência da escrita não se encerra no próprio texto, uma vez que a leitura multiplica as possibilidades de significação e apropriação das idéias e informações registradas na linguagem textual.

A referência ao papel da leitura no prolongamento da economia escriturística é importante para mantermos uma distância da idéia foucaultiana de que todo discurso exerce uma função disciplinadora no comportamento social. Michel Foucault desenvolveu uma ampla reflexão a respeito da função social do discurso e das relações de poder envolvidas

¹¹¹ Ibid., p. 225-226.

¹¹² Seguindo o caminho aberto por Michel De Certeau com o conceito de *economia escriturística* e reconhecendo as particularidades dos textos que tratam do meio ambiente e da crise ambiental contemporânea, entendo que é possível pensarmos a existência de uma *economia escriturística ambientalista* composta por diferentes tipos de textos, comprometida com o entendimento e a transformação das relações entre o ser humano e o meio ambiente e, ao mesmo tempo, envolvida nas discussões científicas e práticas interdisciplinares estimuladas pelas questões ambientais.

nas construções discursivas,¹¹³ mas a abordagem foucaultiana apresenta pouca flexibilidade para a análise da apropriação social do discurso, e é justamente nessa direção, que o pensamento de Certeau avança sustentando que as possibilidades de interpretação e de apropriação da “verdade” desejada escapam ao domínio discursivo. É dentro dessa perspectiva que proponho pensarmos sobre como um conjunto de textos ligados ao ambientalismo tornou-se, ao mesmo tempo, a materialidade de uma construção discursiva e um produto da economia escriturística mediante os processos cognitivos de apropriação e de interferência na realidade que acompanham a prática da escrita.

Feita a proposta que orienta a construção do capítulo, podemos tratar do problema de como definir quais os textos que fazem parte do discurso ambientalista em questão. Michel de Certeau não faz distinção entre tipos de textos no funcionamento da economia escriturística, mas a distinção, necessária para atingirmos os objetivos fixados, será pautada em dois critérios identificados como primário e secundário. O critério primário considera a procedência local e autoral dos textos selecionados e permite privilegiarmos o pensamento de líderes ambientalistas na região do Vale dos Sinos. O critério secundário é a distinção entre o ambientalismo acadêmico, representado por textos produzidos ou publicados pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e o ambientalismo popular, representado por textos procedentes do movimento ambientalista e pelo tratamento da questão ambiental nas páginas da imprensa. É importante ressaltar que a distinção entre o ambientalismo acadêmico e o popular não implica um juízo qualificativo/preferencial e deve ser pensada a partir das diferenças entre os textos que cada um deles produziu. Um artigo acadêmico pode ser centrado na discussão de teorias e conceitos científicos ou fazer comparações entre o pensamento de autores que são desconhecidos fora da academia, enquanto um texto “popular” (adjetivo que penso ser adequado para os textos de jornais) não pode se afastar de uma linguagem e de assuntos acessíveis ao entendimento do público leitor; mas, em contrapartida, um artigo acadêmico dificilmente atinge diretamente um público amplo, e um texto “popular” geralmente contém maior potencial de alcance social.¹¹⁴

A combinação dos dois critérios de seleção resultou na formação de cinco grupos de textos referentes ao ambientalismo no Vale: (1) a coletânea de crônicas de Henrique Luiz Roessler, publicada pela AGAPAN, em 1984, e intitulada *O Rio Grande do Sul e a*

¹¹³ Uma síntese do pensamento foucaultiano a respeito do discurso pode ser encontrada na obra *A Ordem do Discurso*, publicada pela Editora Loyola em 1996.

¹¹⁴ A distinção entre o ambientalismo acadêmico e o ambientalismo popular não pode ser confundida com as diferenças entre “cultura acadêmica” e “cultura popular”; a intenção da distinção proposta é enfatizar a relação entre a procedência do texto e um determinado público leitor: um artigo publicado em uma revista acadêmica dificilmente pode alcançar um público leitor amplo, e, nesse caso, o termo “popular” é um indicativo de um ambientalismo com maior potencial de alcance social.

Ecologia - Crônicas Escolhidas de um Naturalista Contemporâneo; (2) textos acadêmicos publicados e/ou produzidos na UNISINOS com referência às relações homem/meio ambiente; (3) os livros *Aqui e agora. Para viver até o século XXI*, de Carlos Cardoso Aveline, e *Signos da Renovação - por um agir ecológico*, de Arno Kayser - representando uma parte do pensamento de dois importantes líderes do movimento ambientalista brasileiro; (4) três livros referentes à Educação Ambiental. No conjunto, as obras selecionadas fazem parte de um universo textual quantitativamente maior, e a formação dos grupos responde a uma necessidade de seleção e organização dos textos. Certamente, sempre há prejuízo em selecionar e classificar os documentos históricos, mas entendo que a finalidade desse procedimento é preservar a diversidade de um pensamento ambientalista que buscava construir-se como discurso, definindo não apenas os seus enunciados, mas também o seu campo de atuação e as suas estratégias de interação com a realidade social na qual ele estava inserido.

2. 2 Henrique Luiz Roessler e os fundamentos do discurso ambientalista no Vale dos Sinos

Quem foi Henrique Luiz Roessler para merecer a nossa atenção? Certamente o seu nome não é estranho para muitas pessoas no Vale dos Sinos - especialmente nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo onde existe um esforço dos ambientalistas para preservação da sua memória e onde encontramos dois parques municipais com o seu nome.¹¹⁵ E, sendo o uso do nome de alguém em um espaço público um indicativo de reconhecimento social, algo semelhante se pode dizer quando esse nome é usado no principal órgão público ambiental do Rio Grande do Sul - a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) Henrique Luiz Roessler. A importância de Roessler não pode ser dimensionada somente pelo uso do seu nome em áreas públicas ou em entidades civis e governamentais: ela também diz respeito aos eventos realizados em sua homenagem¹¹⁶ e deve ser pensada a partir do seu próprio trabalho como ambientalista e do registro do seu pensamento nas páginas da imprensa. Roessler escreveu 301 textos publicados

¹¹⁵ Em São Leopoldo, há um Parque Municipal Henrique Luiz Roessler que é popularmente conhecido como "Matinho do Padre Reus" (por ficar ao lado de um templo erguido em homenagem a este padre), enquanto, em Novo Hamburgo, o Parque Municipal Henrique Luiz Roessler também é conhecido como Parcão (nome que surgiu durante a mobilização da comunidade hamburguense para a criação do parque).

¹¹⁶ Como exemplos de eventos realizados em homenagem ao trabalho de Roessler, cito o "Seminário – Centenário Henrique Luiz Roessler" (realizado em 1996 numa parceria entre o Movimento Roessler e a FEEVALE), a homenagem póstuma realizada pela família Roessler (também em 1996) e a Semana Roessler (evento realizado pela FEPAM com uma edição em 2005 e outra em 2006). Também é válido mencionar que o Projeto Museu do Rio dos Sinos (coordenado pela Prefeitura de São Leopoldo) prevê a restauração da casa de Henrique Luiz Roessler e a sua transformação em um Museu de Educação Ambiental.

originalmente no Suplemento Rural do Correio do Povo entre 15 de fevereiro de 1957 e 08 de novembro de 1963. Na década de 80, a AGAPAN selecionou e reuniu 97 desses textos para publicá-los no livro *O Rio Grande do Sul e a Ecologia - Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*.¹¹⁷ A publicação do livro, reunindo textos dispersos no tempo e no espaço, proporcionou uma maior difusão do pensamento desse pioneiro entre a crescente comunidade de ambientalistas no final dos anos 80 e possibilitou uma revalorização da contribuição de Henrique Luiz Roessler para o ambientalismo brasileiro. A primeira edição de *O Rio Grande do Sul e a Ecologia* data de 1986 e contém um Prefácio redigido pela Diretoria da AGAPAN na gestão 1983/1984¹¹⁸. É desse Prefácio que cito as seguintes partes:

Também suas crônicas são hoje subsídios histórico, primeiro do movimento conservacionista, depois da devastação do nosso país e até da nossa tradicional corrupção burocrática.

(...). Procurou compreender a psicologia e os métodos dos inimigos da Natureza e da passividade dos espectadores. Por isso quando escrevia era didático: ao mesmo tempo em que denunciava, interpretava como agiam os depredadores, (...). Henrique Luiz Roessler foi uma figura imensa, de espírito naturalista por iniciativa e pensamentos próprios, numa época em que não havia literatura, nem propaganda nem discussão como há hoje, haja vista que seu trabalho começou muito antes de outra grande denunciadora: Rachel Carson, cujo livro "Primavera Silenciosa" é de 1962. Pode-se mesmo dizer que ele é o fundador da ecologia política no Brasil, pois em 16.10.59 declarou que era necessário "alarmar a opinião pública para convencer o Poder Público da necessidade urgente de providências."

O livro agora preparado resultou numa obra cheia de ensinamentos. É uma obra de educação ambiental para todos; mostra dezenas de exemplos de agressão à natureza, que os mais experientes de hoje não sonharam conhecer.

Feita essa breve apresentação à figura de Henrique Luiz Roessler, podemos passar do sujeito para o seu texto, embora seja difícil pensarmos a existência de um sem considerarmos a existência do outro. Na leitura da obra, encontramos casos de degradação dos ambientes naturais do Estado intercalados com relatos de combate a essa degradação promovidos por Roessler e pela União de Proteção à Natureza, entidade que ele idealizou e

¹¹⁷ ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia - Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

¹¹⁸ A Diretoria da AGAPAN 1983/1984 era composta por José Truda Palácio Júnior, Augusto César Cunha Carneiro e João Batista Santafé Aguiar.

ajudou a fundar em São Leopoldo, em 1955. Sem desmerecer a importância de temas como o desmatamento no interior do Rio Grande do Sul, a pesca e a caça predatória em diferentes regiões do Estado, ou iniciativas de preservação à natureza procedentes de outras partes do planeta presentes nas "crônicas", acredito ser mais relevante para o presente estudo destacar aspectos diretamente ligados à realidade ambiental do Vale do Rio dos Sinos e, por meio deles, abordar o surgimento de um discurso ambientalista registrado nos textos de Roessler.

A ligação de Roessler com o rio dos Sinos sempre foi muito forte. Ele viveu a maior parte da sua vida na cidade de São Leopoldo, nas margens do rio, possuía vínculos de amizade com a comunidade de pescadores da região e atuou como funcionário da Delegacia da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul - setor rio dos Sinos. Essa ligação com o rio dos Sinos refletiu-se no seu interesse pelo problema da poluição hídrica, tema que aparece nos seguintes textos: *Águas envenenadas nos nossos rios*; *O Rio dos Sinos é um esgoto*; *A indústria dificulta a piscicultura*; e *Ácido cianídrico envenenando os rios*. Outros problemas do rio também mereciam a sua atenção, como se percebe nos textos *A retificação do Rio dos Sinos*; *Corrigir a natureza é temeridade* e *O rio das retas*. Nestes, o autor critica a possibilidade de retificação do traçado do rio, que era discutida pelo Poder Público no começo dos anos 60.

A descrição da poluição no rio dos Sinos é rica em detalhes como a identificação dos principais tipos de poluentes, entre os quais estavam os produtos químicos industriais, especialmente os usados pelos curtumes, o esgoto cloacal despejado no rio sem tratamento e o ácido liberado durante a produção da farinha de mandioca.¹¹⁹ Também encontramos a indicação dos pontos mais poluídos do rio como os que se situavam na saída do "Arroio Preto", em Novo Hamburgo e na saída do "Valão", em São Leopoldo, e denúncias de danos decorrentes da poluição, como feridas na pele dos banhistas, doenças que afetavam as populações ribeirinhas desprovidas de água tratada, prejuízos na agricultura, odores desagradáveis e mortandade de peixes.¹²⁰

¹¹⁹ ROESSLER, Henrique Luiz. Ácido cianídrico envenenando os rios. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 379.

¹²⁰ ROESSLER, Henrique Luiz. Águas envenenadas nos nossos rios. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 129-130.

“No Rio dos Sinos acontece o seguinte: Vários arroios carregam para o seu leito substâncias químicas, tanino, sais minerais venenosos, anilinas e matéria orgânica dos curtumes e de outras fábricas. Especialmente o Arroio Preto, que passa por Novo Hamburgo e recebe todos os despejos daquela grande cidade industrial, contamina as águas do rio com tão grande porcentagem de tóxicos, que, no verão, nos períodos de vazantes anuais, morrem todos os peixes numa grande extensão do seu curso; os banhistas sofrem erupções e feridas na epiderme, e o gado refugia de se dessedentar com o líquido podrido e venenoso. A situação ainda se agrava muito, abaixo de São Leopoldo, depois de o rio ter recebido o Arroio dos

Trabalhando como fiscal no Serviço de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, Roessler participou da difícil tarefa de fiscalizar as agressões ao ambiente natural e registrou diversas práticas de desrespeito pela legislação ambiental da sua época.¹²¹ Em 1958, em um artigo intitulado *o Rio dos Sinos é um esgoto*, ele descreveu a experiência de aplicação da Portaria 2/57 emitida pelo Serviço de Caça e Pesca com base no Artigo 116 do Código de Caça e Pesca (implantado em 1938). A Portaria proibia o "lançamento de resíduos e detritos industriais comprovadamente tóxicos nas águas interiores" e obrigava os industriais a submeterem "suas águas servidas a processos que as tornem inócuas à fauna aquática. Os proprietários de curtumes, apontados por Roessler como "principais responsáveis pela poluição do rio dos Sinos", conseguiram obter da Secretaria da Agricultura a prorrogação do prazo para o cumprimento das determinações fixadas na Portaria.¹²²

Dois anos depois, a resistência dos proprietários de curtumes em cumprir a Portaria 2/57 levou o Serviço de Caça e Pesca a uma nova investida contra os "principais poluidores" do rio dos Sinos.

Constituindo esta situação anormal um flagrante e continuado desrespeito ao Código de Pesca, foi agora organizada a "Operação Saneamento Fluvial", com o início da Lavratura de Processos de Infração contra as firmas culpadas, já tendo sido autuados 52 dos que conspurcam o Rio dos Sinos.

Espera-se com a aplicação desta medida de rigor, não o recolhimento de multas, irrisoriamente insignificantes para os grandes industriais, as quais absolutamente não interessam ao Serviço, nem protestos absurdos e

Curtumes, os resíduos da Fábrica de Papel e da Estação de Imunização dos postes de luz e o esgoto cloacal da cidade, que é escoado pelo Valão para dentro do rio. Ainda é uso generalizado do povo atirar no rio toda espécie de animais mortos, inclusive os de grande porte. A população marginal do rio, não servida pela rede Hidráulica, é obrigada a consumir a água bruta, não tratada, escura e malcheirosa, que, embora fervida, gera doenças intestinais e mata, como consta, especialmente crianças, (...)".

¹²¹ ROESSLER, Henrique Luiz. Em primeiro lugar a Educação. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 73-75.

“Sempre verificamos novamente que não basta o Estado decretar textos de Leis Protetoras, se, para sua execução, não dispõe verbas, veículos e pessoal; se os próprios legisladores ou padrinhos políticos dos contraventores atrapalham a fiscalização; se as multas continuam absurdamente insignificantes; se o simples pagamento dessas bagatelas basta para obter a devolução de armas apreendidas sem a menor dificuldade; se os proprietários rurais se acovardam na frente dos invasores das suas terras. Enquanto não se verificar uma grande modificação na mentalidade pela educação, essas "penas" do Presidente e a recomendação de fixar editais para quem não sabe ler, significam tanto quanto um gota d'água no oceano”.

¹²² ROESSLER, Henrique Luiz. O rio dos Sinos é um esgoto. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 131-133.

manobras deletérias para obter nova impunidade, mas sim, o cumprimento, sem derrogas, da Lei.¹²³

No começo dos anos 60, a necessidade de obras para conter as enchentes do rio dos Sinos levantou a discussão da idéia de retificação das suas margens. Roessler foi contra essa idéia e também foi contra a expansão das áreas de cultivo com a drenagem de banhados do rio - defendidas pelos adeptos da retificação.

Os banhados se prestam admiravelmente para suprir de barro olarias, para criar gado no verão e para cativoiro de traíras e marrecos nos barreiros que nunca secam, e as ilhas poderão ser plantadas com árvores apropriadas para terras baixas.

Portanto não se trata de áreas improdutivas. Para fins essencialmente agrícolas ainda temos terras baratas e férteis fora do alcance das enchentes, em grande abundância, as quais ainda poderão ser aumentadas pela drenagem dos banhados altos, situados acima do nível do rio, como o de Santa Maria dos Caboclos.

Nossa exigência é reter o maior tempo possível cada gota d'água nas cabeceiras do rio e dos seus tributários pelo reflorestamento intensivo das margens e morros e áreas adjacentes devastadas.

Sabe-se que a floresta age como esponja e filtro, largando a água vagorosamente, garantindo assim a constante umidade da terra e nível mais constante do rio.

Não somos contra a construção de diques contra enchentes ao redor das localidades edificadas dentro das zonas de banhados por imprevidência das prefeituras.

O mais é loucura e conversa para desculpar o adiamento de obras imprescindíveis de saneamento (construção de tanques de decantação e filtros das águas servidas pelas indústrias); construção da rodovia de Novo Hamburgo a Lomba Grande e reflorestamento em grande escala do Vale do Rio dos Sinos.¹²⁴

Na sua crítica à idéia de retificação do rio dos Sinos, Roessler recorreu a um exemplo vindo da Alemanha e, no artigo *Corrigir a natureza é uma temeridade*, comentou

¹²³ ROESSLER, Henrique Luiz. A indústria dificulta a psicultura. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 133-135.

¹²⁴ ROESSLER, Henrique Luiz. A retificação do Rio dos Sinos. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 199-201.

os resultados da retificação do rio Reno.¹²⁵ No dia 17 de agosto de 1962, ele reforçou sua oposição à retificação avaliando as supostas vantagens que ela produziria, comentando a mania de grandeza do Brasil e denunciando a incoerência dos políticos que apresentam idéias sem planejamento ou estudo prévio de viabilidade técnica e financeira. Como alternativa, Roessler indicou outras providências mais adequadas e financeiramente mais acessíveis.

(...) limpar o canal do rio, dragar alguns bancos de areia, dinamitar as lajes e pedras e retirar a madeira caída do leito, para abrir passagem para pequenos barcos até Taquara; reflorestar larga faixa das margens e toda a região das nascentes em Santo Antônio da Patrulha (...) para que a água volte e se conserve por mais tempo, presa na serrapilheira [?] das raízes do mato; construir filtros para purificar as águas dos esgotos cloacais e das servidas pelas indústrias, que vêm saturando cada vez mais o Rio dos Sinos; aprontar o cais da cidade, incompleto há mais de 25 anos, e tantas outras obras de muita urgência para uma grande cidade.

Vamos deixar o Rio dos Sinos com o seu nome, aproveitando-o para passeios de turismo, pescarias e a sua água para dessedentar a população.

126

Henrique Luiz Roessler defendeu a preservação do curso natural do rio dos Sinos e, com essa pretensão, ele faleceu sem poder ver a idéia de retificação ser completamente descartada. Depois da sua morte, uma parte das suas sugestões para o tratamento do rio tornou-se realidade. A comunidade de São Leopoldo empenhou-se para concluir as obras do dique no centro da cidade e, nos anos 80 e 90, o tratamento da poluição hídrica tornou-se uma das principais bandeiras do ambientalismo no Vale. Em outros assuntos Roessler, sustentou sua posição em favor da natureza projetando a evolução do quadro ambiental na região. Um exemplo desse tipo de projeção está presente no seu empenho pela transformação do antigo Horto Florestal da Viação Férrea em uma área de preservação ambiental. Defendendo a preservação da mata de eucaliptos existente nos 800 hectares do antigo Horto e o seu uso para proporcionar lazer e contato com a natureza para a população pobre do Vale, ele alertou as autoridades:

A massa humana, que vive ao seu redor, hoje ainda cerca de um milhão de entes, em um futuro pouco remoto remontará a vários milhões.

¹²⁵ ROESSLER, Henrique Luiz. Corrigir a natureza é temeridade. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 201-203.

¹²⁶ ROESSLER, Henrique Luiz. O rio das retas. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 203-205.

Onde estes milhões, acumulados à sombra das chaminés, entre o estridor das máquinas, à luz artificial dos escritórios, ao longo da onda viva de carros e caminhões, no calor abafado das lojas, buscará seu desafogo e recreio, se não for já, agora que ainda é tempo, reservada uma grande área pública para este fim? ¹²⁷

Crítico do caos urbano e consciente de que esse caos exercia um efeito atrativo sobre uma parte da população das áreas rurais, Roessler lançou uma advertência aos que pretendiam deixar a vida no campo "atraídos pela ilusão urbana". ¹²⁸ Percebendo a vida urbana como um afastamento doloroso e traumático do convívio com a natureza e como uma constante destruição dos ambientes naturais, ele lançou uma profecia sobre a valorização das áreas de mata no espaço urbano.

Virá o tempo, e muito breve, em que a importância do mato como fornecedor de matéria-prima (madeira, lenha e carvão), como regulador de águas, como filtro da atmosfera, como protetor contra perigosos movimentos da terra, em muito retrocederá diante da sua tarefa de área de recreio para a população.

Devemos reconhecer que, se quisermos sobreviver, teremos que nos manter próximos à natureza. No claro reconhecimento desta necessidade, já está raiando a aurora no espírito dos responsáveis. Mas também os proprietários de mato deveriam desistir da sua destruição, e o reflorestamento das áreas nuas não deveria ficar para trás quando se trata da humanidade, da sua saúde, da sua vida. ¹²⁹

Três anos se passaram entre a publicação do texto *O Horto Florestal de São Leopoldo* e a retomada do assunto no texto *O Parque é do Povo*. No dia 22 de julho de 1960, Roessler comenta a notícia de que a Diretoria da Associação Comercial de São Leopoldo teria sugerido ao Governo do Estado a venda da área do Parque Estadual para uso industrial e residencial e reafirma o valor do parque como ambiente natural e bem público da comunidade do Vale.

Acontece que este Parque do Estado, objeto de cobiça de pessoas e grupos econômicos, representa o pulmão da grande área industrial que se estende de Porto Alegre a Novo Hamburgo e que em breve terá dois milhões de habitantes.

¹²⁷ ROESSLER, Henrique Luiz O Horto Florestal de São Leopoldo. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 206-209.

¹²⁸ ROESSLER, Henrique Luiz Roeeler. Monrópolis – a grande capital. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 205-206.

¹²⁹ Ibid.

A maior parte dos operários e comerciários não possui recurso para o turismo em locais distantes e por isto o Parque Estadual de São Leopoldo, de fácil alcance, será o refúgio dos pobres, nos fins de semana, logo que for franqueado à visitação pública, por cujo evento dezenas de milhares de pessoas esperam ansiosamente.

Os homens ricos deveriam respeitar os direitos dos humildes, desistindo do diabólico plano de privá-los, por dinheiro, do ar puro, da água límpida das fontes e arroyos, da sombra protetora das árvores e da alegria de passar um dia de descanso no seio da natureza.

Uma floresta representa muito mais do que o valor da terra e da madeira que encerra. Representa valores imateriais muito superiores, como a saúde de uma população, a fertilidade das lavouras vizinhas, a regularidade dos cursos de água, a garantia das fontes, a proteção contra os ventos e o sol, etc.¹³⁰

No jogo de interesses entre os que defendiam a transformação da área do Horto Florestal em um parque de preservação ambiental e de lazer e os que desejavam o seu uso para a expansão da zona urbana habitacional e industrial, prevaleceu a força do primeiro grupo com a implantação de um Parque Zoológico no local. Mas o receio de que os derrotados pudessem reagir estimulava o estado de vigilância contra os "inimigos da natureza".

(...) a União Protetora da Natureza estará sempre vigilante para denunciar e combater estas desmoralizantes tentativas, continuamente repetidas, de abocanhar os bens de interesse público em benefício de poucos elementos inescrupulosos.

Ficam convocados às entidades culturais, os partidos políticos com interesses conservadores, as autoridades educacionais e todos aqueles que se esforçaram para conseguir a instituição do Parque Zoológico em memorável campanha, para que cerrem novamente as fileiras para combater a projetada barbaridade.¹³¹

Mobilizando-se em defesa da natureza, a União Protetora da Natureza (UPN) preparava a construção de uma nova dimensão do ambientalismo expondo as suas críticas e desconfianças em relação ao governo e investindo cada vez mais no envolvimento da sociedade civil para com a preservação ambiental. Em 1960, no artigo *Em causa própria*,

¹³⁰ ROESSLER, Henrique Luiz. O Parque é do povo. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 208-209.

¹³¹ ROESSLER, Henrique Luiz. Querem aniquilar o Parque Zoológico. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 209-210.

Roessler anuncia os bons resultados da "campanha idealizadora" de preservação da natureza iniciada pela UPN e comenta o trabalho da entidade na distribuição de material educativo para mais de três mil escolas.

Sem pausa lutamos contra a ignorância e a indiferença e até contra a hostilidade de certos destruidores profissionais, que se vêem tolhidos na sua liberdade e contra alguns representantes ciumentos do Poder Público. Proteção às Árvores e proteção aos Animais são exigências culturais que atingem a todas as pessoas sérias com importância vital no seu senso de responsabilidade para com a posteridade.

Nossos tutelados, os animais e as árvores, não podem reclamar; declarar greve, fazer comícios e protestos, votar contra ou criar dificuldades ao Governo porque são indefesos, sempre expostos à brutalidade e ganância dos homens, nós que teremos que defendê-los, com todo vigor combativo, para evitar a transformação da nossa terra num deserto.¹³²

Roessler acreditava que era possível a modificação da mentalidade social destruidora da natureza com a promoção de uma educação feita, em parte, na escola, e em parte, no convívio familiar, que deveria oferecer bons exemplos no tratamento das plantas e animais. Nos seus textos, encontramos elementos importantes do discurso ambientalista no Vale dos Sinos, como a concepção e apresentação da proteção à natureza como uma manifestação de virtude.

Proteção à Natureza ficará sendo uma das grandes realizações da Humanidade, assim como foi abolição da escravatura; como é a proteção das crianças, velhos e doentes; a preocupação pelos feridos de guerra e sofredores de catástrofes, etc. (...). As pessoas bondosas acharão novos caminhos para cumprir a vontade divina neste sentido e encontrarão nisso o mais sublime cargo que existe.¹³³

No entendimento de Roessler, a proteção à natureza representava "as últimas qualidades morais adquiridas pela educação" e deveria ser assumida por "todo homem civilizado", que poderia contribuir com a sociedade na educação dos jovens e crianças e na cobrança do comprometimento do poder público para com o meio ambiente.¹³⁴ Chegamos então a um outro componente do discurso ambientalista difundido por Henrique Luiz Roessler: a preservação da natureza como tarefa individual e ao mesmo tempo coletiva.

¹³² ROESSLER, Henrique Luiz. Em causa própria. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 75-78.

¹³³ ROESSLER, Henrique Luís. Modificação de mentalidade. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 84-85.

¹³⁴ ROESSLER, Henrique Luiz. "Socorro", amigos da natureza. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 87-88.

2.3 O ambientalismo e a UNISINOS: encontros e experiências de interação

A história dos encontros e experiências de interação entre a instituição educacional hoje conhecida como UNISINOS e o ambientalismo é parcialmente retomada aqui a partir do estudo de seis textos publicados entre 1942 e 1979. O interesse da pesquisa nesses textos não se limita à possibilidade de análise dos conteúdos ou estilos de escrita; ele envolve também a função social que cada um deles possuía num contexto histórico em que a universidade buscava incorporar os problemas ambientais nos seus estudos e assumia publicamente a sua posição diante da degradação do meio ambiente e das iniciativas para combatê-la. Espaço privilegiado para a produção e circulação de saberes, a UNISINOS surgiu incorporando o patrimônio imaterial dos estudos em História Natural construído e difundido por Balduino Rambo ainda nos tempos do Colégio Cristo Rei e, posteriormente, ela exerceu um papel destacado na economia escriturística do ambientalismo no Vale dos Sinos. Recompôr o envolvimento dessa instituição educacional com a questão ambiental por meio de textos intencionalmente selecionados é avançar na compreensão da historicidade do ambientalismo na região.

Começamos, então, com a clássica obra de Balduino Rambo *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, publicada inicialmente pela Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul em 1942 e reeditada pela Editora UNISINOS em 1994. Rambo foi uma figura importante na formação escolar de estudantes que freqüentaram o antigo Colégio Cristo Rei, em São Leopoldo, ou o Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Dividindo seu tempo entre os estudos, a vida religiosa, as aulas de Ciências Naturais e o estudo da flora e da fauna do Estado, ele produziu um dos mais ricos registros científicos da natureza do Rio Grande do Sul no começo do século XX¹³⁵ e incluiu nele considerações sobre sua preocupação com a preservação dos ambientes naturais. Essas considerações aparecem no último capítulo da sexta parte da obra, de onde procede a seguinte citação:

(...), no curso de todas as culturas humanas, mais cedo ou mais tarde, surgem as tendências de proteção ativa da natureza; um povo que se descuidasse desse elemento seria falto de um requisito essencial da verdadeira cultura humana total e indigno da terra, com que a pródiga mão do Criador o presenteou.

¹³⁵ A descrição do Rio Grande Sul apresentada por Rambo é bem abrangente, incluindo aspectos de geologia, geografia, topografia, cobertura vegetal, campos, matas, áreas agrícolas, animais, clima e paisagens humanizadas.

Sob a rubrica de proteção à natureza vai a conservação dos monumentos naturais, das espécies botânicas e zoológicas periclitantes, das paisagens típicas e originais - tudo isso enquanto as necessidades concretas da sociedade humana permitirem. A proteção à natureza em primeiro lugar está a serviço das ciências naturais, antropogeográficas e históricas; em segundo lugar, baseia-se sobre um princípio de ética natural, que considera imoral a destruição desnecessária ou inconsiderada dos tesouros da beleza nativa; em terceiro lugar, protegendo o que há de precioso, restaurando o que já sucumbiu, acomodando as obras humanas ao estilo da terra, torna-se um aliado de valor da higiene e pedagogia sociais, e um adjutório indispensável da educação nacional.¹³⁶

Na concepção de Rambo, a proteção à natureza beneficiaria o desenvolvimento das ciências naturais e resultaria no cumprimento de um princípio ético e na contribuição para uma educação mais completa e qualificada; juntos, esses resultados representam três elementos importantes do discurso ambientalista construído no Vale dos Sinos: (1) a necessidade de participação das ciências na proteção à natureza; (2) a proposta de uma redefinição de valores na relação homem/meio ambiente; (3) o desenvolvimento de um processo educativo para capacitar a preservação da natureza e a recuperação de áreas já degradadas.

A importância de Balduino Rambo para a economia escriturística do ambientalismo no Vale dos Sinos excede a qualidade e a expressividade acadêmica do livro *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*¹³⁷. Rambo foi um pesquisador destacado na comunidade científica brasileira da sua época e, em 1954, foi nomeado diretor de Ciências da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse cargo, trabalhou para organizar o Museu Riograndense de História Natural (1955), criou a revista *Iheringia* (série Zoologia e série Botânica) e promoveu a fundação do Jardim Botânico de Porto Alegre, aberto ao público em 1958. Intervindo no Serviço Florestal da Secretaria de Agricultura, Rambo criou o Projeto Nacional dos Aparados da Serra (Itaimbezinho), no Município de Cambará do Sul - RS (1958), e iniciou os estudos para a formação do Jardim Zoológico no Município de Sapucaia do Sul - RS (trabalho interrompido pela sua morte em 12.09.1961, um ano antes de o Jardim Zoológico abrir suas portas ao público visitante). Mesmo falecendo novo, aos 56 anos de idade, Rambo ofereceu exemplos de como a

¹³⁶ RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, p. 432.

¹³⁷ A descrição do Rio Grande Sul apresentada por Rambo em *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* é bem abrangente, incluindo aspectos de geologia, geografia, topografia, cobertura vegetal, campos, matas, áreas agrícolas, animais, clima e paisagens humanizadas. A obra ainda hoje é usada como bibliografia básica em disciplinas cursos acadêmicos de Biologia, Geologia e Agronomia.

produção científica pode ser usada em benefício da proteção ambiental e foi um pioneiro no trabalho de criação de reservas ambientais. Ele também marcou o desenvolvimento das Ciências Naturais no Rio Grande do Sul tendo sido um dos criadores do Herbário PACA - Porto Alegre, Colégio Anchieta - e contribuindo, por meio do herbário e dos seus estudos, para a tradição em botânica da UNISINOS.¹³⁸

Em 1969, vinte e um anos depois da publicação da primeira edição do livro *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, surge um outro importante estudo para a configuração de um ambientalismo acadêmico no Vale dos Sinos. Nesse ano, o *Planejamento Hidrológico do Rio dos Sinos* é publicado concluindo uma série de estudos elaborados por uma equipe de técnicos enviados pelo governo da Alemanha Federal. A trajetória de criação dessa obra começa seis anos antes, quando a então Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo encaminhou o projeto *Valorização do Rio dos Sinos*, a fim de obter ajuda técnica para países em desenvolvimento. O governo alemão atendeu ao pedido e enviou uma equipe técnica que permaneceu dois anos instalada em São Leopoldo, pesquisando aspectos geográficos e socioeconômicos do Vale do Rio dos Sinos. O resultado da pesquisa foi publicado em dois volumes: o primeiro recebeu o subtítulo de "Estudo Sócio Econômico" e o segundo de "Plano Diretor Hidrológico". No conjunto, os dois volumes apresentaram um panorama da região na ótica de uma equipe técnica estrangeira, apontaram perspectivas de futuro e indicaram um programa de ações priorizando o melhor aproveitamento dos recursos hídricos e o controle das enchentes dos Sinos.¹³⁹ Sem desmerecer a importância das informações referentes ao perfil da economia e as condições sociais da população local, considero mais relevante os itens do *Estudo Sócio Econômico* em que os problemas ambientais ganham forma mais clara, especialmente em três aspectos: o abastecimento de água tratada, o sistema de esgoto e o lixo doméstico e industrial.

A precariedade do sistema de abastecimento de água é apontada em números¹⁴⁰ e junto, como agravante dessa precariedade, os dados indicam que uma parte expressiva da

¹³⁸ Hoje, o herbário reúne cerca de 140.000 exemplares da Flora do Brasil Meridional, e os primeiros 85.000 números foram recolhidos, parcialmente estudados e publicados por Rambo; outros 30.000 exemplares são de musgos e samambaias de seu colega jesuíta Aloysio Sehnem; 6.000 são fungos do também jesuíta João Ev. Rick, e os restantes 20.000 correspondem a trabalhos posteriores de pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, à qual o instituto está agregado.

¹³⁹ Além da equipe técnica de engenheiros consultores da AGRAR - Und Hydrotechnik GBMH, o governo da República Federal da Alemanha contratou os serviços do professor Arthur Rambo, que participou da pesquisa como tradutor e guia da equipe na região.

¹⁴⁰ SECRETARIAS DE OBRAS PÚBLICAS – RS. *Planejamento Hidrológico do Rio dos Sinos. V. 1. Estudo Sócio Econômico*. Essen: AGRAR - Und Hydrotechnik, 1969.

“Em 1967, dos 655.000 habitantes da AMVRS [Área Metropolitana do Vale do Rio dos Sinos], apenas 152.800 (23%) eram servidos por sistemas centrais de água potável. A parcela populacional (77%)

água tratada era destinada para o uso das indústrias. Em 1963, a demanda de água tratada foi de 62,3 milhões de m³, e as grandes indústrias consumiram 23,2 milhões de m³, ou seja, 37% da necessidade total. Prevendo a expansão industrial da região, os técnicos recomendaram investimentos no sistema de abastecimento de água.

A carência de água registrada nos curtumes dos municípios de Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti, Campo Bom, Portão e Novo Hamburgo, que são supridos desde mananciais subterrâneos, tendo em vista a expansão futura dos empreendimentos, somente poderá ser superada através da implantação de amplo sistema central de suprimento.¹⁴¹

No aspecto sanitário, o Vale do Rio dos Sinos oferecia rede de esgoto para 15% da população urbana, algo em torno de 66.000 habitantes numa população de 454.000 distribuída nas áreas urbanas de 21 municípios incluídos no estudo.

A eliminação dos esgotos sanitários processa-se nas demais áreas, tanto urbanas como rurais, com o auxílio de fossas OMS, sumidouros e fossas negras. Desde 1953 é exigida para a obtenção de licença para construção a adoção de fossas OMS. Na área do estudo, aproximadamente 142.000 habitantes são servidos por este tipo de fossas. Todavia, sua capacidade clarificadora não é totalmente utilizada, em vista da inexistência, em parte, de inspeção e limpezas periódicas.¹⁴²

A insuficiência da rede de esgoto e a inexistência de inspeções e limpezas periódicas nas fossas resultavam (e ainda resultam) no despejo de uma elevada carga de matéria orgânica na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, especialmente na sua parte de maior concentração populacional e industrial, composta pelos municípios localizados abaixo de Sapiranga. O resultado dessa deficiência sanitária foi registrado nos seguintes termos:

Os índices de poluição e de tratamento, que ultrapassam os valores dos limites internacionalmente admitidos, revelam que as águas fluviais do curso inferior do rio dos Sinos somente após demorado tratamento poderão ser utilizadas para fins potáveis. É alarmante a quantidade de bactérias existentes.

Não existe um tratamento ativo eficiente das águas quer subterrâneo, quer aeróbio, apesar da farta legislação existente sobre o assunto. O lançamento desordenado nas águas do rio de esgotos domiciliares e industriais influencia de forma crescente a qualidade das águas

não servida por sistemas centrais, cobre suas necessidades desde instalações próprias, como, por exemplo, poços, fontes, bem como mananciais de águas superficiais e cisternas.” (p. 154-155).

¹⁴¹ Ibid., p. 146.

¹⁴² Ibid: p. 157.

superficiais e profundas que são utilizadas como fontes para cobrir as necessidades de água potável da população.¹⁴³

E, completando a abordagem dos problemas ambientais da região, o texto faz uma breve referência a respeito do lixo, que, por ser "*jogado em depressões naturais, pântanos, poços de extração de argila, etc.*," colocava "*em perigo a água subterrânea.*" No parecer dos técnicos alemães sobre o lixo no Vale dos Sinos, percebe-se que os municípios careciam de um conhecimento mais aprofundado da origem e da composição do lixo e falhava no controle do seu destino, colocando em risco os recursos hídricos que abasteciam a sua população.

De modo geral, não existem estatísticas sobre a ocorrência e composição do lixo. Segundo indicações da prefeitura de Novo Hamburgo, registrou-se em 1966 uma ocorrência de lixo da ordem de 45 kg/H a.(45 kg por habitante em um ano). Uma parte apreciável do lixo é de origem industrial. Sobre sua origem e sua composição também não existem dados estatísticos.¹⁴⁴

No "Plano Diretor Hidrológico", o segundo volume do estudo, os técnicos alemães concentram-se no problema das enchentes do rio dos Sinos e apresentam duas propostas complementares: a ampliação do dique em São Leopoldo e a criação de "polders" para controlar o volume do rio na sua parte mais baixa. No projeto, os "polders" seriam espaços artificialmente preparados para o controle do volume da água do rio dos Sinos em períodos de enchente e seriam regulados por um sistema de bomba de recepção e devolução da água que permitiria, além do controle do nível do rio, secar uma parte da área dos banhados facilitando, assim, o controle da expansão urbana. Uma parte da sugestão foi aceita pela Prefeitura de São Leopoldo, que retomou as obras de contenção das enchentes e recebeu apoio financeiro da Alemanha Federal na construção de um novo dique na área central da cidade,¹⁴⁵ mas a criação de "polders" não foi implantada. A rejeição dessa proposta pode ser associada a hábito dos governantes de "engavetar" projetos em nome dos motivos mais diversos, mas ela também envolve o posicionamento do movimento ambientalista do Vale que se empenhou com vigor na preservação dos banhados.¹⁴⁶

¹⁴³ Ibid., p. 161.

¹⁴⁴ Ibid., p. 162.

¹⁴⁵ O empenho do governo de São Leopoldo em conter as enchentes do rio dos Sinos data dos anos 20, quando o então prefeito Theodomiro Porto da Fonseca iniciou as obras de construção do primeiro dique na margem esquerda do rio, e, recentemente, em 2003, uma nova etapa do programa contra as enchentes do rio dos Sinos foi concluída e reforçou a proteção da área central da cidade.

¹⁴⁶ Não conheço nem uma crítica à construção dos "polders" que tenha sido fundamentada em dados técnicos de Geologia, Hidrologia ou Engenharia, mas entendo ser possível inferir que a luta do movimento ambientalista pela preservação dos banhados contribuiu para que a sugestão dos "polders" perdesse

Escrito em uma linguagem técnica e com a intenção de propor um uso mais eficiente e organizado dos recursos humanos e naturais da região, o *Planejamento Hidrológico do Vale do Rio dos Sinos* não pode ser visto como exemplo da preocupação ambiental típica do ambientalismo em que a meta principal é preservar, e não transformar a paisagem natural. Mas isso não impede que ele seja considerado parte da economia escriturística ambientalista, uma vez que o seu texto contribuiu para uma interpretação mais científica do processo de humanização da região e registrou, com dados precisos e inexistentes na época, os problemas decorrentes da concentração urbana acelerada no Vale, incluindo entre eles a degradação ambiental, as limitações no potencial hídrico da região, a carência de serviços públicos básicos e o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mão-de-obra.

Criado com o objetivo de promover um crescimento econômico explorando de forma mais eficiente o espaço e os seus recursos naturais, o *Planejamento Hidrológico* foi uma espécie de radiografia da situação socioeconômica e socioambiental do Vale, e foi a partir dela que os técnicos alemães alertaram para a necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura para assegurar o abastecimento de água potável e o crescimento organizado da área urbana regional. Infelizmente, nenhum dos dois pontos recebeu a devida atenção das autoridades públicas; prova disso é que iniciamos o presente milênio com o risco constante de falta de água no verão e a expansão da periferia sobre os banhados do rio dos Sinos, especialmente em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Campo Bom. Dessa forma, assistimos ao agravamento de problemas que já eram bem conhecidos por técnicos e autoridades públicas no final dos anos 60.

Como ponto positivo, cabe ressaltar que a mobilização da comunidade leopoldense em favor da construção do dique estimulou a valorização da temática ambiental na opinião pública local, oferecendo condições para a realização dessa obra que mudou a paisagem de São Leopoldo e interferiu de forma expressiva no traçado do rio dos Sinos.

Quanto à participação da Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo na elaboração do *Planejamento Hidrológico*, ela é uma evidência de que o meio acadêmico local buscou participar na solução de problemas ambientais que estavam em curso na região, entre os quais estavam o rápido crescimento populacional, a carência de serviços sanitários, o declínio da produção agrícola e a preservação da fertilidade do solo e dos recursos hídricos da região. Podemos também dizer que a produção do *Planejamento*

credibilidade entre as autoridades públicas locais; afinal de contas, a drenagem dos banhados acarretaria a destruição de uma parte expressiva da fauna e da flora da região.

Hidrológico resultou no começo do encontro da comunidade acadêmica de São Leopoldo com os desafios levantados pelas questões ambientais da sua realidade espacial.

Quando a década de 60 terminava, começava uma nova fase no Ensino Superior da região. O Decreto-Lei 722/69 autorizou o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos a partir da integração de escolas já existentes em São Leopoldo. Criada em um contexto educacional marcado, de um lado, pela meta de integração e ampliação dos saberes e, do outro, pela tradição docente dos jesuítas, a UNISINOS iniciou seus trabalhos acadêmicos nos anos 70 dando continuidade ao envolvimento com as questões ambientais e concedendo um expressivo destaque aos estudos do padre Pedro Calderan Beltrão a respeito da Ecologia Humana. A lista de publicações do Padre Pedro Calderan Beltrão contém dezenas de obras publicadas em diversos idiomas, e aqui faço referência a uma pequena parcela dessa lista, destacando textos que a UNISINOS publicou.

O primeiro artigo de Beltrão publicado pela UNISINOS intitula-se *A evolução do pensamento marxista sobre a população*.¹⁴⁷ O artigo aborda as relações entre demografia e desenvolvimento econômico revisando interpretações a respeito do assunto, procedentes da União Soviética. Seguindo um caminho oposto ao da maioria dos países do mundo no período pós-guerra, os soviéticos reduziram suas taxas de natalidade e, por meio de demógrafos e economistas, passaram a defender o planejamento familiar como uma condição para o equilíbrio entre economia e população. Inseridas no antigo debate entre o malthusianismo e o marxismo, algumas posições defendidas pelos soviéticos alertavam para a deteriorização do meio ambiente gerada pela explosão demográfica e para o problema que esse fenômeno representava na meta de aumento da qualidade de vida das populações humanas. No ano seguinte (1974), a mesma revista publica outro texto de Beltrão intitulado *Explosão demográfica: um pesadelo para o futuro da humanidade*.¹⁴⁸ Nesse artigo, Beltrão analisa a experiência contemporânea de transição de uma "aceleração demográfica" para uma "desaceleração demográfica"; ressalta as diferenças entre a demografia urbana e a rural e aponta algumas tendências para o futuro, prevendo o crescente desgaste dos recursos naturais.

Entretanto, embora desacelerado, o crescimento da população mundial acarretará inevitavelmente, nos primeiros decênios do século XXI, um volume demográfico tal que *multiplicado pelo aumento dos níveis de consumo necessários para uma vida ainda que mediocrementemente confortável*

¹⁴⁷ BELTRÃO, Pedro Calderan. *A evolução do pensamento marxista sobre a população*. Vale do Rio dos Sinos, n.º 8. São Leopoldo: UNISINOS, 1973, p. 6-29.

¹⁴⁸ BELTRÃO, Pedro Calderan. *Explosão demográfica: um pesadelo para o futuro da humanidade*. Vale do Rio dos Sinos, n.º 9. São Leopoldo: UNISINOS, 1974, p. 39-51.

para toda a humanidade, poderia levar a um desgaste tal dos recursos, especialmente dos recursos minerais não renovados, e a uma contaminação tal do meio ambiente (ar, água, solo, etc.) que soaria a hora do colapso de tantos sonhos nossos de progresso, material e outro. É o aspecto ecológico, pois, e não propriamente o demográfico, que constitui hoje um pesadelo para a humanidade, ao menos para as nações mais desenvolvidas, particularmente nos Estados Unidos da América. (...) a crise ecológica não tem seu fator determinante no crescimento demográfico, mas na incapacidade das autoridades públicas em coibir os efeitos nocivos da economia industrial e da urbanização.¹⁴⁹

Acompanhando a valorização mundial da temática ambiental, em 1975, a UNISINOS publica outros dois textos do padre Beltrão, um intitulado a *Ecologia Humana*¹⁵⁰ e o outro, intitulado *ONU - 1974 - ano mundial da população. A conferência e tribuna mundial de Bucarest*¹⁵¹. O primeiro foi apresentado na aula inaugural do curso de Especialização em Ecologia Humana e o segundo, um relato da organização e do funcionamento da Conferência Mundial da População realizada pela ONU em Bucarest. Na aula inaugural proferida pelo Padre Beltrão, encontramos considerações a respeito de como a questão ambiental estava sendo pensada no âmbito mundial e informações sobre o Plano Mundial de Ação Populacional da ONU e sobre os estudos do Clube de Roma. Do texto usado na aula inaugural, importa destacarmos o trecho em que o padre Beltrão apresenta a justificativa da interdisciplinaridade no estudo da Ecologia Humana.

A fase de intensa industrialização que atravessamos, junto com a aceleração do crescimento urbano, sobretudo nas metrópoles, nos coloca hoje ante ingente tarefa de replanejar a ocupação racional do habitat humano.

A intervenção inconsiderada no meio ambiente pela devastação da fauna e da flora, a poluição descontrolada do solo e do ar, o desperdício de recursos naturais, provocam desequilíbrios que ameaçam a meta de um desenvolvimento continuado e harmonioso. Os mais conscientes reclamam, com urgência, da adoção de uma política de restauração e conservação do equilíbrio ecológico e uso racional de recursos naturais.

O homem passou a exercer um papel cada vez mais importante e decisivo na determinação do meio ambiente. A explosão populacional transformou-

¹⁴⁹ Ibid., p. 49-50.

¹⁵⁰ BELTRÃO, Pedro Calderan. *Ecologia Humana. Vale do Rio dos Sinos, n.º 11*. São Leopoldo: UNISINOS, 1975, p. 39-54.

¹⁵¹ BELTRÃO, Pedro Calderan. *ONU - 1974 - ano mundial da população. A conferência e tribuna mundial de Bucarest. Vale do rio dos Sinos, n.º 11*. São Leopoldo: UNISINOS, 1975, p. 55-62.

se recentemente em explosão urbana. A análise desse fenômeno, nos seus determinantes e conseqüências, objeto das ciências demográficas, constituem-se em conhecimento fundamental para o planejamento urbano e a ação sobre o meio ambiente.

A Ecologia e a Demografia constituem-se, assim, em duas ciências intimamente relacionadas com a análise dos problemas do controle do meio ambiente e do estabelecimento de políticas racionalizadoras para o mesmo.

Parece conveniente, por isso, que o curso sobre os problemas do meio ambiente, que aqui se propõe, procure oferecer disciplinas de ambas estas ciências enfocadas, conjugadas para os objetivos propostos.

Uma razão forte para a UNISINOS montar um curso de especialização nesta área, está no fato de que ela já possui uma infra-estrutura básica neste setor. Primeiramente, um corpo de professores que no campo da Sociologia, têm três doutores e cinco mestres, além de três em curso de mestrado no exterior (...). Além disso, possui também o CEDOPE, com pesquisas realizadas no campo específico da Demografia.

No setor da Ecologia, a Universidade também possui pessoal preparado e longa tradição de pesquisa. O antigo curso de História Natural já é sobejamente conhecido pelo alto nível de ensino, a elevada qualificação do seu corpo docente e por pesquisas originais ligadas a questões ecológicas.¹⁵²

A possibilidade de compreensão e resposta aos problemas ambientais da sociedade contemporânea a partir do estudo da Demografia e da Ecologia, assim como a existência de um corpo docente qualificado e uma tradição em pesquisas, justificavam a iniciativa da UNISINOS em oferecer o curso de especialização em Ecologia Humana. A iniciativa reforçava o envolvimento da entidade com a questão ambiental e ampliava a sua participação na construção do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos e fora dele também. Podemos não saber ao certo o efeito qualificativo desse curso de especialização na formação de um quadro de profissionais preparados para enfrentar os problemas ambientais, mas, em contrapartida, podemos afirmar que o curso certamente multiplicou a importância e o volume da economia escriturística ambientalista que passava pela Universidade e, por meio dela, atingia pessoas e instituições de diferentes partes do Rio Grande do Sul e do Brasil.

¹⁵² BELTRÃO, Pedro Calderan. Ecologia Humana. *Vale do rio dos Sinos*. nº 11, 1975, p. 51-52.

O encerramento do estudo dessa série de textos, que registra uma fase do envolvimento da UNISINOS com o ambientalismo e destacam a participação da ciência no discurso ambientalista do Vale, fica por conta de um pequeno livro intitulado *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*.¹⁵³ Produzido numa parceria entre a Prefeitura de São Leopoldo e a UNISINOS, ele registrou uma parte de um evento com o mesmo nome que foi organizado pela Câmara de Vereadores de São Leopoldo e realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal Olavo Bilac nos dias 26 e 27 de abril de 1979. A publicação contém os textos apresentados no evento por Mílton Roessler, presidente da Colônia de Pesca Z5 e filho de Henrique Luís Roessler; Crista Knäpeer, pesquisadora da área biomédica da UNISINOS; Amadeu Rocha, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS; José Lutzenberger, representante da AGAPAN e Udo Mohr, arquiteto da PLANDEL.¹⁵⁴ Construído com a contribuição de diferentes autores, o *Ciclo de Debates* apresenta, em algumas partes, um texto com uma linguagem mais técnica, e o exemplo mais expressivo está nas páginas em que Christa Knäper descreveu sua experiência pesquisando a poluição no rio dos Sinos.

Hoje, voltamos em especial mais uma vez às margens do rio dos Sinos. Estas mereceram e ainda merecem a nossa atenção desde os idos tempos de estudante, quando recebíamos material pedofaunístico ora coletado pelo Profº Pe. Clemente Steffen, ora pelo biólogo Renato Petri Leal, ora por estudantes excursionistas. Em 1968, o Profº Dr. Pedro Ernesto Häeser e nós fizemos um levantamento de 15 em 15 dias nas margens do rio dos Sinos, durante um ano. A partir do término desse trabalho, analisamos oligoquetos terrestres semanalmente, a fim de acompanharmos a evolução de alguns pontos das margens do rio dos Sinos, mais ou menos nas proximidades da Universidade. A seguir, foram projetados 81 slides obtidos no Rio dos Sinos e de material coletado em suas margens, em que foram constatadas não somente alterações ambientais, mas, sobretudo, a degradação que leva a uma involução ambiental, que comprometerá a perpetuação da vida e sobrevivência não somente da fauna e da flora, mas

¹⁵³ CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermund, 1979.

¹⁵⁴ Completaram o grupo de debatedores os seguintes ambientalistas: Jorge Ossanai, Coordenador do Controle do Equilíbrio Ecológico da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente; Julião Aibar Tesch, presidente da Agapan - Núcleo Leopoldense; Pe. Avelino Caten, da Paróquia de São Miguel das Missões de Santo Ângelo; e Ricardo Pinto Porto, engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura. O livro *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos* não especifica se houve algum critério de seleção dos textos ou se alguns participantes não apresentaram textos para os responsáveis pela publicação - em todo caso, fica aqui registrado o nome dos participantes que fizeram parte das mesas de discussão.

também do ser humano que vive mais ou menos próximo da margem e até mesmo no centro urbano.¹⁵⁵

Os estudos com oligoquetos¹⁵⁶ realizados ainda nos 60 já comprovavam o elevado índice de degradação ambiental que atingia o rio dos Sinos e levantavam, nos pesquisadores, preocupações quanto à sobrevivência da fauna e da flora nas suas margens. A distância temporal aparentemente pequena entre as pesquisas lembradas por Christa Knäper e o evento que estava debatendo publicamente o problema da poluição não deve ser diminuída em seu valor histórico. Ela expressa a memória de uma tradição local de pesquisas e faz uma justa referência a nomes que realizaram um importante trabalho na formação de estudantes em Ciências Naturais e no incentivo do envolvimento e do comprometimento com a preservação da natureza. Poderia a UNISINOS ter estudado o meio ambiente local sem fazer da poluição um objeto de estudo? A exposição de Knäper nos diz que não e corrobora o desenvolvimento de um ambientalismo acadêmico, que, embora focado na região do Vale dos Sinos, não ignorava a dimensão mundial dos problemas ambientais.

Assim como Knäper, Amadeu Rocha Freitas também foi objetivamente técnico na sua exposição.¹⁵⁷ Ele destacou a existência de vários estudos sobre a poluição dos Sinos, incluindo o *Planejamento Hidrológico* elaborado por técnicos alemães e já mencionado anteriormente, e apontou 4 alternativas para o problema da poluição no rio. São elas: 1) a *diluição* com a construção de uma represa na parte do rio acima de Taquara para aumentar a vazão da água nos períodos de seca e diluir a concentração de poluentes nesse período; 2) a *substituição* do uso de outros produtos e métodos típicos de curtimento por opções menos poluentes; 3) o *reaproveitamento* dos resíduos do curtimento como adubo e tratamento da água da decantação para o seu uso na continuidade do processo de curtição e 4) o *tratamento biológico* mediante uso de várzeas para estabilização da água usada pelos curtumes ou do próprio esgoto cloacal. Na condição de pesquisador responsável por um dos principais núcleos acadêmicos de onde poderiam proceder as soluções para o problema da poluição do rio dos Sinos, Freitas concentrou-se na viabilidade técnica das opções existentes, mas não fez qualquer referência aos fatores que impediam a implantação das opções por ele apresentadas, entre os quais certamente estavam a resistência dos curtumes e das autoridades públicas em investir na redução dos danos ambientais).

¹⁵⁵ KNÄPPER, Christa. In: CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermund, 1979, p. 12-13.

¹⁵⁶ Os oligoquetos são animais terrestres genericamente conhecidos como minhocas. O estudo da presença e do comportamento dos oligoquetos em uma determinada região oferece parâmetros para avaliar variações na composição e na fertilidade do solo.

¹⁵⁷ FREITAS, Amadeu Rocha. In: CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermund, 1979, p. 14-16.

O problema da poluição provocada pelos curtumes também esteve presente no evento mediante a participação de Milton Roessler, que relembrou a antiga luta de seu pai com o texto intitulado *Mexendo na Abelheira*. O texto foi originalmente publicado no dia 07 de abril de 1961 no Suplemento Rural do Correio do Povo e foi incluído no livro do *I Ciclo de Debates* juntamente com os comentários de Milton Roessler. A apresentação de um texto com 17 de anos de existência permitiu uma interessante comparação do mesmo problema em dois momentos históricos distintos. Em *Mexendo na Abelheira*, Henrique Luiz Roessler dirigiu-se aos "industriais bem intencionados" oferecendo orientações técnicas para o tratamento de efluentes do processo de curtimento, indicou contatos para a obtenção de maiores informações e concluiu fazendo a previsão otimista de que “tantos homens inteligentes e ricos na direção da Indústria do Couro não poderão deixar de encontrar solução para o problema.” Mas, em 1978, a solução ainda não havia sido encontrada e a exposição de Milton Roessler externava a sua decepção com o quadro de poluição do rio dos Sinos.

De nada valeram os autos de infração lavrados contra os poluidores, infratores da Lei. As reportagens escritas e fotográficas, aqui apresentadas nos painéis e slides projetados, falam por si só, dando uma exata compreensão da gravidade do problema da poluição dos rios. A culpa deste estado de coisas cabe ao governo, pela inércia, irresponsabilidade e omissão, por não agir com rigor contra os poluidores, e estes, na impunidade, por acomodação e conveniência própria, deixam simplesmente de instalar os aparelhos antipoluidores, como tanques de decantação, sumidouros, filtros e outras instalações, continuando a lançar descaradamente e impunemente os seus resíduos sem tratamento prévio nos cursos da água, (...).¹⁵⁸

Façamos uma breve reflexão sobre a diferença entre o otimismo de Roessler e a decepção de seu filho. Não é novidade dizer que a segunda metade dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70 correspondem ao Milagre Econômico brasileiro, mas não se deve perder de vista que, no Brasil, esse período foi acompanhado da multiplicação das agressões ambientais e, num curto espaço de tempo, o problema da poluição do rio dos Sinos tornou-se bem mais grave. É a partir dessa realidade que se deve pensar a decepção do Milton Roessler, mas não devemos ignorar também a existência de um sentido estratégico da sua fala, pois ele estava diante de autoridades públicas e a sua estratégia foi reforçar a postura crítica do discurso ambientalista apontando a culpa do governo e a culpa

¹⁵⁸ ROESSLER, Milton. In: CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermond, 1979, p. 11.

dos empresários pelos problemas do rio. A noção de "estratégia" é um dos componentes destacados no pensamento de Michel de Certeau quando ele trata da pluralidade cultural e das múltiplas possibilidades de apropriação e uso de um determinado saber oferecido pela ciência, e, no caso específico da participação de Milton Roessler no evento, ela foi "estratégica" porque foi usada para fazer denúncias na presença das autoridades públicas e para lembrar ao público que o problema da poluição do rio não era novo na região.

O conjunto de textos que integram o *I Ciclo de Debate* também registrou a participação de José Lutzenberger no evento. Na sua exposição, Lutzenberger fez referências específicas ao problema da poluição gerada pelos curtumes, criticou o dogma da neutralidade política da ciência imposto pela "tecnocracia" e defendeu a adoção de "tecnologias brandas", que valorizam os ciclos de vida e as dinâmicas próprias da natureza.¹⁵⁹ Como alternativa para o combate da poluição no Vale, ele mencionou a possibilidade de uso dos banhados do rio dos Sinos como instrumentos de purificação natural secundária e terciária, sugeriu a fiscalização das fossas e o controle na produção e no destino do lixo. A exposição de Lutzenberger inseriu a poluição no Vale em uma dimensão cultural diretamente ligada a decisões políticas e a modelos científicos comprometidos com a acumulação da riqueza e, conseqüentemente, combater a poluição implicava na tarefa maior de compreensão e transformação dessa dimensão cultural. Percebe-se, então, que o discurso ambientalista estava direcionado para a crítica e a rejeição ao padrão de relação homem/natureza que existia na época. E foi apontando para essa mesma direção que Udo Mohr apresentou a sua contribuição para o evento.

O problema do rio dos Sinos se insere, na verdade, na problemática global. Todos os sintomas, como este que estamos tratando, somente serão totalmente superados se conseguirmos alterar o rumo atual dos processos de desenvolvimento. Devemos substituir a sociedade de consumo por outra, que se baseie em relações sadias com a natureza, respeito aos princípios da ecologia e na distribuição equitativa das riquezas.¹⁶⁰

Apresentando enfoques distintos e ligados pela preocupação com a degradação ambiental no Vale do Rio dos Sinos, os participantes do *I Ciclo de Debates* apresentaram idéias que em parte reforçavam a base do discurso ambientalista iniciado por Roessler na década de 50 e ampliavam o campo de reflexão e discussão em torno da questão ambiental. O reforço da base discursiva já existente passava pelas críticas à omissão do governo,

¹⁵⁹ LUTZENBERGER, José. In: CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermund, 1979, p. 17-27.

¹⁶⁰ MOHR, Udo. In: CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermund, 1979, p. 30.

alcançava o comodismo dos proprietários de curtumes e incluía sugestões técnicas para contenção ou diminuição da poluição do rio dos Sinos, já a ampliação dos problemas interiorizados na construção discursiva ambientalista incluía críticas ao modelo científico e econômico em vigor e o uso da própria ciência para denunciar e quantificar as agressões à flora e a fauna da região.

Renovado pelo duplo movimento discursivo que, reforçava elementos já existentes e acrescentava novas questões no pensamento ambientalista, e, ao mesmo tempo, era prestigiado e assumido por uma comunidade acadêmica local que possuía um crescente potencial de influência na opinião pública e nas ações governamentais, o ambientalismo do Vale do Rio dos Sinos encerrou os anos 70 alcançando um significativo avanço ampliando a discussão sobre os problemas ambientais e identificando pontos de conexão e divergência entre os aspectos políticos, econômicos e científicos que contribuíam para o agravamento da degradação ambiental na região e fora dela também. No horizonte futuro, anunciava-se como prioritária a superação do plano discursivo e a multiplicação de práticas sociais voltadas para a valorização e preservação da natureza.

2.4 Carlos Aveline e Arno Kayser: a renovação do discurso ambientalista no Vale dos Sinos

Nos dois conjuntos de textos abordados anteriormente, entendo que a combinação dos critérios de seleção está bem clara. No caso de Henrique Luiz Roessler, foi considerada a sua condição de líder no ambientalismo e trabalhou-se com o material selecionado e reunido pela AGAPAN no livro *O Rio Grande do Sul e a Ecologia*. No caso dos textos ligados a UNISINOS, foi considerado o pertencimento deles ao ambientalismo acadêmico que estava em construção na região. Nessa parte específica da dissertação, proponho destacar elementos da produção textual de Carlos Aveline e de Arno Kayser para buscar, por meio deles, um entendimento de como estes dois autores usaram a escrita para renovar e difundir o discurso ambientalista incorporando nele novos elementos da conjuntura histórica dos anos 80 e começo dos 90.

Na escolha dos nomes, foi usado o critério de procedência autoral dos textos com a intenção de prestigiar líderes do ambientalismo no Vale, e acrescentou-se o critério complementar de produções textuais publicadas em livros. Isso permitiu uma distinção dos autores em relação a outros ambientalistas que escreveram em jornais e revistas da região. Carlos Aveline foi presidente da UPAN de 1986 a 1993, contribuiu na criação do COMITESINOS - Comitê de Proteção, Pesquisa e Gerenciamento da Bacia Hidrográfica

do Rio dos Sinos, criado em 1988, foi um dos representantes das ONGs da região sul do país no CONAMA e no FNMA e participou ativamente da organização da Rio - 92. Arno Kayser trabalhou para a Prefeitura de Novo Hamburgo, onde desenvolveu diversos trabalhos de Educação Ambiental, foi presidente do Movimento Roessler pela Proteção da Natureza, tendo uma participação importante na criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler, em Novo Hamburgo, e também contribuiu para o surgimento e a organização do COMITESINOS.

Dos textos de Aveline, importa dedicarmos uma atenção especial para o livro *Aqui e agora. Para viver até o século XXI*¹⁶¹, e, dos textos de Kayser importa destacarmos o livro *Signos da Renovação - por um agir ecológico*.¹⁶² Ligadas pela valorização das relações entre o ser humano e a natureza e publicadas pela mesma editora, as obras diferem na sua origem e estrutura textual, e, embora não tenham sido escritas com a pretensão de caracterizar o ambientalismo no Vale dos Sinos dos anos 80, elas oferecem um panorama básico de como a questão ambiental era observada e interpretada textualmente por dois dos mais expressivos pensadores e ativistas do ambientalismo no Vale.

O livro de Aveline foi um produto encomendado pela Editora Sinodal, e, de certa forma, reflete a valorização do seu trabalho anterior - *De cima para baixo: a utopia no Brasil* - lançado pela Editora Abril em 1981, enquanto o livro de Kayser reúne textos que ele publicou no Jornal NH, na coluna Ecologia, no período entre 1984 e 1991. Produzidos em diferentes épocas e em circunstâncias distintas, os dois livros abordam o ambientalismo com perspectivas próprias. Aveline buscou na história explicações para a necessidade de mudanças na conduta humana e usou de diversos autores para construir o seu texto. Seguindo um caminho diferente, Kayser encontrou, na observação da natureza e de fatos do cotidiano urbano, a matéria prima para a produção dos seus textos.

A formação profissional de cada um dos autores também influenciou nas obras. Jornalista por profissão, Aveline escreveu compondo um macroretrato da questão ambiental da sua época, usando um volume expressivo de informações, exercitando possibilidades de interpretação e acrescentando na sua escrita uma ampla bagagem de envolvimento com movimentos sociais e com a espiritualidade oriental, enquanto Kayser diluiu nos seus textos um pouco do conhecimento técnico que ele adquiriu ao longo dos seus estudos em Agronomia¹⁶³ e das suas experiências na área de Educação Ambiental.

¹⁶¹ AVELINE, Carlos Cardoso, *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* - São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985.

¹⁶² KAYSER, Arno. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991.

¹⁶³ Kayser graduou-se em Agronomia pela UFRGS e fez Especialização em Agricultura Orgânica pela Universidade de Kassel - Alemanha.

Feitas essas considerações, acredito que podemos avançar na compreensão das obras e da sua inserção no quadro histórico do ambientalismo no Vale dos Sinos. Como ponto de partida para esse avanço, proponho interpretar a obra *Aqui e Agora* como um retrato textual de uma sociedade em transição e como um registro de idéias e expectativas do autor. O primeiro aspecto que destaco no livro é que o autor apresenta algumas leituras que influenciaram na formação do seu pensamento e concede um lugar especial para a obra "*O Apoio Mútuo*", de Piotr Kropotkyn, publicada pela primeira vez em 1907, reconhecendo nela a existência de um princípio básico de relação entre os seres vivos e comentando o seu valor nos seguintes termos.

Escrevendo com clareza intelectual e uma emoção elevada, Kropotkyn consegue desmistificar o papel da luta competitiva na evolução das espécies (e do indivíduo), que foi exagerado apenas para legitimar ideologicamente o capitalismo.

Por outro lado, lembra Kropotkyn, além da luta competitiva, há outro fator na evolução: a sociabilidade ou ajuda mútua. "Naturalmente seria difícil determinar, ainda que aproximadamente, a importância relativa dessas duas ordens de fenômenos." Mas "se perguntarmos à natureza quem são os mais aptos, se aqueles que constantemente lutam entre si, veremos que os animais que adquiriram o costume da ajuda mútua são, sem dúvidas os mais aptos."¹⁶⁴

Defendendo para o princípio da "ajuda mútua" um reconhecimento que foi abafado pelo capitalismo e pelo darwinismo social, Aveline propôs o resgate desse princípio e apontou a presença dele em temas como as mudanças nos padrões de comportamento sexual e de relações familiares¹⁶⁵ e na crescente democratização do começo dos anos 80.

166

¹⁶⁴ AVELINE, Carlos Cardoso, *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* - São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985, p. 25.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 32-33

"E já vivemos o processo de libertação, mesmo em meio aos evidentes exageros e desequilíbrios que são mero resultado da repressão patriarcal anterior. As formas de se viver o amor e o sexo no Brasil estão renascendo livres, e passando por uma transformação radical."

"Dos anos sessenta para cá, houve um sensível relaxamento nos costumes sexuais. A família fechada, como parceira econômica indissolúvel em meio ao capitalismo selvagem, não se desfez, mas é mais flexível. O casamento não é a prisão de antes. Especialmente as mulheres estão podendo experimentar a sexualidade mais livremente."

¹⁶⁶ Fazendo previsões otimistas sobre a democratização e escrevendo sobre forte influência da participação popular no Movimento Diretas Já, Aveline previa: "A democratização "representativa", com políticos mais ou menos demagogos decidindo tudo pela população, irá para o museu da história. Os grandes grupos populacionais terão acesso à democracia participativa. Gente comum decidirá todos os dias os rumos da vida coletiva e - por isso mesmo - estará estimulada a colocar, mesmo, em prática o que se decidiu." *Ibid.*, p. 47-48

Ensaando uma (re)interpretação de fatos históricos determinantes para o mundo contemporâneo, Aveline menciona o esforço da revolução industrial para apagar a importância das instituições medievais de ajuda mútua e aponta a permanência de exércitos como uma herança cultural que "não figura entre aquelas que devem ser preservadas". No capítulo 9 do livro - com o sugestivo título de "Generais em excesso", Aveline apresenta uma leitura crítica do poder militar e defende uma utopia pacífica, cuja compreensão excede o ambientalismo e deve ser buscada nos princípios religiosos do budismo.

O surgimento de novas formas de vida e de organização social fará com que os exércitos e as armas passem gradualmente a serem vistos como peças inúteis de um museu que ninguém visitará.

Assim os exércitos não serão um câncer devorador, mas a casca de sangue coagulado que reveste ainda uma ferida recém cicatrizada - a ferida da violência humana. Tal como a casca é consequência de um ferimento prévio, o exército é resultado de uma sociedade cega para o princípio de ajuda mútua.¹⁶⁷

Mais do que criticar o exército e defender uma utopia pacifista, a intenção do autor é atacar as idéias que sustentam a existência da força militar, incluindo entre elas o interesse dos governantes em controlar e reprimir a energia da juventude. Tratando especificamente o exército brasileiro, Aveline propõe uma interessante revisão da função social desse exército:

O exército também controla dezenas de milhares de hectares de terra em todo território nacional. É um crime manter essas terras inativas quando dois terços dos brasileiros, segundo a Igreja Católica, passam fome.

Se queremos pensar em termos de segurança nacional, é preciso que cheguemos a uma conceito suficientemente humano de segurança nacional para perceber que algo está errado quando mais da metade do país passa fome. Por que não mobilizar o exército para tarefas urgentes como a defesa do meio ambiente e a recuperação da população excluída do resto do país pela fome endêmica?¹⁶⁸

Dedicando um espaço especial para o problema da degradação do meio ambiente, a obra contém relatos e comentários de reações a esse problema procedentes de diferentes partes do mundo. Há no livro referências a produção e troca de conhecimentos entre ambientalistas de diversas partes do país e do mundo e informações sobre simpósios e publicações de pesquisas de institutos particulares, universidades e órgãos

¹⁶⁷ Ibid., p. 103.

¹⁶⁸ Ibid., p. 108.

governamentais;¹⁶⁹ e há também referências a práticas de organização comunitárias adequadas ao princípio da ajuda mútua. Retomando o assunto que foi o centro do seu livro anterior - a participação comunitária na condução das mudanças sociais -, ele destacou a importância da sociedade civil na transformação da realidade e apontou como exemplo a crescente produção descentralizada de alimentos e as iniciativas de agricultura natural. Aveline entendia que essas duas práticas, ainda que coexistindo com o modelo tradicional de produção de alimentos e concentração de renda, poderiam resolver três graves problemas da sociedade contemporânea: o da fome, decorrente da exclusão social provocada pelo capitalismo, o da contaminação do corpo humano, da fauna e da flora, decorrente do uso dos agrotóxicos, e o da perda da consciência de que há em cada indivíduo um potencial natural de transformação do mundo.

Os exemplos da produção descentralizada de alimentos poderiam ser citados por muito tempo, o importante a respeito deles é o seu potencial multiplicador e o efeito psicológico no sentido de conectar as pessoas à realidade concreta que as rodeia, devolvendo-lhes a opção da atividade e da criatividade.

Mesmo que muitas decisões do poder central possam refletir, com clareza crescente, a tendência à descentralização e socialização das decisões, o surgimento desta nova economia não é o resultado de nem uma política decidida nos gabinetes. A transição para a sociedade participativa ocorre fundamentalmente de baixo para cima e é planetária - não respeita fronteiras nem escolhe instituições.¹⁷⁰

Associando a realização do ser humano ao princípio da ajuda mútua, o livro *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* contém uma forte crítica ao capitalismo, ao modelo político tradicional centrado no governo, ao militarismo e à cultura patriarcal. Conhecedor de diversos assuntos - e isso se pode constatar pela bibliografia apresentada -, Aveline também conseguiu apresentar experiências de rejeição à cultura predominante e defendeu possibilidades de reformulação da imagem do ser humano e das suas relações com a natureza. E no final do livro, ele pergunta:

Estará sendo suficiente nosso atual esforço para construir o novo?
Quanto tempo teremos ainda?

¹⁶⁹ Há um interesse do autor em expor e explicar as duas previsões de alteração no clima decorrentes do excesso de gás carbônico na atmosfera: a do superaquecimento e a do resfriamento do planeta. Aveline trocou correspondências com John Hamacker - um dos cientistas defensores da teoria do resfriamento e autor do livro "A Sobrevivência da Civilização" (1982).

¹⁷⁰ Ibid., p.98.

Este livro terá cumprido seu objetivo se o leitor vincular a visão que ele coloca com as múltiplas possibilidades de ação prática, no quintal da casa, na escola, na universidade, no bairro e no local de trabalho.¹⁷¹

O envolvimento da sociedade civil com a transformação da realidade é a meta apontada por Aveline, e, para tornar essa meta menos discursiva e mais prática, no ano seguinte ao da publicação do livro *Aqui e Agora*, ele assume a liderança da AGAPAN-Núcleo Leopoldense e promove a mudança do nome para UPAN, entidade que presidiu até 1993. Na atuação de Aveline como ambientalista, o discurso e a prática conviviam lado a lado, e as suas idéias continuaram gerando novos textos e circulando entre ONGs ambientalistas, órgãos do governo e páginas de jornais e revistas.

No trabalho de Aveline, a vontade de compreensão e transformação da realidade pelo texto alimentava o poder criador da escrita, corretamente interpretada por Michel de Certeau como uma "prática mítica moderna". Essa interpretação abre caminho para ensaiarmos uma analogia entre o mito e a escrita: (1) o entendimento de ambos envolve sempre a existência de meios de comunicação (e isso excede a questão da linguagem e da distinção entre o texto e oralidade, a comunicação é antes de tudo um produto humano e depende da vontade humana para acontecer); (2) o valor deles está diretamente ligado a uma funcionalidade que pode ser mais ou menos flexível às mudanças na conjuntura sociocultural e, conseqüentemente, o significado de um mito ou de um texto permanece sempre passível de novas significações; (3) e, para finalizar, embora se reconheça que tanto o mito quanto a escrita possuem um sentido educativo, não se pode dimensionar com exatidão a influência de um ou de outro no comportamento das pessoas, uma vez que as apropriações sociais e aplicações práticas do que eles transmitem não podem ser controladas pelo seu conteúdo ou estruturas comunicativas. Certamente, essa analogia nos afasta um pouco dos textos que fazem parte do discurso ambientalista, mas, em contrapartida, ela mantém em aberto a possibilidade de pensarmos a experiência da escrita como um esforço intelectual de criação e significação do mundo dentro dos limites e da tensão entre a realidade existente e a realidade desejada. E podemos, então, avançar no estudo reconhecendo a marca da "mística moderna" da escrita no ambientalismo do Vale dos Sinos.

No decorrer dos anos 80, multiplicaram-se os textos sobre o meio ambiente nos jornais NH e Vale dos Sinos, ambos do Grupo Editorial Sinos, e, na Revista Rua Grande, tradicional periódico de São Leopoldo, e no meio de muitos autores que aproveitavam o espaço cedido pela imprensa para discutir a relação homem/natureza, o nome de Arno

¹⁷¹ Ibid., p. 139.

Kayser passou a ganhar um expressivo destaque. Em 1984, Kayser publica pela primeira vez um artigo sobre ecologia no Jornal NH; com o tempo, os seus textos ganham um espaço crescente na coluna Ecologia e tornam-se um dos mais importantes instrumentos de divulgação do pensamento ambientalista na região.¹⁷²

O volume do conjunto de textos que Kayser escreveu no jornal NH entre 1984 e 1991 é bastante expressivo, e não pretendo aqui abordar esse conjunto na sua totalidade.¹⁷³ O que proponho é destacarmos uma amostra de 32 dos seus textos, publicados originalmente na coluna Ecologia e posteriormente reunidos no livro *Signos da Renovação. Por um agir Ecológico*. A obra apresenta, entre outras coisas, a identificação de problemas da modernidade e a valorização de práticas coerentes com princípios ecológicos. A crítica à sociedade de consumo também é uma das marcas mais fortes na escrita de Arno Kayser. Um exemplo dessa crítica está no texto *Uma reflexão que não pode ser descartada*, onde o autor explora a associação entre a palavra "descartável" e o "progresso" e ressalta a diferença entre o comportamento da natureza e o comportamento humano.

Quem conhece um pouco de ecologia sabe que na natureza não existe o descartável. Tudo é reaproveitado por outras formas vivas quando deixa de ser útil para determinado ser.

Na natureza a moda é o reaproveitamento constante. O sentido progressista da palavra descartável não existe.¹⁷⁴

O mesmo progresso que era nocivo ao meio ambiente pelo seu aspecto consumista e sua indiferença diante de leis básicas da ecologia também prejudicava as sensibilidades humanas dificultando as relações pessoais cotidianas. A diminuição de locais propícios ao contato das crianças com a natureza e a substituição gradual de brinquedos de fabricação caseira e de esportes tradicionais por novidades do mercado, são temas tratados no texto *O espaço das crianças*, que apresenta essas mudanças como uma indução das crianças a um "mundo de consumo e competição individualista", em que o afastamento da natureza torna-se um estímulo a sua agressão, uma vez que, desprovidas "deste contato com a constante renovação dos ciclos vitais e crescendo num mundo de coisas prontas, as crianças mostram

¹⁷² Outros ambientalistas como Jane Schmidt e o artista plástico Rogério Raubert também escreveram na coluna *Ecologia* do Jornal NH, mas em termos numéricos, a participação de Arno Kayser é maior, totalizando mais de 300 textos entre 1984 e 1991 em uma coluna que fazia parte da estrutura complementar do Jornal NH e que, conseqüentemente, não aparecia diariamente e nem possuía uma regularidade semanal.

¹⁷³ Não há um número exato de quantos textos Arno Kayser escreveu na imprensa local. No decorrer dos anos 90 os seus textos foram gradualmente diminuindo no Jornal NH e nos últimos anos Kayser tem usado um espaço para escrever sobre o meio ambiente no Jornal Folha de Novo Hamburgo.

¹⁷⁴ KAYSER, Arno. Uma Reflexão que não pode ser descartada. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 27-28.

uma atitude destrutiva com relação a tudo. Vivendo num mundo de brinquedos prontos, só resta destruí-los." ¹⁷⁵

Descrevendo o cotidiano urbano como uma mistura de barulho, agitação excessiva, carências afetivas, alienação, cansaço, frustração e ignorância quanto ao funcionamento da natureza, Kayser defendia o valor da afetividade nas relações sociais e pregava a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente. Em *O silêncio*, encontramos um bom exemplo dessa linha de pensamento: a perda do silêncio é vista como um dos grandes problemas do homem urbano, e o contato com a natureza, apontado como uma alternativa de superação para esse problema.

Estamos ficando embrutecidos, frios e insensíveis. Estamos ficando surdos a tudo. Até a nós mesmos. Já não ouvimos mais a nossa voz interior, nossa conselheira vital que sabe tudo. A voz da vida que há em nós e que nos põe em contato íntimo com a totalidade do universo. Tudo isso nos faz gritar e agredir aos nossos próximos.

Talvez por isso seja tão importante preservarmos locais para um contato com o silêncio de que nos fala o poeta. Só no contato com a natureza é que desfrutamos do alívio. É onde nos desarmamos em relação ao bombardeio sonoro que vem de fora e, após algum tempo, ao barulho interno. Tudo se afrouxa, a respiração se acalma e de repente notamos que temos um corpo, que estamos vivos. ¹⁷⁶

Consciente de que a construção de uma sociedade comprometida com a preservação da natureza exigia mais do que denúncias contra a degradação ambiental e humana e críticas aos vícios da sociedade contemporânea, como o consumismo, o individualismo e a alienação, Kayser procurou oferecer alternativas, exemplos e sugestões de práticas ecológicas. E, dentre as diversas alternativas dispersas nos 32 textos da obra *Signos da Renovação*, a reciclagem recebeu um espaço especial. O tema da reciclagem marca presença nos textos *Uma reflexão que não pode ser descartada* (p. 27-28), *"Olha o Ferro Velho"* (p. 35-36) e *Reflexões sobre o Lixo*. Em uma linguagem simples e objetiva, eles tratam do valor do trabalho dos "catadores de lixo", ressaltam a coerência ecológica que fundamenta a reciclagem, convocam a sociedade a assumir a sua responsabilidade pela preservação do meio ambiente e denunciam o comportamento antiecológico do ser humano. Em *Reflexões sobre o Lixo*, a rejeição do homem ao lixo é interpretada como uma dificuldade humana de perceber-se como um ser que faz parte de um organismo maior

¹⁷⁵KAYSER, Arno. O espaço das crianças. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 51-52.

¹⁷⁶KAYSER, Arno. O silêncio. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 29-30.

sujeito às leis de vida e morte da natureza; em outras palavras, a rejeição do lixo seria - além de uma construção ideológica da sociedade de consumo - "uma fuga à idéia de morte física." Ampliando a reflexão proposta no título, o texto fala também do problema do individualismo no comportamento humano.

A questão do lixo revela também as conseqüências de uma organização individualista de enfrentar as coisas. Não enxergamos em nosso individualismo que o que não nos serve pode ser útil para outro. E não nos esforçamos nem um pouco para construir uma organização que, a exemplo da natureza, ponha à disposição de quem necessita aquilo que já não mais nos interessa.¹⁷⁷

Transformar o comportamento humano a partir do incentivo à observação de fenômenos da natureza e do comportamento de plantas e de animais são metas destacadas nos textos de Kayser, que, apesar de ser um militante do ambientalismo, fez apenas quatro referências ao movimento ambientalista nos 32 textos que compõem a obra *Sinos da Renovação*.¹⁷⁸ Em cada uma dessas quatro referências ao movimento ecológico, é possível observar a presença do que Certeau chamou de *credibilidadade* do discurso, ou seja, a existência de uma articulação entre o discurso e um conjunto de práticas sociais que falam em seu nome. Podemos tomar como exemplo dessa articulação - aqui entendida como uma necessidade para que o discurso ambientalista alcançasse *credibilidade* social - uma parte do texto *A luta Ecológica: uma luta popular?*, na qual Kayser defende a Ecologia como luta popular capaz de coexistir com outras demandas populares como habitação, alimentação, trabalho e saúde.

Ter uma casa em um bairro poluído por emissões gasosas tóxicas e barulho não é um direito à habitação exercido na sua plenitude. Beber água contaminada por metais pesados despejados impunemente nos rios, ou comer alimentos contaminados por agrotóxicos e aditivos químicos não é direito à alimentação. Trabalhar em um ambiente insalubre, barulhento e neurotizante não parece ser algo dignificante.

¹⁷⁷ KAYSER, Arno. Reflexões sobre o lixo. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 59-60.

¹⁷⁸ As quatro passagens são as seguintes: 1) em *Poda: sinônimo de mutilação* (p. 25-26), onde Kayser associa a diminuição dos danos decorrentes da poda mal feita "a um grande trabalho de conscientização levado a efeito por movimentos ecológicos"; 2) posteriormente, em *A luta Ecológica: uma luta popular?* (p. 39-40), ele defende o ambientalismo das críticas de ser elitista e de lutar por uma causa secundária em um mundo repleto de problemas supostamente mais graves e urgentes; 3) no texto *Uma Nova Sociedade*. (p. 71-73), o autor manifesta o apoio do movimento ambientalista à agricultura orgânica e apresenta vantagens ambientais e sociais decorrentes dessa prática; 4) em *Um toque do coração* (p. 43-44), encontramos uma breve menção à contribuição do "movimento ecológico mato-grossense" na transformação da Chapada dos Guimarães em Parque Nacional.

Ter direito à saúde não é apenas dispor de médicos e hospitais. É poder viver num ambiente saudável, que proporcione condições físicas e psicológicas necessárias à manutenção do equilíbrio orgânico mental que caracteriza um indivíduo saudável.¹⁷⁹

Um outro exemplo da busca pela *credibilidade* do discurso pode ser encontrado no texto intitulado *Uma nova sociedade*, em que o autor reconhece "que não há ainda, nem dentro do próprio movimento ecológico, uma definição clara do que seja este movimento" e menciona o crescimento da "consciência de que não basta tapar os furos e remendar os problemas de uma sociedade ou de um sistema produtivo que é anti-ecológico em si". Essa iniciativa de apresentar o movimento ecológico como uma experiência em construção é seguida de algumas considerações sobre a agricultura orgânica e de uma breve explicação de como seria a "nova sociedade" que os ecologistas desejavam.

Independentemente de quanto mais ou menos for avançada esta proposta, ao movimento ecológico interessa o avanço e o desenvolvimento de uma tecnologia alternativa na administração da produção rural, pois as áreas que a ela se converterem passaram a ser também grandes reservas naturais que darão sustento não apenas à vida humana, mas a toda uma gama de vida selvagem. Além disso, elimina-se toda contaminação do ar, água e solo que acontecem atualmente na agricultura.¹⁸⁰

O desejo de uma nova sociedade e o empenho na sua materialização sustentavam uma utopia construída no discurso e na prática dos militantes do ambientalismo. A utopia ambientalista, assim como todas as outras que já existiram ou ainda existem, encontrava fundamentos racionais na realidade do mundo e procurava os sinais que apontavam para a transformação desejada. As críticas à sociedade de consumo, ao individualismo e ao caos da vida urbana afastada da natureza, assim como as sugestões de práticas ecológicas que poderiam ser aplicadas no cotidiano urbano, ajudavam na desejada transformação e possibilitavam o abandono de atitudes e idéias antiecológicas incorporadas no comportamento humano.

No pensamento de Kayser, o padrão agressivo do ser humano nas suas relações com a natureza aparece associado à assimilação e exteriorização de diversos problemas da sociedade contemporânea (poluição, competição, frustrações, etc.), e ao mesmo tempo, aparece como reflexo de um medo do qual o homem deveria se libertar. Ponderado em suas críticas ao governo, Kayser denuncia os custos ambientais de um progresso agressivo

¹⁷⁹ KAYSER, Arno. A Luta Ecológica: uma Luta Popular? In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 39-40.

¹⁸⁰ KAYSER, Arno. Uma nova sociedade. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 71-73.

à natureza no texto *Templo Entregue aos Vendilhões*,¹⁸¹ que trata da usina hidroelétrica de Itaipu e dos problemas ambientais dela decorrentes. Considerações sobre a atuação do governo na área ambiental também marcam presença em outros textos: em *Mosquitos num Tonel*¹⁸², o autor ressalta a necessidade urgente de saneamento básico no combate ao excesso de cargas orgânicas na água do rio dos Sinos; em *O veículo ecológico*¹⁸³, o governo é criticado pela quase inexistência de vias públicas e de uma legislação adequada para o uso da bicicleta; e, no texto *O caso do Jerivá*¹⁸⁴, há uma sugestão objetiva para uma ação ecológica que deveria partir do poder público.

Cada prefeitura deveria se preocupar em levantar os seus recursos naturais e os vários ambientes naturais existentes no seu território, a fim de obter informações que são básicas para um planejamento de utilização racional que não destrua nem desperdice.¹⁸⁵

Percebe-se, nessa citação, um interesse pelo uso da capacidade racional do ser humano em favor do meio ambiente. E esse interesse não pode ser dissociado das raízes do ambientalismo que cresceu dentro do paradigma científico propondo um futuro alternativo, mas também propondo uma revisão crítica do passado humano. Em *O sustento do céu*, encontramos uma interessante síntese da história das relações entre o homem e o meio ambiente.

O desaparecimento das árvores levou o ser humano a mergulhar em espaços organizados pela sua mão que lhe davam a segurança psicológica de que necessitava, mas que, por outro lado, afastavam-no da consciência da sua inserção no cosmo e da dependência que tem deste para viver. O que gerou esta idéia de que ele não é parte da natureza, mas, sim, de que está acima dela. Por isto é que nossas tradições religiosas não consideram pecado a destruição de um animal ou planta. Sua ética se restringe só aos atentados à vida humana à organização social, mas não há nem um fundamento moral que frei o ser humano que agride a natureza. (...) o

¹⁸¹ KAYSER, Arno. *Templo Entregue aos Vendilhões*. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p.45-46.

¹⁸² KAYSER, Arno. *Mosquitos num Tonel*. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 47-48.

¹⁸³ KAYSER, Arno. *O veículo ecológico*. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 49-50.

¹⁸⁴ KAYSER, Arno. *O caso do Jerivá*. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 17-18.

¹⁸⁵ Essa sugestão foi aceita pela Prefeitura de Novo Hamburgo, que apoiou Arno Kayser na sua iniciativa de fazer o levantamento e classificação dos tipos de árvores existentes na cidade, trabalho que resultou nas obras *As árvores de Novo Hamburgo* e *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*, ambas organizadas pela Equipe de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Ambiental de Novo Hamburgo, e publicadas em 1990 e 1993, respectivamente.

homem civilizado teve seus horizontes encurtados e mergulhou num egoísmo tremendo.

Isto levou-o a construção de hierarquias sociais que antes não existiam, para atender a sede de poder que a mente estreita tem. Somente as culturas que permaneceram vivendo em meio às florestas preservaram esta consciência de inserção dentro de um cosmo maior, que deve ser respeitado, e cujas agressões são vistas como atentados voltados para os próprios seres humanos.¹⁸⁶

Junto com o afastamento da natureza, as culturas ditas civilizadas produziram uma deturpação no valor das coisas. No artigo *Coisas sem Valor*, Kaiser desenvolveu uma reflexão sobre a transformação dos bens naturais em valores financeiros, explicou o perfil anti-ecológico da racionalidade econômica predominante e apresentou sua posição a respeito do assunto.

(...) o sistema de acumulação material que não computa as perdas da base da qualidade e sustentação da vida é um regime sem futuro, um regime antívida.

É por causa dessas coisas que os ecologistas propõem uma economia em que a produção de bens para a satisfação das necessidades humanas considere o valor das perdas impostas às leis que regem o processo vital. Que esta economia indique métodos de produção de alimentos que não destruam a fertilidade do solo, que aponte processos de geração de energia que não causam impacto ambiental, que considere econômicos só aqueles processos industriais que preservam os rios e o ar puro. Que a produção de madeiras preserve as matas através de cortes seletivos. Que a vida seja preservada num mundo que reparta de maneira justa os bens que a natureza não nos cansa de dar. Estas são coisas que têm um valor real e não um valor fictício impingido pela propaganda.¹⁸⁷

Completava-se, assim, um ciclo discursivo que denunciava e criticava o anti-ecologismo predominante na sociedade, explicava alguns fundamentos básicos da natureza, pregava a necessidade de ações individuais e coletivas comprometidas com o equilíbrio ambiental, ensinava práticas de ação ecológica que poderiam mudar o cotidiano das pessoas e, principalmente, apontava na direção de um mundo melhor insistindo no reconhecimento e na aceitação da condição humana de ser dependente da natureza e capacitado para uma vida mais harmoniosa com os demais elementos que dela fazem parte.

¹⁸⁶ KAYSER, Arno. O sustento do céu. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 68-70.

¹⁸⁷ KAYSER, Arno. Coisas sem valor. In: _____. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 61-62.

2. 5 Textos de Educação ambiental: conhecer e preservar o meio ambiente

O quarto grupo de textos que integram esse capítulo é composto por cinco livros ligados ao desenvolvimento da Educação Ambiental no Vale do Rio dos Sinos. Os livros selecionados são aqui abordados seguindo uma seqüência cronológica de publicação: (1) *A criança e a preservação do meio ambiente* - 1980; (2) *As árvores de Novo Hamburgo* - 1990; (3) *Aves Silvestres de Novo Hamburgo* - 1993; (4) *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados - um enfoque multidisciplinar* - 1995; (5) *O Verde na Escola. Uma abordagem prática de Educação Ambiental* - 1996.

A primeira das publicações é um registro histórico do Projeto Natureza, um importante trabalho de Educação Ambiental, que a 2ª Delegacia de Educação (2ª DE)¹⁸⁸ realizou com escolas de São Leopoldo no final dos anos 70 e começo dos anos 80. Em 1978, o Projeto Natureza promoveu a realização de um concurso de redações escolares sobre a relação das crianças com o meio ambiente; dois anos depois, uma coletânea de textos produzidos para o concurso foi publicada em livro e distribuída para as escolas e bibliotecas públicas da região.¹⁸⁹ Os textos apresentam, numa linguagem simples, a sensibilidade de crianças e adolescentes diante dos problemas ambientais e das expectativas de futuro. Alguns são mais otimistas, outras mais pessimistas, mas todos expressam preocupações com as conseqüências das relações entre o homem e a natureza. Há muitas passagens do livro que mereceriam destaque pelo estilo poético e pela liberdade no uso da escrita, típica do comportamento das crianças, mas entendo que é importante citar uma parte da nota de apresentação do livro para pensarmos a mensagem que ela contém:

Já podemos ouvir e sentir as crianças preocupadas com a sobrevivência humana. É bom sinal. O antagonismo entre o Homem e a Natureza vem sendo substituído pela harmonia entre a Criança e a Natureza.

E tudo será salvo!

¹⁸⁸ A 2ª Delegacia de Educação integrava a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e administrava as escolas da rede estadual numa região que incluía municípios do Vale dos Sinos e Vale do Caí. Hoje esse órgão ainda exerce a mesma função e é chamado de 2ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação.

¹⁸⁹ Na ocasião da publicação (que contou com o apoio do Rotary-Ckub de São Leopoldo), a 2ª DE era administrada por Tarcillo Lawisch, Delegado de Educação, Nelson Antônio Moehlecke, Delegado Adjunto, e Romeo Dewes, Coordenador de Assessoria Técnica. A coordenação geral do Projeto Natureza era feita por Lylia Maria Hennig, Marlene Venturella Fischer, João Ignácio Daudt e Maria de Lourdes Ceolin

As crianças ficarão de sentinela, protegendo as árvores, ajudando a higiene coletiva, desde o reduto domiciliar até os espaços amplos das praças, dos parques e dos jardins.¹⁹⁰

Com o Projeto Natureza, o ambientalismo do Vale aproximou-se mais das crianças e adolescentes e, por meio deles reforçou os vínculos de interação com a comunidade local. E, mesmo privilegiando os alunos que freqüentavam a rede escolar de São Leopoldo e dependendo do espaço escolar para discutir e incentivar a proteção ambiental, o trabalho educativo proposto pelo Projeto ampliou o potencial da economia escriturística ambientalista incentivando os alunos ao exercício da escrita e possibilitando o envolvimento deles com a realidade ambiental da região.

O período entre 1980 e 1990 foi de intensa atuação do movimento ambientalista local, e, junto com todo o processo de politização da proteção à natureza (abordado no capítulo anterior), desenvolveram-se diversas experiências voltadas para a incorporação das questões ambientais na realidade escolar. Foi nesse contexto que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Novo Hamburgo promoveu a publicação das obras *As árvores de Novo Hamburgo* e *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*, a respeito das quais convém fazer algumas observações. A publicação de cada uma delas foi antecedida de uma articulação entre o Movimento Roessler, empresários e administração municipal, que mobilizaram professores e alunos da rede pública de Novo Hamburgo numa campanha de coleta de material reciclável ao longo da qual se desenvolveram diversas práticas de educação ambiental. A publicação de *As árvores de Novo Hamburgo* e *Aves Silvestres de Novo Hamburgo* foi uma espécie de recompensa pelo empenho dos alunos e foi custeada com o dinheiro obtido na venda do material reciclável.

Organizados com a intenção de descrever e classificar elementos da natureza de Novo Hamburgo, os dois livros são finalizados com propostas para o uso do material em sala de aula e iniciados com textos de apresentação dos responsáveis pela publicação. Sendo a apresentação a parte da obra em que as motivações e expectativas são anunciadas aos leitores, é importante ressaltar o seu conteúdo e inseri-lo no quadro mais amplo da economia escriturística do ambientalismo no Vale. Começamos, então, com palavras do Secretário de Educação e Cultura, Ernest Sarlet, na apresentação da primeira edição de *As árvores de Novo Hamburgo*, datada de 1990.

Acredito que este trabalho vá contribuir significativamente para a formação ética e cívica de nossas crianças.

As árvores são nossas parceiras.

¹⁹⁰ O texto de "Apresentação" foi escrito por Mário Fonseca - Presidente do CONDEMA (Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de São Leopoldo).

Elas nascem como nós. Crescem como nós. Adoecem como nós. Amadurecem e envelhecem como nós. São pacientes, não agridem, não nos mutilam, não arrancam nossa pele, não cravam canivetes e facas em nossos corpos.

Oferecem suas copas, galhos e folhas para que tenhamos um ar mais puro, uma sombra protetora.

Tentam atenuar o ímpeto das tormentas com seus troncos. Com as suas raízes fazem uma força inimaginável para segurar a terra.

Por isto vamos conhecer nossas árvores, vale a pena lutar com elas para que possamos ter uma vida melhor.

Três anos depois, surge uma segunda edição da obra, e, desta vez, a apresentação não foi assinada por uma única pessoa. Ela foi escrita em nome da "Equipe de Educação Ambiental da SEMEC" e dizia o seguinte:

É com muita alegria que entregamos esta 2ª Edição do livro "Árvores de Novo Hamburgo", fruto do trabalho de todas as crianças de Novo Hamburgo, que, lideradas pelos Monitores, coletaram mais de 160 toneladas de papel dentro do Projeto Hamburgo Verde. É muito bonito colher frutos de um trabalho de mobilização comunitária como este em que nossos jovens cidadãos nos dão este belo exemplo de como enfrentar os problemas atuais. Muita consciência e muita ação juntas são capazes de gerar as respostas para os desafios da nossa realidade.

Um agradecimento especial a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a Secretaria Municipal da Agricultura e ao Prefeito Municipal pelo apoio ao trabalho de Educação Ambiental.

No mesmo ano em que o livro *As árvores de Novo Hamburgo* ganhava a sua segunda edição, Maria Antonieta Backes escrevia (também em nome SEMEC) a apresentação de *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*, de onde retiro o trecho citado abaixo.

Este livro foi pensado como mais um recurso de apoio aos nossos professores. (...) Esperamos que ele contribua para o desenvolvimento de um amor maior por nossos companheiros de natureza e para uma consciência maior da importância de sua preservação para alimentar nossos sonhos e perspectivas de uma vida futura de qualidade. Algo tão importante em nossos dias.

Agradecemos a iniciativa do Grupo das Segundas (grupo de empresários da cidade) que em parceria com a Equipe de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, coordenaram o Projeto Novo Hamburgo

Verde. Através da participação efetiva da comunidade, incluindo 48 escolas municipais, 3 escolas particulares e 2 escolas estaduais, foram arrecadadas 163 toneladas de papel reciclável, cujos recursos da venda, possibilitaram a publicação dessa obra.

Não é difícil perceber que, mesmo sendo escritas em diferentes situações e por pessoas diferentes, essas três apresentações fazem parte do discurso ambientalista no Vale do Sinos e apontam na mesma direção: o envolvimento comunitário e a educação ambiental potencializavam o conhecimento, o respeito e a integração consciente com a natureza, reforçando a possibilidade da sua preservação. E, considerando que a economia escriturística envolve também o volume de publicações, a circularidade dos textos e as condições de contato com o público leitor, podemos inferir que o envolvimento da Prefeitura de Novo Hamburgo na produção e publicação dos livros em questão foi um estímulo importante para o fortalecimento do ambientalismo no Vale do rio dos Sinos.¹⁹¹

Façamos agora um pequeno exercício de deslocamento espacial: cruzando o rio dos Sinos, passamos de Novo Hamburgo para a outra margem e estamos em São Leopoldo, terra de Henrique Luiz Roessler e berço do trabalho da UPAN. Esse deslocamento é necessário para abordarmos dois livros sobre Educação Ambiental, que foram publicados pela UPAN. São eles: *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados - um enfoque multidisciplinar* (1995) e *O Verde na Escola. Uma abordagem prática de Educação Ambiental* (1996). Escritos com a participação de diversos autores, eles apresentam objetivos distintos. O primeiro surgiu com o intuito de "anunciar e descrever" o patrimônio ecológico dos banhados da região, enquanto o segundo surgiu com a intenção de divulgar experiências de educação ambiental promovidas em escolas da região.

Em *Os Banhados do Rio dos Sinos*, encontramos sete capítulos e quatro anexos. No conjunto, os onze textos que formam a obra apresentam uma abordagem acadêmica da fauna e da flora dos banhados e fazem considerações sobre os efeitos da ação humana nessas áreas do Vale.¹⁹² O texto de Atos Raimundo Bemvenuti, intitulado *A Cobertura*

¹⁹¹ Cabe ressaltar aqui que a participação da Prefeitura de Novo Hamburgo na produção e publicação desses dois livros é pensada como parte de um processo de institucionalização do ambientalismo, ou seja, como parte de um processo em que os poderes públicos aumentam as suas ações na área ambiental respondendo a pressões externas - procedentes da sociedade civil - e a pressões internas - procedentes da mobilização de funcionários públicos e da própria existência de divergências no interior do governo. Não tenho pretensão de aprofundar este assunto, mas acredito que futuras pesquisas sobre a história da Educação Ambiental e das Leis Ambientais poderiam contribuir para um esclarecimento de como o ambientalismo foi (e ainda continua sendo) institucionalizado pelo poder público.

¹⁹² Essa abordagem acadêmica reflete a formação do grupo de autores do livro: Cláudio José Becker (Biólogo), Renato Petry Leal (Biólogo), Rogério Daneil Porcher (Biólogo), Walter A. Woss (pesquisador de aves), Hamilton César Grillo (Zoólogo); Atos Raimundo Bemvenuti (Engenheiro Agrônomo) e Carlos Cardoso Aveline (Jornalista e, na ocasião, Secretário Executivo da UPAN). Há de se considerar ainda que,

Vegetal do Banhado da Imperatriz Leopoldina,¹⁹³ apresenta uma interessante referência ao processo histórico de degradação ambiental nos banhados da região.

Instalou-se o homem no vale e foi necessário arrotear¹⁹⁴ as glebas, construir residências e bem feitorias, imprescindíveis a sua existência. Os abundantes recursos naturais foram transformados em benefício da sociedade que favorecia. O machado e o fogo abriram espaço para as lavouras e o fruto do trabalho alimentou o crescimento da população. O lugarejo virou cidade, o artesão hábil transformou-se em industrial.

A floresta primitiva foi praticamente toda abatida. As antigas lavouras e as pastagens cederam lugar à zona urbana, e o solo, desprotegido da cobertura vegetal e retalhado pelos arruamentos, é carreado pela erosão, para assorear os rios e banhados. A drástica redução da vegetação primitiva, os arruamentos asfaltados e o grande número de construções reduziram a infiltração das chuvas, afetando o abastecimento do lençol freático e aumentando a drenagem superficial. Com isso aumentou a erosão e o arrastamento de poluentes urbanos para o curso do rio. A ocupação urbana das várzeas ribeirinhas na calha alagada sazonal - a área periodicamente inundada, obrigou a construção dos Diques de proteção contra as cheias, e o rio ficou estrangulado e sem boa parte dos banhados reguladores do regime de refúgio da fauna.¹⁹⁵

A transformação da paisagem natural em torno do rio dos Sinos também aparece no texto de Cláudio José Becker, intitulado *Uma Visão histórica dos Banhados a Montante da Cidade de São Leopoldo. Antes e depois da Devastação*.¹⁹⁶ O texto de Becker indica os locais do rio mais freqüentados por banhistas e pescadores nos anos 40 e 50, quando a água do rio oferecia condições mais atrativas para essa atividade, e, posteriormente, ele destaca duas obras públicas que provocaram um forte impacto nos banhados localizados em São Leopoldo.

Na margem direita, o impacto foi provocado pela construção do Dique; na margem esquerda, pela construção da Av. Imperatriz Leopoldina.

dos 4 textos publicados como anexos, dois são de procedência acadêmica (um de Balduino Rambo e um da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul).

¹⁹³ BENVENUTTI, Atos. A Cobertura Vegetal do Banhado da Imperatriz Leopoldina. In: UPAN. *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados - um enfoque multidisciplinar*. São Leopoldo: Ed. Agartha, 1995, p. 49-57.

¹⁹⁴ Arrotear: cultivar um terreno inulto (N. do Ed.).

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 51.

¹⁹⁶ BECKER, Cláudio José. *Uma Visão histórica dos Banhados a Montante da Cidade de São Leopoldo. Antes e depois da Devastação*. In: UPAN. *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados - um enfoque multidisciplinar*. São Leopoldo: Ed. Agartha, 1995, p. 9-15.

Quando a construção do Dique foi iniciada, uma faixa com a exagerada (ao nosso ver) largura de uns cem metros desmatou-se, e não restou uma árvore, pois mesmo aquelas já seculares foram arrancadas com tratores e retro-escavadeiras. Com o Dique em fase de conclusão, teve-se a impressão de que, não havendo mais possibilidade de acesso ao banhado pelo rio, o ambiente natural teria oportunidade de se recuperar; lamentavelmente, a Vila dos Tocos começou a se expandir banhado adentro e o corte de árvores passou a ser feito até com motosserras.

Algo semelhante ocorreu nos banhados da margem esquerda. A partir da Av. Imperatriz Leopoldina começaram a surgir malocas que se expandiram na direção do rio. A área foi desmatada a pretexto de construir novas casas ou fazer hortas; ainda por cima, há uma deposição maciça de lixo por todos os lados.¹⁹⁷

O foco principal da obra *Os Banhados do Rio dos Sinos* está na caracterização da fauna e da flora existentes nessas áreas, mas a presença de referências às agressões humanas não deixa de ter importância no conteúdo da obra, uma vez que ela defendia a valorização e a proteção do equilíbrio ecológico dos banhados. Caracterização da fauna e da flora, denúncias de agressão humana e iniciativa de proteção também integram a parte dos anexos da obra, onde há um texto de Balduino Rambo descrevendo as vegetações de banhados¹⁹⁸, um artigo de Henrique Luiz Roessler e uma caracterização dos banhados do Vale dos Sinos feita pela Fundação Zoobotânica do Estado¹⁹⁹, além de um abaixo-assinado organizado pela UPAN solicitando o cumprimento da legislação ambiental que protege os banhados. O abaixo-assinado organizado pela UPAN em 1995 é interessante por tornar pública a reivindicação da entidade (que já era conhecida por uma parte da comunidade local) e por dirigir essa mesma reivindicação para as autoridades competentes. Segue abaixo a citação do seu conteúdo:

Ao Prefeito de São Leopoldo, Ministério Público do RS, Fundação de Proteção Ambiental, FEPAM, e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, IBAMA. - Prezados senhores. O Banhado da Av. Imperatriz Leopoldina, em São Leopoldo, é um santuário da vida selvagem, um grande regulador da vazão do Rio dos Sinos, e uma estação natural de purificação das águas poluídas por um dos maiores parques industriais do RGS.

¹⁹⁷ Ibid., p. 11-12.

¹⁹⁸ Trecho extraído do livro *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* - já abordado neste capítulo.

¹⁹⁹ Trecho extraído do livro *Preceituação Ecológica para a Preservação de Recursos Naturais na Região da Grande Porto Alegre* (1976) - produzido pela Fundação Zoobotânica do Estado.

Com mais de 700 hectares, o Banhado da Av. Imperatriz Leopoldina está protegido pelo artigo 2º do Código Florestal e é *área de preservação permanente*. E, como todos os outros banhados de São Leopoldo, está protegido pela Lei Orgânica Municipal de 1990, artigo 267, que torna "*imune a qualquer aterro e outras atividades que causem impacto ambiental*", sendo considerado "*reserva ecológica*". Pedimos providências para que cesse o aterro do Banhado com lixo urbano e industrial, inclusive poucos metros acima da captação de águas que abastece a população leopoldense, e para que se cumpra, finalmente, a legislação ambiental que protege o banhado.²⁰⁰

Cabe ressaltar aqui a dimensão educativa que acompanha a criação e a circulação de um abaixo-assinado. Mais do que uma lista de assinaturas, o abaixo-assinado é sempre um instrumento de educação na mediada em que implica o entendimento de uma determinada situação e estimula a responsabilidade social da parte de quem assina.

Insistente no seu trabalho educativo, dentro do qual o uso da escrita recebia uma atenção especial, em 1996 a UPAN organizou o livro *O Verde na Escola. Uma abordagem prática de Educação Ambiental*²⁰¹ contendo um outro conjunto de textos e um outro tipo de enfoque, mas mantendo o vínculo com o aspecto educacional do ambientalismo. Os seis textos que integram a publicação abordam experiências de Educação Ambiental realizadas no Vale dos Sinos e apresentam considerações sobre o papel delas na transformação das relações entre o ser humano e os demais elementos da natureza. A quantidade de práticas escolares descritas nas 52 páginas do livro é grande, e, em várias delas, as referências à colaboração da UPAN são indicativos do intenso envolvimento da entidade com a rede escolar. Buscando algo em comum nos textos, além da própria intencionalidade que motivou a organização da obra, podem-se destacar dois elementos que considero relevantes para o estudo do discurso ambientalista: o da crença no potencial construtivo e transformador da Educação Ambiental e o da preocupação em levar os estudos do meio ambiente para dentro do cotidiano escolar. O primeiro desses elementos representa a continuidade da preocupação que levou Henrique Luiz Roessler a buscar nos professores o apoio para as suas "Campanhas de Preservação da Natureza", enquanto o segundo, pode ser interpretado como uma estratégia de ação social que permitia, e em certo sentido ainda permite, a sobrevivência da utopia ambientalista.

²⁰⁰ UPAN. *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados - um enfoque multidisciplinar*. São Leopoldo: Ed. Agartha, 1995, p. 81.

²⁰¹ HARTMANN, Ângela Maria; AVELINE, Carlos. (Orgs.). *O Verde na Escola. Uma abordagem prática de Educação Ambiental*. São Leopoldo: UPAN, 1996.

O texto de Carlos Aveline, intitulado *Pedagogia Verde*, é diferenciado pela intenção do autor em expor uma reflexão dos objetivos e das principais características da Educação Ambiental. Na definição de Aveline, esse tipo de educação possuía as seguintes características:

É crítica e conscientizadora, porque questiona a realidade tal como se mostra à primeira vista e retransmite este questionamento para os vários setores sociais; é participativa e experimental, porque se volta para a ação prática grupal e é capaz de ouvir a comunidade que pertence; é adaptável e criativa, porque surge sempre de acordo com cada local, cada disciplina, a partir do temperamento e das potencialidades individuais e coletivas; é, sobretudo, vital, porque estuda, respeita, defende e fortalece os processos vitais ao nível dos reinos vegetal, animal e humano, ao nível externo e interno.²⁰²

Simpatizantes de um conhecimento multidisciplinar e seguidores de uma linha pedagógica em que a influência do construtivismo e da pedagogia de Paulo Freire é facilmente visível, os textos da obra *O Verde na Escola* ressaltam a importância de um conhecimento ecológico ligado à realidade local e comprometido com as mudanças dessa realidade. Temas como coleta seletiva de lixo, reciclagem, poluição urbana e os hábitos de consumo são os mais comuns, mas há também experiências educativas com hortas escolares e envolvimento dos alunos na dimensão política dos problemas ambientais.²⁰³

Entendo que não há necessidade de explorarmos todo o conteúdo dos seis textos que integram a obra, mas acredito que a sua inclusão neste capítulo é importante para ampliarmos a nossa compreensão do ambientalismo no Vale dos Sinos. Em 1996, quando o livro *O Verde na Escola* é publicado, o ambientalismo local estava mais amadurecido nos seus aspectos políticos, tanto na parte das ONGs quanto na parte dos órgãos públicos e na legislação. Permanecia ainda fortemente ligado à memória de Balduino Rambo e de Henrique Luiz Roessler e continuava articulando a sua esfera pública/popular com a sua esfera acadêmica. E foi combinando uma produção intelectual (registrada em parte nos seus textos) com diferentes formas de ação social que o ambientalismo no Vale dos Sinos caracterizou-se como um produto cultural dinâmico e em permanente reconstrução.

²⁰² AVELINE, Carlos. A Pedagogia Verde. In: *O Verde na Escola. Uma abordagem prática de Educação Ambiental*. São Leopoldo: s/ed., 1996, p. 18.

²⁰³ A participação de alunos na dimensão política dos problemas ambientais é descrita em diversas práticas de Educação Ambiental, como mapeamento dos pontos críticos de poluição, colaboração em abaixo assinados, entrevistas com pessoas da comunidade e envio de cartas para políticos e empresários.

2. 6 Revisando a lógica e a historicidade do discurso ambientalista

Até o presente momento deste capítulo, procurei recompor o desenvolvimento de uma economia escriturística ligada ao ambientalismo no Vale dos Sinos a partir de um conjunto de textos que representam etapas distintas da sua história e destaquei alguns fundamentos em torno dos quais se construiu um discurso ambientalista na região. Reconheço que a seleção das obras certamente interferiu no resultado da iniciativa, e, apesar disso, sinto-me tranqüilo a esse respeito. Felizmente, o conhecimento histórico já superou a pretensão positivista da neutralidade do historiador. Porém, antes de encerrar esta parte da pesquisa, é necessário retomar o conceito de economia escriturística e aprofundar a compreensão do discurso ambientalista cuja construção busquei interpretar a partir dos textos estudados neste capítulo. Cabe então perguntarmos: (1) Qual o papel da economia escriturística na existência de um discurso ambientalista local? (2) É possível compreendermos a historicidade do ambientalismo no Vale do rio dos Sinos a partir da textualidade da sua construção discursiva? (3) Quais os mecanismos que determinaram a dinâmica interna e externa desse discurso e como essas duas partes interagem?

A primeira das questões é a mais fácil de responder, mas nem por isso é menos importante. Segundo Michel de Certeau, a economia escriturística tem a pretensão de interferir na exterioridade dos textos que ela produz, e conseqüentemente, a existência de um discurso escrito - ainda que disperso no tempo e marcado por diferenças textuais de diversos tipos - multiplica o seu potencial de alcance e oferece uma fundamentação histórica a partir da qual ele pode ser reformulado para incorporar novos elementos e combiná-los com os já existentes. No caso específico do Vale dos Sinos, a fundamentação histórica do ambientalismo foi fixada pela preocupação de Henrique Luiz Roessler com a preservação da natureza, e, posteriormente, o movimento ambientalista foi incorporando no seu universo textual uma racionalidade e um vocabulário mais técnico e acadêmico, acompanhando as mudanças decorrentes da intensa urbanização e ampliando a reflexão sobre as dimensões geográficas e culturais da problemática ambiental. A capacidade do discurso ambientalista conciliar elementos originais com elementos novos pode ser um indicativo de que existia uma eficácia social nos seus enunciados, mas, segundo Certeau, a eficiência de um discurso escrito não pode ser pensada somente pelo seu próprio conteúdo, uma vez que a função social da escrita implica a existência da leitura e as diferentes formas de interpretação e apropriação do conteúdo de um texto.

Numa sociedade sempre mais escrita, organizada pelo poder de modificar as coisas e reformar as estruturas a partir de modelos escritos

(científicos, econômicos, políticos), mudada aos poucos em "textos" combinados (administrativos, urbanos, industriais, etc.), pode-se muitas vezes substituir o binômio produção-consumo por seu equivalente e revelador geral, o binômio escrita-leitura. O poder instaurado pela vontade (ora do reformista, ora científica, ora revolucionária ou pedagógica) de refazer a história, graças a operações escriturísticas efetuadas em primeiro lugar num campo fechado, tem aliás por corolário uma intensa troca entre ler e escrever.²⁰⁴

Sem leitores interessados nos problemas ambientais, a produção e a publicação dos textos estudados no decorrer desse capítulo não alcançaria importância social e, conseqüentemente, não seria incorreto dizer que a economia escriturística e o discurso ambientalista são ligados por uma relação de interdependência: o discurso "empresta" ao texto as suas idéias centrais e o texto "empresta" ao discurso o seu poder de circularidade social por meio da leitura.

A resposta da segunda questão é um tanto mais complexa e implica uma distinção entre a historicidade do ambientalismo no Vale registrada no seu discurso e a historicidade do próprio discurso. Essa distinção deve ser acompanhada do reconhecimento de que a eficiência do discurso excede a sua forma textual e depende em parte da sua capacidade de interação com a realidade externa na qual ele está inserido. Assim, conseqüentemente, a materialização do pensamento ambientalista nos textos abordados neste capítulo não anula e nem diminui o valor da oralidade no funcionamento do ambientalismo. Tentei recompor o discurso ambientalista no Vale dos Sinos a partir da sua textualidade consciente de que o conceito de economia escriturística não pode assimilar toda a complexidade das experiências sociais que acompanham a produção e a circulação de um texto. Michel de Certeau aponta os limites da economia escriturística e destaca o problema da relação entre o discurso e a realidade social ao tratar da distinção entre a escrita e a leitura como um obstáculo para a compreensão do comportamento cotidiano das pessoas. As considerações de Certeau evidenciam a limitação do estudo apresentado neste capítulo, que privilegiou a escrita ambientalista em detrimento da questão da leitura, procedimento intelectual que complementa o projeto cultural da economia escriturística e que estimula a sua existência. E, diante dessa limitação, não há como negar que o discurso ambientalista no Vale dos Sinos - assim como qualquer outro discurso - é sempre uma parte de um processo histórico que excede os próprios limites da dimensão discursiva.

²⁰⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1996, p. 263.

A terceira e última questão levantada é sobre a dinâmica interna e externa do discurso ambientalista, e a respeito dela pretendo expor duas considerações. O discurso é sempre uma parte de um processo maior e mais complexo de comunicação; ele é um ato social que ganha significado na interação entre um agente emissor (seja ele um indivíduo ou uma entidade coletiva) e um público receptor e, inevitavelmente, a necessidade de aceitação social sempre influencia na dinâmica externa do discurso, estimulando o uso de uma determinada linguagem e de um determinado tipo de interação com a sociedade.²⁰⁵

E, quanto à dinâmica interna do discurso, entendo que a necessidade de seleção e organização dos assuntos e a busca de consensos são elementos importantes para a definição de interesses e idéias em comum e para a possibilidade de negociação do que pode ou não ser enunciado em nome do grupo; e, no caso específico do ambientalismo no Vale dos Sinos, foi possível perceber o funcionamento dessa dinâmica com a organização de três eixos discursivos interligados: (1) a crítica aos problemas geradores da degradação ambiental; (2) a insistência na responsabilidade do poder público na proteção da natureza; (3) a valorização do trabalho educativo e da mobilização social como forma de modificar a realidade a partir do cotidiano das pessoas. Também é necessário o reconhecimento da importância de Balduino Rambo e de Henrique Luiz Roessler como fundadores de um discurso ambientalista que, apesar de marcado pela ligação com o Vale, manteve uma abertura para pensar os aspectos culturais e globais dos problemas ambientais.

²⁰⁵ É interessante enfatizar que a necessidade de aceitação social implica na busca de uma maior difusão dos textos; busca que pode ser observada na publicação em livro de textos escritos para a imprensa (é o caso de *O Rio Grande do Sul e a Ecologia - Crônicas selecionadas de um naturalista contemporâneo*, e *Signos de Renovação*) e na existência de apoio financeiro para as publicações (a UPAN recebeu apoio do UNIBANCO e da UNISINOS quando publicou *Os banhados do Rio dos Sinos* e *O Verde na Escola*, enquanto o Movimento Roessler recebeu apoio da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, de empresários hamburguenses e de alunos da rede escolar do município).

Cap. 3

Conversando com o passado: em busca da memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos

Antes de iniciarmos o estudo da memória do grupo de ambientalistas entrevistados no decorrer da pesquisa, é necessário realizarmos uma reflexão sobre as implicações decorrentes do uso da memória como parte de uma pesquisa histórica. No plano metodológico, o trabalho com a memória implica a prática da História Oral e, conseqüentemente, demanda a participação do pesquisador na construção das narrativas que são tomadas como fontes documentais. Essa participação segue diversas etapas: ela começa com a proposta da entrevista para um determinado grupo de pessoas, prossegue com a apresentação das questões ou assuntos em torno dos quais a narrativa do entrevistado vai ganhando forma, passa pelo trabalho de transcrição das gravações, importante momento de mudança da oralidade para a textualidade da narrativa, e termina na tentativa de organizar uma interpretação do material produzido. Quando bem conduzida, a prática da História Oral pode ampliar as possibilidades de entendimento do passado e contribuir para a valorização dos sujeitos históricos.

Prática crescente na historiografia das últimas décadas, a História Oral tem estimulado um amplo diálogo em torno da produção e do conteúdo do conhecimento histórico existente no âmbito acadêmico. As reflexões de Alessandro Portelli a respeito da prática da História Oral e do tipo de conhecimento histórico que ela proporciona são exemplos expressivos da complexidade das questões que acompanham esse tipo de produção historiográfica. Portelli ressalta a necessidade de uma ética na prática da História Oral que deve ser pautada no compromisso com a honestidade, na verdade e na consciência dos limites da interpretação e da responsabilidade do historiador diante dela²⁰⁶. Abrindo um outro ponto da questão ética, o autor menciona o papel da "restituição" do material produzido com a História Oral, ressaltando que essa prática não se resume à entrega de entrevistas transcritas para os entrevistados ou à apresentação de um texto acadêmico. Uma vez feita a "restituição", ela interfere em um saber já existente, proporcionando aos sujeitos envolvidos a reavaliação de suas experiências e da sua própria fala, e, ao mesmo tempo, possibilitando uma ressignificação do assunto a partir da articulação entre a interpretação do pesquisador e as recordações narradas pelos entrevistados.

²⁰⁶ PORTELLI, Alessandro. Tentando apreender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, n.º 15, abril/97, p. 13 - 33.

Interpretando a História Oral como experiência dialógica construída a partir da combinação entre o gênero da narrativa oral e o discurso científico do historiador, Portelli entende que “a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos - a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido.”²⁰⁷ Essa definição nos lembra que as partes agrupadas em torno do que chamamos de História Oral são fragmentos de memória que não possuem o mesmo sentido separados do conjunto e, conseqüentemente, o uso do material produzido por meio das entrevistas representa sempre uma interferência inevitável do pesquisador na memória que está sendo estudada. E, no caso específico da pesquisa com o ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos, a interferência ganha forma mais visível na distinção entre os dois capítulos iniciais, organizados a partir de documentos como cartas, matérias da imprensa, livros, panfletos, etc., e este terceiro capítulo, produzido a partir de narrativas procedentes de ambientalistas entrevistados no decorrer do biênio 2005-2006.

O conteúdo dessa parte final da dissertação não pretende contrapor a oralidade com outras fontes documentais ou problematizar as particularidades metodológicas da História Oral.²⁰⁸ A realização das entrevistas e o desenvolvimento de um texto centrado nas lembranças dos ambientalistas entrevistados pretendem incorporar a memória, com todas as suas subjetividades, esquecimentos e desorganizações, na construção da pesquisa. Isso implica valorizar a memória como produtora de significações do passado e como participante do conhecimento histórico. Foi a partir dessa idéia que o capítulo foi organizado em torno de três temas que ganharam relevância no decorrer da pesquisa: (1) o envolvimento dos entrevistados com a natureza e com o ativismo ambientalista, tema abordado nas subseções *Experiências de conscientização ambiental* e *Memórias de Educação Ambiental: aprendendo sobre a natureza*; (2) as relações entre o ambientalismo e o poder público, tema das subseções *O movimento ambientalista* e *a política partidária: exemplos de divergências* e *Ambientalistas e Poder Público: experiências de interações*;

²⁰⁷ Ibid, p. 16.

* Ver também o artigo de Portelli - História Oral como Gênero. In: *Projeto História. História e oralidade*. São Paulo: PUC-SP, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, junho/2001, p. 9-35.

²⁰⁸ Mesmo sem a intenção de abrir uma discussão sobre as particularidades metodológicas da História Oral, convém apontarmos algumas conseqüências dessa prática de pesquisa: a realização das entrevistas, as transcrições e a escolha dos fragmentos de recordações que serão usados textualmente representam um primeiro tipo de interferência do pesquisador no seu objeto de pesquisa; posteriormente, a criação de recortes nas narrativas gravadas e as classificações a partir de conteúdos considerados relevantes representam um segundo tipo de interferência; e finalmente, o trabalho de redação e a exposição textual de interpretações da fonte oral complementam o processo iniciado com a prática das entrevistas.

(3) a mobilização social e o uso de recursos culturais no ativismo ambientalista, apresentado nas subseções *Lembrando a construção do movimento ambientalista: uma significação do passado* e *Ativismo Ambientalista e Estratégias Culturais*.²⁰⁹

3. 2 Experiências de conscientização ambiental

Partindo do entendimento de que a conscientização ambiental exige a percepção da responsabilidade humana diante do meio ambiente e reconhecendo nela uma das condições culturais necessárias para a proteção da natureza, proponho abordar experiências e manifestações dessa conscientização percebidas na memória dos ambientalistas entrevistados no decorrer da pesquisa. Sendo toda conscientização uma experiência que pertence ao sujeito e que ganha forma na sua interação com o corpo social, podemos buscar, na singularidade da memória dos entrevistados, pontos de confluência que apontam para a dimensão social do ambientalismo. Dentro dessa perspectiva, destaco a importância da natureza no conjunto das recordações produzidas durante a pesquisa e levanto a hipótese de que o convívio com natureza na infância foi um componente importante na formação dos ambientalistas. Criar animais, plantar e colher o alimento, reciclar o lixo doméstico, passear no campo, tomar banho no rio dos Sinos ou em um dos seus banhados, pescar e brincar nas árvores são algumas das lembranças de infância registradas nas entrevistas.

(...) na casa do meu pai e da minha mãe, nós tínhamos animais, tinha passarinhos, tinha até vacas, porcos, criação de animais; eu cuidava, lavava os cochos, tinha que tratar os animais, então; a gente, desde pequeno, já teve o amor pela natureza, (...).²¹⁰

Tudo está interligado, então, desde criança, eu sempre gostei de plantas e animais; ainda lá pelos 5/6/7 anos de idade eu já tinha plantinhas cultivadas em latas de conserva daquele tempo, com 9/10 anos eu

²⁰⁹ O uso do sinal gráfico de parênteses acompanhado de reticências nas citações procedentes das fontes orais é indicativo de um recorte na narrativa que estava em curso no momento da entrevista e, conseqüentemente, a ausência de ambos, indica um intervalo na fala dos entrevistados.

²¹⁰ DAUDT, João Ignácio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale dos Sinos*. São Leopoldo, 08 de jun. de 2006.

* João Ignácio Daudt participou da criação da AGAPAN - NL em 1971 e acompanhou os trabalhos da entidade até o começo dos anos 80; posteriormente, ele retornou e passou a militar na UPAN, acompanhando o trabalho que estava sendo liderado por Carlos Aveline. Formado no antigo curso de Ciências Naturais da UNISNOS, Daudt trabalhou na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul onde foi um dos coordenadores do Projeto Natureza e implantou o Projeto Hortas Escolares (que ele ainda desenvolve há mais de quinze anos, mesmo sem a contrapartida financeira do Governo). Daudt se aposentou como professor e continua freqüentando as reuniões da UPAN expressando satisfação por estar sempre aprendendo sobre a natureza.

capturava serpentes e aranhas, criava em casa e cuidava, alimentava com moscas as aranhas, assim, coisas de criança, mas já com o interesse pelo meio ambiente e sempre participando disso.²¹¹

(...) quando eu era bem criança, menos de 10 anos de idade, eu vivia em Hamburgo Velho e na época era o limite da zona urbana e rural, e era uma área em que a gente tinha muitos contatos com arroios, com a parte de campo. (...) minha mãe sempre trabalhou muito com a questão de reciclar; naquele tempo, se vendia osso, se vendia vidro, não se botava nada fora, se enterrava as verduras no pátio. A gente tinha criação de animais, galinhas e coisas assim, hortas; e o meu pai gostava muito de passear, de fazer passeios e de coletar ervas medicinais na época da Páscoa. Então tinha muita motivação de infância, de afeto, de gostar de passear. Eu me lembro também que o meu avô materno, quando eu tinha uns quatro ou cinco anos de idade, ele me levou para ver a enchente do rio dos Sinos que foi em 65 - foi a maior enchente depois de 1958- e aquilo me impressionou, era um mundão de água, e também me levou para a praia, para as dunas; então tem toda essa parte afetiva, (...).²¹²

(...) o meu envolvimento com a coisa ecológica já vem de família. Eu sempre fui muito ligado à área rural, e eu particularmente, quando adolescente, morei num local em que eu convivia com o rio; nós tomávamos banho em São Leopoldo no rio dos Sinos, meu pai era acostumado a nos levar em finais de semana para passear na beira do rio. E isso foi criando uma coisa de poder preservar aquela memória e aquela coisa da infância de você poder estar em lugar que te propicie uma liberdade, um contato com a natureza, uma satisfação pessoal de estar integrado à natureza - isso eu sentia.²¹³

²¹¹ BEMVENUTI, Atos. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

* Atos Bemvenuti foi sócio militante da AGAPAN – NL ao longo dos anos 70 e ocupou a presidência da entidade no biênio 78/79; posteriormente, afastou-se da entidade, mas continuou colaborando com o movimento ambientalista, tendo inclusive participado do livro *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados* (estudado no capítulo anterior). Bemvenuti exerceu uma parte da sua vida profissional trabalhando na manutenção da reserva ambiental localizada dentro do Jardim Zoológico de Sapucaia do Sul. Na ocasião da entrevista, ele estava aposentado e lecionando na Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo.

²¹² KAYSER, Arno. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Porto Alegre, 09 de ago. de 2006.

* Informações sobre Arno Kayser foram apresentadas anteriormente. A entrevista usada nesse capítulo foi realizada no seu local de trabalho, na sede da FEPAM, em Porto Alegre.

²¹³ RODRIGUES, José. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Carará, 08 de março de 2006.

Tenho que me reportar ao meu município de origem, Harmonia, no Rio Grande do Sul, nasci lá, sou de 1975; desde pequeno, lá nos fundos de casa, a questão de 50 metros, havia um arroio, eu bebia água desse arroio, pescava, brincava de índio, andava no mato e conversava com os bichos, (...).²¹⁴

Não tenho a pretensão de supervalorizar recordações de infância ligadas à natureza, mas acredito que o convívio com plantas, animais e rios pode ter estimulado um tipo de sensibilidade que contribuiu para a reação dos entrevistados diante das agressões ao meio ambiente, permitindo que os ambientalistas comparassem suas concepções de natureza com a concepção compartilhada por outras pessoas e formulassem uma consciência crítica a respeito das relações homem/meio ambiente. Aplicando essa lógica na leitura das recordações registradas no decorrer da pesquisa, vamos recompor alguns aspectos importantes na construção de uma consciência ambiental no Vale dos Sinos, ou, parafraseando Portelli, vamos compor uma colcha de retalhos com fragmentos de memória.

O primeiro aspecto que convém ressaltar, além do envolvimento com a natureza na infância, é a existência de locais, personagens e situações importantes na formação dos ambientalistas. Na Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, encontramos uma combinação desses fatores. Foi nesse estabelecimento de ensino da rede particular que professores, como Ernest Sarlet e Kurt Schmeling, realizaram trabalhos de Educação Ambiental ao longo dos anos 50, 60 e 70. Sabemos um pouco sobre esses trabalhos a partir das lembranças de Arno Kayser a respeito do seu envolvimento inicial com o ambientalismo.

Uma tia minha - a tia Marlene - ela era aqui de Porto Alegre e nessa época (70/71, mais ou menos) estava começando o trabalho da AGAPAN, e ela, de vez em quando, me falava do Lutzenberger "que é uma pessoa incrível, que eu tinha que conhecer e coisa e tal". E aí eu comecei a acompanhar pela imprensa, comecei a me interessar pelo assunto, e, posteriormente, eu tive contato com o professor Schmeling, foi o meu professor de Ecologia na escola no Segundo Grau. Nós tínhamos uma cadeira de Ecologia

* José Rodrigues é militante da UPAN desde 1988. Ele é adepto da alimentação vegetariana e considera essa opção uma parte importante na sua formação como sujeito ambientalista. A sua entrevista foi realizada em Carará, durante uma visita de ambientalistas à nascente do rio dos Sinos.

²¹⁴ ALTENHOFEM, Rafael. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 12 de abr. de 2006.

* Rafael Altenhofem é pós-graduado em Biologia e ingressou na UPAN em 1992, atualmente, ele ocupa a presidência da entidade. A sua entrevista foi realizada na UNISINOS, onde participa como representante da UPAN no COMITESINOS.

durante um ano do Segundo Grau. E nessa cadeira a gente começou estudar toda a questão dos problemas ambientais da época, dos anos 70, principalmente os documentos da Conferência de Estocolmo (todas essas coisas a gente estudou). E eu fui me envolvendo cada vez mais nessa questão, mas ainda ao nível de curioso. Alguns dos meus colegas dessa cadeira de Ecologia com o professor Schmeling são os fundadores do Movimento Roessler, eu não cheguei a participar desse processo, mas alguns dos meus colegas sim.

É importante notarmos que a memória de Kayser nos fala da presença dos assuntos ambientais na imprensa e nos fala também das aulas do professor Schmeling. Ficamos então com este segundo ponto da recordação citada. No começo dos anos 70, a Fundação Evangélica incluiu no seu currículo de Ensino Médio três disciplinas complementares: Filosofia, Sociologia e Ecologia. Naquela época, o ensino da disciplina de Ecologia ainda estava na sua fase inicial, o material didático era escasso e o programa curricular básico ainda estava incompleto, e foi nessas circunstâncias que o professor Schmeling começou a lecionar Ecologia na Fundação.²¹⁵ Como professor de Ecologia, Schmeling empenhou-se em levar para as salas de aula as problemáticas ambientais e as reflexões a respeito dos seus motivos e conseqüências.²¹⁶

De onde vinham as motivações e o conhecimento sobre o assunto que ajudavam Kurt Schmeling a estimular a reflexão dos alunos sobre os problemas ambientais daquela época? A resposta para essa pergunta nos leva ao encontro da figura de Henrique Luiz Roessler, presença marcante na memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. Quando perguntei ao professor Schmeling sobre o seu envolvimento inicial com o ambientalismo, essa foi a sua resposta:

Bom, aí eu tenho que recuar muitos anos. No tempo que eu era aluno do Ginásio Sinodal, naquele tempo lá em São Leopoldo, sempre me chamou a atenção uma pequena vitrine de uma lojinha ao lado da Igreja Católica de São Leopoldo. Só mais tarde eu fiquei sabendo que a lojinha era do Roessler, mas, naquela vitrine, então, tinha exposições sobre a natureza, as aves, as árvores aqui da nossa região e alguns apelos. Só mais tarde eu fiquei sabendo quem era Henrique Luiz Roessler, mas, como aluno, isso já me marcou, e talvez, então, através dessa modesta vitrine em São

²¹⁵ Schmeling graduou-se em Arquitetura e fez Pós-Graduação em Didática. Ele começou a lecionar Ecologia na Fundação Evangélica de Novo Hamburgo a convite do seu amigo e colega docente professor Ernest Sarlet.

²¹⁶ KAYSER, Arno. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Porto Alegre, 09 de ago. de 2006.

Leopoldo, surgiu a minha abertura para a natureza e a preservação da natureza.²¹⁷

O convívio entre o professor Schmeling e Henrique Luiz Roessler foi muito importante para a criação de uma rede de ensinamentos que contribuiu para a conscientização ambiental no Vale. Schmeling levou para os seus alunos da Fundação Evangélica textos que Roessler publicou no Correio do Povo e fez desses textos um estímulo para a reflexão sobre os problemas ambientais. Nas suas aulas de Ecologia, ele organizava, junto com outros professores da Fundação Evangélica, passeios de estudo para proporcionar aos seus alunos o contato com locais onde a ação humana ainda não havia desfigurado a paisagem natural. Os passeios combinavam leituras, com predomínio dos textos de Roessler e das obras de Albert Schweitzer,²¹⁸ observação e apontamento da fauna e da flora, produção de relatórios e atividades necessárias para a manutenção de um acampamento como coleta de lenha, o preparo do alimento, a limpeza e a organização do material. Muito do que Schmeling fazia tinha Henrique Luiz Roessler como figura inspiradora.

Outros ambientalistas que conheceram Henrique Luiz Roessler também expressaram a admiração pelo trabalho dele. João Daudt lembrou-se de Roessler como o homem que recolhia as fundas que as crianças usavam e falou da imagem que outras pessoas formulavam dele.

Ele era uma pessoa que fazia com que as pessoas tivessem medo e não atacassem tanto a natureza. Eu sei de fatos e coisas que ele fez, foi o primeiro batalhador da natureza; naquela época, chamavam ele de louco pela perspicácia que ele tinha e aquele entusiasmo voltado para a natureza, amava a natureza de uma forma muito grande. Então ele foi um dos pioneiros que incentivou muita gente.²¹⁹

O Engenheiro Agrônomo Atos Raimundo Bemvenuti lembrou-se de Roessler como "um cidadão corajoso", que não temia enfrentar caçadores e pescadores armados para proteger a natureza. Bemvenuti o conheceu quando ainda era criança e guardou a seguinte imagem daquele ambientalista.

²¹⁷ SCHMELING, Kurt. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*, Novo Hamburgo, 21 de jun. de 2006.

²¹⁸ Schmeling mencionou a obra de Albert Schweitzer como fonte de inspiração para um agir ético diante da natureza. Schweitzer (1875 – 1965) foi o ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1952, foi músico, filósofo, teólogo, médico e missionário. Na ocasião em que entrevistei o professor Kurt Schmeling, ele me convidou para visitá-lo na sua casa e disponibilizou para uso na pesquisa os documentos que ele possuía a respeito do ambientalismo. Nessa ocasião, ele também me apresentou dois livros de Albert Schweitzer pelos quais confessou grande estima. São eles: *Cultura e Ética*. São Paulo: Melhoramentos, 1955; e *Ghoethe: um estudo do poeta através de quatro discursos*. São Paulo: Melhoramentos, 1950.

²¹⁹ DAUDT, João Ignácio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 08 de jun. de 2006.

O Henrique Luiz Roessler eu até cheguei a conhecê-lo porque ele era amigo do meu pai. Como criança, eu de calças curtas ainda, fui conhecê-lo. Ele tinha o gabinete dele no centro de São Leopoldo, o escritório dele estava cheio de equipamentos apreendidos de caçadores e pescadores, inclusive, eram apreendidas até da criançada os bодоques (a funda aquela para atirar pedra nos passarinhos). Então tinha uma enorme coleção que ele recolhia e armazenava tudo lá. Ele preservava o meio ambiente e ele era um cidadão extremamente corajoso, ele ia nos acampamentos de caçadores e pescadores, sozinho, recolhia o armamento do pessoal com a maior coragem do mundo, naquele tempo ninguém deu um tiro nele (felizmente). Ele enfrentava qualquer situação para preservar o meio ambiente e não importava quantas pessoas estivessem armadas, ele ia lá e desarmava, autuava o pessoal para poder evitar a depredação do meio ambiente; então ele foi um homem que agiu protegendo o meio ambiente, esse é o exemplo importante que ele nos deixou.²²⁰

O biólogo Renato Petry Leal, um dos articuladores da criação da AGAPAN e posteriormente presidente da AGAPAN – NL, também incluiu a figura de Roessler nas lembranças do seu aprendizado sobre a natureza.

Já naquele tempo, e isso faz cinquenta e tantos anos, quando a gente aparecia às vezes na rua, em um determinado lugar e estava com a funda (com o budok) na mão, o pessoal dizia: " - cuidado com o Roessler, olha que o Roessler vem aí, olha que o Roessler vai tirar a funda de vocês." Então existia aquela figura do Roessler. E se você ia pescar no rio e pegava uma trairinha, uma coisa pequeninha e tal, e passava um pescador, (...) ele dizia: " - devolve essa trairinha para o rio, olha que o Roessler passa aí e faz você devolver essa traíra para o rio". Então, tinha isso. Na minha juventude, tinha a figura de uma pessoa que a gente nem sabia bem aqui em São Leopoldo porque ela queria que não fizesse aquilo, porque não tinha a consciência que se tem hoje (...).²²¹

A presença constante dessa personagem nas recordações dos ambientalistas é um ponto fundamental para a compreensão do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. Num primeiro momento, a memória de ambientalistas mais idosos descreve a imagem de

²²⁰ BEMVENUTI, Atos Raimundo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

²²¹ LEAL, Renato Petry. . *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Sapucaia do Sul, 21 de set. de 2006.

* O biólogo Renato Petry Leal foi um dos fundadores da AGAPAN e o primeiro presidente da AGAPAN - NL. Na ocasião da entrevista, estava trabalhando no Parque Zoológico de Sapucaia do Sul.

Roessler como o homem que recolhia fundas, fiscalizava a pesca e a caça, um amante da natureza que interferia no comportamento das pessoas mesmo não sendo entendido por todos; com o tempo, essa imagem foi sendo reelaborada na memória dos ambientalistas mais jovens.

(...) ele [Henrique Luiz Roessler], mais do que nunca, mostra que não é preciso ser técnico para preservar e para conservar, mas é necessário que tu tenhas amor, que respeites e gostes das demais espécies que co-habitam conosco este planeta. Ele teve esse amor e fez dele algo além, porque não adianta só amar se tu não lutar efetivamente, então ele, em função deste amor, começou a chamar atenção. (...) nos mostrou o que nós estávamos perdendo em nome do suposto progresso. Ele chamou atenção e continua pioneiro. Hoje, muitos textos dele, se tu publicar no jornal mudando as datas, 90% das pessoas não vão perceber que se trata de um texto de 60 anos atrás. Então este pioneirismo dele foi fundamental.

(...) o Roessler foi o cara que mostrou para as pessoas comuns, que não eram técnicas, a importância da preservação e como cada uma delas poderia contribuir com isso, chamando a atenção das autoridades que vinham sendo omissas. Quase então que incitando a população a cobrar dessas autoridades a preservação.²²²

Quando ingressei na UPAN, logo depois, a gente teve acesso ao livro do Henrique Luiz Roessler (...), tem um texto que me marcou bastante, ele fala em "monstrópole" em alguns artigos que ele escreveu no Correio do Povo dizendo que de Porto Alegre a Novo Hamburgo seria uma coisa só, isso lá em 1950, quando ele escreveu o artigo e hoje a gente pode constatar que realmente virou uma monstrópole. Então essas coisas me ajudaram bastante a abrir o horizonte e ver numa perspectiva diferente como a ação do homem pode ser boa, mas pode ser danoso o seu impacto. E nesse caso específico da urbanização, esses dois autores que eu li me ajudaram bastante, eu tenho um carinho muito especial por eles.²²³ Eu cheguei a conhecer o Milton Roessler, filho do Roessler, (...), a gente conseguiu levar ele na UPAN e eu tenho foto disso, ali eu conheci o Milton pessoalmente e foi uma experiência bem interessante.²²⁴

²²² ALTENHOFEM, Rafael. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 12 de abr. de 2006.

²²³ O entrevistado havia mencionado um pouco antes o seu apreço pela obra de Balduino Rambo - "Fisionomia do Rio Grande do Sul".

²²⁴ TISIAN, Luis Marcelo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 27 de set. de 2006.

Nas citações acima temos duas representações de Henrique Luiz Roessler a partir da memória de ambientalistas mais jovens. Na primeira, ele é um exemplo pioneiro de luta, enquanto, na segunda, ele é tomado como um estímulo para a compreensão dos problemas ambientais decorrentes da urbanização. Essas duas representações se complementam como participantes da construção de uma consciência ambiental no Vale do rio dos Sinos, tema que estamos buscando recompor a partir de fragmentos de memórias. A imagem de um pioneiro nas recordações de ambientalistas mais jovens nos leva ao tipo de elemento constitutivo da memória que Michael Pollak chamou de acontecimentos "vivididos por tabela"¹, ou, em outras palavras, nos leva ao encontro de acontecimentos que foram incorporados na memória dos sujeitos por meio da identificação com pessoas de mais idade e da socialização das suas experiências.²²⁵

Depois da morte de Roessler (1962), o ambientalismo no Vale dos Sinos passou por um período de retração. As campanhas educativas da UPN foram interrompidas, a entidade parou de funcionar e a publicação de textos ambientalistas no Suplemento Rural do Correio do Povo diminuiu em quantidade e em frequência.²²⁶ É difícil dimensionar os efeitos dessa retração; entretanto, sabe-se que, em 1971, a criação da AGAPAN marcou a retomada das atividades ambientalistas na região por meio de uma associação civil surgida com o propósito de combater as agressões ao meio ambiente. O grupo de pessoas que iniciou os trabalhos da AGAPAN era em parte de São Leopoldo e em parte de Porto Alegre; posteriormente, ainda em 1971, com a criação da AGAPAN - NL, os ambientalistas de São Leopoldo passam a focar seu trabalho no Vale dos Sinos. A partir desse momento, o conjunto de memórias dos ambientalistas entrevistados oferece um interessante quadro da problemática ambiental na região.

A fase do ambientalismo iniciada em 1971 nos remete para um período histórico de intensa industrialização e urbanização no Vale dos Sinos. Nos anos 70 e 80, enquanto uma nova geração de ambientalistas concluía seus estudos e encaminhava sua vida profissional, a destruição da fauna e da flora crescia em um ritmo muito acelerado. Agravavam-se problemas já existentes, como a poluição do rio dos Sinos e dos seus afluentes, e surgiam outros (como o destino do crescente volume do lixo e o aterramento dos banhados). Nessas

* O agrônomo Luis Marcelo Tisian ingressou na UPAN em 1986. Na ocasião da entrevista, Tisian estava trabalhando na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Leopoldo.

²²⁵ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

²²⁶ Considero oportuno enfatizar que Henrique Luiz Roessler não era a única pessoa que enviava textos de perfil ambientalista para o Correio do Povo. A preocupação com assuntos como o desmatamento, a erosão dos solos, e a poluição urbana pode ser encontrada em outros textos da época (1957-1962). O diferencial de Roessler estava na frequência dos textos, na diversidade de assuntos e no trabalho educativo que ele realizava por meio da UPN.

circunstâncias, o convívio com a degradação ambiental ficou gravado de múltiplas formas na memória dos ambientalistas.

A gente morava em lugar em que tinha muito mato, muita área verde onde a gente podia caminhar e as turmas iam brincar no mato; desde criança convivendo com isso, e conforme a cidade foi crescendo eu fui perdendo esse contato, porque foram construindo casas neste mato, os banhados foram aterrados.

227

O lixão era dentro do arroio Kröeff, na Santa Afonso, inclusive o lixo hospitalar. Nós cansamos de ver pernas e braços, pés e mãos jogados na água do rio dos Sinos. E todo o lixo de seringas, algodão, roupa velha, todo lixo hospitalar era direto lá. (...) tínhamos sete curtumes só aqui no arroio Pampa, nem um tinha um tratamento primário, nem secundário, nem terciário.

228

Novo Hamburgo estava totalmente irregular, botando todo o lixo doméstico numa área de banhado ao lado do rio dos Sinos, contaminando toda uma área que era alagadiça.²²⁹

(...) eu sempre morei em Novo Hamburgo e nunca havia tido a oportunidade de navegar no rio dos Sinos, então, em uma determinada ocasião, eu naveguei pelo rio dos Sinos junto com um grupo de pessoas em um barco providenciado pelo Jackson e o que eu vi me causou um impacto muito forte. Nós saímos de barco do Balneário Municipal (na Estrada da Integração) e subimos o rio em direção a Campo Bom, o rio

²²⁷ RODRIGUES, José. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Caraá, 08 de mar. de 2006.

²²⁸ PACHECO, Hélio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*, Novo Hamburgo, 09 de nov. de 2005.

* Hélio Pacheco foi um dos fundadores da Terraguar Associação Ecológica. Quando ingressou no movimento ambientalista, ele já exercia a função de pastor na Igreja Luterana do Bairro Canudos (função que ainda estava exercendo na ocasião da entrevista).

²²⁹ NETO, Tibúrcio Marques. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*, Novo Hamburgo, 06 de set. de 2006.

* Tibúrcio Marques Neto foi um dos militantes mais ativos da Terraguar. Na ocasião em que foi entrevistado, estava na sua residência se recuperando de um acidente de moto. Tibúrcio ingressou no movimento ambientalista buscando apoio para o trabalho educativo que desenvolvia com a juventude da comunidade luterana de Novo Hamburgo no final dos anos 80, e, posteriormente, mesmo depois da desativação da Terraguar, continuou envolvido com a proteção da natureza como participante do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Novo Hamburgo, trabalho que desenvolveu até o ano de 2005, quando se afastou por discordar da política ambiental implantada pela administração municipal.

estava baixo e em algumas partes dele era possível até caminhar. Nós encontramos muito lixo na água, nas margens e nas árvores do banhado - pneus, sucatas de carro, móveis, sacolas, plásticas, milhares de garrafas descartáveis - havia muito, muito lixo. Eu não esperava encontrar o rio naquelas condições de poluição e aquela visão mudou a minha maneira de pensar.²³⁰

A percepção das agressões humanas ao meio ambiente, juntamente com o entendimento, ainda que parcial, dos riscos que acompanhavam essas agressões, estimulavam uma reação em favor da natureza e fortaleciam o processo de formação da consciência ambiental. Não podemos compreender esse processo na sua totalidade, uma vez que ele diz respeito à própria inserção dos sujeitos ambientalistas na história e envolve uma experiência de redefinição do que é o ser humano e de qual o seu papel diante do meio ambiente. O professor João Ignácio Daudt, com seus mais de 30 anos de envolvimento com o ambientalismo, disse que ser ambientalista é estar sempre aprendendo, e a sua fala corrobora a idéia de que o processo de conscientização ambiental não se encerra com a opção pela proteção da natureza. Aprofundando a complexidade do assunto, não devemos perder de vista o duplo sentido do ativismo ambientalista, ou seja, a conscientização implica sempre uma transformação interna e externa. A opinião de Tiago Eduardo Genehr (militante do Movimento Roessler) a respeito desse assunto é bastante expressiva.

Bom, o ativismo ecológico para mim ele tem dois lados principais, que seria o lado interior e o exterior. O lado interior é aquele que trabalha com a própria ação, exatamente como tu estava colocando, a ação cotidiana das pessoas de ter mais contato com a natureza, de ter uma alimentação mais saudável, de buscar ter um baixo impacto ambiental na sua casa. Isso é muito importante, mas só isso, só a ação individual acaba isolando as pessoas, porque tem várias questões hoje que são globais; elas ultrapassam o lado pessoal, então não adianta eu plantar tudo que eu comer e comer só comida orgânica ou ir morar num sítio porque o clima vai continuar aquecendo e os rios vão continuar sendo poluídos. Então o trabalho deve ser pensado no interior e também no exterior. E é aí que está o trabalho político de estar militando numa ONG, de estar se associando com outras

²³⁰ ZIEGLER, Werner. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*, Novo Hamburgo, 29 de jul. de 2006.

* No decorrer dos anos 80, Werner Ziegler participou como colaborador de atividades do Movimento Roessler, mas foi somente no começo dos anos 90, depois de aposentando, que ele passou a dedicar mais tempo para o ativismo ambientalista. Ziegler participou por seis anos do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Novo Hamburgo – representando o Movimento Roessler. A sua história de envolvimento com o ambientalismo passa pela sua formação acadêmica (graduou-se em Licenciatura Plena no antigo curso de História Natural da UNISINOS), pela prática docente e pela amizade com Kurt Schmeling.

entidades buscando parcerias, de estar lutando para que as leis sejam cumpridas, porque a legislação ambiental é muito boa, falta é disposição política para cobrar; e esse lado sozinho (só o exterior) ele também não gera mudanças porque a gente fica protestando e fazendo manifestações e tal, mas vai esperar pelo sistema mudar para a gente mudar a atitude pessoal. As duas coisas devem andar paralelamente, o trabalho individual em si, de rever os seus conceitos, o seu uso, a marca de produto que se compra, o tipo de comida que se come, o destino dos resíduos e a quantidade de lixo gerada, mas também há esse trabalho político de estar se manifestando publicamente, de estar escolhendo, de analisar as propostas dos candidatos, de usar o voto como cidadão numa atitude responsável, há várias possibilidades.²³¹

A busca do equilíbrio entre a parte interior e a exterior da ação ambientalista certamente envolve uma série de práticas cotidianas que não foram captadas pela pesquisa; entretanto, as práticas de mobilização social pela proteção da natureza aparecem com mais clareza em vários fragmentos das recordações. Vejamos três recordações sobre o envolvimento da Terraguar Associação Ecológica com o arroio Pampa, em Novo Hamburgo, na passagem dos anos 80 para os 90.

Então eles [o grupo de pessoas que iniciou a Terraguar] perceberam que as questões bíblicas tinham muito a ver com as questões ambientais; de repente começaram a perceber que existia um arroio que passava próximo à Igreja e que estava em condições precárias, e que este seria um caminho de luta, lutar por melhoria das condições dessa água. Daí surgiu o movimento Terraguar e passou a existir com o foco no Arroio Pampa.²³²

Esse arroio tem 7 Km de extensão e era de fato o mais poluído do Estado. A água que corria dele era como um creme gelatinoso, e a gente pensou: isso aqui é um rio morto, isso tinha vida. E a gente pensou como Igreja que um rio poluído era um rio crucificado e quem polui está com o martelo e o prego nas mãos crucificando a vida de pessoas que vivem

²³¹ GENEHR, Tiago. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Caraá, 08 de mar. de 2006.

* Tiago Eduardo Genehr iniciou seu contato com o Movimento Roessler a partir do seu grupo de escoteiros e dos acampamentos que eram realizados no Parcão. Em 1991 ingressou como sócio-militante e atualmente exerce pela segunda vez a presidência da entidade.

²³² OLISA, Maria. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 30 de nov. de 2005.

* Maria Olisa participou da Terraguar Associação Ecológica no período entre 1988 e 1993. Na ocasião da entrevista, estava trabalhando como professora na rede escolar municipal de Novo Hamburgo e continuava desenvolvendo trabalhos de Educação Ambiental com os seus alunos.

dessa água. Então a gente começou a estudar um plano. Fizemos uma caminhada de levantamento para ver quem eram os agentes poluidores; descobrimos que eram os curtumes, e a maioria dos donos de curtumes eram da própria comunidade.²³³

Novo Hamburgo sempre foi considerada uma cidade industrial e, na parte que a gente começou a trabalhar, no arroio Pampa, existiam sete empresas (entre curtumes e de acabamento do couro) que despejavam seus dejetos sem tratamento no arroio Pampa. Esse era o principal problema naquela época. Então, a gente começou a pesquisar as leis; nós nos reuníamos só para debater leis (...) e ver de que forma nós conseguiríamos fazer com que as empresas entrassem dentro das leis e cumprissem fazendo o tratamento primário, secundário e terciário.²³⁴

Agrupando fragmentos de recordações pela luta em favor do arroio Pampa, é mais fácil percebermos que a consciência ambiental é também uma construção social aberta para outros tipos de reflexão. Os exemplos acima indicam um estímulo religioso para cuidar da natureza e uma percepção de que o exercício da cidadania, em toda a sua dimensão de entendimento das leis e das instituições públicas, contribuía para as lutas ambientalistas. E isso nos mostra que a experiência de conscientização ambiental não pode ser dissociada de outros tipos de aprendizado e nem pode ser pré-concebida como uma fórmula pronta e padronizada. Observando o material das entrevistas, é possível pensar a conscientização ambiental como uma experiência que pode ser ampliada ou compartilhada pela socialização dos saberes e aprendizados já existentes. A conscientização ambiental implica um contínuo encontro com o compromisso de um agir ético e com um esforço para o entendimento da natureza e do nosso próprio papel dentro dela. Sei que esse tipo de consideração desloca o assunto para uma reflexão mais filosófica, mas entendo que seria uma omissão grave não incluir nesse texto a percepção dos próprios ambientalistas de que a conscientização ambiental modificou a vida deles.

(...) quando a gente se conscientiza de que alguma coisa é importante ou que está acontecendo uma determinada coisa, para mim é o maior passo que pode ser dado - é a conscientização. Essa conscientização não vem de uma hora para outra, (...). Eu tinha condições de cada vez aprender um pouco mais, me conscientizar mais, e ver que a gente tinha que fazer

²³³ PACHECO, Hélio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 09 de nov. de 2005.

²³⁴ NETO, Tibúrcio Marques. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 06 de set. de 2006.

alguma coisa, (...), a gente tinha que trabalhar, tinha que ajudar porque era uma coisa necessária, tanto para nós quanto para as pessoas das futuras gerações, e até por uma questão de princípios de ética, porque a gente não podia estar simplesmente destruindo tudo, a gente tinha que regradar a vida da gente em várias maneiras, em vários pontos, e um desses pontos é regradar a nossa atitude em relação ao meio ambiente.²³⁵

(...) hoje a idade nos permite ter tempo para meditar com mais calma as coisas da vida, talvez a coisa mais importante para mim foi quando eu consegui aprender a reunir os conhecimentos, a fazer a síntese daquilo que se aprende na parte técnica em Agronomia, na parte geral da cultura (na História, na Geografia, na Matemática), enfim, em todas aquelas disciplinas que a gente vai tendo na vida em pequenos compartimentos e fragmentos, é difícil tu montar a idéia básica. Então, quando a gente começa a aprender a sintetizar, pode compreender melhor o funcionamento da natureza.

Nós temos que realmente reunir os conhecimentos e fazer a síntese de tudo que a gente vem aprendendo para poder compreender o meio ambiente. A natureza que é extremamente intrincada, todos os equilíbrios que existem para que a vida possa permanecer em funcionamento no planeta. Onde a gente mexe em uma coisa, nós mexemos no todo, e nós mexemos sem saber o que estamos fazendo porque nós não conhecemos todas as interligações do sistema (é muito complicado). E quando se começa a ter essa visão de conjunto, começa a fazer a síntese, então a gente começa a retornar a nossa insignificância.²³⁶

As duas citações acima expressam a importância da aquisição de uma consciência ambiental na vida dos ambientalistas e ressaltam que essa aquisição é um processo gradual e inacabado. Para avançarmos no assunto, devemos concentrar a atenção nas condições materiais e imateriais que permitiram a existência de experiências de conscientização ambiental ligadas ao Vale do Rio dos Sinos. Algumas dessas condições já foram apontadas anteriormente quando mencionamos a importância da natureza na infância dos ambientalistas e tratamos de personagens como Henrique Luiz Roessler e o professor Schmeling, ou mesmo quando fizemos uma breve referência ao estímulo religioso e a reflexão política no trabalho da Terragar. Sem perder de vista o caminho já percorrido, a

²³⁵ LEAL, Renato Petry. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Sapucaia do Sul, 21 de set. de 2006.

²³⁶ BEMVENUTI, Atos Raimundo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

próxima seção do capítulo destaca o tema da Educação Ambiental e busca ampliar as possibilidades de entendimento do desenvolvimento do ambientalismo no Vale dos Sinos.

3.3 Memórias de Educação Ambiental: aprendendo sobre a natureza

No capítulo 2, tratamos da economia escriturística presente no ambientalismo e, dentro desse tema, apontamos a produção de textos ligados à Educação Ambiental. Vamos aqui retomar esse assunto a partir das recordações dos ambientalistas para inseri-lo dentro de uma concepção mais ampla de Educação Ambiental, uma concepção que alcance também o aprendizado dos adultos a respeito da territorialidade urbana e das suas responsabilidades éticas diante da natureza.²³⁷

As reflexões de Milton Santos sobre as relações do homem com o espaço mostram que aprender sobre o espaço físico e interagir com ele é uma condição necessária para a formação da cidadania e para a satisfação plena do ser humano. Santos também ressalta em seus estudos que a interação entre o ser humano e o espaço é tão complexa que pode resultar em múltiplas territorialidades dentro de um mesmo espaço.²³⁸

Sendo a territorialidade uma construção social que implica o pertencimento de um determinado sujeito a um determinado lugar e o seu envolvimento com as coisas que acontecem nesse lugar, podemos então pensar a Educação Ambiental, no Vale dos Sinos ou em qualquer outro lugar, não apenas como conteúdos e práticas escolares, mas também como experiências que participam da territorialização dos sujeitos, ou seja, podemos pensar a Educação Ambiental como um processo interminável que ajuda os sujeitos a conhecerem o seu território e estimula um envolvimento consciente com a natureza desse território.

O que seria o território Vale do Rio dos Sinos tantas vezes já aludido nessa pesquisa? No plano cartográfico, os limites do Vale são definidos pela Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos; entretanto, a vida cotidiana da maioria das pessoas não segue, e nem poderia seguir, uma racionalidade cartográfica. As pessoas tendem a fragmentar e nomear o espaço partir de suas práticas diárias e dos locais onde vivem e trabalham. Envolvida no

²³⁷ Uma concepção simples de Educação Ambiental contempla a presença das questões ambientais em trabalhos educativos de diversas procedências e pode também contemplar o crescente interesse nas relações entre os problemas ambientais contemporâneos e as idéias e práticas educacionais em vigor, mas, para assumirmos uma perspectiva histórica e problematizadora do assunto, devemos valorizar as motivações que fundamentam a Educação Ambiental e pensar no seu funcionamento em diferentes contextos históricos.

²³⁸ Ver Milton Santos - *O espaço do cidadão*. (São Paulo: Nobel, 2000); *Pensando o espaço do homem* (São Paulo: Hucitec, 1997) e *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. (São Paulo: Bosch).

pragmatismo cotidiano e pensando o Vale a partir da sua fragmentação em espaços, como nascentes, banhados, arroios, encostas de morro, municípios, bairros, centros e periferias, a maior parte da população encontra dificuldades para entender e transformar o Vale dos Sinos em seu espaço de territorialidade. Chegamos, então, a uma questão problemática na reflexão sobre a consciência ambiental: como superar a contradição entre a unidade da natureza e o racionalismo cartesiano, que divide e classifica em partes mesmo sem entender plenamente as conseqüências da sua ação?

A questão levantada excede os limites dessa dissertação, e não pretendo dar-lhe uma resposta. Ela só aparece aqui como uma provocação para refletirmos sobre a idéia de Educação Ambiental, e, obviamente, para qualificarmos essa idéia. Voltamos, então, ao nosso foco atual da pesquisa, ou seja, à presença da Educação Ambiental, incluindo aqui a formação das territorialidades, na memória dos ambientalistas no Vale do rio dos Sinos. Nas recordações narradas por João Ignácio Daudt, há um exemplo de uma experiência educativa ligada ao espaço geográfico local.

(...) eu sou professor de Biologia, a matéria inclina a gente para isso. Eu sempre me dediquei nas aulas a cuidar da preservação e da poluição, (...) e também tinha Clubes de Ciência. Eu sempre tive clubes, no São José em que eu trabalhei e no Pedro Schneider. No Pedro Schneider até mais porque lá eu tinha tempo (...) eu ia ao laboratório e os alunos vinham, observavam águas, faziam trabalho de verificação de contaminação da água.

Nós ganhamos do Lions 25 de Julho uma estufa que era um dos aparelhos necessários para fazer a coleta e para fazer o tratamento da água para verificar a poluição. O seu Pedro Osório, da Hidráulica, nos ajudou muito, nos ensinou como fazer esse trabalho porque não é tão fácil assim. A Escola Pedro Schneider comprou os nutrientes para poder medir a verificação das bactérias na água. Então isso teve a colaboração de muita gente. O Prefeito Henrique Prietto conseguiu um dia um barco, financiou um barco para que nós fossemos até o pesqueiro fazendo análise, verificação da profundidade de água e coleta da água que depois foi examinada no laboratório da Escola. E isso teve a ajuda de muita gente, uma participação de muitas pessoas, sócios antigos também, o capitão Henrique Holtz - falecido já, Marilene Plumm, Maria Lurdes de Ceolim, Atos Bemvenuti, (...).²³⁹

²³⁹ DAUDT, João Ignácio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 08 de jun. de 2006.

Conhecer o rio dos Sinos era a intenção dos Clubes de Ciências que João Daudt orientava com o apoio de diversos membros da AGAPAN - NL. Na prática, Daudt buscava um olhar científico para dentro do rio estudando as condições da sua água e fazendo do estudo uma forma importante de mostrar aos alunos os danos que a ação humana provocava. Para os que haviam entendido a importância de "olhar para dentro do rio" e de estar próximo dele, restava, então, a missão de compartilhar essa experiência e de estimular outros a aprender com ela. Nas memórias de Luís Marcelo Tisian, apresentar o rio dos Sinos para a comunidade foi uma parte importante no trabalho educativo que a UPAN promoveu no final dos anos 80 e começo dos anos 90.

O que nós fazíamos na época e que ajudou muito eram palestras em escolas e associações de bairro. Eu, junto com o Márcio, acho que fomos as pessoas que mais deram palestras em toda a região do Vale dos Sinos. Eu acredito que nós dois demos palestras para mais de 5 ou 6mil alunos no período em que a gente fez essa atividade. (...). Basicamente a nossa ação em escolas era essa, as pessoas nos contatavam, marcavam um horário, íamos lá com o projetor de slides, ainda naquela época não tinha Data-show e PowerPoint, então íamos com o projetor de slides e nós tínhamos uma sequência de mais ou menos 50/60 slides mostrando toda a calha do rio dos Sinos da sua nascente até o delta, mostrando ali as diferentes situações em que ele se encontrava, quais eram os problemas e eventualmente algumas soluções.²⁴⁰

Um outro tipo de trabalho educativo está expresso nas recordações de Maria Olisa a respeito das atividades da Terraguar Associação Ecológica.

"(...) a atitude que a gente acreditava que seria forte era dar o exemplo. Então, várias vezes a gente se armou de bota, de luvas, de sacos de lixo e fomos para dentro do arroio retirar o lixo que estava dentro do arroio, foram os famosos mutirões. Foi um bom exemplo. Nós queríamos que fosse um exemplo e foi. Então assim, começou a surgir mutirão em tudo que era canto, e a gente ficou bem contente com isso. As pessoas que passavam na rua ficavam se perguntando: - por que esses malucos estão dentro do arroio, esse arroio fedorento, sujo? Mas assim a gente conseguiu retirar de dentro do arroio toneladas de lixo, fazia montes de lixo, esculturas de lixo, de tanto que saía. E isso envolvia a comunidade, de dez que passavam, dois se engajavam no processo, perguntavam o que

²⁴⁰ TISIAN, Luis Marcelo. . *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale dos Sinos*, São Leopoldo, 27 de set. de 2006.

a gente estava fazendo ali; de repente achavam interessante e aderiam e ficavam ali ajudando.

(...) nós fizemos um manifesto na Praça Centenário uma vez, que se chamava "com seu apoio tiramos o coco do arroio". Foi muito interessante a gente conseguiu envolver várias entidades e pessoas ligadas à cultura, ligadas a vários enfoques (...), nós procuramos popularizar essa idéia de ecologia, então nós colocamos no chão, papel para as crianças rabiscar e desenhar para deixar sua impressão sobre a ecologia e o que elas pensavam e fizemos uma escultura de um coco gigante. Foi muito legal.²⁴¹

Ser exemplo, chamar a atenção para a poluição, envolver a comunidade com a limpeza do arroio Pampa e popularizar a idéia de ecologia são alguns dos pontos mencionados por Maria Olisa nas suas recordações. Relembrando o relacionamento da Terraguar com o poder público, Olisa ressaltou a aproximação entre o trabalho educacional da entidade e a Secretaria de Educação de Novo Hamburgo.

(...) a Terraguar teve uma participação muito grande junto às escolas, porque a referência para o trabalho de ecologia e de educação ambiental que vinha da Secretaria indicava a Terraguar. A Secretaria de Educação começou a enxergar com outros olhos a questão do trabalho que a Terraguar vinha desenvolvendo. (...) Não estou dizendo que a Secretaria se inspirou no movimento Terraguar, mas ela aproveitou também que existia o movimento e um potencial que estava forte ali. E a gente começou a fazer este trabalho também junto às escolas, tanto é que se criou um projeto chamado Pampa Vivo. E esse movimento percorria as escolas próximas ao arroio Pampa, e desenvolvia várias atividades de educação ambiental dentro das escolas. (...) nós pesquisamos a questão do papel reciclado, como é que se fazia. Nós fomos pioneiros aqui em Novo Hamburgo, nessa questão do papel reciclado, porque ninguém falava nisso. E daí nós fomos atrás da técnica de como se poderia reciclar o papel e aí começamos a fazer e passamos essa técnica adiante, então várias escolas apreenderam a fazer papel reciclado; e hoje expandiu a coisa. Hoje, se você for ver muito mais escolas públicas sabem fazer o papel reciclado a partir disso.²⁴²

As memórias de João Daudt e de Maria Olisa nos convidam a refletir sobre as palavras de Milton Santos a respeito do território na realização humana. Disse o Geógrafo:

²⁴¹ OLISA, Maria. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 30 de nov. de 2005.

²⁴² Ibid.

A plena realização do homem, (...) deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua economia e cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como fator e não como um reflexo da sociedade. É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é, isto é, incompleta.²⁴³

A satisfação dos ambientalistas, tanto para os da geração inicial quanto para os que ingressaram na luta no decorrer da década de 80, não estava em apresentar à sociedade o quadro de poluição do rio dos Sinos, do arroio Pampa, ou de outro dos seus afluentes, mas, sim, em ajudar no conhecimento do meio ambiente local, incentivando o respeito e a atenção para com natureza presente nesse meio ambiente.

No decorrer das entrevistas que realizei, a Educação Ambiental recebeu um destaque por dois motivos: de um lado, havia a minha intervenção propondo o assunto e, do outro, havia um grupo de pessoas que possuíam um forte envolvimento com a área educacional.²⁴⁴ Muitas experiências narradas apontam para o tema, e, junto com as narrativas, emerge também uma profunda reflexão sobre os objetivos, métodos e resultados da Educação Ambiental. Destacar essa reflexão e interpretá-la compondo um mosaico com fragmentos de memória é um avanço importante no entendimento do tema. Começaremos essa nova caminhada, citando uma interessante crítica à fragmentação dos saberes que acompanha a própria idéia de Educação Ambiental.

(...) infelizmente, mais de 90% das práticas em educação ambiental, ou ditas como educação ambiental, acabam sendo uma educação para a reciclagem, educação para a sociabilização, educação para a redução de conflitos. Eu espero um futuro onde não exista mais a palavra educação ambiental, onde exista apenas a palavra educação, porque a educação holística, a educação na sua totalidade ela perpassa a educação social pela educação para cidadania e pela educação para o meio ambiente.

(...) a separação que se deu foi uma das origens dos problemas sociais porque se passou a dizer: sociedade de um lado, meio ambiente do outro;

²⁴³ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000, p. 6.

²⁴⁴ A forte ligação do grupo de entrevistados com a Educação Ambiental pode ser observada nos seguintes dados: quatro dos entrevistados se aposentaram exercendo a carreira docente no magistério (Kurt Schemelling, Ernest Sarlet, Werner Ziegler, João Daudt); Maria Olisa ainda leciona na rede municipal de Novo Hamburgo; Atos Bemvenuti desenvolveu práticas de Educação Ambiental no Parque Zoológico de Sapucaia do Sul e estava lecionado no Colégio Agrícola de São Leopoldo na ocasião da entrevista; Luís Marcelo Tisian trabalhava como professor de Técnicas Agrícolas quando ingressou na UPAN; Arno Kayser trabalhou a agricultura orgânica com crianças no Horto Municipal de Novo Hamburgo, escreveu livros infantis e peças teatrais e participou de trabalhos educativos promovidos pelo COMITESINOS; além desses, há outros ambientalistas como Julião Aibar Tesch, Márcio Linck, Pastor Pacheco e Rafael Altenhofem, que atuaram com a Educação Ambiental promovendo palestras e atividades diversas.

economia de um lado, justiça do outro; ética de um lado, moral do outro. E começou a se fragmentar. Então, felizmente, muito tempo depois está se voltando agora para a famosa “inter” e “transdisciplinaridade” quando na realidade, hoje, não se consegue fazer muitas vezes nem “multidisciplinaridade”. E a maioria das experiências que se dizem “inter” ainda são “multi”. Espera-se um dia um resgate do que se tinha.

245

Essas palavras são de Rafael Altenhofem, que, na ocasião da entrevista, havia recentemente concluído o seu mestrado em Biologia. Foi como um ambientalista envolvido com um saber acadêmico que valorizou expressivamente a área ambiental a partir dos anos 70 que ele pôde fazer a sua crítica a um modelo educacional fragmentado que contribuiu para a continuidade do distanciamento entre o ser humano e o meio ambiente. Não há necessidade do meu aval para as palavras dos entrevistados; elas possuem valor pelo que são, e, especialmente, possuem valor porque fazem parte de narrativas estimuladas pelo fluxo da memória. Observando a memória dos entrevistados, estamos aprendendo um pouco mais sobre o ambientalismo no Vale dos Sinos.

Realmente, há um tempo atrás se trabalhava com os instrumentos que se tinha. A UPAN, por exemplo, ela foi fundada em sua grande maioria - e eu não posso dizer totalidade porque não sei a história de todos os seus fundadores - por pessoas das Ciências da Natureza, o pessoal da antiga História Natural. Eram alunos e professores, também havia padres que eram pesquisadores de História Natural e eles trabalhavam com os instrumentos que eles tinham, queriam preservar o meio ambiente com os instrumentos da Biologia. Hoje a gente sabe que, para trabalhar preservação e sustentabilidade, tu trabalha com diferentes elementos, mas naquela época era isso. Então, com o tempo, acabou uma tendência natural, tinha mais pessoas da Biologia e das Ciências Naturais e a tendência era que as soluções que a UPAN encontrava, e o próprio movimento ambientalista, fossem mais desse ramo.²⁴⁶

As recordações sobre as condições iniciais do movimento ambientalista aparecem em várias entrevistas, e nelas encontramos outras referências sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental.

(...) mesmo dentro da História Natural que é hoje o curso de Biologia, tu não tinha uma conscientização grande em favor da natureza, e depois de

²⁴⁵ ALTENHOFEM, Rafael. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 12 de abr. de 2006.

²⁴⁶ Ibid.

formado existia, mas era muito pequena a conscientização, mas a gente já estava a par de várias atrocidades que vinham ocorrendo em relação ao meio ambiente; (...).

Autores e essas coisas existiam muito poucos, o que existia realmente aqui, o que existia escrito e era bastante coisa escrita, eram as crônicas do Roessler e a gente tinha acesso às publicações que ele tinha feito no Correio do Povo principalmente. Então ali era um material muito bom, muito interessante, e várias delas foram publicadas depois como livro básico, principalmente sobre o Rio Grande do Sul, porque a gente recebia muita coisa de fora do Estado, o problema na Amazônia e em outros estados e a gente procurava colaborar dando apoio. O outro era o livro do Balduino Rambo "A fisionomia do Rio Grande do Sul", inclusive o Carneiro descobriu na gráfica uma porção daquele livro que estava atirada num canto, (...), e ele levou aqueles livros e estava vendendo muito barato, como se fosse hoje 5,00 R\$ (uma coisa assim), eu até comprei uma meia dúzia ou mais para dar para algumas pessoas conhecidas. Mas era basicamente isso o que tinha naquela época, eu não me recordo de outra coisa que enfocasse as necessidades de conservação do meio ambiente.²⁴⁷

A carência de uma bibliografia mais aprofundada na questão ambiental e a percepção de que, mesmo no Ensino Superior, o tema era muito novo no começo dos anos 70 aparece com mais clareza nas recordações de Werner Ziegler. Em 1969, Ziegler ingressou na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, que depois passou a fazer parte da UNISINOS, onde cursou Licenciatura Plena em História Natural. Uma parte da sua formação acadêmica foi lembrada durante a entrevista.

(...) eu lia as crônicas do próprio Roessler que sempre me interessaram e tu deve também ter lido alguma coisa a respeito disso, ele foi um precursor nessa questão ambiental, (...). É que na realidade, eu posso te dizer que não havia uma literatura assim muito ampla disponível na época; havia aquele livro, a Primavera Silenciosa (...); aquele livro é considerado também um momento de despertar do ambientalismo - quando ela fez aquelas denúncias todas lá nos Estados Unidos; e este livro também foi lido por praticamente todo mundo que tinha uma relação com a ciência, inclusive ele era recomendado para que a pessoa despertasse nela essa questão ambiental, esse livro era recomendado. O Lutzenberger também ia na imprensa e muitas vezes se manifestava, mas

²⁴⁷ LEAL, Renato Petry. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Sapucaia do Sul, 21 de set. de 2006.

aí são assuntos assim de reportagens curtas e não uma literatura a ponto de sair um livro impresso e tal. (...) eu tive pouco acesso à literatura, a gente se informava dessas questões através da imprensa com assuntos de reportagens e tinha as crônicas do Roessler que você podia ler.

Quando eu me formei na UNISINOS, o professor que deu algumas pinceladas de Ecologia foi o Backes, o Albano Backes, que foi o professor no último semestre, mas a coisa foi assim de uma maneira muito superficial. Como eu te falei bem no início, o assunto Ecologia estava engatinhando naquela época, se falava pouco. A minha formação dentro da área de Ciências foi mais técnica: pesquisar, tratar assuntos de Biologia, Zoologia, Botânica, coisa especificamente nestes campos, e não nessa amplitude que a Ecologia possibilita onde é tudo interligado. Então, quando eu me formei, a Ecologia era uma coisa tratada assim como um apêndice, (...), a própria bibliografia que era oferecida ela era bem fraquinha. Pena que eu não tenho ainda guardado os meus livros da época em que eu era professor do Primeiro Grau, principalmente no início de 70 e 80, e você poderia ver como a Ecologia era tratada, (...), mais em defesa da vida, explicação do uso racional da água. É, foi uma vitória, porque a gente sempre sentiu que no fundo essa questão ecológica não era bem vista, não havia grande interesse, tanto é que ao meu juízo, o poder econômico sempre resistiu às questões ecológicas.²⁴⁸

A "vitória" mencionada ao final da recordação citada acima diz respeito à inclusão dos temas ambientais no currículo escolar e na conseqüente valorização e qualificação da Educação Ambiental. "Vitória" que possibilitou o crescimento da Educação Ambiental mesmo em condições desfavoráveis e que nos mostra um saldo positivo na memória dos entrevistados. O trabalho deles, mesmo dentro das limitações que existiam, contribuiu para a mudança do quadro existente quando a luta ambientalista começou. O professor Kurt Schmeling expôs sua opinião a respeito dessa mudança.

Eu reconheço que no meu tempo não houve nenhuma preocupação dessas; a gente como aluno, antigamente em aulas de Geografia e Ciência estudava nomes de árvores que a gente nunca chegou a ver; mas nunca houve a preocupação de nos pôr em contato direto com a natureza, como está acontecendo agora. E nesse sentido avançamos muito. Eu acho que aí justamente, as escolas municipais de Novo Hamburgo estão muito atentas para isso.

²⁴⁸ ZIEGLER, Werner. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 29 de jul. de 2006.

Os antigos não mostram essa disposição de abertura para o meio ambiente como seria de esperar. Eu acho que a solução é (e nós encontramos isso nas escolas municipais de Novo Hamburgo) trabalhar e preparar os alunos. As crianças levam isso para os pais e os pais então acabam também se conscientizando disso. Geralmente os adultos, eu estou falando aqui os adultos mais antigos, e não estou incluindo aí a nova geração, os adultos estão muito preocupados com as vantagens, a subsistência material, os lucros.²⁴⁹

O professor Schmeling foi muito feliz na sua observação de que a Educação Ambiental feita com as crianças pode também gerar, ou no mínimo estimular, a conscientização ambiental dos adultos. Muitos trabalhos de Educação Ambiental, direcionados especificamente para crianças, fazem parte das recordações narradas no decorrer das entrevistas, e, diante da impossibilidade de apresentar e analisar todos eles, optei por encerrar essa parte da dissertação destacando três outros tipos de trabalhos educativos importantes para o ambientalismo da região: (a) as hortas escolares lembradas por João Ignácio Daudt; (b) as práticas de Educação Ambiental no Parque Zoológico de Sapucaia do Sul presentes nas recordações de Renato Petry Leal e de Atos Raimundo Bemvenuti; (c) a produção de textos educativos sobre o meio ambiente, que foi narrada por Arno Kayser.

O nome de João Ignácio Daudt já foi mencionado anteriormente em uma referência aos Clubes de Ciência que ele promoveu quando foi professor na Escola Estadual Pedro Schneider e no Colégio São José, tradicional escola particular de São Leopoldo. Atuando na antiga Delegacia Estadual de Educação (DEE),²⁵⁰ Daudt incluiu a criação de hortas escolares num programa de geração de renda familiar implantado pela Secretaria Estadual de Educação (SEC) do Rio Grande do Sul em 1982. Na sua recordação percebe-se facilmente uma distância entre o objetivo inicial e os resultados alcançados.

(...) era um projeto para ajudar populações mais pobres a ter alguma formação, por exemplo, curso de eletricista, datilografia, culinária, uma porção de cursos; e eu, como trabalhava na Delegacia Estadual de Educação, pensei em colocar hortas escolares como parte do projeto. Eu trabalhava na DEE e fui falar com o Diretor da Escola Agrícola. E ele nos indicou um professor que iria fazer a parte prática de acompanhamento com os alunos, o professor Ronald, que era um tipo de

²⁴⁹ SCHMELING, Kurt. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 21 de jun. de 2006.

²⁵⁰ O nome atual desse órgão é CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e sua área de responsabilidade alcança 22 municípios, sendo a maior parte deles do Vale do Rio dos Sinos e alguns do Vale do Rio Caí.

especialista e era entendido em muita coisa da agricultura; ele fez o projeto e nós mandamos para a SEC que aprovou o projeto. A idéia dele era que, nos trabalhos aos sábados, houvesse a participação dos pais, houvesse chimarrão com pipoca, bolinhos, coisas assim para que fosse uma espécie de lazer também, mas não houve a participação dos pais, os pais trabalham a semana toda e é difícil para eles se deslocarem. E eu acho que muito também é falta da cultura, da importância da agricultura, do trabalho de horta, do manuseio com a terra (porque aquilo é um lazer também).²⁵¹

Avaliar o resultado das hortas escolares apenas pela fraca participação dos pais pode nos dar uma noção errada da importância desse projeto. Nós podemos acrescentar outros fatores na leitura desses resultados sem necessariamente ignorar a avaliação feita por Daudt. Devemos considerar não só a iniciativa do governo estadual em oferecer condições materiais para o projeto como algo positivo²⁵² mas também as oportunidades de aprendizado geradas no contato entre os alunos da Escola Técnica Agrícola (muitos vindos de áreas rurais) e as comunidades escolares que eles visitavam, e, o mais importante, devemos ser humildes para reconhecermos que sabemos pouco sobre a importância das hortas escolares para alunos que muitas vezes nunca participaram de uma experiência desse tipo fora do espaço escolar. É nessa direção que aponta a avaliação de Atos Bemvenuti.

Toda e qualquer atividade educativa é sempre importante, é sempre uma semente que está sendo lançada; mesmo que o resultado aparentemente seja pequeno, (...), no transcorrer dos tempos ele vai produzir frutos de alguma maneira. Então todo esse trabalho é importante. Às vezes, o movimento tem mais um caráter político-educativo do que algo mais produtivo, hortas caseiras, por exemplo, hoje ainda são feitas hortas nas escolas, isso é extremamente educativo: mesmo que as pessoas não vão adotar isso na sua casa, a semente fica lançada, alguém vai fazer. Com o

²⁵¹ DAUDT, João Ignácio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 08 de jun. de 2006.

²⁵² Daudt fez uma referência às boas condições materiais de trabalho que eram oferecidas pelo governo estadual no projeto das hortas escolares: “Naquela época, os resultados eram maiores do que hoje na parte da produção porque eles tinham o adubo, tinham o esterco, tinham o aluno da Escola Agrícola que se dedicava e visitava a escola uma ou duas vezes por semana, ou de 14 em 14 dias ele ia visitar a escola e trabalhava na horta. Hoje a gente vai uma vez depois deixa a cargo da escola, não há um acompanhamento tão grande quanto o daquela época. Para esse projeto, havia uma remuneração dos alunos e do professor que trabalhava, do combustível para deslocamento, havia então um incentivo monetário para ajudar no trabalho, por exemplo, o esterco, a semente, o adubo, enfim, tudo que era preciso tinha verba, era só prestar contas e, naquela época, havia verba para se trabalhar mais intensamente”.

tempo, isso vai tendo um efeito. O trabalho educativo ele é lento para ser incorporado na sociedade.²⁵³

Um outro tipo de prática educacional registrada no decorrer da pesquisa nos leva ao encontro do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul e das recordações de Renato Petry Leal, das quais destacamos a parte citada abaixo:

(...) vamos aproveitar para colocar as coisas mais ou menos no lugar e citar uma pessoa importante nesse contexto. O Parque começou a parte de Educação Ambiental no início dos anos 70 com o auxílio e uma proposta de uma professora de São Leopoldo, que era a professora Dorinha Baccim. Ela veio no Parque e fez uma proposta de fazer atividades educativas aqui no Parque com alunos da região. Então isso se expressou durante vários anos através do que a gente chamava "zooarte". Os alunos vinham ao Zoológico, expressavam o que eles sentiam através de pinturas, desenhos, esculturas, e também através de teatro, de música, retratando aquilo que eles viam nos animais, aquilo que eles sentiam nos animais, a preocupação conservacionista, tudo isso.²⁵⁴ Então, nessa época (...) começou realmente a preocupação com a Educação Ambiental, bem antes da maioria dos Zoológicos do Brasil. Antigamente também a Educação Ambiental não era tida como uma atribuição importante nos zoológicos em geral - isso no mundo inteiro -, mas, hoje, é fundamental (...), em qualquer zoológico, a conscientização das pessoas em favor natureza, das plantas, dos animais, do meio ambiente em geral; é uma das finalidades primordiais do zoológico. Hoje se fazem diversas atividades de Educação Ambiental, principalmente com crianças, ou então com treinamento de professores, porque às vezes não tem pessoal suficiente para estar recebendo todo o público, mas isso está em vias de melhorar. Talvez a gente consiga ampliar um pouco mais essas atividades.²⁵⁵

A existência do Parque Zoológico em Sapucaia do Sul e suas características contribuíram (e ainda contribuem) para diminuir o afastamento do verde e dos animais do convívio humano em uma região densamente urbanizada como é a parte mais baixa do Vale dos Sinos. Falar no Parque Zoológico é falar em um espaço que nos conta uma parte

²⁵³ BEMVENUTI, Atos Raimundo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

²⁵⁴ Dorinha Baccim morreu no transcurso do ano de 2006 e não foi possível incluir as suas recordações na pesquisa. Fica, então, a merecida referência ao seu nome e o reconhecimento de um importante trabalho educativo comprometido com a interação entre o homem e as outras espécies da natureza.

²⁵⁵ LEAL, Renato Petry. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Sapucaia do Sul, 21 de set. de 2006.

interessante da história das relações homem/natureza no Vale. Os antecedentes históricos do Parque são conhecidos de muitas pessoas da região e contá-los não seria uma novidade, mas, como a novidade não é o que importa aqui, deixemos a memória de Atos Raimundo Bemvenuti narrar o passado do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul.

Em primeiro lugar, o termo Parque Zoológico ele é bastante adequado. Geralmente o pessoal chama Jardim Zoológico. Jardim Zoológico é uma área onde estão confinadas várias espécies de animais como amostra para ser visitada, mais visando o aprendizado e o conhecimento das espécies. O Parque Zoológico já é uma área mais ampla, área preservada e arborizada e, dentro dessa reserva, ali dentro, está instalado o Zoológico com essa coleção de animais. É um dos raros Zoológicos do mundo que tem área ampla. Há uma área verde importante. É uma reserva florestal importante e ali dentro estão esses animais. Normalmente, o pessoal ressalta a importância do lazer dentro de uma área dessas, o que para mim tem um valor secundário, o importante é a possibilidade educativa que tem aquele local porque ali comparecem (felizmente isso está sendo trabalhado) escolares que visitam periodicamente e além de conhecerem as espécies de animais, eles podem observar vários aspectos da natureza. Se a gente retorna historicamente, aquela área ali era um terreno amplo que foi reservado quando construíram, quando instalaram a via-férrea no Rio Grande do Sul. Lá por volta de 1860 ou um pouco antes, não recordo exatamente a data, foi instalada a via - férrea por aqui, foram os ingleses que fizeram isso, (...). E os ingleses, previdentes, na época trouxeram o eucalipto porque naquele tempo as locomotivas usavam lenha como combustível, precisava consumir lenha (só depois é que entrou o carvão de pedra), (...). Trouxeram o eucalipto porque era uma espécie que produzia lenha com mais rapidez e começaram a plantar esse eucalipto formando o que mais tarde passou a ter o nome de Horto da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (ficou esse título); então ali, por volta de 1880 e alguma coisa, começaram a se plantar as primeiras plantações importantes de eucaliptos do nosso Estado. Naquela área existem árvores ainda daquele tempo, portanto, plantas com 130/140 anos ainda existem por lá, eucaliptos dos mais antigos que temos por aqui. O Zoológico é uma área muito importante que deve ser preservada, deve ser usada para fins educativos, (...).²⁵⁶

²⁵⁶ BEMVENUTI, Atos Raimundo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

A história da ação humana na área que originou o Parque Zoológico e as considerações sobre a sua função educativa ressaltam a importância do contato com natureza para a Educação Ambiental, mas não devemos perder de vista que há outras formas de contato, e a leitura, certamente é uma das mais importantes. Feita essa observação podemos tratar das recordações de Arno Kayser a respeito da produção de livros educativos direcionados para a Educação Ambiental. A experiência de escrever para ensinar sobre o meio ambiente foi narrada por Kayser numa narrativa rica em detalhes onde ele fala dos livros *Árvores de Novo Hamburgo*, *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*, *Verde no Cinza*, *Signos da Renovação* e do texto teatral *A borboleta que queria morrer*.

O conteúdo do livro *Árvores de Novo Hamburgo* surgiu a partir do agrupamento e reformulação de textos que Kayser escreveu para a Coluna Ecologia do Jornal NH. A principal experiência educativa que acompanhou esse livro foi uma campanha de reciclagem que envolveu alunos da rede municipal e contou com o apoio do empresário Miguel Mossmann. As palavras de Kayser nos contam um pouco mais da combinação de esforços que possibilitou a produção desse livro e ainda gerou um excedente, que foi usado na publicação de um outro livro intitulado *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*.

(...) a gente começou a mobilizar as escolas para recolher papel e fazer uma grande campanha, e daí, então, cada dia esse caminhãozinho passava na escola, juntava o papel, levava para uma empresa que comprava o papel, e fomos juntando dinheiro, juntando, juntando, juntando; e, com esse dinheiro, a gente editou esse livro. Quem comprou esse livro foram as crianças, através da mobilização delas; elas tiveram essa vivência de trabalhar a questão da reciclagem; e daí eu, a Cecília, mais o Walter, que era o técnico agrícola, e mais algumas pessoas, montamos o material; a gente revisou aqueles textos que eu tinha escrito antes e produzimos esse primeiro livro; só que a gente conseguiu tanta grana na época que deu para pagar um segundo livro. E teve também a participação da Editora OTOMIT que não cobrou a parte do lucro, cobrou só o custo. A gente fez em papel ecograf que na época era uma novidade (...). E aí esse livro foi distribuído em coleções para todas as bibliotecas municipais para servir bem como isso, um manual de identificação de árvores. A parte da introdução contém os preceitos antigos de como é que se planta uma árvore, um pouquinho sobre botânica, (...), como forma de aprender a reconhecer o nome científico, o nome popular, algumas características das árvores, como plantar e quando.

E, no embalo, a gente fez um sobre as aves, aí foi o Luciano (que é um biólogo lá de Novo Hamburgo). Hoje ele é professor municipal, não me lembro agora se na época ele era ou não, ele fez a parte técnica, fez o desenho dos pássaros, e foi o segundo documento que foi publicado dentro do mesmo mote.²⁵⁷

Na narrativa formulada durante as recordações de Kayser, encontramos, junto com um conjunto de informações sobre a produção de livros de Educação Ambiental, uma significação da própria experiência de escrever sobre o ambientalismo e podemos conhecer um pouco das motivações que levaram o entrevistado a produzir os livros.

(...) eu sempre trabalhei muito essa questão de escrever, (...). Essas coisas assim de escrever artigos sobre o meio ambiente e produzir material sobre o meio ambiente eu acho uma coisa bastante importante porque a gente carece (...), a gente tem muito livro técnico sobre botânica, fauna, flora e coisa e tal, mas não é voltado para a perspectiva local e numa linguagem adaptada para as pessoas que têm pouco conhecimento botânico ou pouco conhecimento científico, é esse o objetivo, e eu acho uma coisa bastante importante. As pessoas que têm formação científica não se dão conta de que não tem mais gente do lado delas porque elas não conseguem se comunicar com um monte de gente que gosta das mesmas coisas que eles, que gosta de bichos, que gosta de plantas, que gosta de morros e de mato, porque elas criaram uma linguagem muito sofisticada, e, pior, a linguagem científica, além de ser sofisticada é em latim, um resquício da cultura greco - romana, e ainda de 5 em 5 anos muda tudo (...). Qual é o nome dessa árvore? Como se planta? Quando? Quando ela floresce? São perguntas que muitas pessoas fazem e elas não têm, ou não sabem achar num livro produzido para nível nacional ou internacional; a espécie que é ali da esquina, que está plantada na esquina. E, às vezes, a gente tem na arborização urbana muitas espécies exóticas para as pessoas saberem de que país que ela é, de que região que ela é, de que clima que ela é. E isso inclusive ajuda as pessoas a entender (às vezes) porque ela está bem, se está bem plantada ou mal plantada, se está doente ou não está doente, todas essas coisas. Então é esse o objetivo e com essa mobilização se criou toda uma expectativa nas crianças de receber um prêmio por aquele trabalho que foi realizado (...).

258

²⁵⁷ KAYSER, Arno. Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre, 06 de ago. de 2006.

²⁵⁸ Ibid.

Lendo as memórias de Kayser, fico contente em ter escrito sobre a economia escriturística do ambientalismo no Vale antes de entrevistá-lo porque pude entender melhor a sua motivação de escrever sobre a natureza e a preservação ambiental numa linguagem simples e capaz de diminuir o afastamento entre a ciência e o cotidiano das pessoas. O aspecto da mobilização social potencializada pela escrita de Kayser também merece nossa atenção. Ele aparece na recordação de duas situações sociais que estimularam a sua produção textual:

(...) uma colega me procurou porque ela queria fazer um teatro de marionetes sobre a questão do meio ambiente e ela tinha criado já alguns personagens. Ela queria que tivesse uma borboleta na história e me desafiou a produzir um texto e eu produzi a peça "A borboleta que queria morrer", que era a história de um garoto, filho de uma família rica que tem grana, o pai e a mãe não dão muita atenção para ele, estão mais preocupados com a indústria e futilidades de consumo deles. E ele foge de casa, e sai, sai no mundo e fica com sede, vai até a beira do rio e encontra uma árvore morrendo e uma borboleta chorando. A borboleta acha que é ela que está matando a árvore porque ela comeu as folhas da árvore. Daí o guri descobre depois que o problema é a poluição do rio e que não tem nada a ver a história da borboleta; ele faz uma mobilização e acaba descobrindo que o poluidor maior era o próprio pai dele, que era o dono da fábrica. E isso foi tudo em marionete e ficou muito legal com as figuras e rodou todas as escolas. E também nessa época, como a gente estava tendo apoio da Igreja Católica, a Igreja Luterana nos procurou. Então o pastor Weber, que era um grande apoiador da UPAN, reuniu lá um monte de pastores do Sínodo, os líderes da Igreja Luterana, e eles nos pediram o que poderiam fazer pela questão do meio ambiente. E aí uma das coisas que a gente pediu para eles foi que abrissem as editoras para publicar esse material porque a gente praticamente não tinha livros sobre a questão do meio ambiente e, particularmente, a questão do Vale dos Sinos. E eles acharam a idéia muito legal, chamaram lá a direção da Editora que era deles e determinaram: - vamos abrir as portas para os textos do pessoal do Movimento Ecológico. E saiu um livro do Carlos Aveline, e eu juntei as minhas colunas de Ecologia, fiz uma seleção e apresentei para eles. A gente escolheu um grupo delas, o Lutzenberger fez uma apresentação e saiu esse livro [Signos da Renovação]. Ele foi lançado em 91 na Feira do Livro aqui em Porto Alegre, foi editado pela Sinodal e OTOMIT e registra, de certo modo, várias coisas que

aconteceram nesses anos 80, (...), coisas mais permanentes das questões que se debatiam na época.²⁵⁹

Como é possível perceber nas recordações de Kayser citadas acima, a intencionalidade de inserção do texto na realidade social estimulou a prática da escrita e contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos de Educação Ambiental. Feita essa observação, proponho passarmos para a próxima seção do capítulo onde pretendo direcionar o estudo da memória do ambientalismo para a parte política do ativismo ambientalista no Vale dos Sinos.

3.4 O movimento ambientalista e a política/partidária: exemplos de divergências

O processo de politização do ambientalismo não implica necessariamente o envolvimento do movimento ambientalista com disputas políticas partidárias. Ele pode correr justamente no sentido contrário, com o movimento buscando manter um distanciamento em relação às questões eleitorais. Nas recordações dos ambientalistas Julião Aibar Tesch e Atos Raimundo Bemvenuti, a diferença entre esses dois caminhos aparece com maior clareza.

No decorrer de suas atividades como ambientalista, Tesch presidiu a AGAPAN - NL e foi duas vezes eleito como suplente para a Câmara de Vereadores de São Leopoldo. As suas recordações destacam um empenho para usar o espaço político do Legislativo Municipal em benefício do ambientalismo. Ele ingressou na entidade simpatizando com a luta pela conservação da área chamada na época de “Matinho do Padre Reus” e, posteriormente, elegeu-se vereador suplente defendendo a criação de uma reserva ecológica para protegê-la. Na Câmara de Vereadores, Tesch fez da preservação do “Matinho” a sua prioridade e entrou em confronto com o grupo de leopoldenses que estava empenhado na construção de um prédio para o Museu Histórico Municipal na mesma área defendida pela AGAPAN - NL. Desse confronto, Tesch recorda o seguinte:

O pessoal da AGAPAN se mobilizou e fez um trabalho (...), foram cartas, entrevistas, passeatas e nada de o museu ceder. Daí eu ingressei na política, fui candidato a vereador com um objetivo único: derrubar a lei que doava o Matinho do Padre Reus para o Museu. Eu não me elegei vereador (eu fiquei suplente, acho que em décimo na suplência, bem longe assim da titularidade), mas o partido fez lá um esquema de rotatividade para dar oportunidade aos suplentes para chegar até na minha

²⁵⁹ Ibid.

oportunidade; aí o partido foi bastante compreensível para que eu pudesse mexer com isso e eu assumi com um projeto "revoga-se a lei nº tal". (...). Aí o Olímpio [prefeito] vetou a lei, ele vetou e aí nós precisávamos, no veto, ter metade mais um (...); não conseguimos a metade mais um: tivemos votação boa para derrubar o veto mais não vencemos (...). Aí nós partimos para uma outra iniciativa, já que lá pela Câmara não deu. Com uma orientação da OAB, em São Leopoldo, a OAB me orientou, nós abrimos um listão, um abaixo-assinado. A OAB fez todo o encabeçamento para ter valor legal depois, e aí a gente abriu o abaixo-assinado, coloquei uma mesinha com uma cadeirinha; sentava lá, e o pessoal que passava assinava. Nós colhemos quase duas mil assinaturas ou mais de duas mil assinaturas para derrubar a lei. O Olímpio não teve outra alternativa a não ser ele mesmo tomar a iniciativa e revogar a lei; aí ele fez uma lei que se chamou projeto troca/troca: ele doou uma área para o museu onde o museu está, ele doou uma área para a casa do estudante aqui na avenida, doou uma outra área para uma outra instituição que eu não me lembro qual é mais, ele fez um projeto bem envolvente e doou o Matinho do Padre Reus para a AGAPAN. (...). Como vereador, entrei com o projeto denominando aquilo lá de Parque Municipal Henrique Luiz Roessler, e aprovamos o projeto; então aquilo lá se chama Parque Municipal Henrique Luiz Roessler (...).²⁶⁰

No decorrer da sua recordação, Julião Aibar Tesch mencionou vários tipos de ação política em favor da preservação do “Matinho do Padre Reus”, como a exposição pública da demanda mediante cartas, imprensa e passeatas, o uso do Legislativo Municipal, a busca de uma orientação jurídica na OAB e a realização de um abaixo assinado para revogar uma decisão do Executivo. A lembrança da luta pelo “Matinho” também ressalta o confronto entre a associação em prol do Museu (que desejava a área e já havia feito até um projeto de construção da sua sede) e a AGAPAN - NL, que insistia na necessidade de preservação da vegetação existente no local. Convicto de que a ação política contribuía para a vitória da demanda comunitária apresentada pela AGAPAN - NL, Tesch fez duas considerações sobre esse tipo de ação.

(...), nós conseguimos que o poder público percebesse, senão a importância de atuar ecologicamente, pelo menos na sensibilização que nós causamos na população, eles se viram na obrigação de atentar para isso para não se colocarem mal diante da população; (...).

²⁶⁰ TESCH, Julião Aibar. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 04 de out. de 2006.

(...) então a minha participação na política foi também tentando mostrar - não interessava quem estava lá, se era do meu partido ou do outro partido - mostrar o caminho correto da visão ecológica.²⁶¹

Acreditando na necessidade de o ambientalismo fazer parte da política governamental, Tesch exerceu simultaneamente a função de ambientalista e de político, mas a sua opinião sobre a necessidade de conciliar as duas funções não era compartilhada por todos os entrevistados. Na fala de Atos Raimundo Bemvenuti sobre a mudança de nome de AGAPAN - NL para UPAN, percebe-se uma outra posição a respeito do envolvimento do movimento ambientalista com a política.

(...) eu fui convidado por um amigo para auxiliá-lo numa campanha política (ele era candidato a deputado e fui então auxiliá-lo a pedido dele); como eu era presidente da AGAPAN naquele tempo, eu me licenciei da presidência para que não houvesse, de maneira nenhuma, qualquer confusão de interesse político/partidário com um movimento que não pode ser político/partidário; me licenciei e alguns outros assumiram na época o meu lugar. E aproveitando aquilo, aquele grupo que assumiu o poder sugeriu a mudança de nome e então fez acordos com outros órgãos internacionais para receber uma ajuda financeira e para ser remunerado, inclusive em atividades dentro do organismo, e posteriormente, ligado a isso daí, dentro da UPAN começou a haver já um interesse político/partidário de seus participantes. Então eu não mais participei do movimento porque havia essa ligação que não interessa para quem quer cuidar do meio ambiente.²⁶²

Uma outra experiência narrada pelos entrevistados é sobre a luta da AGAPAN - NL contra a fixação de convites funerários e placas comerciais nas árvores do centro de São Leopoldo. Relembrando essa luta, Tesch ressaltou a Lei Municipal que ele ajudou a criar proibindo essa prática quando atuou no Legislativo, enquanto Bemvenuti ressaltou o sentido educativo da mobilização feita pela AGAPAN - NL em favor das árvores. Vejamos as lembranças de cada um deles a respeito dessa atividade:

(...) a gente fez um trabalho de conscientização: nós, os membros da AGAPAN, passamos um sábado inteiro lá tirando taxinhas (...). E a gente dizia que as árvores eram seres vivos e quando elas eram espetadas, doía também nelas, (...). Então a gente fez toda uma conscientização (...). E aí eu digo que tem que ser político também.

²⁶¹ Ibid.

²⁶² BEMVENUTI, Atos Raimundo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

Eu entrei na Câmara com um projeto proibindo de pregar convite nas árvores da Rua Grande e em toda a cidade.²⁶³

(...) num sábado, toda a equipe da AGAPAN da época foi bem na área central de São Leopoldo munidos de alicate e se arrancou todos os preguinhos das árvores em dois quarteirões e se colocou aquilo numa sacola (deu vários quilos, não me lembro na época quantos quilos). Foram para a Câmara de Vereadores, enfim, deram discursos e, então, resolveram fazer uma lei proibindo botar aquilo nas árvores e hoje ninguém usa mais aquilo ali. Claro que, para a árvore, o prejuízo é muito pequeno de botar um preguinho, um grampinho, a planta tem como reagir contra isso, mas o desrespeito que se tem fazendo isso é completamente deseducativo; então, isso passou a ser um movimento educativo, apesar de ser um movimento que, para preservação do meio ambiente, não tem significado nenhum, (...), não resolveu em nada para a natureza, mas a população passou a ver a árvore de uma outra maneira, não é uma coisa que pode enfiar um prego, são detalhes que a gente vai vendo no futuro.²⁶⁴

É importante destacar que os dois entrevistados não responderam a uma pergunta específica sobre a luta da AGAPAN - NL em favor das árvores do centro de São Leopoldo, e o aparecimento espontâneo do assunto no decorrer das narrativas é por si só um indicativo do valor dessa experiência na memória de ambos, mas, em contrapartida, o significado, aparentemente, não foi o mesmo. Para Tesch, prevaleceu o uso da lei como forma de impor a mudança desejada, e, para Bemvenuti, prevaleceu o sentido educativo e a valorização das árvores diante da comunidade local.

Confrontando as posições dos entrevistados, percebe-se claramente a existência de dois tipos de divergências, uma referente ao envolvimento do movimento ambientalista com a política/partidária e a outra, referente ao significado da mobilização em favor das árvores do centro de São Leopoldo. Essas divergências, apesar de importantes, não nos impedem de continuarmos refletindo sobre a dimensão política do ambientalismo expressada nas recordações dos entrevistados.

²⁶³ TESCH, Julião Aibar. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 04 de out. de 2006.

²⁶⁴ BEMVENUTI, Atos Raimundo. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 14 de set. de 2006.

3.5 Ambientalistas e Poder Público: experiências de interação

O ponto de partida dessa parte do texto é a existência de um amplo conjunto de recordações que abordam interações do movimento ambientalista do Vale dos Sinos com o poder público. Essas recordações aparecem com frequência nas narrativas dos entrevistados e, por meio delas, é possível recompor um quadro de experiências de cooperação ou de oposição entre demandas ambientalistas e práticas do governo. Igualmente importante é a possibilidade de interpretarmos o processo de institucionalização dos assuntos ambientais na região, mediante a criação de órgãos governamentais e mudanças nos serviços públicos referentes ao meio ambiente. Em São Leopoldo, a institucionalização dos assuntos ambientais começou a ser contemplada pelo Município com a criação da SEMAE - Secretaria Municipal de Água e Esgoto, em 31 de dezembro de 1971 e, posteriormente, foi reforçada com a criação do CONDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, em 20 de julho de 1979.²⁶⁵ O Conselho surgiu como parte de um esforço no sentido de implantar uma política ambiental mais eficiente e mais democrática para o município, uma vez que ele assegurava um espaço alternativo para a participação do movimento ambientalista local na administração municipal. No final dos anos 80, na mesma época em que a mobilização da UPAN estava crescendo em ritmo acelerado, houve uma reformulação e uma ampliação da atuação do município na área ambiental com a criação da atual SEMAM - Secretaria do Meio Ambiente.²⁶⁶ Parte dessa reformulação está presente nas recordações de Luís Marcelo Tisian, que associa as mudanças institucionais na política ambiental com o contexto de democratização que marcou o país no final dos anos 80 e com o trabalho desenvolvido pela UPAN.

(...) muito do que tu estás vendo hoje de criações de secretarias (até essa nossa SEMAM), veio em função da nossa pressão na época. Vale lembrar que naquela época aconteceu a ECO – 92, a Constituição Federal, depois a Constituição Estadual, as próprias leis orgânicas municipais. Então, nós também ajudamos a pressionar os administradores nesse sentido de criar leis mais protetivas. E eu me sinto muito responsável pela criação de várias secretarias (pela pressão que a gente colocou na época em cima dos administradores). Toda essa questão dos lixões que, na época, eram nas

²⁶⁵ A implantação do CONDEMA foi organizada pelo General Mário Fonseca, um líder ambientalista de São Leopoldo, que, na ocasião da pesquisa já havia falecido e que foi lembrado por vários dos entrevistados como uma figura importante na luta pela proteção da natureza.

²⁶⁶ A Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo foi criada em 27 de julho de 1989 e foi a primeira desse tipo no interior do Rio Grande do Sul. Antes da sua existência, alguns serviços públicos ligados ao meio ambiente (coleta de lixo, arborização pública, limpeza de ruas, etc.) eram realizados pelo Departamento de Meio Ambiente, subordinado à Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

margens do rio dos Sinos (o de Novo Hamburgo, o aqui de São Leopoldo, o de Portão, o de Taquara, eram literalmente na beira do rio, o rio passando e o lixo do lado). Isso hoje mudou bastante, a maioria dos lixões não foram recuperados, mas foram ao menos saneados e abandonados, e foram criadas novas áreas longe da água (alguns têm aterro sanitário, outros, não). Isso foi uma vitória interessante e toda a discussão que vem em cima disso, a questão da reciclagem, hoje tem muitas empresas (muito mais do que na época) que trabalham com a questão da reciclagem, a questão da separação do lixo que as próprias prefeituras estão incentivando, a coleta seletiva que praticamente tem em todos os municípios. Então eu me sinto responsável por isso, porque na época, não tinha nada; nós éramos vistos como malucos, baderneiros, agitadores que recebiam dinheiro de fora para acabar com a economia daqui. E a gente viu que aquela maluquice da época (claro que não só exclusivamente pela nossa pressão, mas junto com ela) criou uma nova mentalidade, se criaram secretarias municipais. Eu me sinto bem responsável por isso, uma pequena parcela de responsabilidade, não eu, e sim a UPAN na época, a pessoa do Aveline, a Ângela, o Márcio, a Marlene, o João, que eram um grupo de pessoas mais envolvidas, apesar de a gente ter uma rede bem grande de colaboradores, mas eram as pessoas que seguravam as pontas e que tinham também responsabilidades judiciais em relação à entidade. Eu acho que foi um salto de qualidade daquela época para cá com certeza, e a UPAN teve uma parcela de participação considerável nessa melhora.

A "participação" na criação de órgãos públicos, assim como a "pressão" para a elaboração e execução de leis, são exemplos de recordações de ações politizadas que nos ensinam como os ambientalistas do Vale expressaram na prática o ideal de preservação da natureza. Nesse sentido, o conjunto de entrevistas da pesquisa contém uma série de recordações semelhantes em que o ambientalismo passou a interferir em práticas de órgãos públicos ou em situações que já faziam parte do cotidiano da população. Podemos observar esse aspecto na narrativa de Tibúrcio Marques a respeito da colaboração da Terraguar para a qualificação dos serviços públicos ambientais no município de Novo Hamburgo.

(...) naquela época, não tinha a Secretaria de Meio Ambiente, não tinha uma diretoria e nem uma pessoa responsável pelo meio ambiente quando a Terraguar começou. E aí a gente começou a pressionar e a gente usava muito o Ministério Público para dizer "eles estão fora da lei, a lei a diz isso e isso e eles tem que cumprir". (...) nós ajudamos a formar o Conselho Municipal do Meio Ambiente, a fazer uma lei que cria o Conselho e que

cria uma conta chamada FUNDEMA, que é o Fundo Municipal do Meio Ambiente, e conseguimos fazer uma parceria com o governo estadual que antes fiscalizava as grandes indústrias, mas, em contrapartida, as taxas, as multas e os alvarás, tudo era feito em Porto Alegre e o dinheiro ia para Porto Alegre; hoje o dinheiro fica aqui. Nós conseguimos fazer com que a Prefeitura criasse a Secretaria de Meio Ambiente, que não tinha, e criasse uma estrutura mínima para desenvolver esse papel de fiscalização. Então, hoje, ela fiscaliza; hoje são mais de 2.400 empresas dentro do município que ela fiscaliza, e, em contrapartida, todas as multas, os alvarás, as taxas ficam para o município numa conta administrada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, que hoje passa de um milhão de reais.²⁶⁷

A satisfação pela colaboração na criação e qualificação de estruturas municipais mais capacitadas para o atendimento de demandas ambientais é um componente importante na memória de alguns ambientalistas entrevistados. E, junto com esse componente, várias narrativas apresentam um trabalho de inserção das lutas ambientalistas locais em cenários mais amplos, como o Estado ou mesmo o País. O exemplo mais significativo procede das recordações de Arno Kayser a respeito do processo de produção de leis de proteção ao meio ambiente dentro e fora do município de Novo Hamburgo.

(...) nos anos de 87/88 o Brasil estava vivendo um processo de redemocratização cuja culminância institucional foi a Assembléia Nacional Constituinte com o Ulysses Guimarães, o que resultou na atual Constituição Brasileira. No período anterior, entre a eleição do Parlamento que foi em 86 (se eu não me engano) e a publicação da Constituição que foi em 88, houve um grande processo de mobilização da sociedade brasileira no sentido de criar um capítulo do meio ambiente. A gente tinha o Deputado Fábio Feldmam de São Paulo como uma espécie de referência; ele foi eleito com essa bandeira de criar um capítulo do meio ambiente na Constituição Brasileira, e ele conseguiu articular movimentos sociais e entidades ambientais em um grande fórum que atua até hoje, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Ambientais (eu não me recordo agora a sigla dele), que depois começou a trabalhar a organização da ECO – 92 no Brasil, mas, anteriormente, esse pessoal se reuniu no sentido de formatar um capítulo sobre meio ambiente, que é o documento que está lá consagrado pela Constituição e que foi fruto de movimentos ecológicos de mais de mil entidades de todo

²⁶⁷ NETO, Tibúrcio Marques. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 06 de set. de 2006.

o país que atuaram até chegar àquele texto que reflete bem o ambiente da época (a questão das bombas atômicas). E, como consequência disso, vieram as Constituições Estaduais, o movimento ecológico gaúcho também participou dentro desse mesmo esforço, e, depois as Leis Orgânicas Municipais; então, nós também aproveitamos toda essa experiência que o Movimento Roessler participou (...), e a gente propôs um capítulo do meio ambiente que é o que está praticamente vigorando até hoje. A gente juntou todas as pessoas que estavam mobilizadas em torno do movimento e, com toda essa efervescência, eram mais de 50 pessoas, e tinha profissionais de várias áreas, e fomos apontando quais seriam os temas que eram importantes. A gente propôs a criação das áreas de preservação permanente (dos morros, do Morro da Fundação, dos banhados, propôs manter Lomba Grande como uma área rural para a produção de alimentos e preservação ambiental, a proibição de construção em torno de morros, e que a Lei Orgânica do Município determinasse investimentos em saneamento básico). Então, são assim vários artigos, não me lembro exatamente quantos. E um dos agentes políticos que nos auxiliou muito foi o Karl Spindler, que era vereador, e também a primeira bancada do PT, principalmente o Milton Fagundes e o outro, que era o Alécio Bloss, mais o Milton e o Karl fizeram com que esse documento entrasse (...); eles então levaram essa proposta que a gente foi sistematizando, e ela foi aprovada. O pessoal da Terraguar, que foi fundada em 88/89, participou desse processo; a gente fez algumas reuniões com algumas entidades, aproveitando toda essa experiência. A gente já tinha, de certo modo, o material produzido para nível nacional e a gente só foi adaptando ele para a realidade local.²⁶⁸

Kayser e Tisian não foram os únicos entrevistados que relacionaram a atuação política do movimento ambientalista local com o processo de redemocratização do país vivido nos anos 80. Tibúrcio Marques Neto mencionou a existência de um idealismo inicial de poder mudar o mundo a partir do envolvimento da sociedade com a Ecologia, enquanto Márcio Linck referiu-se ao clima de otimismo gerado pela reabertura democrática e a seu efeito estimulante para o crescimento do movimento ambientalista na região. Hoje, quando o descrédito com a lei e as instituições públicas parece ser um caminho irreversível para o país, acredito que a valorização do "idealismo" e do

²⁶⁸ KAYSER, Arno. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Porto Alegre, 09 de ago. de 2006.

"otimismo" que existiu no Brasil dos anos 80 possa contribuir para a reversão desse quadro e servir como estímulo para um novo modelo de redemocratização.

3. 6 Lembrando a construção do movimento ambientalista: uma significação do passado

Um dos aspectos interessantes no trabalho com História Oral é a possibilidade de observar o processo de significação de um determinado fato histórico que, ao ser narrado, é submetido à apreciação crítica do seu próprio narrador. A significação acompanha a própria disposição de um sujeito em conceder uma entrevista para relembrar o passado, e, nesse sentido, ela também recebe interferência do pesquisador, mas a sua intensidade não é regular e, em alguns momentos, ele parece ganhar mais importância do que as próprias recordações. Na narrativa dos entrevistados referentes à criação e ao funcionamento das entidades ambientalistas, é possível perceber um esforço maior da memória para conciliar as informações usadas na recordação com a significação do ativismo ambientalista vivenciado pelos entrevistados. Esse esforço da memória e busca da significação do passado aparece com maior clareza na narrativa de Renato Petry Leal sobre o desenvolvimento do movimento ambientalista no Vale dos Sinos:

(...) eu até já estava trabalhando aqui no Zoológico como biólogo, quando o Diretor do Zoológico, que era um agrônomo, o Gilberto Marques, vendo uma fotografia no jornal Correio do Povo de uma caçada de perdigões (que já naquela época era considerada uma ave ameaçada que não deveria ser caçada), fez uma nota no jornal contestando aquilo. E, através dessa nota do Gilberto, algum tempo depois, ele recebeu um telefonema de uma pessoa em Porto Alegre que se mostrou muito interessada em formar uma associação no estado do Rio Grande do Sul para juntar forças para combater esses atos de depredação da natureza e marcou um encontro aqui no Zoológico. Então o Gilberto me chamou e, naquela época, nos reunimos aqui na sala da direção do Zoológico: o Gilberto (que era o Diretor), eu, e, de Porto Alegre, um funcionário do INPS (ou do INSS, ou do Ministério do Trabalho eu não me lembro bem), era o Augusto Cunha Carneiro, (...). Então nós debatemos as necessidades daquela época de a gente iniciar e fazer alguma coisa em prol do ambiente no Rio Grande do Sul. Nós ficamos de fazer um movimento mais aqui na nossa região em São Leopoldo, procurando pessoas para compor essa associação, gente

interessada, e eles procurariam gente lá em Porto Alegre. Depois nos reunimos mais algumas vezes para ver os resultados; então, basicamente eu fiz os contatos aqui, eu tinha vários contatos na universidade e alguns fora da universidade, de pessoas que teriam interesse de fundar uma associação no Rio Grande do Sul para defender o meio ambiente, e fomos conseguindo bastante gente, e São Leopoldo teve uma participação muito importante. (...). E aí começou a se estruturar mais o movimento e nasceu a AGAPAN em Porto Alegre. Então, de início, nós íamos; às vezes uns iam e outros não iam às reuniões em Porto Alegre. Depois, aquilo começou a ficar cansativo e, naquelas reuniões da AGAPAN em Porto Alegre, a gente viu que ela tinha que estender um pouco mais os braços, ir para o interior, ou como AGAPAN ou como outra instituição com outro nome, mas precisava mais força, não só uma coisa centrada num lugar. (...) resolvemos fazer talvez um núcleo da AGAPAN em São Leopoldo. Eu me dispus e disse: - vamos ver o que a gente consegue fazer. Mas a primeira coisa, quando se pensou nisso, foi ver primeiro se a gente conseguia reativar a União Protetora da Natureza - UPN -, que era a associação que o Roessler fundou em São Leopoldo. Fomos atrás da família do Roessler, do filho do Roessler; ele concedeu o livro de atas, tinha uma ata só, só a ata de abertura e havia a possibilidade de reativar essa união, mas, para isso, a gente precisava da maioria dos conselheiros que, pelo menos, assinassem alguma ata, alguma coisa, elegendo um novo presidente (...). Não se conseguiu reativar a União Protetora da Natureza, então se fez o que tinha sido combinado em Porto Alegre, se fundou um núcleo da AGAPAN em São Leopoldo, então, ficou Núcleo Leopoldense da AGAPAN. Nós fundamos e eu fui o primeiro presidente durante alguns anos do Núcleo Leopoldense da AGAPAN e a gente começou a trabalhar. Tinha atas, secretarias, tudo direitinho; aí, depois de um tempo, eu tive que me afastar, eu fui cedido para trabalhar no que hoje é o IBAMA lá em Brasília, me afastei da presidência do núcleo (...). E aí, mais tarde, um pessoal novo e um presidente do Núcleo Leopoldense da AGAPAN, que foi o Carlos Aveline, achou por bem mudar o nome e teve muita gente que não gostou. O Carlos me perguntou e eu disse: - Olha, Carlos, na verdade, essa era a idéia naquela época, que fosse uma outra associação, porque, na hora de reivindicar alguma coisa, não ia ser só uma associação, ia ser a AGAPAN aqui, uma outra em São Leopoldo, uma em Novo Hamburgo (como tem o Movimento Roessler), para dar mais força para as reivindicações”. E aí ele ficou satisfeito, era o que ele queria fazer, e eu

acho que foi muito acertado, apesar de outros acharem que não, tudo bem, problema deles; mais aí, então, foi modificado o nome, ele falou no nome UPN e, como já estava registrado e não podia, o nome que eles acharam na época foi UPAN, (...), e ela é uma das organizações importantes no Estado e vem atuando na conservação do meio ambiente.²⁶⁹

A citação exposta acima é uma recordação que abrange cerca de 30 anos de ambientalismo no Vale dos Sinos. Ela faz referência à entidade pioneira fundada por Henrique Luiz Roessler em 1955, passa pela motivação política e moral que incentivou a criação da AGAPAN em Porto Alegre e da AGAPAN - NL (ambas em 1971), e nos leva até o surgimento da UPAN ocorrido em 1986. Mais do que um conjunto de nomes, a recordação de Renato Petry Leal convida para uma reflexão sobre o que as pessoas esperavam alcançar quando criavam uma associação civil comprometida com a proteção do meio ambiente. As entrevistas indicam que os participantes de ONGs ambientalistas do Vale dos Sinos buscavam nas entidades uma representação política para suas demandas, mas também buscavam ampliar a rede de mobilização social para combater um modelo cultural que consideravam prejudicial à natureza oferecendo à sociedade um modelo alternativo. É esse duplo movimento de busca que a memória do Pastor Pacheco expressou quando recordou a fundação da Terraguar, mencionando a importante contribuição da UPAN para o começo de uma nova entidade ambientalista em Novo Hamburgo.

A gente tinha um grupo de estudos bíblicos e a gente decidiu colocar algo em prática. A Bíblia fala não ser apenas ouvinte, mas praticante. Então, sempre tinha o desafio de que nós tínhamos que ter uma tarefa fora da comunidade, uma tarefa prática. Poderia ser trabalhar com crianças empobrecidas, poderia ser trabalhar com as mães crecheiras que cuidavam das crianças, mas, diante de uma série de atividades que a gente colocou no quadro no dia da reunião, optou-se por fazer ecologia. Como nós não sabíamos quase nada de ecologia, a gente resolveu buscar uma assessoria mais especializada. E, naquela, época o Roessler não tinha nem um trabalho com os arroios e quem tinha era a UPAN, então, conhecedores do trabalho da UPAN, no dia 13 de abril de 88 (se não me engano foi a primeira reunião), a gente convidou a UPAN; e veio a pessoa do Carlos Aveline. Foi a nossa primeira reunião, numa quarta-feira e, na quarta-feira seguinte, a gente acabou se juntando e fazendo o grupo de ecologistas. A UPAN nos acompanhou, a princípio, a gente foi uns 5 ou 6 meses um núcleo da UPAN aqui em Canudos.

²⁶⁹ LEAL, Renato Petry. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Sapucaia do Sul, 21 de set. de 2006.

E o grupo, na verdade, sentiu que deveria se desmembrar e se tornar uma pessoa jurídica própria; buscamos filantropia para ter acesso aos recursos e aceleramos. (...), a gente apenas criou uma pessoa jurídica como uma forma de dar menos trabalho para a instituição religiosa, ou seja, a comunidade daqui ou a IECLB, ou as outras instâncias.²⁷⁰

A busca pelo envolvimento com problemas sociais levou os membros da comunidade luterana dirigida pelo Pastor Pacheco a um ingresso no ambientalismo, que foi mediado pela UPAN e, posteriormente, a criação da Terraguar como entidade portadora de registro jurídico, encaminharam uma nova fase no trabalho dos ambientalistas reunidos no Bairro Canudos. Era necessário exercitar a autonomia administrativa adquirida, definir prioridades, dividir tarefas e, principalmente, interagir com a comunidade usando a cultura em favor da luta ambiental e da mobilização social.

A criação de caminhos de interação do movimento ambientalista com a comunidade já existia no trabalho de produção e distribuição do material das campanhas educativas promovidas pela UPN de Henrique Luiz Roessler; posteriormente, esse tipo de experiência cresceu com a AGAPAN - NL mantendo o uso da imprensa como parte de uma estratégia de mobilização social e proporcionando outros tipos de atividades como o plantio de árvores e distribuição de mudas, feiras de literatura ecológica, hortas comunitárias e hortas escolares, palestras, abaixo-assinados, Clubes de Ciência, acampamentos, entre outras. Mas foi nos anos 80 que a interação ganhou mais força com o surgimento de novas entidades ambientalistas, especialmente o Movimento Roessler e a Terraguar, e com a atuação de Carlos Aveline na liderança do movimento ambientalista regional.

Quem foi Carlos Cardoso Aveline? Uma parte do seu trabalho foi estudada no capítulo anterior da dissertação quando a pesquisa faz referência ao pensamento de Aveline por meio dos seus textos, e, nessa parte referente à memória, encontramos vários entrevistados mencionando o seu nome e reforçando a sua importância para o movimento ambientalista do Vale dos Sinos.²⁷¹ Luís Marcelo Tisian, que foi seu colega na UPAN no período de maior ativismo da entidade, 1986-1992, enfatizou a contribuição da formação jornalística de Aveline para tornar de domínio público informações referentes ao meio ambiente que, muitas vezes, permaneciam guardadas pelo governo ou que não recebiam espaço na imprensa comum. Márcio Linck, que exerceu a vice-presidência da UPAN no

²⁷⁰ PACHECO, Hélio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 09 de nov. de 2005.

²⁷¹ Durante o período de realização da pesquisa Carlos Aveline estava residindo em Brasília e não foi possível entrevista-lo.

final dos anos 80 e depois assumiu a presidência de 93 a 96, mencionou qualidades pessoais de Aveline como liderança, dedicação, preparo intelectual e capacidade de motivar e envolver pessoas com a questão ambiental. João Daudt, que acompanhou como sócio/militante a transição da AGAPAN-NL para UPAN, ressaltou que as ações judiciais encaminhadas por Aveline para cobrar do governo medidas de proteção ambiental iniciaram uma nova fase na história da entidade.

Liderada por Aveline, a UPAN amadureceu o seu ativismo ambientalista com elaboração de um plano de recuperação do rio dos Sinos que orientou a expansão dos trabalhos da entidade. Márcio Linck lembrou com detalhes os principais pontos desse plano.

Então se estabeleceram sete pontos de recuperação e preservação do Rio dos Sinos. O primeiro ponto era o tratamento primário das indústrias coureiro-calçadistas (os curtumes); o segundo ponto era o tratamento secundário, e aí foi uma luta muito grande com indústrias de curtume nesse período de 85/86 por aí; o terceiro ponto era o tratamento de efluentes de outros ramos industriais, e aí atacamos siderúrgicas, metalurgia, alimentícias, (...) a principal fonte de poluição era a poluição industrial, diferente de hoje. Hoje a questão industrial está de certo modo resolvida, não se tem 100% de eficiência devido aos órgãos ambientais do governo, que não tem estrutura suficiente para fiscalizar. O quarto ponto era o tratamento de esgoto, o esgoto cloacal, e hoje não está bem resolvido, (...). O quinto ponto era questão do lixo, dos lixões, porque praticamente todas as cidades do Vale do Rio dos Sinos tinham depósitos de lixo em áreas de banhados, áreas de inundação do rio ou próximo a arroios; então se travou uma briga tremenda (seja com ações judiciais, seja com pressão e com abaixo-assinado) contra os lixões. Em São Leopoldo, o lixão ficava na beira do rio praticamente; em Sapucaia, era um banhado que desaguava no rio; em Esteio, era a mesma coisa; em Novo Hamburgo, na Vila Kröeff, o banhado dava no rio; em Portão, também o banhado levava o lixo ao rio dos Sinos, Campo Bom, Taquara, Parobé, todos esses lixões foram desativados, (...). Saindo do quinto ponto, que eram os lixões, no sexto ponto, foram feitas poucas experiências nesse sentido, era a questão de parar com o desmatamento e reflorestar as margens do rio dos Sinos, alguma coisa foi feita pelo movimento ecológico em algumas ações bem pontuais, não houve uma ação do poder público "vamos preservar as margens do rio dos Sinos", não houve muito isso. E o sétimo ponto desse programa de recuperação

do rio dos Sinos era formar uma administração da Bacia do Rio dos Sinos, uma espécie de condomínio onde todos os setores envolvidos (empresários, entidades ambientalistas, veículos de comunicação, imprensa, associações de bairro), enfim, estariam unidos e cada um faria a sua parte, (...). Essa idéia do sétimo ponto resultou no que hoje é o COMITESINOS.²⁷²

O esforço de Márcio Linck para lembrar os objetivos e avaliar os resultados do programa de recuperação do rio dos Sinos encaminhado pela UPAN nos levam ao encontro da significação das experiências por meio da memória e da possibilidade que a História Oral oferece para os sujeitos fazerem uma leitura crítica do seu passado identificando os pontos mais positivos e os pontos onde o resultado foi modesto ou insatisfatório. A significação do passado marca a atuação da memória como ponte entre o tempo da memorização e um tempo distante, permitindo ao sujeito que relembra a percepção das mudanças históricas das quais ele fez parte. Esse aspecto de percepção das mudanças aparece nas recordações de Linck citadas anteriormente e aparece também na opinião de Rafael Altenhofem a respeito da formação e atuação das ONGs.

(...) há um tempo atrás, se trabalhava com os instrumentos que se tinha. A UPAN, por exemplo, ela foi fundada em sua grande maioria (e eu não posso dizer totalidade porque não sei a história de todos os seus fundadores) por pessoas das Ciências da Natureza, o pessoal da antiga História Natural; eram alunos e professores, também havia padres que eram pesquisadores de História Natural e eles trabalhavam com os instrumentos que eles tinham, (...), queriam preservar o meio ambiente com os instrumentos da Biologia. Hoje a gente sabe que, para trabalhar preservação e sustentabilidade, você trabalha com diferentes elementos, mas, naquela época, era isso. Com o tempo, acabou uma tendência natural, tinha mais pessoas da Biologia e das Ciências Naturais, e a tendência era que as soluções que a UPAN encontrava, e o próprio movimento ambientalista, fossem mais desse ramo. Com o tempo, começaram a vir de outros ramos, (...). Hoje você vê a área social falando da área ambiental e vice-versa, mas ainda existe aquele paradigma do isolamento, (...) só que as ONGs cada vez mais estão incorporando mais pessoas, elas estão puxando pessoas de diferentes áreas e estão conseguindo o capital social dessas áreas. A tendência que eu vejo no

²⁷² LINK, Márcio. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 20 de set. de 2006.

futuro é não ter mais ONGs da área social e ONGs da área ambiental, e sim ONGs socioambientais, e é o que está ocorrendo.²⁷³

As mudanças no movimento ambientalista ocorridas no Vale dos Sinos entre 1955, ano da fundação da UPN, e 2006, ano da conclusão da pesquisa, refletem mudanças no próprio ambientalismo, que procurou diversificar as suas possibilidades de ação social adaptando-se a novas conjunturas históricas. No tempo de Roessler e da UPN, a conjuntura permitiu o surgimento de abertura para os problemas ambientais na imprensa e estimulou a realização das campanhas preservacionistas que ofereceram importante suporte didático para escolas e simpatizantes da proteção à natureza; nos anos 70, as experiências de interação da AGAPAN - NL com o governo ganham importância - refletindo uma conjuntura em que a sociedade civil buscava caminhos alternativos para exercitar a democracia dentro dos limites impostos pelo Regime Militar; posteriormente, o processo de redemocratização criou uma conjuntura mais favorável na medida em que estimulou a participação da sociedade civil na reformulação e uso da lei ambiental e na estruturação de órgãos e de serviços públicos em favor do ambientalismo - mudança que valorizou a institucionalização dos problemas ambientais. Na conjuntura atual, as palavras de Tiago Genehr apontam novos desafios para o movimento ambientalista.

(...) um dos desafios hoje em dia para o Movimento Roessler e para o movimento ecológico em geral, é deixar de ser somente reativo. Tradicionalmente, o movimento ecológico está respondendo às crises que já estão instaladas, aí dá para citar a transgenia, dá para citar Barra Grande, dá para citar vários outros problemas. E o nosso desafio é cada vez mais, antes disso, é estar propondo, discutindo as políticas e prevendo esses problemas, ajudando, assim, no planejamento. Porque todo mundo fala no desenvolvimento, no crescimento, todos os prefeitos querem o crescimento econômico e que todo mundo tenha condições de comprar, mas isso é feito de uma forma desordenada e não se avaliando os aspectos ambientais e sociais de longo prazo. O nosso objetivo maior, e um dos nossos desafios, é estar trabalhando no planejamento, e não ficar apenas reativo às crises que já estão instaladas.²⁷⁴

²⁷³ ALTENHOFEM, Rafael. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 12 de abr. de 2006.

²⁷⁴ GENEHR, Tiago. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Caraá, 08 de mar. de 2006.

3.7 Ativismo Ambientalista e Estratégias Culturais

A dimensão cultural do ambientalismo não é um componente novo nessa dissertação. Ele já está presente no capítulo inicial como parte do que chamei de politização do ambientalismo e, no segundo, como forma de economia escriturística. Também está presente na parte inicial desse capítulo acompanhando as experiências de conscientização e de Educação Ambiental contempladas pelo texto. E foi pensando em ampliar o espaço dessa dimensão cultural da proteção da natureza que selecionei e recortei fragmentos das recordações de dois importantes líderes do movimento ambientalista local. O primeiro desses fragmentos corresponde a uma parte da narrativa que Arno Kayser elaborou quando perguntei sobre a participação do Movimento Roessler na luta contra a poluição do rio dos Sinos.

Quem iniciou o trabalho foi o pessoal da UPAN, o Carlos Aveline, que, na época era o presidente (...). Ele procurou o pessoal do Movimento para a gente redigir um projeto conjunto, que foi esse projeto financiado pela Miserium, que previa três anos de ativismo em torno da questão do rio dos Sinos com o objetivo de salvar o rio dos Sinos. Aí a gente lançou uma campanha, e a primeira ação foi um adesivo criado pelo Rogério Rauber, que foi também o criador da arte do "Parcão Já". Ele se inspirou naquele símbolo do Yng e Yang (transformou o Yang em um peixe o Yng em um sino, alguma coisa assim) e pegamos aquela "verde que te quero verde" e adaptamos para "rio que te quero vivo". E aí o que a gente fez? A gente lançou esse logo, essa campanha, e fizemos um ato público de lançamento. Na época, tinha sido criado há poucos dias o Calçadão de Novo Hamburgo e, na época, não tinha o Shopping, e o Calçadão era o ponto de mais movimento em Novo Hamburgo, tinha o Café Avenida e todas aquelas coisas. E a Igreja Luterana, no início do Calçadão, tinha um muro enorme que ia caindo da parte alta para a parte baixa (da Bento para a Pedro Adams), e aí nós convidamos vários artistas plásticos da região para pintar o quadro do rio dos Sinos naquele muro (a Igreja nos cedeu, a comunidade nos cedeu o muro). A gente começou desenhando o rio bonito e aí foi indo, foi indo, até que ele ficou completamente poluído. Teve a interferência de vários artistas, do Flávio Chori, do Mai, do Barreto, da Eliane Decker, do Rogério Rauber, e mais alguns que agora eu não estou me lembrando, mas, enfim, fizemos aquilo e começamos a distribuir o logotipo e fazendo a coleta de assinaturas, (...). A primeira batalha foi essa, impedir que os curtumes obtivessem a prorrogação e instalassem

seus sistemas de tratamento (...). E um pouco antes a gente convidou técnicos aqui da FEPAM para uma palestra em Novo Hamburgo, e eles anunciaram que, se nada fosse feito até 1990 o rio dos Sinos ia morrer. Então, isso aí gerou muito impacto. A gente fez a palestra lá e eles disseram: - ou vocês tratam o Rio dos Sinos, ou em 1990 ele está morto. Isso foi manchete no Jornal NH. E esses fatos mobilizaram a região e, naquela época, o Estado já estava começando a estudar a questão de gerenciamento de rios, modelo francês/modelo italiano de como tratar a poluição de rios, e havia essa campanha lá no Vale dos Sinos, e a Universidade (a UNISINOS) também começou a se interessar por alguns projetos de preservação. Então, se montou um seminário que foi em 87 lá na UNISINOS antiga, onde foi apresentada a idéia do COMITESINOS. O primeiro nome foi Comitê de Preservação (para agradar os ambientalistas) Gerenciamento (para agradar os técnicos do Estado) e Pesquisa (para agradar os professores da Universidade), as três coisas que ele deveria fazer. E é o primeiro Comitê de Bacia do Rio Grande do Sul. Com base nele e no de Gravataí, se criou toda a legislação das águas do Estado do Rio Grande do Sul. E, paralelo a isso, a gente fez muitas mobilizações. O pessoal de São Leopoldo também fez mobilizações, se criou a Terraguar, que é uma terceira entidade ecológica. A gente também teve um trabalho em que o Estado chamou algumas entidades ecológicas (a UPAN, a AGAPAN e o Movimento Roessler) para uma espécie de comissão que se reuniu na FEPAM (que na época nem era FEPAM, era Departamento do Meio Ambiente) para discutir essa questão do cumprimento da legislação. E na época era o secretário Antenor Ferrari, e ele endureceu com as indústrias, fechou algumas indústrias, e eu sei que, de uma hora para a outra se criou a tecnologia e começou em poucos anos a se implantar a tecnologia. Então essa primeira batalha pelo rio dos Sinos culminou com isso, praticamente todas as indústrias de grande porte poluidor começaram a ter sistemas de tratamento. (...).²⁷⁵

A narrativa de Kayser contém elementos relevantes, que passo a destacar: (1) a obtenção de recurso financeiro procedente do exterior possibilitou a remuneração de alguns militantes e estimulou o aumento da capacidade de ação das entidades - mudança expressiva, se considerarmos que as entidades iniciaram com recursos próprios e com trabalho voluntário; (2) o envolvimento de artistas com a campanha "Sinos que Te quero Vivo" ampliou a difusão da luta ambientalista na região e reforçou o uso da cultura em

²⁷⁵ KAYSER, Arno. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Porto Alegre, 09 de ago. de 2006.

favor dessa luta, tornando o problema da poluição um assunto de domínio público e potencializando maior adesão social ao movimento; (3) o COMITESINOS aparece como o resultado da interação entre governo, ambientalistas, empresários e UNISINOS - anulando a exclusividade do governo na condução da política ambiental e oferecendo um espaço alternativo para a discussão da gestão pública do rio dos Sinos;²⁷⁶ (4) a ação punitiva do governo estadual interditando e multando empresas que não seguiam a Lei Ambiental foi importante para acelerar a implantação do tratamento de efluentes químicos no parque industrial da região. Observando com a devida atenção as recordações de Kayser, é possível percebermos que as ações do movimento ambientalista comportavam práticas culturais voltadas para a sensibilização da sociedade diante dos problemas ambientais e para a criação de uma mobilização pública contra esses problemas, o que implicava o envolvimento com a discussão em torno das possibilidades de mudanças. A presença de práticas culturais no ativismo ambientalista também marca a recordação narrada pelo Pastor Pacheco.

Tinha um teatro em que a gente tinha manifestado o que era a entidade e ao que se propunha a entidade, e o retrato da poluição dos arroios, rios e lixo na beira das estradas. Então a gente apresenta muito slide, teatro, folders, cartazes, camisetas, exposição de lixo que a gente coletou, (...), a gente fez uma seleção dos lixos coletados dentro dos arroios e então a gente fazia exposições nas praças da cidade, teatros, debates políticos em épocas de eleições, uma pressão bastante forte. Hoje se tem monitores ecológicos aqui em Novo Hamburgo, nasceu da Terragar. Naquela época, não tinha nem uma diretoria de meio ambiente, criamos sob pressão uma diretoria do meio ambiente; hoje nós temos uma Secretaria do Meio Ambiente. (...). Então a gente revolucionou um pouco essa questão ecológica. Uma vez a gente fez um debate, promovido pela entidade, com todos os candidatos à prefeitura, e, naquela época, eu acho que tinha 6 ou 7 candidatos, pegamos uma turma de teatro que eram os garçons e propositalmente esquecemos de pôr a água na mesa dos palestrantes. Lá depois de uma hora e meia de palestra, entra um garçom e interrompe seção (...). E ele, muito envergonhado, vai lá e pede desculpas para cada um, chamou a atenção de todo mundo e ninguém entendia por

²⁷⁶ Sobre o papel do COMITESINOS no ambientalismo da região, Kayser fez uma interessante interpretação: "O COMITESINOS instala uma nova fase, diferente da fase anterior, a fase anterior é uma fase de conflitos, com ecologistas de um lado, industriais de outro, o poder público um pouco para cá, um pouco para lá, a comunidade muito do lado dos ecologistas, enfim, com o COMITESINOS, começou a se estruturar um arranjo institucional diferente. Dentro do Comitê, tem todos os setores interessados na água (...). E a gente, o Movimento Roessler e a UPAN, desde o primeiro momento somos membros do Conselho".

que o garçom estava pedindo desculpas; só que era um garçom diferente, a metade da cara branca e a outra metade pintada de preto; então era uma cena teatral, e a gente explicou para o público: - nós esquecemos de trazer água para os palestrantes, onde já se viu isso? E depois vêm mais 3 garçons trazendo bandejas com 6 ou 7 tipos de água, com água do arroio Pampa, do Luis Ral, do Gauchinho, de poço artesiano e da CORSAN. E dissemos: - A água que vocês nos oferecem aqui na cidade está sendo oferecida para vocês e vocês têm a liberdade de escolher.²⁷⁷

Práticas como a exposição do lixo em praças, confecção de adesivos, pintura de painéis representando a poluição do rio dos Sinos, o trabalho com as escolas e com monitores ecológicos, assim como a própria encenação teatral, lembrada pelo Pastor Pacheco, demonstram que, na concepção dos entrevistados, o caminho para uma cultura ambientalista passava pelo reconhecimento público da existência de problemas ambientais locais e pela busca de soluções individuais e coletivas. E, para os que julgam que o movimento ambientalista no Vale do rio dos Sinos não alcançou êxito em seus objetivos, é importante ressaltar que as mudanças culturais são lentas e muitas vezes de difícil percepção e entendimento. No decorrer dessa dissertação, estudamos algumas lutas ambientalistas que resultaram em vitórias expressivas ou modestas, e outras que não alcançaram êxito, mas entendo que, em todas elas, foi possível perceber a materialização do desejo de preservação da natureza nos fazendo um convite para refletirmos sobre a nossa responsabilidade na conquista das mudanças desejadas.

²⁷⁷ PACHECO, Hélio dos Anjos. *Entrevista concedida para a pesquisa História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo, 09 de nov. de 2005.

Conclusão

A história do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos foi parcialmente contemplada ao longo desta dissertação. A complexidade dos problemas ambientais e a continuidade do ambientalismo que responde a esses problemas impedem a redução do assunto a uma leitura histórica totalizante, e o bom senso também recomenda evitarmos esse tipo de leitura. Sendo assim, importa retomarmos a trajetória percorrida na construção da pesquisa priorizando aquilo que foi produzido, e na medida do possível, pontuando questões que foram percebidas e não foram devidamente aprofundadas.

No decorrer da dissertação, analisamos o processo histórico do ambientalismo no Vale dos Sinos e destacamos três temas anunciados na Introdução: o da politização das práticas ambientalistas, o do uso da escrita como instrumento de construção e difusão social de um discurso ambientalista e o da existência de uma memória do ambientalismo. Proponho pensarmos os resultados da pesquisa mantendo esses temas como pontos de referência; entretanto, entendo que a fragmentação do objeto estudado não altera a interdependência entre as questões políticas, a produção textual e as experiências registradas na memória dos sujeitos ambientalistas.

A respeito da politização do ambientalismo, a pesquisa demonstrou a coexistência de um duplo processo de aprendizado político nas práticas do movimento ambientalista. As lutas estudadas no primeiro capítulo apontam estratégias de interferência dos ambientalistas nas ações do poder público referentes ao meio ambiente e também apontam estratégias que buscavam envolver a população na discussão e solução dos problemas ambientais da região. A articulação dos dois tipos de estratégias é um indicativo de que os ambientalistas estavam empenhados na construção de uma política ambiental mais eficiente na esfera governamental e mais democrática na esfera civil. O ativismo ambientalista na esfera governamental parece ter alcançado resultados mais expressivos, uma vez que ele contribuiu para a criação de uma série de leis que protegem o meio ambiente e contribuiu também para a qualificação dos serviços públicos na área ambiental, mas, na esfera civil, esse ativismo encontrou dificuldades de interação com a sociedade.

Não cabe aqui discutirmos a eficiência dos ambientalistas do Vale dos Sinos ou avaliarmos a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelos municípios da região e pelo governo estadual. O importante é a percepção de que ocorreu um processo de institucionalização dos problemas ambientais, ou seja, o Estado ampliou e diversificou suas ações referentes ao meio ambiente, apropriou-se de reivindicações procedentes do movimento ambientalista, deslocou a discussão dos problemas ambientais para um plano

burocrático e tecnocrático e dificultou a mobilização da sociedade em torno de lutas ambientalistas. Devemos considerar também que importantes membros do movimento ambientalista local foram incorporados no quadro profissional do governo, enfraquecendo o potencial de ação civil do movimento e, ao mesmo tempo, fortalecendo o potencial do Estado.²⁷⁸

O segundo tema que foi destacado pela pesquisa diz respeito à economia escriturística e ao discurso ambientalista no Vale dos Sinos. O desenvolvimento desse tema resultou no conteúdo do capítulo 2 da dissertação e foi uma tentativa de pensar historicamente a produção da cultura ambientalista na região. A ênfase na textualidade certamente privilegiou a escrita em detrimento de outras expressões culturais como o teatro, as artes plásticas e a própria oralidade, mas, em contrapartida, possibilitou a operacionalidade do conceito de economia escriturística criado por Michel de Certeau.

Aceitando a concepção da escrita como produto de um duplo processo intelectual de apropriação e de interferência na realidade exterior ao texto e concebendo o próprio texto como uma expressão material do discurso, o capítulo 2 abordou vários aspectos da economia escriturística ambientalista, entre os quais estavam a participação da UNISINOS na construção do pensamento ambientalista e a produção textual de Henrique Luiz Roessler. A contribuição da UNISINOS no desenvolvimento do ambientalismo local excede em muito o recorte apresentado na dissertação, mas isso não impede que a interação entre o saber científico e o ambientalismo seja retomada com novas pesquisas no campo da Educação Ambiental ou da História das Ciências.

Quanto à produção textual de Henrique Luiz Roessler, a pesquisa demonstrou que os textos reunidos na obra *O Rio Grande do Sul e a Ecologia* influenciaram na formação de vários ambientalistas da região. Essa influência é uma evidência histórica de que o trabalho iniciado pela UPN, ainda nos anos 50, pôde resistir ao tempo e encontrou nos textos uma proteção segura contra o esquecimento. Cabe ressaltar ainda que não sabemos objetivamente como os textos estudados no capítulo 2 modificaram o comportamento dos leitores, uma vez que a apropriação do conteúdo de um texto envolve também múltiplas possibilidades de leitura, entretanto, sabemos que a sua existência ampliou o potencial de inserção social do discurso ambientalista e contribuiu para o entendimento das conseqüências da ação humana sobre a natureza.

²⁷⁸ Essa incorporação pode ser percebida na presença de Arno Kayser na FEPAM, na presença de Renato Petry Leal na direção do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul, e na presença de Márcio Linck e Luís Marcelo Tisian na Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo.

Passamos então ao terceiro tema destacado pela pesquisa e, mais especificamente, ao estudo da memória ambientalista no Vale dos Sinos desenvolvido no capítulo 3 da dissertação. Nesse capítulo, a prática da História Oral contemplou a narrativa de 15 ambientalistas da região, um número pequeno, especialmente se considerarmos que entidades como a AGAPAN - NL, o Movimento Roessler e a UPAN, em determinados momentos do seu ativismo, registravam mais de 100 sócios contribuintes. Mas, apesar de numericamente pequeno, o conjunto de entrevistados ofereceu contribuições importantes para a pesquisa, dentre as quais destaco (1) a percepção de que o ambientalismo no Vale dos Sinos foi construído gradualmente a partir das lutas e da socialização de conhecimentos e experiências; (2) a valorização do aprendizado social e do crescimento individual alcançado pelos ambientalistas; (3) o reconhecimento de que vitórias não encobrem derrotas e de que as derrotas não justificam o abandono da luta.

No aspecto da organização textual, o capítulo 3 pode provocar um estranhamento quando comparado com os dois anteriores. Tenho consciência dessa possibilidade e entendo que ela reforça as particularidades da História Oral, especialmente no que diz respeito à valorização da oralidade e à possibilidade de confluência entre os diferentes tipos de recordações narradas no decorrer das entrevistas. Igualmente importante para o desenvolvimento da dissertação, foi o reconhecimento de que a politização das práticas de proteção à natureza e a economia escriturística, por meio da qual o discurso ambientalista ganhou materialidade, são dois processos interligados e interdependentes e, conseqüentemente, não há necessidade de pensá-los como tipos diferentes de ambientalismo.

Juntos, os três capítulos da dissertação contemplaram um período de quatro décadas de ambientalismo no Vale dos Sinos e pontuaram questões importantes para o entendimento das relações entre o ser humano e o meio ambiente. Muitas dessas questões permanecem abertas exigindo respostas do presente e do futuro, e, como todo historiador, acredito que o diálogo com o passado, ainda que construído numa linguagem acadêmica, pode ser sempre produtivo para o aprendizado humano. É com este pensamento que encerro a dissertação *História e Memória do Ambientalismo no Vale dos Sinos* com a expectativa de que ela possa valorizar o passado de pessoas que, de alguma forma, lutaram pela preservação da natureza.

Periódicos Pesquisados

Jornal NH - Novo Hamburgo.

Jornal VS - São Leopoldo.

Jornal ZH - Porto Alegre.

Revista Rua Grande - São Leopoldo.

Circular Nacional - boletim informativo da UPAN.

Circular Estadual - boletim informativo da UPAN.

Sinal Verde - boletim informativo da UPAN emitido em 1988.

Acervos Documentais Pesquisados

Acervo da UPAN.

Acervo do Movimento Roessler.

Acervo da Terragar Associação Ecológica.

Arquivo Público de Novo Hamburgo.

Núcleo de Estudos Teutos - UNISINOS.

Acervo pessoal de Kurt Schmelling.

Acervo pessoal de Julião Aibar Tesch.

Fontes Orais

ALTENHOFEM, Rafael.

BEMVENUTI, Atos Raimundo.

CARNEIRO, Augusto Cunha.

DAUDT, João Ignácio.

GENEHR, Tiago.

LEAL, Renato Petry.

LINK, Márcio.

KAYSER, Arno.

NETO, Tibúrcio Marques.

OLISA, Maria.

PACHECO, Hélio.

RODRIGUES, José.

SARLET, Ernest.

SCHMELING, Kurt.

TESCH, Julião Aibar.

TISIAN, Luis Marcelo.

ZIEGLER, Werner.

Fonte Documental Impressa

AVELINE, Carlos Cardoso. *De baixo para cima. A utopia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AVELINE, Carlos Cardoso. *Aqui e agora. Para viver até o século XXI*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985.

AVELINE, Carlos. *Como proteger o ambiente natural - elementos para uma estratégia dos grupos de ação ecológica*. Novo Hamburgo: Editora OTOMIT, 1988.

AVELINE, Carlos (Org.). *Os Banhados do Rio dos Sinos. E por que devem ser preservados - um enfoque multidisciplinar*. São Leopoldo: Agratha, 1995.

BELTRÃO, Pedro Calderan. *A evolução do pensamento marxista sobre a população. Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UNISINOS, nº. 8, 1973, p. 6-29.

BELTRÃO, Pedro Calderan. *Explosão demográfica: um pesadelo para o futuro da humanidade. Vale do Rio dos Sinos*, nº. 9. São Leopoldo: UNISINOS, 1974, p. 39-51.

BELTRÃO, Pedro Calderan. *Ecologia Humana. Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UNISINOS, nº. 11, 1975, p. 39-54.

BELTRÃO, Pedro Calderan. *ONU - 1974 - ano mundial da população. A conferência e tribuna mundial de Bucarest. Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UNISINOS, nº. 11, 1975.

CÂMARA MUNICIPAL. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1979.

HARTMANN, Ângela Maria; AVELINE, Carlos (Orgs.). *O verde na escola. Uma abordagem prática de Educação Ambiental*. São Leopoldo: UPAN, 1986.

KAYSER, Arno. *Signos da Renovação - por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991.

RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia - Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS – RS. *Planejamento Hidrológico do Rio dos Sinos*. V. 1 e V. 2. Essen: Agrar- Und Hydrotechnik, 1969.

SEMEC. *As árvores de Novo Hamburgo*. 2ª ed. Novo Hamburgo: OTOMIT, 1992.

SEMEC. *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*. Novo Hamburgo: OTOMIT, 1993.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2000.
- BRAILOVSKY, Antônio Elio. *Memória Verde: a História Ecológica da Argentina*. Buenos Aires: Sudamerica, 2000.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1996.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. *A história do ambientalismo*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.
- DRUMOND, José Augusto. A História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, nº. 8, 1991, p. 177-197.
- FOUCAUL, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOLDENBERG, Mirian (Coord.). *Ecologia, Ciência e Política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- GROSSI, Yone de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. Razão Narrativa: significado e memória. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. nº 4, junho de 2001, p. 25-37.
- HERCULANO, Selene C. O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs. In: *Política e Cultura - visões do passado e perspectivas contemporâneas*. REIS, Elisa; FRY, Peter; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Orgs). São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996, p. 91-127.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios. Natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/UnB, 1999.
- LEIS, Héctor R. (Org.). *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUC-RIO, 1993.
- LOWENHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História, nº. 17*. São Paulo: PUC-SP, nov./98, p. 63-203.
- LUTZENBERGER, José. *Manifesto Ecológico Brasileiro. O fim do futuro?* Porto Alegre: Movimento, 1986.

- MARTÍNEZ ALIER, Joan. *Da economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: FURB, 1998.
- MIRES, Fernando. *El discurso de la Natureza - ecología y política en la América Latina*. Buenos Aires: Espacio, 1990.
- PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: FASE/Vozes/PUC - Rio, p. 135-161.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. In: *Projeto História, nº. 17*. São Paulo: PUC-SP, nov./98, p. 203-213.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 5, nº. 10, 192, p. 200-212.
- PONTING, Clive. *Uma História Verde do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando apreender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, nº. 15, abril/97, p. 13 - 33.
- _____, ALESSANDRO. História Oral como Gênero. In: *Projeto História. História e oralidade*. São Paulo: PUC-SP, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, junho/2001, p. 9-35.
- RAMBO, Arthur Blásio. Imigração alemã e Ecologia. *Estudos Leopoldenses*. Vol. 30, nº. 136, mar./abr., 1994, p. 71-90.
- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ROESSLER, Maria Luiza. *O homem do rio. Paisagens de uma paixão*. Porto Alegre: AGE, 1999.
- SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- THOMAS, Keith. *O homem e o meio ambiente. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TIEZZI, Enzo. *Tempos Históricos - Tempos Biológicos. A Terra ou a morte: os problemas da nova ecologia*. São Paulo: Nobel, 1988.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974 - 1986): do Ambientalismo à Ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 63-111.

VIOLA, Eduardo; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 73

VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian. *Ecologia, Ciência e Política: participação social, interesses em jogo e lutas de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Renavan, 1992, p. 51-52,

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia global viável. _____. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil. In: _____.; FERREIRA, L. C. (Orgs.). *Incertezas e sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996, 61-63.

VIOLA, Eduardo. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. In: *Ambiente y sociedade*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAN. Campinas: UNICAMP, nº. 1, 1997.

Lista de Anexos

Anexo 1: Juramento escrito por Henrique Luiz Roessler em 1953.

Anexo 2: Material educativo produzido pela União Protetora da Natureza.

Anexo 3: Material educativo produzido pela União Protetora da Natureza.

Anexo 4: Material educativo produzido pela União Protetora da Natureza.

Anexo 5: Convite emitido pela Prefeitura de São Leopoldo para realização de homenagem póstuma a Henrique Luiz Roessler.

Anexo 6: Texto de Kurt Sschmeling escrito em memória de Henrique Luis Roessler.

Anexo 7: Matérias da imprensa referentes à luta da AGAPAN -NL pela preservação do “Matinho do Padre Réus.”

Anexo 8: Registros da mobilização da AGAPAN - NL contra o uso de áreas de banhado para aterros sanitários.

Anexo 9: Charges abordando a prática da poda e a arborização em São Leopoldo.

Anexo 10: Matérias registrando denúncias de poluição do rio dos Sinos.

Anexo 11: Mobilização dos ambientalistas da AGAPAN - NL contra a poluição do rio dos Sinos.

Anexo 12: Conseqüências da poluição no Rio dos Sinos.

Anexo 13: Folder divulgando o “Movimento Sinos Que Te Quero Vivo.”

Anexo 14: Campanha do Movimento Roessler contra a poluição do Rio dos Sinos.

Anexo 15: Manifestação popular de apoio a criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler.

Anexo 16: Divulgação do lançamento do “Movimento Sinos Que Te Quero Vivo.”

Anexo 17: Cartaz da Terraguar Associação Ecológica.

Anexo 18: Matéria referente a luta da Terraguar pela preservação do banhado da Vila Esmeralda (lado direito) e cartaz usado pela entidade para combater a prática da poda.

Anexo 19: Registro do agravamento da poluição do rio dos Sinos.

Anexo 20: Cartaz divulgando evento comemorativo ao centenário de nascimento de Henrique Luiz Roessler.

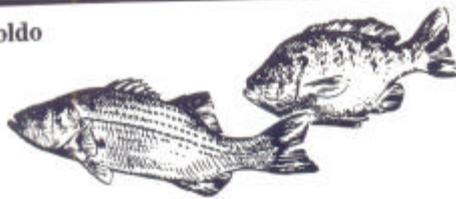
Anexo 21: Cartaz de divulgação de uma peça teatral escrita por Arno Kayser.

Anexo 22: Convite para homenagem póstuma promovida pela família Roessler.

UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

São Leopoldo

Rio Grande do Sul



JURAMENTO DE PROTEÇÃO



JURO SOLENEMENTE como filho do Brasil,
orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais,
zelar pelas suas florestas, sítios e campos,
protegendo-os contra fogo e devasta-
ção, fomentar o reflorestamento,
conservar a fertilidade do solo,
a pureza das águas e a pere-
nidade das fontes e impedir
o extermínio dos animais
silvestres, aves e
peixes.



BRASILEIRO!... Poderás prestar valiosa colaboração nesta Campanha Educativa, explicando o sentido deste **JURAMENTO** aos analfabetos e afixando este impresso no teu Lar ou Escritório, nos Colégios, Repartições Públicas, Fábricas, Casas Comerciais, Hotéis, Sociedades, Quartéis, Estações, etc.

COLABORAÇÃO DO SERVIÇO DE CAÇA E PESCA

CAMPANHA EDUCATIVA DA
UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

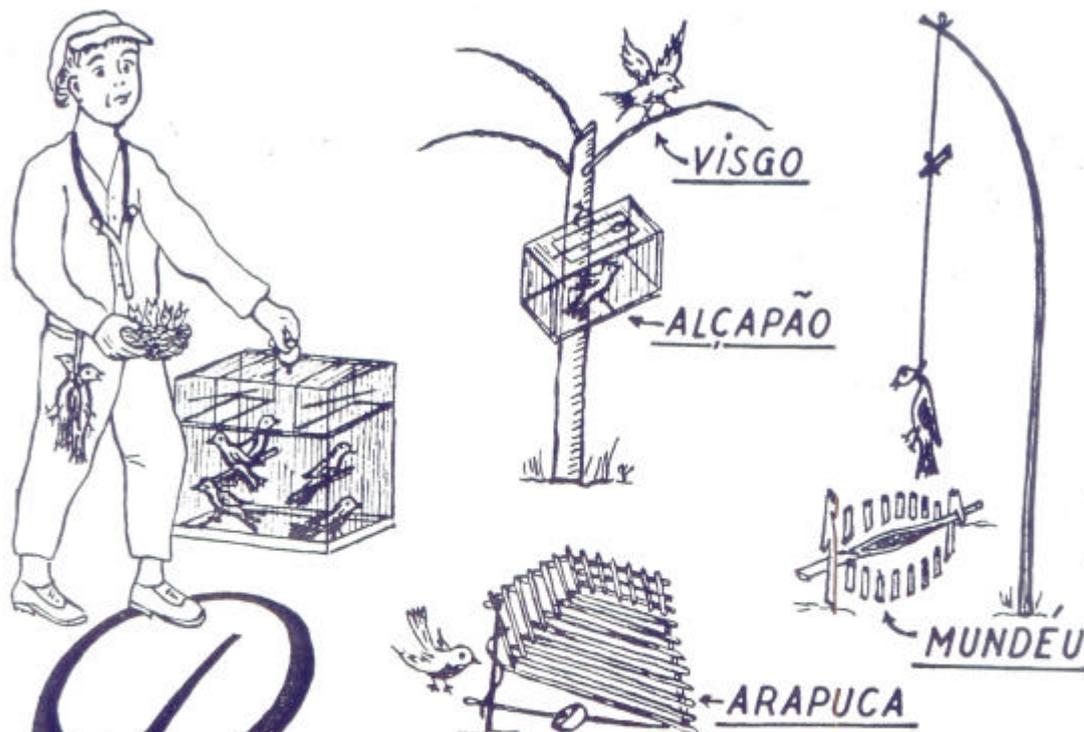


EDUCAÇÃO PERNICIOSA

O pai ignorante que ensina o filho a matar passarinhos, comete um imperdoável erro, porque cria um futuro destruidor da natureza.

CAMPANHA EDUCATIVA DA
União Protetora da Natureza

*Destruir ninhos e matar pássaros
é mau passatempo para os jovens*



***Responsáveis
são os pais***

porque, relaxando a educação dos filhos, criam malfetores.

Aos mestres cabe a sublime missão de despertar e desenvolver na juventude o respeito e o amor à natureza.

Fundas não...



Não sejas tão malvado e destruidor!

União
Protetora
da Natureza



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

São Leopoldo, 09 de setembro de 1974

Prezado (s) Senhor (es)

Henrique Luiz Roessler, cidadão leopoldense, é na atualidade considerado o símbolo do amor e da luta pela natureza em nosso Estado. Durante sua vida não só pregou a defesa dos animais, plantas e belezas geológicas através de reportagens, palestras e publicações, como combateu pessoalmente aos contraventores de nossas leis protetoras. Alguns anos após seu falecimento a Prefeitura de São Leopoldo, a Comissão Municipal do Sesquicentenário da Imigração Alemã e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural unem-se para homenagear a este personagem que a 18 de janeiro de 1955 fundava a União Protetora da Natureza.

Dia 21 de setembro, dia da árvore, às 10,00 horas terá início na Praça 20 de Setembro, em São Leopoldo, a cerimônia de homenagem póstuma a Henrique Luiz Roessler. Na ocasião será descerrada a placa de bronze em sua memória, serão plantadas árvores representativas de nosso país e da Alemanha e os vencedores do concurso de redações sobre a natureza receberão medalhas do Sesquicentenário da Imigração Alemã. Após a cerimônia os presentes serão convidados para um "Coquetel-aperitivo" na Biblioteca Municipal.

Contando com vosso valioso comparecimento apresentamos nossas

Cordiais Saudações

Renato Petry Leal
Presidente do Núcleo da
AGAPAN

Germano Oscar Koenlecke
Presidente da Comissão Municipal do Sesquicentenário

Henrique Luiz Roessler

K. G. SCHMELING

A 13 de novembro de 1963 faleceu Henrique Roessler.

Isso foi há dez anos.

Ainda o recordamos: alto, grisalho, caminhando com certa dificuldade devido a um acidente, de fala mansa — porém corajosa.

Guarda Florestal? Fiscal de Caça e Pesca?

Mais do que isso: um apaixonado defensor de nossa fauna e de nossas florestas.

Fundador e presidente da União Protetora da Natureza.

Hostilizado, escarnecido, perseguido até, por aqueles a quem seu incômodo idealismo prejudicava os interesses imediatistas.

Um profeta.

Naquele tempo, "ecologia" era um termo reservado aos cientistas; a palavra "poluição", um vocábulo escondido nos dicionários; a tese do "equilíbrio biológico", encarada com um sorriso cético. Roessler não era cientista. Não chegou a empregar esse vocabulário especializado. As suas palavras e os seus escritos singelos sublinhavam apenas os seus atos, ditados pelo amor à natureza, às árvores, aos pássaros, aos peixes, aos animais em geral.

Não era o amor sentimental de um romântico. Era realista, nascido do respeito e da responsabilidade pela criação, e que sabia da interdependência entre a preservação da natureza e o bem-estar e o futuro da humanidade.

Em 1963: um profeta nas selvas...

Hoje, dez anos após a sua morte, a causa pela qual empenhava toda a sua pessoa preocupada às pessoas de larga visão:

Surgiu a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente. Um crescente número de cientistas e técnicos empenha-se em esclarecer o público através de uma imprensa vigilante e combativa — basta citar, a título de exemplo, o Correio do Povo, a Rádio Guaíba, Flávio Alcaraz Gomes, entre outros. Desperta a classe política. Criou-se, na Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do deputado Hugo Mardini, a Comissão Parlamentar para o Estudo da Poluição e Defesa do Meio Ambiente. Organizam-se simpósios sobre "poluição". A disciplina "ecologia" tende a introduzir-se nos currículos das escolas mais avançadas.

A seara de Henrique Luiz Roessler multiplicou-se.

Surgiram muitos novos "profetas" — os técnicos e cientificamente mais preparados e mais poderosos.

No entanto, os "desertos" também se ampliam...

Continua a destruição de nossas florestas. Um pseudo-reflorestamento visa apenas a fins

lucrativos imediatistas, sem respeitar os preceitos da ecologia.

A nossa fauna continua a ser perseguida.

O Guaíba, o rio dos Sinos, já foram declarados biologicamente moribundos, e também outrora límpidos córregos e arroios tendem a sofrer o mesmo destino.

Surgiu a Borregaard...

Continua a esquecer-se que "não podemos continuar equacionando progresso e desenvolvimento apenas com crescimento econômico, com aumento puro e simples de PNB, não podemos perder de vista a qualidade da vida e a preservação de condições que permitam a continuação desta." (José A. Lutzenberger).

Em novembro deste ano, Henrique Luiz Roessler certamente será lembrado de muitas maneiras:

Nos municípios, as Câmaras de Vereadores possivelmente aprovarão leis que batizem escolas, ruas e logradouros públicos (com muitas árvores nativas e nenhum animal preso) com o seu nome.

Talvez a Assembléia Legislativa resolva promover uma sessão em sua homenagem.

Possivelmente o governo do Estado decida inaugurar um marco comemorativo.

E é bem provável, que esses poderes públicos adotem medidas ainda mais inspiradas...

Todos esses gestos serão merecidos, louváveis e necessários — entretanto, não será o suficiente.

A preocupação do "protetor da natureza" (Vinicius Bossle — CP Rural, 22.11.63) girou em torno da educação das novas gerações.

O aniversário de sua morte deverá motivar o reinício duma ação entre os jovens.

Todos deverão colaborar:

As autoridades de ensino (estaduais e municipais), os professores, os pais, os clubes de caça e pesca, a Ascar e seus Clubes 4S, a imprensa, os clubes de serviço, as empresas industriais e comerciais, todos enfim — através da mobilização de recursos, da promoção de palestras, campanhas e concursos, através da criação de clubes e círculos de estudo, da distribuição de monografias, folhetos e cartazes. Existe tanto material precioso espalhado pelos jornais e pelos arquivos que poderão ser reaproveitados, completando o que será elaborado.

Sim, o dia 13 de novembro de 1963 deverá ser uma data memorável para a preservação de nossa natureza e do homem que nela habita.

Henrique Luiz Roessler, esse modesto grande brasileiro, merece tal homenagem póstuma.

E o Brasil necessita da mesma...

ANEXO 6

* Jornal NH, 9/09/1973.

Câmara leopoldense revogou lei que doava mato para a sede do Museu

SÃO LEOPOLDO, 9 (CP) — Em sua sessão de 1.º do corrente, a Câmara Municipal de São Leopoldo, por projeto de lei do arenista Julião Tesch (oito votos contra sete), aprovou a revogação da lei que doava o mato do Padre Reus ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo para nele construir sua futura sede. A lei datava de junho de 1971 e, segundo seu texto, o Museu poderia construir sua majestosa sede no terreno doado pela Municipalidade.

Já em 1974, por ocasião dos festejos do sesquicentenário da Imigração Alemã, foi lançada a pedra fundamental da edificação e ficou por isso mesmo. Entretanto, com o decorrer do tempo, vozes em contrário se fizeram ouvir, principalmente, de sócios da AGAPAN, que se mostravam contra a destruição do "matinho" do Padre Reus, local farto em árvores nativas e centenárias. Aliás, esse mato é a única área verde que ainda resta no perímetro urbano de São Leopoldo.

Numa votação bastante reñhida, com o plenário repleto de membros da AGAPAN, que traziam uma faixa branca com letras verdes, onde se lia: "Agradecemos ao legislativo leopoldense sua preocupação pelo ambiente natural", foi votado o projeto, que redundou em vitória aos preservacionistas da natureza. Incisivos pronunciamentos foram enviados ao legislativo da cidade, entre os quais, destacava-se o do general Mário Fonseca, que lembrava, que o "palco da história é a natureza".

Na verdade, a construção do futuro Museu, além de ser extremamente dispendiosa para os cofres públicos, iria ferir frontalmente o dispositivo n.º 20 do Compromisso de Brasília,

que trata da preservação do patrimônio histórico e artístico, o qual recomenda que museus, e outras repartições de atividades culturais, sejam instalados, preferencialmente, em imóveis de valor histórico.

Por esse motivo alguns veedores se inclinam agora em dar uma sede condigna ao Museu, vendo da possibilidade do mesmo ser instalado no antigo prédio da Escola Normal Evangélica, na Praça do Imigrante, de grande valor histórico e integrado na silhueta urbana, sendo impossível conceber São Leopoldo sem a sua presença e da Igreja Católica e dos prédios da UNISINQS.

Parece que nova crise está por se esboçar, pois, a Associação Evangélica de Ensino

pretende demolir o prédio e da mesma forma a Prefeitura, a primeira para instalar um estacionamento de automóveis ao ar livre e a segunda para dar passagem a uma "perimetral", quando também seria destruída parte da Praça do Imigrante, onde desembarcaram os primeiros colonos alemães chegados ao Rio dos Sinos.

Contra tal ato destruidor da natureza e das árvores da Praça a AGAPAN já se mostrou contrária, enviando telegrama de protesto ao Prefeito Olímpio Albrecht (MDB) e da mesma forma já se pronunciou o Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho, condenando a demolição da praça e do histórico prédio.

Iniciadas as obras no Parque Municipal

Iniciaram ontem, as obras para proteção e preservação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler que está a cargo de uma comissão nomeada pelo prefeito Waldir Schmidt e formada pelo secretário de Obras, Paulo Koch, secretário de Educação, Roque Brand, secretário do Planejamento, Luciano Rodrigues, pelo responsável do Comtur, Fernando Henrique, e pelo diretor do Departamento Técnico Administrativo da Semec, Julião Tesch.

As obras começaram com a preparação das laterais do mato que receberá a tela e observação do espaço para construir as calçadas do Parque. Para este trabalho, os funcionários estão recebendo orientação para tomar todo cuidado em relação à mata de borda, ou seja, as árvores se inclinam para buscar luz do sol e com a colocação das telas é preciso cuidar para não cortar a mata. Em relação às calçadas, o secretário de obras determinou que se construa de acordo com o volume de mata do local. Se tiver que se diminuir o tamanho de uma calçada,

em função de uma árvore, isto poderá ser feito.

Ao mesmo tempo em que os funcionários da Prefeitura executam esses trabalhos, a empresa Supertela, que venceu a concorrência pública para fazer os serviços, prepara o material para cercar a parte destinada à reserva biológica do Parque Municipal.

Tendo como finalidade básica, a preservação da mata nativa, o estudo científico através da área biológica e um local específico para o refúgio dos pássaros que procuram estes matos, o Parque Municipal servirá ainda como área de lazer.

A intenção de tornar este local destinado ao público já estava incluído no projeto inicial e, para isto, serão feitas várias melhorias no Parque, como a construção de banheiros, assadores e a implantação de um "playground" para as crianças.

A comissão encarregada de executar as obras prepara para a próxima semana, uma solenidade que marcará o início oficial das obras do Parque Henrique Luiz Roessler.

ANEXO 7

* Jornal Correio do Povo, 10/12/1977, p. 19 (parte superior)

* Jornal Vale dos Sinos, 17/01/1986, p. 5 (parte inferior)

Padre Clemente Stefan:

“Aterro sanitário poderá custar à cidade dez anos de problemas”

A situação do aterro sanitário, que vem sendo realizado pela Prefeitura Municipal, no fim da avenida Dom João Becker, conforme o padre Clemente José Stefan, é bem pior do que os moradores daquelas redondezas previam. Segundo Clemente, vice-presidente da Agapan, além do problema de proliferação de ratos e moscas, existe o perigo de explosão pela expansão de gases.

CAUSAS

Na manhã de ontem o presidente da Agapan, Julião Aibar Tesch, juntamente com o vice-presidente, padre Clemente José Stefan, (pesquisador e professor da Unisinos), dirigiram-se ao aterro

sanitário, situado na beira do rio, nos fins da avenida Dom João Becker, para denunciarem as aberrações que lá estão sendo cometidas.

Inicialmente, foi cogitada a inviabilidade do aterro, uma vez que causaria um desequilíbrio no ecossistema, pois está acabando com um banhado. Isto seria impossível pois, segundo Clemente, “com os diques, o banhado já estava condenado”. Afirma, ainda o pesquisador que “um aterro sanitário é viável, mas para isto ele deverá seguir certos critérios”.

As normas fundamentais para a instalação de um aterro feito à base de lixo, devem seguir quatro etapas, segundo Clemente. Primeiramente deverá acontecer a deposição do lixo, no local já escolhido, e drenado, dentro da água é o supra-sumo do errado, afirma. Em seguida deverá ser feita uma compactação do lixo, reduzindo ao mínimo. O terceiro passo é a colocação de terra por cima e por último a compactação também da terra, que deverá ter, depois de socada, cerca de 15 centímetros de altura. Quando terminada a colocação do lixo, e o aterro estiver concluído, deverá ainda ser depositada mais uma

camada de terra, de mais ou menos 60 centímetros.

REALIDADE LOCAL

Mas apesar de existir um método para este tipo de obra, o aterro da Dom João Becker, está indo totalmente contra. Primeiramente, existe o problema de o local ser um banhado, e não ter sido drenado antes do início das obras.

Ali existe também uma quantidade enorme de microorganismos patogênicos, e que, em pesquisas realizadas recentemente, provou-se que existem 22

tipos de doenças, provocadas por depósitos de lixo e quem sofre as primeiras consequências são os catadores de lixo.

COMPACTAÇÃO

A importância do lixo ser compactado antes de ser depositado no local, está em ser muito importante que estes detritos fiquem depositados em células (partes), para que, desta maneira, não aconteça o processo de fermentação e consequente criação de gases. Segundo o padre Clemente, se o Centro Esportivo



Clemente: “as quatro fases de colocação do lixo, devem ser efetuadas diariamente”

Finalizando, o vice-presidente da Agapan afirma que “deveriam ser tomadas providências práticas em relação ao problema do aterro, para a cidade não sofrer consequências mais sérias, que talvez só poderão serem somente sanadas em dez anos.

VILA VENDE RICA

Apartamento Ed. Kaspery Com 136m2. Está desocupado. Preço a condições a combinar CRECI 497 Independência, 552 Fone: 92.27.30 São Leopoldo



O lixo é recolhido diariamente em caminhões fechados.

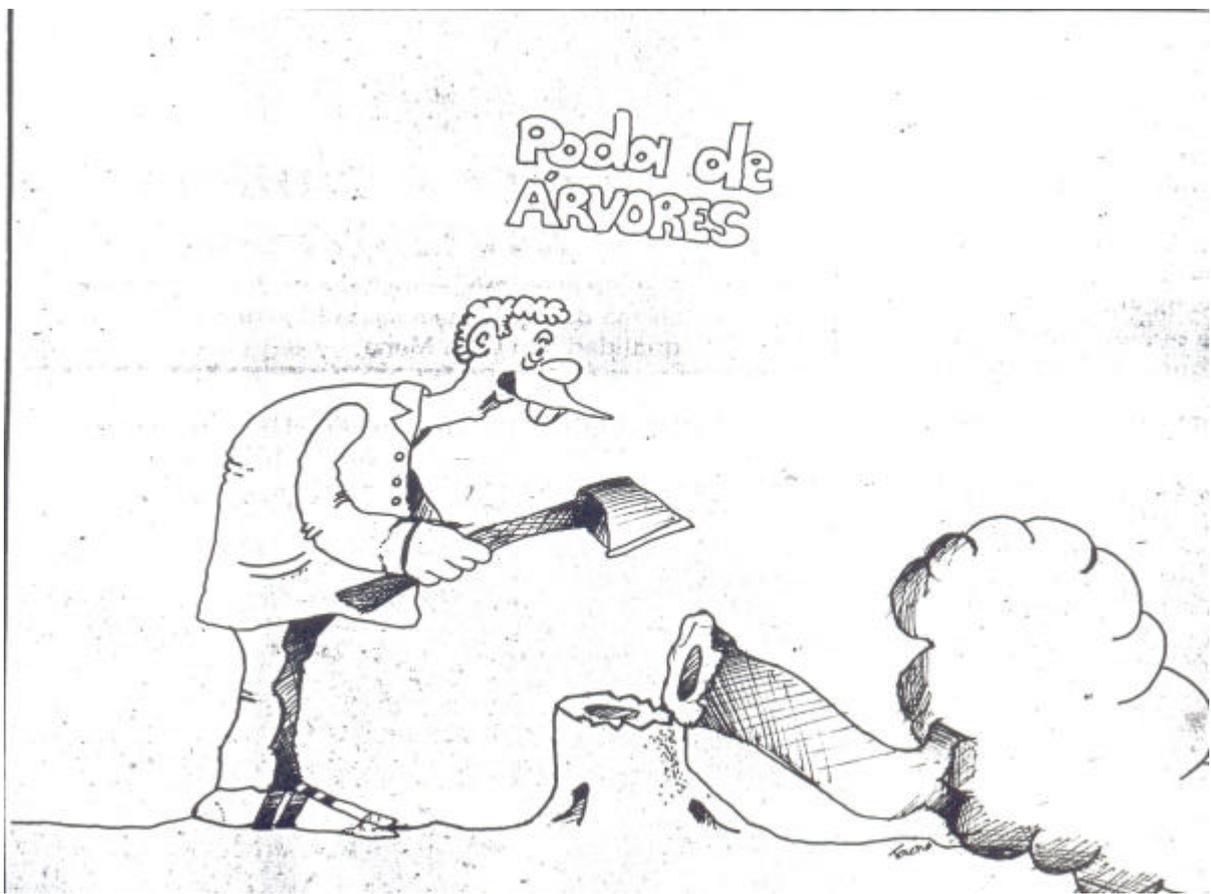


tivo for construído, em cima do aterro em fermentação, poderá resultar em uma explosão.

...mas depois fica exposto, a poucas quadras do centro. Resultado: mau cheiro e moscas aos milhares



ANEXO 8
Jornal Vale dos Sinos, 14/12/1979,



ANEXO 9

* Jornal Vale dos Sinos, 11/11/1979, p. 4 (imagem superior).

* Jornal Vale dos Sinos, 16/10/1980, p. 5 (imagem inferior).

Continua mortandade de peixes nos Sinos

O poder econômico é o único culpado pela mortandade de peixe que vem se registrando no Rio dos Sinos, desde o dia 14, e que vai continuar se a fiscalização da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente não responsabilizar os infratores pelos abusos cometidos contra a natureza. A opinião é do presidente do núcleo da Agapan de São Leopoldo, Julião Tesch, que ontem percorreu parte da região onde existe uma grande quantidade de peixe boiando no rio. Até agora não foi descoberto oficialmente o tipo de veneno que está matando os peixes, mas Tesch tem quase certeza de que o maior problema é a falta de oxigênio provocada pelo excesso de coliformes fecais no Rio dos Sinos, além dos detritos industriais vindos basicamente dos curtumes.

O representante da Agapan disse que a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente deve saber exatamente quais as indústrias que realmente estão matando o Rio dos Sinos. Lembrou, por exemplo, com base num estudo realizado pelo professor Amadeu Rocha Freitas, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Ufrgs, que existe uma escala de poluição na região do Vale do Sinos. De acordo com esse estudo, a Samrig é responsável por uma carga de poluição que corresponderia aos dejetos produzidos por 92.037 pessoas. Em segundo lugar, viria o Arroio Portão, com uma carga negativa correspondente à poluição causada por 74.944 pessoas; seguido pela Fábrica de Papel Justo, de São Leopoldo, com uma carga equivalente a 32.222 pessoas. O estudo examinou 13 fontes poluidoras, onde também aparecem outras empresas como a Pirelli e o Curtume Vacchi.

Além desse estudo, existem outros dados que, segundo Julião Tesch, tornam praticamente inqualificável as águas do Rio dos Sinos. Disse, por exemplo, que a variação de coliformes fecais, de Sapiranga até a foz, vai de 49 mil a 130 mil por amostragem, o que signifi-

ca que a qualidade da água do Rio dos Sinos não se classifica nem em quarto lugar na escala estabelecida pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, que fixa quatro mil coliformes fecais por amostragem. Com isso, diz Tesch, já não se pode afirmar que o Rio dos Sinos tenha condições de manter organismos vivos. "É preciso considerar, ainda, que, quando o grau de poluição é muito elevado, com muita matéria orgânica, existe a possibilidade de as algas liquidarem totalmente o oxigênio, retirando-o dos peixes.

Nos últimos dias, a água do Rio dos Sinos vem apresentando também um elevado índice de acidez e excesso de ferro. Essa constatação foi feita por Cláudio Monza, encarregado do tratamento da água do Lanifício Paramount, estabelecimento que também é causador da poluição do rio. Segundo o técnico, o excesso de ferro na água foi constatado através do processo de tintura, que teve que ser suspenso. Monza explicou que, havendo ferro em excesso, as combinações químicas não permitem outro tipo de cor que não seja a preta. Revelou, ainda, que a acidez apurada esta semana foi de 8,1, quando o máximo tolerado é de 6,0.



Rio dos Sinos, ontem



Julião, da Agapan, está denunciando o que pode significar a morte iminente do Rio dos Sinos

Dejetos dos curtumes ameaçam Rio dos Sinos

Os resíduos industriais regulares do tratamento primário que vem sendo feito pelos curtumes de São Leopoldo, estão sendo colocados num aterro sanitário num banhado, próximo ao Rio dos Sinos, sem a observância de qualquer critério científico. A constatação foi feita pelo presidente do núcleo da Agapan daquela cidade, Julião Tesch, após visitar o local, a cerca de 300 metros da BR-116, nos fundos da Vila Palm. Os resíduos industriais, que contêm até pedaços de couro cru, são colocados junto com o lixo urbano, a céu aberto, e podem facilmente ser levados para o Rio dos Sinos, tornando praticamente nulo o tratamento do rio exigido pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente. Tudo isto está sendo feito com a concordância da Prefeitura, que determinou o local onde os curtumes deveriam colocar os resíduos.

A descoberta do aterro aconteceu há cerca de 20 dias, quando Henrique Holtz Silva, integrante da diretoria da Agapan, seguiu de bicicleta, um caminhão que saiu cheio de lixo do Curtume Pinheiro. "Primeiro eu senti um cheiro muito forte, de coisa podre, e quando olhei constatei logo que se tratava de resíduo industrial procedente do curtume. Peguei minha bicicleta e segui literalmente, o rastro do caminhão, pois alguns resíduos iam ficando pela estrada. Ao chegar na Avenida Brasil, fiquei surpreso quando o caminhão dobrou à esquerda, passou por um campo de futebol, ao lado do local onde começa o aterro sanitário da Prefeitura, e descarregou tudo mais adiante, num banhado, bem próximo a um arroio que desagua no Rio dos Sinos".

VÔMITO

O aterro fica numa imensa área alagadiça, que começa próxima à BR-116 e termina a poucos metros do Rio dos Sinos. Além dos resíduos industriais propriamente ditos, como o produto resultante da raspagem do touro misturado com elementos químicos, descartados durante o tratamento primário, existem também imensos pedaços de couro cru, totalmente podres, exalando um fedor insuportável às pessoas que moram na redondeza. Mas... não é o maior problema na opinião do presidente da Agapan. "É verdade, diz ele, que os moradores daqui e o pessoal dos Banhos Scharlau e

Campina têm reclamado sistematicamente desta poluição, que até vem causando mal-estar e vômito nas crianças, mas a maior preocupação é com o Rio dos Sinos, que nos abatece".

O ideal, segundo Tesch, seria obedecer os critérios científicos recomendados para fazer um aterro sanitário. Neste caso, ao invés de os resíduos industriais e o lixo urbano serem colocados a céu aberto, num banhado, como vem sendo feito, a Prefeitura deveria se preocupar em encontrar um local seco, longe de qualquer banhado, e ainda descarregar o lixo compactado em forma de camada, cobrindo cada uma delas com terra. "Não é possível, diz Tesch, que uma cidade que até há pouco tempo teve um médico como prefeito continue fazendo coisas como estas. Não há dúvidas de que a água da chuva vai levar todo este material até o Rio dos Sinos e neste caso eu pergunto de que adiantou os curtumes instalarem equipamentos para fazer tratamento primário, exatamente com o objetivo de evitar que o resíduo fosse jogado no rio".

"SEM PROBLEMA"

Na opinião do prefeito de São Leopoldo, Manoel Luis Nunes, a municipalização não tem com que se preocupar. "Nós sempre fizemos nossos aterros em banhados e nunca houve qualquer coisa. Não concordo com o temor do presidente da Agapan que os resíduos indus-

triais sejam levados para o Rio dos Sinos. Nós estamos fazendo tudo corretamente e até temos aqui um professor que dirige o Condama (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), pessoa muito entendida no assunto. O maior problema do aterro da Vila Palm é a federação da Vila Palm à federação de defesa do meio ambiente, mas não há propriamente poluição. O que está acontecendo é que a empresa proprietária do terreno, que pediu o material para o aterro, não está cumprindo com a sua parte. Nós damos o trator e o material e eles são obrigados a fornecer a terra para cobrir o lixo, conforme determina o convênio. Mas tudo isto será resolvido".

Já o diretor do Curtume Pinheiro, Sérgio Haubert, disse que se a Agapan considera que aquele não é o local indicado para o aterro deve dar outra sugestão. "Nós estamos fazendo o tratamento exigido pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e estamos levando os resíduos para o local indicado pela Prefeitura. Quando instalamos os equipamentos aqui, tivemos inclusive a colaboração da Agapan, através de José Lutzenberger. Foi uma colaboração muito importante. Ninguém pode nos culpar agora por não estarmos seguindo a orientação que visa preservar o meio ambiente. Temos tido a preocupação de não levar restos de couro para o local. Só mandamos uma mistura de graxa com a água da lavagem do couro".



A Prefeitura autorizou depósito de detritos no banhado

ANEXO 10

* Jornal Zero Hora, 12/06/1982, p.3 (matéria do lado direito).

* Jornal Zero Hora, 23/04/82 (matéria do lado esquerdo).

Agapan conscientiza banhistas sobre poluição no rio dos Sinos

SAO LEOPOLDO (Do Correspondente) — A Agapan vai intensificar sua campanha de conscientização sobre a poluição do rio dos Sinos. O reinício da campanha — lançada no verão de 80 — ocorreu no fim-de-semana, quando foram distribuídos dois mil folhetos às pessoas que se banhavam no rio. Além do alto índice de poluição, o rio dos Sinos é bastante perigoso, causando a morte de 18 pessoas, por afogamento, do verão passado até a atual temporada.

Com o alerta "este rio, além de estar morrendo, está matando" o presidente do setor São Leopoldo da Agapan, Julião Tesch, justificou o reinício da campanha. Domingo passado — dia de maior afluência de banhistas — os dirigentes locais da entidade distribuíram cerca de dois mil folhetos, contendo informações

sobre a atual situação do rio. Tesch comenta que durante a entrega muitos banhistas pediam explicações e, no final, prometiam "nunca mais voltar a se banhar no Sinos".

A maior parte dos folhetos foi entregue no local conhecido como "Prainha", em Feitoria. Depois, os dirigentes da Agapan atravessaram o rio e continuaram a campanha do outro lado, já pertencente ao município de Novo Hamburgo. Para isso, utilizavam um caíque, "pois se tivesse que botar o pé na água eu preferiria dar toda a volta por São Leopoldo e Novo Hamburgo", afirmou Tesch para caracterizar bem o alto índice de poluição.

A campanha vai continuar e mais 20 mil folhetos deles a Agapan explica em verão ser distribuídos. Neolinguagem bem simples que a poluição maior vem sendo causada pela alta con-

centração de dejetos humanos e por esgotos industriais. "A poluição do Sinos, de acordo com controle do departamento de Meio Ambiente, dá conta de uma variação de 49 mil coliformes fecais coletados em Sapiranga até 130 mil na foz". O coliforme explica o presidente da Agapan, é um "pequeno organismo presente nas fezes humanas".

Para se ter uma idéia do grau de infestação, entidades oficiais classificam as águas em quatro escalas, sendo que a mais alta admite quatro mil coliformes fecais. "Este índice — de quatro mil — já não é recomendável para o banho, agora imaginem o mal que pode causar uma poluição de 49 mil coliformes, colhidos na amostragem de Sapiranga. Há, ainda, os dejetos industriais, pois poucas são as indústrias que possuem tratamento de esgotos.

Agapan alerta banhista para poluição do Sinos

Com a distribuição de aproximadamente dois mil folhetos aos banhistas que freqüentavam o Rio dos Sinos no último fim de semana, a Agapan — setor São Leopoldo — marcou o reinício de sua campanha de conscientização para o alto índice de poluição daquele rio. Também foram dadas informações sobre a periculosidade do local, onde registraram-se 18 mortes por afogamento, do verão passado até a atual temporada.

Os folhetos com o alerta: "Este rio, além de estar morrendo, está matando", foram distribuídos no domingo, dia de maior afluência de banhistas. Segundo o presidente do setor local da Agapan, Julião Tesch,

alguns pediam maiores explicações durante a entrega e, no final, prometiam "nunca mais voltar a se banhar no Sinos".

A campanha, lançada no verão de 80, vai prosseguir com a distribuição de mais 20 mil folhetos. Neles, a Agapan explica, em linguagem acessível, que a poluição maior vem sendo causada pela alta concentração de dejetos humanos e pelos esgotos industriais, pois são poucas as indústrias que possuem tratamento.

Tesch afirma que um controle do Departamento de Meio Ambiente sobre a poluição do Rio dos Sinos aponta uma variação de 49 mil coliformes fecais, coletados em Sapiranga, até 130

mil, na foz. "Para se ter uma idéia, entidades oficiais classificam as águas em quatro escalas, sendo que a mais alta admite quatro mil coliformes fecais, quando já não é recomendável para o banho".

A maior parte dos folhetos distribuídos neste fim de semana foram entregues no local conhecido como "prainha", em Feitoria. Depois, os dirigentes da Agapan atravessaram o rio e continuaram a campanha do outro lado, já pertencente a Novo Hamburgo. Para isso, utilizaram um caíque, "pois se tivesse que botar o pé na água, eu teria preferido dar toda a volta por São Leopoldo e Novo Hamburgo", afirmou Tesch.

ANEXO 11

* Jornal Correio do Povo, 14/01/1982, p. 11 (parte superior do anexo).

* Jornal Folha da Tarde, 15/01/1982, p. 33 (parte inferior do anexo).

Milhares de peixes morrem: Sinos agoniza mais uma vez

Fenômeno aconteceu depois da foz do arroio Portão, que vem de Estância

Na localidade conhecida como Passo do Carioca, em São Leopoldo, o Rio dos Sinos mostrava, sábado, um cenário de calamidade. Desde o final da tarde de sexta-feira começou a ocorrer uma mudança no comportamento de milhares de peixes que, ao longo do curso, vinham à tona em busca de oxigênio. Na manhã de sábado a tragédia já estava confirmada com milhares de peixes mortos, parecendo um tapete branco, enfeitando "ironicamente" o rio. Ao se aproximar da margem, o cheiro forte já representava um problema sério. Na verdade não se fazia idéia de que a mortandade era tão grande. Vários milhares de peixes, de diversas espécies, estavam boiando no leito escuro do Sinos.

Morador das proximidades, o pescador Osvaldo João



Milhares de peixes mortos ficaram acumulados na margem do Sinos

Kelsch, que reside há mais de 15 anos na beira do Sinos, afirma que esta foi uma das maiores mortes acontecidas nos últimos anos. Ele enfatiza que o fenômeno aconteceu depois da desembocadura do arroio Portão.

Com mais de 28 anos como pescador, Osvaldo acredita que a tragédia dos peixes aconteceu devido à chuva ocorrida quinta-feira, que trouxe consigo os resíduos e químicos lançados no arroio e depositados em seu fundo. Cerca de 80 por cento da largura de 40 metros do rio estavam cobertos por peixes como Biru, Piava, Traira, Gromatã, Pintado, Tambicu e Lambari.

Alguns mais curiosos se aproximavam do leito do rio para verificar de perto o que estava acontecendo, pois, de longe, pareciam flores brancas caídas sobre a água. Mais uma vez o habitat dos peixes foi seriamente atingido, e os pescadores perguntam: quem fará alguma coisa para evitar isto tudo? "Se alguém pesca, multam e ainda nos tomam o material. Mas e quem mata deste jeito? O que acontece?", desabafa Osvaldo Kelsch.



Além do próprio rio, os pescadores são os mais prejudicados

Vídeo alerta contra a poluição do Sinos

Com o objetivo de alertar a população do Vale para o problema da poluição, principalmente as cidades banhadas pelo Rio dos Sinos, a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), em conjunto com a Unisinos, criou o vídeo "O Lixo nas Águas". O trabalho, concluído em agosto, foi apresentado à redação do NH na manhã de sexta-feira pela manhã pelo presidente da entidade, Carlos Aveline. Para tanto, a exposição, que durou cerca de 30 mi-

nutos, enumera os processos de contaminação a que é submetido o Sinos, a partir de Novo Hamburgo. Segundo Aveline, o rio recebe uma carga diária de 154 toneladas de resíduos sólidos, sem levar em consideração os de origem líquida. Para o ecologista, "o propósito deste trabalho é levar o problema às comunidades de base, para que estas tenham uma idéia mais clara do que nosso rio está sofrendo". (Demétrio Soster)

ANEXO 12

* Jornal Correio do Povo, 14/01/1982, p. 11 (parte superior do anexo).

* Jornal Folha da Tarde, 15/01/1982, p. 33 (parte inferior do anexo).



A Expedição Rio dos Sinos é uma das etapas do convênio, entre a UNISINOS e a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, que visa um amplo estudo da bacia do Rio dos Sinos.

A Expedição foi realizada por uma equipe composta de catorze pessoas que, durante vinte dias, percorreu a pé, de barco a remo e a motor, de carro e avião, os 185 Km do Rio dos Sinos, desde suas nascentes na Serra do Mar, município de Santo Antônio, até a sua confluência com o Rio Jacuí, em Porto Alegre.

Um dos resultados da Expedição é esta Exposição Fotográfica de autoria de Henrique Prieto, que é composta de 200 fotografias coloridas complementadas por 80 textos explicativos, organizados em forma de painéis.

A exposição é o fruto de vinte dias de estudos, aventuras, encantamentos, esforços, surpresas e decepções. Ela é um grito de alerta sobre um rio que está morrendo.

MOVIMENTO SINOS TE QUERO VIVO

O Rio dos Sinos é a base de todo o desenvolvimento da região. Foi em torno dele que as comunidades surgiram e prosperaram. Salvar a vida dos Sinos, certamente, é prioritário – por uma questão de sobrevivência. Mas, também é uma questão de vergonha ou de dignidade do povo do Vale diante das gerações futuras.

No Vale dos Sinos, a prova cabal do nosso grau de Analfabetismo Ecológico é a podridão do único rio que abastece a região. Felizmente, ainda contamos com um dado essencial: na nascente e arredores as águas continuam jorrando limpas. O MOVIMENTO SINOS TE QUERO VIVO surgiu desta esperança. O propósito é somar as pesquisas e o trabalho ecológico da Equipe do Programa de Mapeamento Integrado da Bacia do Rio dos Sinos, da UNISINOS, a outros programas e movimentos realmente dedicados à recuperação do rio.

Trabalhamos com algo que se chama esperança. É preciso resgatar a utopia, não no sentido do impossível, mas do desejado. A falta de esperança, traço mais marcante deste final de milênio, trouxe o marasmo, o desânimo e a paralisia das novas gerações.

Queremos lembrar – e reforçar – que a esperança e a utopia mudaram muitas vezes o curso da História.

Podem, também, mudar o destino do Sinos e da vida do povo que mora no Vale.

Centro de Ciências Tecnológicas UNISINOS
Avenida UNISINOS, 950 - 93022-000 - São Leopoldo - RS - Brasil
Telefone: 592-6333 (ramais 254 e 252) - Contato: Profa. Flora Zeltzer

Anexo 13

* folder do *Movimento Sinos Que Te Quero Vivo*



ANEXO 14

* Jornal NH, 18/02/1990, p. 3 (imagem superior).

* Jornal NH, 15/10/1989, p. 3 (imagem inferior)

Roessler reinicia campanha pró Sinos

Prioridade será eliminar vazão de esgotos cloacais nos arroios

Em 1987, o Movimento Roessler lançou a campanha Rio Que Te Quero Limpo. Na época, técnicos da Fepam foram enviados para avaliar as condições do Rio dos Sinos e chegaram à conclusão que, se alguma medida não fosse tomada no setor industrial, o rio estaria morto até o início da década de 90. Na ocasião, apenas duas indústrias possuíam o sistema de tratamento secundário (duas lagoas de tratamento que filtram a água antes de ser largada nos arroios).

Um número superior a 50 empresas não apresentava as condições mínimas de tratamento da água.

Depois disso, o Roessler partiu para a segunda etapa de salvação do Sinos: o lixo. Em Novo Hamburgo foi criado o sistema de reciclagem, em São Leopoldo a Usina de Lixo e em Sapiranga um depósito apropriado. Com isso, o problema se reduziu consideravelmente, a ponto de, inclusive, se manter em condições de recuperação, segundo acreditam os militantes do Movimento, Arno Kayser e Rogério Rauber.

Esgotos cloacais - Estudos do Comitesinos - entidade que vem trabalhando pela implantação de uma rede integrada de monitoramento da água do Sinos - apontam um número alto de coliformes fecais em praticamente, todos os pontos do rio. Partindo deste princípio e, baseados na falta de canalização de esgotos nas vilas que cercam os arroios e, acabam desembocando no rio, o Movimento Roessler está relançando a campanha Rio Que Te Quero Limpo, desta vez, com ênfase nos esgotos cloacais.

Conforme Arno Kayser, o propósito do Roessler é comprometer, desde já, os candidatos a Prefeitura. Para isso, além da divulgação e venda de adesivos, serão feitas várias manifestações públicas.

A primeira que marcará o relançamento da campanha acontecerá amanhã, após as 18h, no Calçadão de Novo Hamburgo.

Na ocasião serão coletadas assinaturas para o projeto que será encaminhado às autoridades políticas. (Josiane Valim)



Marca registrada da campanha: o peixe e o sino

ANEXO 15

* Jornal NH, 28/04/1992, p. 3.



São Leopoldo - Nos Campos Molhados, em Maquiné, o Rio dos Sinos brota puro e cristalino. No Delta do Jacuí desemboca sujo, putrefato e prenhe de contaminação. Nesse trajeto, passando por várias cidades que integram o Vale ao qual empresta o nome, suas águas são vítimas das agressões dos dejetos industriais e do esgoto urbano. As margens do rio sofrem com o desmatamento e os lixões também agridem todas as espécies de vida que se integram ao ecossistema da região. Na esperança de retornar à pureza da origem, o movimento *Sinos Te Quero Vivo* é lançado hoje à noite, às 19h30min, no auditório do Centro 7, na Unisinos. Audiovisual, música, teatro, fotografia e artes plásticas são as formas escolhidas para o manifesto das águas, o eco do rio que ainda pode ser salvo.

O caminho sinuoso do rio outrora denominado *cururuai* - rio dos ratões do banhado, na acepção indígena do termo - é um quadro do que se denomina analfabetismo ecológico. Na manifestação de

hoje à noite um audiovisual realizado pela Oficina Travessão - Texto, Arte e Produções registra a situação do rio e as implicações sociais que a poluição no Sinos pode causar ao Vale hoje e no futuro. A Troupe Teatral Sul Tri Azul fará uma performance cuja temática é a qualidade da água que abastece as populações das cidades na região. Na entrada do auditório do Centro 7 uma exposição da artista plástica hamburguesa Ariadne Decker mostrará a série *Lixo*. Painéis com fotografias de Henrique Prieto, montados pela Equipe de Mapeamento Integrado da Bacia do Sinos, registram os vários quadros da situação ambiental do rio.

O evento desta noite, que é aberto ao público, também terá a participação do Coral da Unisinos, regido por João

João Ricardo/Divulgação



Mesmo lançando água pura de sua fonte, nos Campos Molhados...

Paulo Sefrin. Junto com os músicos e cantores Nando D'Ávila, Sidney Aguiar, Zé Caradípia, Marcel Gusmão e Silvio Pomaro, eles farão a música *Cururuai*, de Nando e Sidney. As imagens do audiovisual foram captadas pelo fotógrafo João Ricardo. A trilha sonora, textos e produção gráfica são de Nando D'Ávila e Evânia Astér Reichert. A Equipe de Mapeamento Integrado da Bacia dos Sinos é composta por Adriane Thomas, Silvio Pomaro, Matto' Alem Roxo, César de Paula, João Ricardo, Cláudio Becker, Henrique Prieto, Flora Zeltzer e Clemente Steffen.

O movimento *Sinos Te Quero Vivo* se propõe à educação ambiental e ao resgate da esperança: a fonte do rio permanece pura e viva. (Carlinhos Santos)

ANEXO 16

* Jornal NH, 27/08/1990, p. 10 (imagem superior do anexo).

* Jornal NH, 16/07/1992, p. 6 (parte inferior do anexo).



A gente não quer + asfalto

A gente quer um salto
prá felicidade

A vida não é só sapato

É esgoto tratado

Prá toda cidade

ANEXO 17

* Cartaz da Terragar Associação Ecológica

Mutirão para limpar banhado em Canudos

Moradores e ecologistas realizarão esforço para limpar depósito de lixo



Os moradores da Vila Esmeralda, em Canudos, participam neste sábado de um trabalho de mutirão liderado pela Terraguar Associação Ecológica. Nos últimos tempos, o banhado que fica no espaço destinado à uma praça pública, no final da rua Ícaro, virou depósito de lixo. Na tentativa de orientar para a preservação do banhado, o grupo de ecologistas reuniu-se com os moradores há uma semana, propondo a limpeza e conservação do local. O lixo foi sendo depositado pelos próprios moradores e, principalmente, pelas indústrias instaladas naquela zona, transformando a área num habitat perfeito para ratos, baratas e mosquitos.

No entanto, a principal preocupação dos ecologistas é a extinção do banhado, já que é nesta área que inicia em fevereiro a construção da creche comunitária - uma antiga reivindicação dos moradores junto à Prefeitura. No entanto, os cinco por cento de área destinada ao prédio já estão aterrados, ficando o espaço restante destinado à praça pública e à abertura da rua Ícaro, que corta a área ao meio.

CRECHE

Segundo o presidente da Associação de Moradores da Vila Esmeralda, Paulo Melo, não há interesse dos moradores na preservação do banhado, mas na construção da creche e de áreas de lazer. E, para isso, a vila não tem outras áreas disponíveis. Já Mauro Souza, da Terraguar, afirma que a área é considerada de preservação permanente, o que deve ser respeitado. Mas, de acordo com informações do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, a área está localizada em zona industrial, ficando a 150 metros da zona especial 2.01 - onde são proibidas as construções.

Para a Terraguar Associação Ecológica, o loteamento da Vila Esmeralda é irregular. Mas, segundo informações do chefe do Departamento de Urbanismo, Edson Conceição, o loteamento foi aprovado pela Prefeitura em dezembro de 1954, quando não haviam leis municipais que delimitassem as áreas de preservação, permitindo o aterramento dos banhados. Também a legislação da época não exigia a observação das cotas de inundação, tanto que existe um terreno dentro do banhado destinado à construção da igreja da vila.

ANEXO 18

- * Cartaz que a Terraguar usou para combater a poda em Novo Hamburgo (lado esquerdo).
- * Matéria referente à luta pela preservação do Banhado na Vila Esmeralda (lado direito).

Acidentes ecológicos no Sinos: 11 em cinco anos

A crescente morte de peixes preocupa a Upan

A situação do Rio dos Sinos é caótica, e nele sobrevive, hoje em dia, somente quem é esperto. A definição partiu do secretário executivo da União Protetora do Ambiente Natural, Carlos Aveline, para as espécies de peixes que ainda resistem à falta de oxigenação e poluição das águas do Sinos. O falecido ecologista Milton Roessler, em seu último depoimento, caracterizou a resistência ao Sinos como um hábito de cada espécie, ao dizer: “Grumatãs, dourados e pia-vas se mandam porque são peixes de corrida, acostumados a subir e descer os rios. Pintados, jundiás e traíras são sedentários e ficam, caindo em redes ou morrendo por asfixia. Cascudos e muçuns também perecem nas tocas que fazem nas barrancas dos rios”.

Conforme Aveline, as mortandades de peixes estão ocorrendo mesmo no verão. A última, registrada como uma das maiores dos últimos anos, aconteceu no feriado de Natal, quando dezenas de peixes surgiram, repentinamente, no Passo do Carioca, em Sapucaia do Sul. Apontar a poluição como a única causa, explicou Aveline, é deixar de lado uma série de outros fatores que contribuem. Na semana passada a Upan fez mais uma busca pelo rio e alguns dos principais arroios, para obter uma análise recente da qualidade da água.

O principal objetivo foi levantar as conseqüências trazidas pela canalização do arroio Portão, realizada há cerca de 20 anos. A água corria por um leito raso e, ao espalhar-se pelas margens, atingia o banhado do

Merlão. Em épocas de cheias, os banhados formam filtros eficientes, retendo parte do material poluído, recuperando e controlando o volume de água. Plantas, como o aguapé, são comuns em estações de tratamento.

Este processo todo, porém, foi interrompido no arroio Portão, porque a canalização tornou o leito ainda mais baixo, secando, posteriormente, o banhado. O problema foi constatado em 1976, pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. A extinção do Merlão foi apontada como uma das principais causas da mortandade, porque o banhado só foi mantido em um pequeno trecho, de aproximadamente 1.200 metros, próximo do ponto onde arroio e rio se encontram, no Passo do Carioca, em Sapucaia do Sul.

Ivan de Andrade

A solução depende da ação integrada

A mortandade de peixes acontece, na visão da Upan, por conseqüência de fenômenos naturais e pela depredação ambiental. O Sinos, que recebe poluição das cidades de Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo e São Leopoldo, tem seu volume de água e de oxigênio bastante reduzidos, em épocas de seca. Isto, aliado ao fato do rio correr de forma lenta, nor-

um terreno plano e ao processo de choque com as águas azuladas e densas de arroios como o Gauchinho, Pampa, e Portão, deixa poucas chances de sobrevivência aos peixes e a qualquer outra espécie de fauna e flora que esteja muito próxima do rio.

Segundo Aveline, da Upan, para ativar toda esta carga poluidora que se acumula na água e nas bar-

rancas, basta uma pancada de chuva, depois de um período mais seco. Esta, portanto, é uma das causas da mortandade, que já ocorreram, pelo menos, onze vezes, desde 1988. Aveline acredita que a solução para o problema não é isolada, como a recuperação do banhado. “Depende de uma ação integrada, com tratamento de esgotos e efluentes”.

100 anos

SEMINÁRIO CENTENÁRIO HENRIQUE ROESSLER



Henrique Luiz Roessler é um destes muitos heróis anônimos do Brasil. Feito Zumbi e Aimberê, ele também lutou pela nossa terra. Sua obra maior:

a defesa da natureza. Nos idos de 1939 começa a atuação deste gaúcho nascido em 1896. Trabalhando como voluntário, obtém o posto de delegado de caça e pesca, movendo intensa ação fiscalizadora apoiado por uma rede de mais de 400 colaboradores do sul do país. Fez muitos amigos e inimigos. Estes últimos conseguiram que fosse demitido do cargo por exercê-lo gratuitamente. Em resposta, funda em 1º/01/1955 a União Protetora da Natureza - UPN, primeira entidade ecológica brasileira. Já em 1953 ele havia criado o Juramento de Proteção à Natureza e passado a publicar artigos no Correio do Povo, atividade que manteve até 1963, quando faleceu. Antes disto, perdeu parte do pé em armadilha promovida por caçadores.

Seu exemplo frutificou. Muitas entidades ecológicas, começando pela Agapan, seguiram seu Exemplo. Entre elas, o Movimento Roessler Para Defesa Ambiental, de Novo Hamburgo, RS. Sua obra foi resgatada no livro "O Rio Grande do Sul e a Ecologia", editado pela Agapan em 1987. Seu nome batiza hoje vários logradouros, incluindo praças, parques e a própria Fundação de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul.

PROGRAMAÇÃO

DATA	ASSUNTO / PALESTRANTE
17/04/96	- A fisionomia do Rio Grande do Sul - Henrique Fensterseifer / Albano Backes
15/05/96	- O papel da medicina na saúde pública e do planeta - Paulo Volkmann
19/06/96	- A Teoria de Gaia - José Lutzenberger
17/07/96	- O papel da agricultura no desenvolvimento sustentável - Sebastião Pinheiro / Marco Hoffmann
21/08/96	- O papel da justiça na questão ambiental - Antonio Soler / Claudio Bonatto
18/09/96	- O papel da educação na questão ambiental - Paulo Saul
16/10/96	- O papel da arte na conscientização ecológica - Ana Rosário Falcão / Rogério Rauber
20/11/96	- Uma administração ecológica à nível do município - Jackson Müller / Frederico Leuck

CLIENTELA

Cada evento privilegiará uma clientela em especial, entre:

- acadêmicos;
- educadores;
- artistas;
- advogados;
- administradores políticos;
- profissionais da agricultura;
- administradores de empresas;
- políticos;
- profissionais da área médica;
- profissionais de urbanismo;
- público em geral.

LOCAL E HORÁRIO

Salão de Atos da FEEVALE - Campus I
Das 20 horas às 22 horas

INSCRIÇÕES

Local: Vice-Diretoria Acadêmica da FEEVALE-Campus I
Horário de Expediente: Das 08 horas às 22 horas.

INVESTIMENTO

R\$ 20,00 - Todo o Evento
R\$ 3,00 - Por evento (caso não deseje assistir a todos)

INFORMAÇÕES

Fone: (051) 594-2122 - Ramal 303
(051) 594-7977 - Ramal 308

Serão fornecidos Certificados ao final do evento.

PROMOÇÃO: Movimento Roessler



APOIO:



CAMPUS I: Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 - Hamburgo Velho - Novo Hamburgo - RS
CEP: 93510-250 - Caixa Postal 2121 - Fone/Fax: (051) 594-7977

CAMPUS II: Rua Emílio Hauschild, 70 - Vila Nova - Novo Hamburgo - RS
CEP: 93525-180 - Caixa Postal 2121 - Fone: (051) 594-2122 - Fax: (051) 593-5536

ANEXO 20

* Cartaz divulgando evento realizado no centenário de nascimento de Henrique Luiz Roessler



ANEXO 21

* Cartaz de divulgação de uma das peças teatrais escritas por Arno Kayser.

Comemoração do Centenário de *Henrique Luiz Roessler*

16-11-1896 / 16-11-1996

- **Apresentação do Coral do Morro** sob a regência de *André Lichtler*

- **Cenas de Laboratório Teatral** baseados nos ensinamentos de Henrique Luiz Roessler, pelos integrantes do grupo teatral da Escola Municipal de 1º grau incompleto Dilza Flores Albrecht-Cohab-Feitoria, sob a orientação da professora *Mônica Uriarte*

Participantes

Aline Teixeira dos Santos - 11anos

Jonatas Esequiel - 11a

Shauê Vanessa Osório Martins - 11a

Valtenir José Carlotto - 11a

Paula Francine dos Santos - 12a

Juliana Vargas de Jesus - 10a

Andersom Luis Soares - 9a

Vania Graciela Cavalheiro Dahm - 11a

Thiago André do Santos - 13a

Tais Raquel Ferreira - 13a

Shana Gracinélia Osório Martins - 9a

- **Solos de Piano** - *Cássia Gerling*
- *Darlan Geremia*

- **Alocuções** - *Augusto César Cunha Carneiro*
- *Abel Ignacio da Silveira*
- *Pastor Bertholdo Weber*

- **Homenagem** junto ao túmulo de Henrique Luiz Roessler no Cemitério Municipal

* * *

Colaboração - *UNISINOS*

Apoio - **Movimento Roessler UPAN**

* * *

A Família Roessler convida, carinhosamente, os amigos da Ecologia, para a solenidade a realizar-se no dia 14/11 às 16 horas no Auditório da Antiga Sede da UNISINOS (Praça Tiradentes, nº35, São Leopoldo. Entrada Pela Rua Brasil - junto à prefeitura), e, após, no Cemitério Municipal

São Leopoldo, novembro de 1996

* Convite para homenagem póstuma feita pela família Roessler na ocasião do centenário do nascimento de Henrique Luiz Roessler.